

ILTON CESAR MARTINS

**E EU SÓ TENHO TRÊS CASAS: A DO SENHOR, A CADEIA E O  
CEMITÉRIO: CRIME E ESCRAVIDÃO NA COMARCA DE CASTRO (1853-  
1888)**

CURITIBA

2011

ILTON CESAR MARTINS

**E EU SÓ TENHO TRÊS CASAS: A DO SENHOR, A CADEIA E O  
CEMITÉRIO: CRIME E ESCRAVIDÃO NA COMARCA DE CASTRO (1853-  
1888)**

Tese apresentada como requisito  
para a obtenção do grau de  
Doutor em História pelo  
Departamento de Pós-Graduação  
em História, Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato  
Lopes Leite

CURITIBA

2011

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Martins, Ilton Cesar

Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853-1888) / Ilton Cesar Martins. – Curitiba, 2011.  
250 f.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite  
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Escravos libertos. 2. Escravidão - Brasil. 3. Escravos - crime. 4. Tropeiros – Paraná. 5. Escravos – Legislação. I. Título.

CDD 342.087

## **AGRADECIMENTOS**

Quem dera agradecer fosse fácil. Não porque nos falte a quem o fazer, mas porque nos faltam as exatas palavras para tal. E não adianta dizer que uma tese é um trabalho solitário, como se isso resolvesse a questão de agradecer. Se passamos dias inteiros enfurnados em arquivos, procurando aquele documento de nossa vida, quase com a certeza cruel de que não vamos encontrá-lo; ou se ficamos noites e madrugadas inteiras para conseguir, ao final delas, poucas páginas ou algumas linhas; se recusamos convites de amigos para atividades outras que não ler, pesquisar ou escrever; se a família tem que abrir mão de muitas coisas para que possamos nos dedicar mais algum tempo para o texto; então nunca uma pesquisa é algo que se faz inteiramente sozinho. Nem que por privação, a pesquisa é um fazer conjunto. Mas acredito que a minha foi algo coletivo por motivos mais nobres. Vamos a eles.

Começaria agradecendo ao Prof. Dr. Renato Lopes Leite, que escapa do rótulo de orientador que muitas vezes construímos. Amigo, solidário, gentil e capaz de nos fazer caminhar mesmo quando parece que já não temos mais forças ou vontade. Sempre auxiliando, sempre contribuindo para o trabalho de forma inteligente e livre de arrogâncias ou mesquinharias, coisas as quais o mundo já se encontra abarrotado. Renato, pela orientação, pelos cafés, pelos almoços japoneses, pela amizade e pela sua presteza e auxílio indispensáveis, agradeço imensamente.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Prof. Carlos Lima e Prof. Joseli Mendonça. Com críticas pertinentes e equilibradas e observações valiosas, ambos foram importantíssimos para a construção do texto que aqui se apresenta. Espero ter conseguido dar uma direção adequada às contribuições que me ofereceram.

Aos amigos que fiz em minha caminhada no doutorado, agradeço principalmente a Zelinda e a Cibele, pela possibilidade de trocar nossas frustrações, temores e inseguranças, e pelo conforto que sempre encontrava

nas conversas com estas duas amigas, pelo apoio e pelo carinho. Da mesma, forma incluo a secretária da pós-graduação em História, Maria Cristina, sempre solícita e gentil, arrumando nossa vida acadêmica. Em Castro, gostaria de agradecer a dona Eneida Borba, responsável pela Casa da Cultura Emília Erichsen; Léa Maria Cardoso Villela e Fabiana Hey, no Museu do Tropeiro, que sempre se dispuseram em auxiliar na consulta às fontes e em boas conversas sobre os achados e histórias que encontramos ao longo das pesquisas.

Aos amigos aqui da FAFIUV, professores Eloy, Leni e André - coordenador do curso de História e que tudo fez para que eu tivesse pelo menos alguns meses de dispensa para produzir o texto - e aos demais colegas do colegiado.

Aos colegas mestiços do Grupo de Pesquisa “Escravidão e Mestiçagens” da UFMG, agradeço de maneira muito carinhosa. Eduardo França Paiva, Douglas Colle Libby, José Newton Menezes e Márcia Amantino - nossos “queridos chefes”. E aos colegas que ainda estão no começo de suas trajetórias acadêmicas: Isnara - que já se promoveu com competência e brilhantismo - Maciel, Rangel e Luiz Gustavo, por encontros memoráveis e histórias que teremos para contar. Que o diga o Simpósio de Niterói!

Alguns colegas acompanharam mais de perto este caminhar até aqui. Ao Pavan, que sempre e em qualquer hora, estava dando auxílio em minhas dificuldades homéricas com computadores, arquivos, etc. Sem falar que ainda podia contar com um companheiro de pesca para relaxar um pouco. Ao Jefferson Gohl, agora envolvido em suas pesquisas de doutorado, mas que mesmo estando por um tempo em Brasília, foi um importante interlocutor. Agradecer à Dulce, minha companheira de muitas e muitas viagens para Castro, e também relatar a alegria que sinto em ter encontrado uma grande e valiosa amiga. Sabe aquela pepita que todo garimpeiro sonha em encontrar? Aquela que ele julga que irá mudar a sua vida para sempre? Assim é você, Dulce. Obrigado!

Sobre o Everton é difícil achar palavras. Amigo, irmão, companheiro, camarada. Não importava o tamanho de seus próprios problemas e compromissos, sempre estava pronto para ajudar. Se o caminho até aqui não foi fácil, sua preciosa ajuda fez com que ele fosse possível. Como já ouvi muito

por aí “nenhum caminho é longo demais quando um amigo te acompanha.” Valeu mesmo.

Minha família, meus irmãos e irmãs. Tive a oportunidade de trilhar um caminho que, por motivos diversos, vocês não puderam percorrer. Gostaria que sentissem esta vitória como algo que também é de vocês e que deve fazer nossa mãe ficar muito orgulhosa. Se construímos caminhos diferentes, sabemos que o fizemos de maneira digna, correta e justa, algo que D. Marli nos ensinou não com palavras, mas com ações que talvez não tivéssemos condições de reconhecer quando ela ainda estava conosco. Hoje, ao olhar para trás, bem sabemos que criar nove filhos nas condições que ela o fazia, somente com muito amor e carinho pelos seus. Bem sabemos desse amor!

E foi na caminhada do doutorado que minha família cresceu. Em 2006, ano da seleção para o doutorado, chegou a Maria Luíza, especial como só ela. A prova viva de que o amor pode ser elevado sempre ao infinito e ainda assim a gente sente que é pouco pela alegria e bem-estar que nos provoca. Em 2010, ou seja, quatro anos depois, chegou o Luíz Gustavo. Com uma energia desconcertante e inebriante tornou o último ano da tese muito mais divertido, embora exigindo atenção constante. Meus dois filhos são os capítulos mais belos já escritos na tese da minha vida.

Mas em história, não se faz uma boa tese sem uma boa fonte. Eis a Fer. Fonte de companheirismo, afeto, amor, amizade, carinho. Ela foi quem mais sentiu minha ausência constante, tendo que levar e buscar os filhos para a escola em muitas de minhas viagens. Sempre a pé. Ela é que participava de minhas angústias, frustrações; que esteve ao meu lado nos problemas que enfrentei nesta caminhada - suspeita de leucemia, operação no joelho, gripe suína, acidente de carro. Exatamente um grande problema para cada ano de doutorado. E ela sempre comigo. Gastar palavras aqui seria insuficiente para dizer o quanto ela representa para mim. Quero apenas dizer que amo, ou como disse Fernando Pessoa: “Não conheço nenhuma outra razão para amar senão amar. Que queres que te diga, além de que te amo, se o que quero dizer-te é que te amo?”

A todos, apenas isso: Obrigado!

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÕES: TEORIA, HISTORIOGRAFIA E OS CAMPOS GERAIS</b>	<b>31</b>
<b>1.1</b>	POSSIBILIDADES TEÓRICAS	<b>31</b>
<b>1.1.1</b>	AS APROPRIAÇÕES TEÓRICAS E OS RUMOS DA HISTORIOGRAFIA	<b>38</b>
<b>1.2</b>	OS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: TROPEIRISMO E ESCRAVIDÃO	<b>47</b>
<b>2.</b>	<b>AS QUESTÕES DA ORDEM: CONSTRUÇÃO DOS CÓDIGOS JURÍDICOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO</b>	<b>64</b>
<b>2.1</b>	LIBERAIS OU CENTRALIZADORAS: A TRAJETÓRIA DOS CÓDIGOS LEGAIS	<b>65</b>
<b>2.2</b>	O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO: JUSTIÇA E EQUIDADE?	<b>78</b>
<b>2.3</b>	O CÓDIGO CRIMINAL DE 1830: A TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES	<b>80</b>
<b>2.4</b>	DEFINIDO O CRIME ATRIBUEM-SE AS RESPONSABILIDADES: O CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL (1832)	<b>83</b>
<b>2.5</b>	UM PARÊNTESES PARA CASTRO: UM “ZELOSO DO BEM PÚBLICO” E AS DISPUTAS EM TORNO DO JUIZADO DE PAZ	<b>88</b>
<b>2.6</b>	RETORNANDO AO CÓDIGO DO PROCESSO: O CORPO DE JURADOS E A FÓRMULA DOS JULGAMENTOS	<b>94</b>
<b>2.7</b>	A REFORMA AO CÓDIGO: NOVAS DINÂMICAS E NOVOS PROBLEMAS. A COMARCA DE CASTRO EM BUSCA DO “BOM SENSO”	<b>101</b>
<b>2.8</b>	A REFORMA DE 1871 – DEFININDO O PAPEL DA POLÍCIA AS VÉSPERAS DA LEI DO VENTRE LIVRE	<b>106</b>

<b>3.</b>	<b>OS RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA E A APROXIMAÇÃO COM OS CRIMES DE ESCRAVOS NA COMARCA DE CASTRO</b>	<b>109</b>
<b>3.1</b>	DOS CRIMES E DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA	<b>112</b>
<b>3.2</b>	ADMINISTRAR A JUSTIÇA COM POUCOS RECURSOS: EIS O TOM DOS RELATÓRIOS	<b>113</b>
<b>3.3</b>	AS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA	<b>122</b>
<b>3.4</b>	OS CRIMES NA COMARCA DE CASTRO	<b>129</b>
<b>3.4.1</b>	OS CRIMES DE MORTE E LESÕES CORPORAIS	<b>131</b>
<b>3.4.2</b>	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE: ROUBAR, FURTAR	<b>133</b>
<b>3.4.3</b>	CRIMES CONTRA A ORDEM PÚBLICA: AS POSTURAS MUNICIPAIS	<b>136</b>
<b>3.4.3.1</b>	As Posturas Municipais e o Poder Senhorial	<b>139</b>
<b>4</b>	<b>POR MEU FILHO E POR MINAS – OS CRIMES DOS ESCRAVOS</b>	<b>149</b>
<b>4.1</b>	A LEI DE 10 DE JULHO DE 1835 E OS ESCRAVOS QUE MATAM SEUS SENHORES	<b>150</b>
<b>4.2</b>	O ASSASSINATO DO ADMINISTRADOR, A VINGANÇA CONTRA O EX-FEITOR E O CRIME CONTADO POR UMA ALMA PENADA.	<b>156</b>
<b>4.3</b>	O CRIME DO ESCRAVO FELIPE: “POR AMOR AO MEU FILHO E A MINAS!	<b>164</b>
<b>4.4</b>	INVERTENDO POSIÇÕES: ESCRAVOS ACUSADOS, SENHORA SOB SUSPEITA	<b>170</b>
<b>4.5</b>	“E EU SÓ TENHO TRÊS CASAS: A DO SENHOR, A CADEIA E O CEMITÉRIO”	<b>174</b>
<b>4.6</b>	MAS A LEI É A LEI E NÃO TOLERA VINGANÇA	<b>182</b>
<b>5</b>	<b>AS AMBIGÜIDADES EM TORNO DOS CRIMES ENVOLVENDO LIBERTOS</b>	<b>186</b>



<b>5.1</b>	<b>DAS PERIPÉCIAS DE BENEDITA: DE RÉU A VÍTIMA</b>	<b>188</b>
<b>5.2</b>	<b>COMO SE A GENTE FOSSE CACHORRO PARA IREM MATANDO: A MORTE DE FORTUNATA</b>	<b>194</b>
<b>5.3</b>	<b>AOS LIBERTOS ERA DADO O DIREITO DE DEFESA DA HONRA?</b>	<b>199</b>
<b>5.4</b>	<b>PEQUENAS E GRANDES LIBERDADES: UM CACHORRO, UNS TRABALHOS E A LIBERDADE EM SI</b>	<b>203</b>
<b>5.5</b>	<b>O LIBERTO EVARISTO E O CAPITÃO JOAQUIM: DISPUTAS AMOROSAS E UM CRIME SEXUAL</b>	<b>210</b>
<b>5.6</b>	<b>OS ESCRAVOS DO TENENTE FOGAÇA</b>	<b>220</b>
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>228</b>
	<b>FONTES</b>	<b>232</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>236</b>
	<b>ANEXO: 1860 - INVENTARIADO: TENENTE ANTONIO FOGAÇA DE SOUZA</b>	<b>247</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1: NÚMEROS E COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ</b>	<b>59</b>
<b>TABELA 2: MAPA ESTATÍSTICO DA POPULAÇÃO DO TERMO DE CASTRO</b>	<b>60</b>
<b>TABELA 3: NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO PARANÁ – SÉCULOS 18 E 19</b>	<b>61</b>
<b>TABELA 4: POPULAÇÃO ESCRAVA DO PARANÁ – 1882</b>	<b>62</b>
<b>TABELA 5: DOS CRIMES PÚBLICOS 1854-1880</b>	<b>122</b>
<b>TABELA 6: DOS CRIMES PARTICULARES 1854-1880</b>	<b>124</b>
<b>TABELA 7: DOS CRIMES POLICIAIS 1854-1880</b>	<b>125</b>
<b>TABELA 8: CRIMES OCORRIDOS NO TERMO DE CASTRO 1853-1888</b>	<b>129</b>
<b>TABELA 9: CRIMES ENVOLVENDO ESCRAVOS 1853-1888</b>	<b>130</b>
<b>TABELA 10: ESCRAVOS JULGADOS PELA LEI DE 10 DE JUNHO DE 1835</b>	<b>154</b>

## RESUMO

O presente estudo aborda a questão dos crimes envolvendo escravos e libertos, na condição de vítimas ou réus, da região da Comarca de Castro, tendo por recorte temporal o espaço compreendido entre os anos de 1853 e 1888. A questão central articulou-se em torno das possíveis leituras do cotidiano possibilitadas pela análise dos processos-crimes e que acabaram por revelar como escravos, senhores de escravos, livres e libertos tensionavam suas realidades o tempo todo, por vezes conseguindo êxitos, por vezes, fracassando, mas sempre superando qualquer expressão de passividade frente a lei e as autoridades. Além de fragmentos do cotidiano, a documentação analisada revelou que mais do que preocupada com a criminalidade escrava, as autoridades e as partes arroladas nos processos preocupavam-se mais com a ameaça a sociedade pacífica e ordeira, com o desrespeito a lei e a ordem. O impacto das relações sociais se fazia tão presente nos julgamentos quanto às distinções jurídicas e as exceções já presentes na lei. Para atingir nossos objetivos analisaremos ainda o Código Criminal do Império (1830), o Código do Processo Criminal de 1ª Instância (1832) e as reformas de 1841 e 1871, os Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, as Atas da Câmara de Vereadores de Castro.

**Palavras-Chaves:** Escravidão, Escravos, Libertos, Cotidiano, Legislação

## **ABSTRACT**

This study addresses the issue of crimes involving slaves and freedmen, as victims or defendants, the region's Castro District, with the time frame the space between the years 1853 and 1888. The central issue was articulated around the possible interpretations of everyday life made possible by the analysis of criminal proceedings and ultimately reveal how slaves, slave owners, free and liberated their realities tensed all the time, sometimes getting hits, sometimes failing, but always beat any expression of passivity in the face of law and the authorities. In addition to fragments of everyday life, the documentation reviewed revealed that more than slave worried about crime, the authorities and the parties enrolled in the processes concerned themselves more with the threat to orderly and peaceful society, with disrespect for law and order. The impact of social relations is so present in the judgments made about the legal distinctions and exceptions already in the law. To achieve our goals we will analyze further the Criminal Code of the Empire (1830), the Code of Criminal Procedure of 1st Instance (1832) and the reforms of 1841 and 1871, the reports of the Presidents of the Province of Parana, the minutes of City Council Castro.

Key Words: Slavery, Slaves, Fredmen, Daily Life, Legislation

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora se apresenta analisa os crimes envolvendo escravos e libertos na Comarca de Castro as segunda metade do século XIX, mais precisamente após a criação da província do Paraná, em 1853. O trabalho explora o cotidiano de onde emergem os conflitos, as tensões, as tentativas de negociações, nem sempre bem-sucedidas, as manifestações violentas e as versões produzidas para justificar comportamentos, ações e os crimes em si. Mas, também, avançou na tentativa de construir um quadro onde, mesmo que já reduzido ao espaço de um tribunal, uma delegacia de polícia e filtrados pela pena dos escrivães, escravos e aqueles com quem se relacionavam, acabavam reconstruindo fragmentos do seu dia a dia, os acordos e as associações com parceiros de cativeiro ou livres, suas concepções sobre o justo, o correto, o aceitável. Por vezes revelaram noções de honra, valentia e coragem, valores que em muitos casos eram alçados à condição de mais importantes que a própria lei. Mas sempre procurando revelar estes aspectos em função de uma moldura maior representada pela escravidão, pelos códigos legais e pela estrutura de funcionamento da Justiça, das disposições e necessidades produtivas de Castro, entre outros fatores.

Como os processos-crimes revelam a tensão entre a lei e sua função de estabelecer a ordem e a realidade social em que era aplicada? Perguntar sobre a realidade social nos impele a falar dos interesses de grupos ou individuais, e que acabavam sendo defendidos a partir de diferentes estratégias e artimanhas nem sempre executadas em conformidade com a lei, mas procurando garantir ou ampliar espaços sociais. Escravos, senhores de escravos, livres e libertos, e brancos pobres tencionavam suas realidades o tempo todo, por vezes conseguindo êxitos, por vezes, fracassando, mas sempre superando qualquer expressão de passividade frente à lei e às autoridades. Como diz Eduardo França Paiva<sup>1</sup>, o que existia à época era uma diversidade de ações e estratégias que nem sempre pensavam em atingir ganhos comuns ou colocavam o fim do escravismo como principal alvo, mas, ainda assim, as

---

<sup>1</sup> PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

ações das partes envolvidas, quaisquer que sejam elas, revelam como os atores sociais sempre tentaram transformar o próprio cotidiano, utilizando-se de estratégias diferentes. Como os processos podem revelar isso é o que busca este trabalho.

## O itinerário da pesquisa em quatro casos

### Caso 1

O major Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes foi acusado de “redução de homem livre a escravidão”, artigos 179 e 257 do Código Criminal do Império. O homem livre em questão era Preto Alexandre, carpinteiro, 40 anos, de nação Cabinda. Durante seu interrogatório, Alexandre informou que havia sido escravo de João Pinto Soares, de Porto Alegre, o qual o cedeu para o general Netto para lutar em seu lugar ou no de seu filho na revolução do Rio Grande do Sul. Participou das guerrilhas até Lages e depois veio até Ponta Grossa em companhia de Dona Luiza Agostinho Canto, na condição de convidado para vender seus serviços de carpinteiro. Quando se estabeleceu na vila “apresentou-se ao senhor Jacinto José de Oliveira, que era autoridade do lugar.” Sabendo de seus ofícios o major Carvalhaes o convidou para trabalharem juntos e então passou a tê-lo como seu escravo.<sup>2</sup>

### Caso 2

Em 9 de abril de 1879, “quarta-feira de trevas”, Francisco Ignácio Gaia, administrador da fazenda Vorá foi assassinado a facadas e golpes de arreador pelos escravos Fabrício, Julio, Procópio e Olegário, além de Joaquim de Almeida e seu filho Honorato de Almeida. O crime ocorreu quando os escravos e mais a vítima estavam indo até um fandango que se realizava num pasto ao lado das senzalas da dita fazenda. Dias antes do crime, no domingo de ramos, o mesmo Honorato de Almeida, um dos perpetradores do delito, foi visto

---

<sup>2</sup> Casa da Cultura Emília Erichsen, doravante grafado apenas como CCEE,. Processo s/n. Caixa/Ano: 1855. Redução de Homem Livre à escravidão.

dançando em companhia dos escravos acima citados e de outros na senzala da fazenda, o que sempre fazia, assim como o própria Gaia e outras pessoas.<sup>3</sup>

### Caso 3

O preto Evaristo foi assassinado com um tiro pelo Capitão Joaquim José Borges, na noite chuvosa de 30 para 31 de dezembro de 1880. Após perpetrar o crime, o acusado foi refugiar-se em casa de seu afilhado, o liberto Barnabé. No decorrer do processo, a suspeita também recaiu sobre o Padre Magaldi, que havia, por certo tempo, alugado uma casa à Evaristo, mas acabou o expulsando por conta de que o mesmo transformara a casa num ponto de ajuntamento de escravos para jogos e fandangos até muito tarde. Duas depoentes participam das inquirições do processo: Juliana e Idalina. A primeira era a esposa, já a segunda, era a amante motivadora do crime.<sup>4</sup>

### Caso 4

Em 1856, Vicente Ferreira da Silva Bueno, juiz de Direito da terceira Comarca, analisa que é impossível conhecer a forma como se deu a administração da Justiça em Castro, desde a criação da província em 1853. Sua crítica recai sobre “o desprezo das leis e fórmulas dos processos, do relaxamento e desmoralização de alguns empregados, na falta de execução no cumprimento de seus deveres.” A conclusão é a de que, para melhor funcionamento da justiça, “se proibissem que pessoas externas ao ambiente do fórum de retirar processo”, visto que ali se tinha o costume tanto de não se fazerem os lançamentos devidos no rol dos culpados “de pessoas de boa fortuna”, como “processos crimes foram retirados do fórum e desapareceram em manifesta intenção de favorecer alguém ou ocultar crimes.”<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa:Ano: 1879. Homicídio

<sup>4</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa:Ano: 1881. Homicídio

<sup>5</sup> CCEE. Pasta: “Documentos diversos – decretos e processos 1828-1860”. Livro de Termos de Audiência e Correções da Prefeitura Municipal de Castro -1856. p. 12

Para um trabalho que tem por recorte temporal a década de 50 do oitocentos, citar três processos que aconteceram mais de 20 anos depois e apenas um, envolvendo escravo que se dizia livre, ou livre que era tratado como escravo, passa a ganhar sentido quando voltamos nossos olhares para a Correição de 1856, feita pelo Juiz de Direito da terceira Comarca Dr. Vicente Ferreira. Suas críticas ao funcionamento da Justiça em Castro davam conta de que aquela vila havia sido “reduzida ao mais miserável estado”, pois ali nunca havia ocorrido uma correição nos cartórios, tendo existido apenas “alguns poucos provimentos em alguns livros, mas nada nos autos, nos processos cíveis, crimes e orfanológicos.” Disso resultava o fato extremamente pernicioso da justiça ser um palco fértil para “muitos abusos, erros de práticas que estão de tal maneira entronizados que já passam por lei, já constituem uma espécie de direito consuetudinário.” Se a lei existia, não passava de letra morta naquela localidade e, mais do que isso, os “abusos e o pouco caso em relação às leis”, o desprezo completo ao papel das autoridades e a boa vontade com que se aceitavam os “desmandos e as iniquidades havia se convertido em norma de proceder.”

Não exatamente por onde queríamos, acreditamos poder avançar em nosso propósito de discutir o que emerge do cotidiano envolvendo escravos e libertos que por algum motivo aparecem nos processos, quer fossem réus, vítimas ou testemunhas. Expliquemos melhor.

Quando começamos nossa pesquisa na Casa da Cultura Emília Erichsen, o critério inicial era trabalhar com processos crimes envolvendo escravos, quer como vítimas ou réus, entre os anos de 1853 e 1888. Desta forma, partimos para a leitura dos processos procedendo basicamente da seguinte forma: verificávamos uma pasta intitulada “Acervo do Poder Judiciário”, que nada mais é do que o instrumento de pesquisa elaborado pelos responsáveis pelo arquivo. Nesta pasta existe uma tabela na qual constam os seguintes dados:

- **Número:** referindo-se ao número do processo. Geralmente esta informação não consta, por isso indicamos ao longo do texto sempre a referência à data.
- **Data da Caixa:** diz respeito à data em que o documento foi gerado. Isso acarreta alguns problemas em relação às fichas dos processos, pois alguns



transcritores colocam a data do delito, outros a data da queixa ou da instauração do inquérito ou do processo.

- **Réu:** traz o nome do réu ou dos réus e uma indicação se este era escravo ou não. Partindo da indicação das fichas o número processos envolvendo escravos totalizaria 30, pois eram computados apenas aqueles que na denúncia/queixa apareciam textualmente a expressão escravo. Caso não, automaticamente esta observação não constaria na ficha.

- **Natureza:** indica se diz respeito a homicídios, suicídios, abuso de autoridade, furtos, lesões corporais, porte de armas proibidas, defloramentos, raptos, calúnias, entre outros. O problema encontrado nestas indicações é que a primeira referência que o pesquisador encontrava no documento era descrito da ficha. Uma análise mais minuciosa dos documentos revelou que os erros de interpretação do documento geravam uma discrepância enorme entre os delitos e aquilo que estava descrito nas fichas.

- **Artigo crime:** ou seja, aquele em que o delito se enquadrava em relação ao Código Criminal do Império. Em função do problema referente à “natureza” este item também acabava sendo prejudicado.

- **Sentença final:** onde consta a última data encontrada no documento, que nem sempre corresponde à última data referente a decisão do processo;

- **Trânsito em Julgado:** reservada para o campo “sentença” ou “acórdão” e quase sempre preenchida com a expressão “não consta”.

- **Arquivamento:** acompanhando o campo anterior também é quase sempre preenchido com a expressão “não consta e”;

- **Observações Gerais:** indica a natureza do documento, processo, inquérito, apelação, auto de apresentação, entre outros.

Agindo desta forma, tendo por referência apenas os instrumentos de pesquisa do arquivo, nos deparamos com exatos 30 processos. Se não era de todo frustrante, sem dúvida estava muito aquém daquilo que pretendíamos encontrar. Eis que numa tarde, já cansado de ler a terrível caligrafia do escrivão que servia ao juiz Antonio Bley - ao qual admito ter passado a sentir certa empatia, pois os julgamentos conduzidos por ele são os mais ricos em

detalhes e logo explico o porquê - passei a bisbilhotar desinteressadamente umas caixas depositadas nas prateleiras do arquivo. Numa dessas caixas, intitulada “Documentos diversos - decretos e processos 1828-1860”, deparei-me com a documentação relativa às reuniões da Câmara de Vereadores de Castro e, dentro dos livros de registro, estavam as Correições.

Desde o início, a leitura foi estimulante para a pesquisa, mas num determinado trecho o já citado Corregedor Dr. Vicente Ferreira afirma que havia solicitado a elaboração de um novo livro do rol dos culpados, pois aquele que ele verificava “achava-se escriturações em lugares cheios de entrelinhas e emendas de datas, e, sobretudo incompletas, pois nele não se declara os meios em que tempo e lugar aconteceu o crime e a residência do criminoso, quando e outras circunstâncias, não se pode saber.”<sup>6</sup> Mesmo indicando que muitas informações pudessem ter sido perdidas ou que simplesmente não houvessem sido registradas, ainda assim ele afirmava a existência do livro. Então fomos atrás do dito livro, tanto pesquisando o arquivo da Casa da Cultura, onde os documentos relativos ao crime estão depositados - o que foi infrutífero - quanto no Museu do Tropeiro, onde alguns processos se encontram. Como nada foi encontrado, partimos para o Fórum e, perdido entre pilhas de documentos do século 18 e 19, lá estava o livro procurado. Quer dizer, não podemos afirmar com segurança, pois a abertura do livro começava com uma observação de Vicente Ferreira: “provavelmente devesse existir outro livro que se julgasse conveniente inutilizar para melhor encobrir-se algum crime.”<sup>7</sup>

Concluindo esta já longa reflexão sobre os percursos da pesquisa, nos deparamos com o livro contendo 21 referências de crimes envolvendo escravos entre 1850 e 1859, ou seja, apenas neste período encontramos um número próximo ao estimado pela fichas, para quase quatro décadas. A volta ao arquivo foi mais entusiasmada e desta feita em busca de nomes mais precisos. Podíamos, enfim, ir atrás, entre outros, de Diogo, escravo de Francisco Antonio Cortes, que em 1856 foi pronunciado pelo crime de resistência “por ter atirado no então soldado de uma escolta quando lhe foram prender”, ou então de

---

<sup>6</sup> Fórum Alcebiades de Almeida Farias. Vara do Crime. Livro Rol dos Culpados. 1856, p. 1

<sup>7</sup> Fórum Alcebiades de Almeida Farias. Vara do Crime. Livro Rol dos Culpados. 1856, p. 1

Joaquim Domingues, pronunciado no art. 192 do Código Criminal e sustentada a pronúncia, a 6 de julho por ter matado seu escravo; de João Carneiro Lobo, pelas mortes de seus escravos e escravas, ou de João Crioulo, escravo de Ignácio Mariano de Oliveira, condenado pelo juiz municipal suplente, pela morte de seu dito senhor. Surgiu para a pesquisa Luis, escravo de João Carneiro Marcondes, que, em 1856, matou de tanto surrar seu parceiro Adão, assim como Zacarias Rodrigues Penteado, que ficou preso pela morte de seu escravo Rafael, entre 9 de julho de 1859 a 4 de outubro de 1860, e que foi absolvido neste mesmo ano por matar dois homens brancos em Catanduvas. Ou anotações gerais no documento sobre o ano de 1844 que indicam que Tomas, João e Pulquéria, escravos de João Carneiro Lobo, assassinam ao seu senhor, sendo o primeiro condenado à morte.

Os 30 processos então se transformaram em 132, considerando os escravos como vítimas, réus ou informantes, além daqueles que envolviam libertos, número baixo quando comparado com outras regiões estudadas<sup>8</sup>, mas que acabaram sendo complementados por pesquisas em outras fontes, como os relatórios dos Presidentes de Província, os Códigos de Posturas de Castro e, quando necessário, trabalhamos também com inventários e testamentos.

Quando iniciamos nosso trabalho, admitimos que ainda buscávamos construir um debate sobre violência e, na medida do possível, analisar o papel que ela desempenhava nos crimes envolvendo escravos e libertos, como vítimas ou réus. Logo percebemos que esta é uma das muitas lições do texto de Maria Sylvia de Carvalho Franco: a violência era uma dimensão inseparável da realidade de homens e mulheres pobres, mas também o era para grandes proprietários e escravos<sup>9</sup>. Talvez o que tenhamos que atentar é para o fato de

---

<sup>8</sup> Maria Helena Machado, em *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, estudando a região de Campinas analisando 1274 autos criminais. Já Ricardo Ferreira em *Crimes em Comum: Escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888)*. (Tese de doutorado). Franca: UNESP, 2006, trabalhou com 779 processos, num universo de mais de 1200 documentos. Para a Comarca de Paraibúna que tinha sede em Juiz de Fora, GUIMARAES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século 19**. São Paulo: FAPEB, AnnaBlume, 2006, contou com 1634 autos criminais. Os números representam tanto recortes temporais mais amplos, regiões com concentração escrava significativa, bem como preservação, concentração e acesso à documentação diferente daquela encontrada no arquivo pesquisado.

<sup>9</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983

que a violência não era algo fútil e superficial, embora a descrição de alguns crimes pudesse fazer parecer. Como diz Sidney Chalhoub<sup>10</sup> a “violência não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura e sociedade.” À medida que os processos foram sendo lidos foi ficando mais difícil perceber o que era uma manifestação violenta típica das relações advindas do domínio da escravidão ou uma manifestação decorrente de condições inerentes à sociedade em si, falando ou não de escravos. Isso se dava justamente por que a sociedade escravista era fundada numa ordem baseada na violência. Ler os processos-crimes em busca da violência neles contida resultava então quase que num duplo equívoco: primeiro, que, ao serem processos-crimes, já falam em violência; e, segundo, porque falar em escravidão já é falar de um processo preenchido de violência, ainda que não seja um atributo específico de sociedades escravistas, mas sim, de sociedades desiguais. Então, o olhar foi deslocado em busca do cotidiano expresso nestes processos. E, assim, os processos passaram a revelar mais coisas além da violência.

#### Sobre a possibilidade teórica: o conceito de cotidiano

A análise dos processos-crimes foi revelando aos poucos uma possibilidade de aproximação com o cotidiano da população escrava dos Campos Gerais paranaenses, abrigados ao Termo de Castro. As falas transcritas nos processos-crimes, e nos diversos documentos que foram sendo anexados ao longo de cada um dos examinados, revelam um pouco das estratégias, das expectativas, artimanhas, das noções sobre o que era justo ou injusto, o que entendiam como direitos ou deveres/obrigações que as partes utilizavam frente ao representante da Justiça. Permitiram ainda que analisássemos a aplicação da lei em função não apenas daquilo que estava contido em sua letra fria, na “escrita dura” do texto legal, mas na necessidade que seus aplicadores tinham de fazê-la legítima, perante o olhar daqueles que recorriam a ela ou com ela se confrontavam por conta de seus atos. Disto,

---

<sup>10</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 211

múltiplas relações emergiram e revelaram o quanto de interesses, compromissos, valores, simpatias ou afinidades, além dos laços de sangue ou compadrio eram presentes na sociedade de Castro.

Em três dos quatro casos brevemente relatados acima, vemos que os processos revelavam muito do cotidiano dos escravos e libertos da sociedade de Castro da segunda metade do século 19. Um caso é um processo de um negro, escravo no Rio Grande do Sul, envolvido numa dúvida sobre a condição de livre em que vivia em Castro, convidado a vender seus bons serviços de carpinteiro, noutro um ex-escravo assassinado, mas que por certo tempo transformou uma das salas da Igreja num espaço de jogatina para escravos. Os fandangos da fazenda Vorá, que não respeitavam nem a Semana Santa apareceram no caso do assassinato de um capataz da fazenda.

Embora possamos conceituar que estamos falando de escravos, livres, libertos, senhores ou brancos pobres, na verdade estamos nos referindo a homens e mulheres que estavam inseridos numa rede de relações extensas e complexas, dada a sua realidade histórico-social. Julgar ou fazer cumprir a ordem era em larga medida considerar esta realidade, imersa também num constante jogo de interesses pessoais, estratégias de negócios e oportunidades.

A opção pela fonte permitiu ainda que se revelassem muitos aspectos da vida dos escravos e daqueles com quem, de uma forma ou outra, acabavam tendo a vida confrontada numa sala do Tribunal do Júri. A forma de produção do processo-crime e aquilo que se procurava perscrutar na audição de testemunhas, informantes, dos peritos indicados para exames de corpo de delito, a fala dos agentes de justiça - delegados, subdelegados, promotores, juízes de paz, municipais ou de Direito, acabaram legando aos historiadores a possibilidade de reconstituição de parte da vida cotidiana dos escravos e outros agentes sociais, pois avançavam sobre a intimidade, os laços sociais, familiares e afetivos dos envolvidos. Ademais, permite ainda que se analisem as alegações dos envolvidos no processo, considerando que elas não eram sempre isentas, ou quase nunca, de uma formulação já feita em função da lei ou de valores considerados apropriados para aquele momento; suas estratégias para anuviar o acontecimento de forma a encobrir, torcer, ajustar

buscando reforçar ou encobrir um crime. Revelaram que a condição social das testemunhas ou das vítimas era importante para o resultado final do processo, mas nem sempre.

Assim se passou com Benedicta Maria da Conceição, liberta, presa várias vezes por bebedeiras e arruaças, por tirada de presos da cadeia de Castro e por lesões corporais, que certa feita, muito provavelmente por conta de seu histórico pouco abonador, foi algemada nas grades de cadeia e esbofetada a mando do delegado. Processou o mesmo por lesões corporais e abuso de autoridade. Resultado: o delegado foi destituído do cargo.

Mas, para a análise dos processos, tivemos que encontrar ferramentas teóricas que permitissem uma aproximação mais segura para explorar a fonte. Inicialmente pensamos em percorrer um caminho mais voltado para a análise legal dos procedimentos técnico-processuais tendo como fonte os processos-crimes. Mas, seguindo a proposta de Maria H. Machado<sup>11</sup> chegamos ao entendimento de que “o processo criminal conduz o historiador, em primeira instância ao crime, e deste, que à sua remontagem, no quadro das tensões que o geraram e na multiplicidade de eventos que o qualificaram como ato social.” Então nos voltamos ao estudo do cotidiano revelado nos 132 processos encontrados onde escravos ou libertos apareciam como vítimas, réus, testemunhas ou informantes. Mas de que conceito de cotidiano estamos falando? Em que implica falar sobre as estratégias reveladas por este mesmo cotidiano?

Karel Kosik<sup>12</sup> se perguntava sobre

Que sentido tem, portanto, indagar-se qual é o sentido da vida de cada dia? O fato de se fazer tal indagação nos fará encontrar um caminho para revelar a essência da vida cotidiana? Quando é que a vida de todo dia se torna problemática e qual o sentido que se desvenda ao problematizar-se?

O entendimento destas questões passou em nosso trabalho na busca de fazer o cotidiano dialogar com as relações mais amplas e complexas onde o

---

<sup>11</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e Escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 23

<sup>12</sup> KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 69

mesmo ocorre. Procuramos fazer o cotidiano dos escravos e daqueles com quem se relacionavam numa totalidade - a escravidão em si, o processo de ordenação social que era tentado a construir a partir do Código Criminal do Império (1830), Código do Processo Criminal de Primeira Instância (1832), Reforma do Código do Processo (1841) e apropriação disto pelas autoridades da época. Nossa ideia foi fazer um debate sobre o cotidiano, mas sem isolá-lo de componentes mais amplos da realidade histórico-social do oitocentos brasileiro, evitando, assim, sua despolitização ou incorrendo no abandono do fazer histórico problematizado.<sup>13</sup>

Segundo Agnes Heller<sup>14</sup>, falar sobre a vida cotidiana é remeter-se àquilo que é essencial para a historicidade do homem, ou seja, perceber que a “vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social.” Igualmente importante reconhecer que a ideia de cotidiano remete sempre aos aspectos individuais ou particulares e genéricos que compõe todos os homens. É da genericidade da vida do homem que se revela o quanto ele é “produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano.” Nas expressões da vida cotidiana verifica-se como os homens operacionalizam as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias. Seguindo as possibilidades abertas pela ideia de cotidiano apontadas por Heller gostaríamos de reter mais três pontos: assimilação, escolhas e circunstâncias.

A vida cotidiana sempre expressa possibilidades de escolhas que implicam em possibilidades de agir. O homem age, então, fazendo escolhas, considerando atingir um determinado fim. O início da ação não revela necessariamente todos os riscos e as consequências dela advinda, mas o homem ainda assim age em busca da concretização de determinados objetivos. Muitas das ações que verificamos nos processos deram conta exatamente deste cálculo de escolhas, possibilidades e consequências. Buscar a justiça para conseguir a intermediação de uma relação com o senhor ou

---

<sup>13</sup> LARA, Silvia Hunold. A Herança dos “Annales”: O Princípio e seus Discípulos. In: GUAZZELLI, C. A. et al. (orgs.). Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

<sup>14</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 21

outros sujeitos, o furto de animais, dinheiro ou objetos, revelam como o cotidiano era preenchido por estes cálculos de risco e consequência em função de determinadas escolhas.

Mas as escolhas, como já nos parece claro pelo exposto acima, não eram aleatórias ou tomadas de forma isolada. Nos parecem pautadas por uma constante manipulação daquilo que é essencial para realização da vida cotidiana. Então, o processo de assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais. Importante ressaltar que é no grupo que o homem aprende os elementos do cotidiano. Homens e mulheres, escravos ou senhores de escravos, livres ou libertos, agiram em função da sua capacidade de assimilar sua realidade social e, então, tentavam manipulá-la.

É impossível determinar o quanto aqueles homens do oitocentos paranaense tentavam manipular sua realidade social, mas, ao mesmo tempo, percebe-se pelos processos que tentavam fazê-lo com frequência. Senhores que assimilando os princípios legais, mesmo que orientados por advogados, procuravam desqualificar ou esconder possíveis agravantes dos crimes de seus escravos, demonstram esta constante tentativa de manipular sua realidade. Assim procede D. Anna Carneiro Estevão, quando vários de seus escravos são acusados de roubo de gado e, depois, planejam o assassinato do camarada que fez a denuncia. Escravos que agiam em função de experiências anteriores que ficavam sabendo, como, por exemplo, Antonio, escravo do capitão Thomas Pereira da Silva que fugiu da casa de seu senhor após ser surrado por este. Apresentou-se a autoridade competente e solicitando desta a “proteção que já havia dado aos outros escravos deste senhor e de outros que gostavam de surra (sic) seus escravos sem nenhum motivo”. Disputas por poder local em face de uma intromissão do Estado em esferas consideradas isentas a esta mesma intromissão. Este foi o caso das eleições de 1832 que opôs o juiz de paz Joaquim José Borges com o capitão-mor José Carneiro Lobo. Apesar de o incidente ter ocorrido em 1832, alguns anos antes do nosso recorte temporal, entendemos importante analisá-lo por dar uma dimensão do impacto das medidas modernizadoras no campo do Direito tiveram no jogo de poder local, este também imerso no cotidiano repleto de escolhas, possibilidades, assimilação e manipulação.



E por último, mas também de fundamental importância, aparecem as circunstâncias. Tomamos aqui a ideia de que nas circunstâncias se referem ao somatório dos elementos necessários ao desenvolvimento da própria história - o somatório das forças produtivas, a estrutura social e as formas de pensamento. Aí a tipificação da sociedade castrense, as ocupações mais comuns dos escravos, os ritmos de trabalho, os espaços de contato e convívio social, as relações sociais entre outras dimensionam os aspectos da vida cotidiana.

Duas outras contribuições para o entendimento do cotidiano foram buscadas em Maria Odila da Silva Dias<sup>15</sup> e Michel de Certeau<sup>16</sup>. Para a primeira, que se coloca na posição de ligada ao movimento de hermenêutica do cotidiano, explorar este conceito remete à necessidade de superar a tese de que cotidiano fala somente do repetitivo, daquilo que ocorre em seqüência mais ou menos lógica e rotineira. Maria Odila defende a idéia de que o cotidiano fala antes de tudo de “mudança, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser”. Afirma ainda que é no cotidiano que se pode observar a atuação dos indivíduos para além dos parâmetros da ideologia dominante ou suas necessidades que estão fora daquela história narrada pelas elites. O cotidiano permite avançar e mapear a enorme distância entre o costume e a norma. As perspectivas que daí emergem permitem ainda avançar na compreensão de que os sujeitos estão imersos numa temporalidade própria e estes sujeitos compõem uma pluralidade igualmente ignorada pela lei e pela norma.

De Certeau, retivemos a visão de que o consumo das ideias, valores e produtos pelos anônimos sujeitos do cotidiano não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições do mercado e dos poderes sociais. Isto é, no consumo dos bens culturais e materiais, existem sempre apropriações e ressignificações imprevisíveis, incontrolláveis, modificadoras, de pretensões previstas na origem, no planejamento, na idealização das coisas.

---

<sup>15</sup> DIAS, Maria Odila Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. In.: **Revista Projeto História**, São Paulo, vol. 17, Nov. de 1998.

<sup>16</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Seria importante ainda frisar que não buscamos exatamente o que passou e nem fazemos ilações sobre os motivos reais dos crimes. Como diz Sidney Chalhoub<sup>17</sup>, existe sempre uma dose de certeza de que os fatos materializados nos processos ocorreram e, da mesma forma, indicam vários elementos que possibilitam, ainda que limitadamente, uma construção sobre o ocorrido. Mas a questão central não reside em saber como as coisas realmente se passaram e sim analisar como se produziram e podem ser explicadas as diferentes versões apresentadas em cada caso pelos diferentes agentes sociais que acabavam envolvidos nos processos. Duas possibilidades emergem destas versões: a primeira é mapear e analisar as repetições, as explicações em comum, que acabam por construir uma “certa verdade” aos olhos dos historiadores; de outra parte, as contradições que emergem das falas revelam aspectos das contradições e lutas sociais da realidade social analisada. Nem se pode afirmar que os processos criminais “dizem a verdade”, nem que eles “mentem”, e não podem ser desqualificados por isso. Apenas que as múltiplas, conflitantes ou repetitivas neles apresentadas revelam as tensões e nuances sociais de uma época.

Depois de analisar como a vida de escravos, livres e libertos se entrecruzavam constantemente e, por vezes, com trocas de papéis, vítimas tornando-se acusados, réus tornando-se vítimas, chegamos a tese de que na Comarca de Castro os crimes praticados por escravos, salvo pouquíssimas exceções, não ganharam destaque ou foram retratados por testemunhas ou juízes fazendo menção a condição social do réu. Para isso existia a lei e ela dava conta de possíveis distinções. Em regra, crimes praticados por escravos ou libertos foram retratados pelas testemunhas, talvez a fonte principal para quem trabalha com processos crimes, da mesma forma que aqueles praticados contra eles ou contra libertos. Uma ou outra testemunha arrolada a mais em um ou outro processo, mas basicamente, crimes de livres, libertos e escravos eram tomados com a mesma preocupação: a ameaça a sociedade pacífica, o desrespeito a lei, a ordem ou as instituições – expressões comuns nos processos. A distinção era perceptível nas penas e na necessidade, por exemplo, dos escravos serem acompanhados por curadores, mas isso era uma

---

<sup>17</sup> CHALHOUB, Sidney. **Op. Cit.**, p. 40-41.

determinação legal. Para quase todo o resto, o peso das relações sociais mais concretas pareceu mais importante para homens e mulheres dos campos gerais paranaenses da segunda metade do XIX.

Desta forma procuramos conduzir o texto sem fazer necessariamente a distinção constante entre o mundo de escravos e o mundo dos livres, como se a separação pudesse ser tão facilmente matizada. Isso nem de perto quer dizer que os locais sociais ocupados por senhores, escravos e libertos não fosse considerado. Apenas que o cotidiano da escravidão era capaz de complicar e dar novas cores às relações que, por muito tempo, pareciam congeladas e estáticas.

#### A estrutura da tese

No primeiro capítulo, intitulado “Apresentações”, abordamos as possibilidades teóricas que permitiram a superação do debate entre docilidade e violência presente na escravidão no Brasil. Fruto dos avanços da História Social, dos debates de Douglas Hay<sup>18</sup>, Edward Palmer Thompson<sup>19</sup>, os estudos sobre a escravidão, mas não só dela, passaram a adotar conceitos como experiência, economia moral ou a relação entre lei e sociedade. A obra de Eugene Genovese<sup>20</sup> forneceu importantes conceitos como paternalismo, acomodação e resistência. Os debates acerca do cotidiano foi igualmente possibilitada por obras de Michel de Certeau<sup>21</sup> e Agnes Heller<sup>22</sup>. Foi a possibilidade de superação do paradigma político tão presente nas décadas anteriores. Na sequência analisamos como estas possibilidades teóricas foram incorporadas pela historiografia brasileira, principalmente a partir da década em que se lembrou o centenário da abolição da escravidão. Além de novas apropriações teóricas este momento possibilitou uma viragem metodológica, ampliando o universo das fontes, tematizando sobre especificidades regionais e colocando novos temas, ou revisitando alguns temas como novos olhares, com a questão da família escrava, da religiosidade, da mestiçagem, etc. O

<sup>18</sup> HAY, Douglas et. Alii. **Albion's Fatal three**: crime and society in eighteenth-century England. New York: Pantheon's Books, 1975.

<sup>19</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987

<sup>20</sup> GENOVESE, Eugene. **O mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>21</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, op. cit.

<sup>22</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**, op. cit.

estudo da criminalidade envolvendo escravos foi, assim, colocado sob o prisma de um evento social que precisava ser descortinado em função dos múltiplos sentidos e significações a ele atribuídos.

Encerramos o primeiro capítulo apresentando a região dos Campos Gerais do Paraná, mais precisamente a Comarca de Castro – que incluía além de Castro, Ponta Grossa, até 1864, Jaguariaíva, Piraí e Tibagi. Esta região esteve ligada diretamente a atividade do tropeirismo, e ao longo dos tempos serviu como criatório ou invernagem para as tropas que seguiam do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba, e concentrava a maior população escrava da Província. Numa sociedade com escravos como era o caso do Paraná, os Campos Gerais constituíam-se numa região escravista, no dizer de Magnus Roberto de Mello Pereira.<sup>23</sup>

Depois, no segundo capítulo, analisaremos o Código Criminal do Império (1830) e do Código do Processo Criminal de 1ª Instância (1842), além das reformas de 1841 e 1871. A elaboração destes códigos representavam a necessidade do novo país constituir uma estrutura jurídico-política própria, rompendo com as instituições que o haviam conformatado à condição de colônia de Portugal. Nossa intenção foi verificar como estes textos legais definiram crime, a preocupação com os escravos e a tipificação de crimes ou punições passíveis de serem aplicadas ao escravos. Ao mesmo tempo analisamos como processo de ordenação jurídica construído do Império e como as novas preocupações com a lei e a ordem expressa nestes códigos alteraram relações de poder constituídas nos diferentes rincões do Brasil, como é o caso do embate pelo cargo de juiz de paz que se verificou em Castro no ano de 1832 e 1834.

No terceiro capítulo apresentamos como os debates sobre lei, a preocupação com a administração da justiça, as estatísticas criminais para a Província e para a Comarca de Castro. Nos relatórios presidenciais pudemos perceber a importância atribuída naquele contexto à questão da segurança

---

<sup>23</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando Iras Rumo ao Progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

pública. Temas como o reduzido número da força policial disponível, despreparo dos juízes e indolência do júri, brandura ou inadequação das leis penais, desleixo das autoridades policiais no combate ao crime entre outros aparecem com maior freqüência nos relatórios. Os assuntos referentes aos escravos chegavam por meios diversos, ora na seção de “Fatos Notáveis” referindo-se aos crimes cometidos por estes, ora fazendo referência ao roubo de escravos, questões jurídicas envolvendo escravos nos processos de inventário, as libertações, navios que participavam do tráfico ilegal, da relação entre imigrantes e escravos e a substituição destes por aqueles, etc. Além dos números de crimes envolvendo escravos procuramos igualmente proceder algumas análises por categorias de crimes, que fossem contra a pessoa, a propriedade ou infração de posturas, por exemplo. É pela questão das posturas municipais que encerramos o capítulo, discutindo suas funções no século XIX e aquelas que vigoraram em Castro e que faziam referências aos escravos.

Os crimes de escravos são explorados no quarto capítulo. Inicialmente traçamos um quadro dos crimes passíveis de serem punidos com a lei de 10 de junho de 1835, para depois analisarmos mais detidamente alguns deles. Interessante perceber é que, no caso da Comarca de Castro, a maioria destes crimes envolvia dois ou mais escravos e voltaram-se sistematicamente contra seus senhores. Também chamou a atenção o envolvimento constante de escravos com homens livres, quer fosse planejando e executando roubos, como se vingando daqueles que se colocavam entre eles e a consecução de seus objetivos. Mas o desfecho de alguns casos demonstram que a condição de escravos era importante no andamento dos processos, mas não era definitiva. Assim se passou com José e Benedicto, escravos acusados de furtar gado das fazendas vizinhas a de sua senhora, d. Escolástica Maria Pereira. Igualmente interessante acontece no caso do escravo Adão, que matou Jozé Basílio, e foi morto pelos guardas responsáveis por prendê-lo. Os guardas foram processados pois esperava-se deles o estrito cumprimento da lei, e isso não implicava em nenhuma forma de vingança pessoal, como havia ocorrido.

A última parte do texto é composta dos crimes envolvendo libertos. Aí serão apresentados personagens bastante marcantes, como por exemplo a preta Benedicta Maria da Conceição e suas constantes passagens pela cadeia

de Castro para assinar termos de bem viver por conta de suas bebedeiras, vozerios e “outras obscenidades” que cometia. Um dia, surrada que havia sido, acusa o delegado Anacleto Pereira Bueno de abuso de autoridade e outros crimes. Do processo de Benedicta surge a preta Jesuína, sua movimentada casa e os desenlaces amorosos entre a liberta Fortunata e o escravo Marcelino. Disputando espaços com escravos, outros libertos e brancos pobres os libertos tinham que se haver com mais facilidade com problemas decorrentes de sua condição. Por vezes esperava-se deles uma introjeção de valores sociais como morigeração, apego ao trabalho ou respeito à família. Por vezes, contrariando as evidências apresentadas para comprovação de delitos cometidos contra estes, as autoridades nem sequer instauravam o processo, contrariando flagrantemente a lei. E, em alguns casos, uma acusação contra escravos pode revelar uma situação bastante interessante de disputa de bens e terras entre a família Xavier da Silva e o tenente Fogaça, acusado de má administração de seus escravos. Os escravos, que nem faziam parte da acusação original de furto movida por Fogaça contra um vizinho seu, foram poupados por seu senhor até mesmo de aparecer no tribunal do júri. Mais do que isso, o imbróglio que se seguiu entre os Xavier da Silva e o tenente Fogaça, foi concluído de forma bastante interessante para os escravos, tornado herdeiros legítimos de todos os bens da Fazenda Vilela.

Analisar o universo da constituição dos códigos legais e sua aplicação em realidades concretas e complexas, buscando fragmentos do cotidiano daqueles homens e mulheres, quer fossem escravos ou libertos, da segunda metade do XIX nos Campos Gerais do Paraná provincial, eis a tônica deste texto. O resultado que esperamos demonstrar foi a dificuldade de estabelecer fronteiras nítidas e precisas na vida de livres, escravos e libertos, que se misturavam, complementavam, brigavam, amavam, roubavam e matavam. Dessa aproximação intensa e constante nos pareceu sobrar um espaço pequeno para uma preocupação específica com os crimes de escravos, ao passo que a preservação de valores, o respeito à ordem, às instituições e o combate ao crime em geral se sobressaíram na Província do Paraná. Mas, ao invés de arrolar crimes segundo uma dada tipificação (roubo, furto, homicídios, lesões corporais, etc.) procuramos demonstrar as possíveis relações entre

crimes e personagens. Ou seja, procurou-se articular histórias, amarrá-las de acordo com as possibilidades de produzir referências sobre um universo social rico e comum. Algumas vezes isso pareceu a construção de histórias ou trajetórias pessoais, como em relação à família Borges, as libertas Jesuína ou Benedicta, mas no fundo apenas revelou que numa comunidade de baixa densidade populacional como a da Comarca de Castro, as vidas se cruzavam muito constantemente e, deste agir próximo e constante, crimes, disputas e embates podiam ocorrer resultando, em muitos casos, nos crimes que analisamos neste texto.

## 1. APRESENTAÇÕES: TEORIA, HISTORIOGRAFIA E OS CAMPOS GERAIS PARANAENSES

Este primeiro capítulo, intitulado “apresentações”, versa sobre as renovações teóricas e o impacto historiográfico das mesmas no entendimento e problematização sobre os estudos da escravidão no Brasil. Estudos estes que permitiram um outro olhar para a relação crime e escravidão e as possibilidades abertas para a compreensão de aspectos da sociedade escravista. Concluiremos esta primeira parte apresentando a sociedade dos Campos Gerais, tendo por referência a cidade de Castro, a importância do tropeirismo e alguns dados sobre a população do Paraná e de Castro na segunda metade do século XIX.

### 1.1 POSSIBILIDADES TEÓRICAS

Dialogando com diferentes vertentes teóricas os historiadores da temática puderam, principalmente a partir da década de 1980, superar um dos debates que se fazia mais fortes até então: a oposição entre docilidade ou violência da escravidão. O primeiro caso era representado pela obra de Freyre<sup>24</sup> e o segundo pelos estudos da Escola de Sociologia Paulista. A tese freyriana – recebida de forma entusiasmada por alguns críticos<sup>25</sup> - de que a escravidão havia possibilitado uma miscigenação racial e cultural fundamental para a formação da sociedade brasileira e seus traços distintivos, foi combatida

---

<sup>24</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, 25.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

<sup>25</sup> Segundo Roberto Ventura: “Os críticos João Ribeiro e Lúcia Miguel Pereira consideraram o livro definitivo, por alargar os limites da nação e afastar os temores infundados sobre a inferioridade racial de sua população. Para o antropólogo Roquete-Pinto, era uma obra que já nascia clássica, de consulta indispensável para todos aqueles que quisessem entender o país.” In.: VENTURA, Roberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Publifolha, 2010. Isso não implica em dizer que só de elogios foram os primeiros anos da obra, uma vez que foi acusada de ser “negrófila”, pornográfica, anticlerical. Por meio do jornal Diários Associados, Assis Chateaubriand ainda acusava Freyre de ser comunista.



fortemente por intelectuais da década de 50<sup>26</sup>. Para estes a escravidão havia sido um sistema de extrema rigidez, no qual os escravos, coisificados socialmente, não teriam margem alguma de autonomia e, portanto, não conseguiriam elaborar projetos próprios, tendo na negação total do escravismo a única maneira de resistência. Desta feita, o mundo de senhores e escravos era marcada por uma clivagem forte o suficiente para impossibilitar trocas culturais ou compartilhar amistosamente espaços em comum.

Embora importante e estimulante este debate nosso foco centrou-se, como dissemos anteriormente, nos trabalhos que privilegiaram a escravidão como portadora de alta carga de violência em suas relações, mas que não podia manter-se única e exclusivamente assentada nela. Valendo-se das contribuições de historiadores como Douglas Hay<sup>27</sup>, Edward Palmer Thompson<sup>28</sup>, passaram a adotar conceitos novos como experiência, economia moral ou a relação entre lei e sociedade. A obra de Eugene Genovese<sup>29</sup> forneceu importantes conceitos como paternalismo, acomodação e resistência. A análise do cotidiano foi igualmente possibilitada por obras de Agnes Heller<sup>30</sup> e Michel de Certeau<sup>31</sup>.

Segundo Lynn Hunt<sup>32</sup>, a década de 1960 se constituiu como um ponto importante para o avanço da História Social, ao romper com o paradigma político das décadas anteriores. Diz Hunt que historiadores marxistas “direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres.”<sup>33</sup>

Isso foi estimulado com autores como Thompson e Davis que se detiveram na análise das percepções culturais populares e que deram um

---

<sup>26</sup> Para citar alguns: IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988; FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972; CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>27</sup> HAY, Douglas et. Alii. **Albion's Fatal three: crime and society in eighteenth-century England**. New York: Pantheon's Books, 1975.

<sup>28</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987

<sup>29</sup> GENOVESE, Eugene. **O mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>30</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**, op. cit.

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, op. cit.

<sup>32</sup> HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>33</sup> Idem, p. 2

impulso significativo para a “definição e formação de uma nova abordagem da história social”.<sup>34</sup> Ao longo das décadas seguintes isso foi se expandindo por diversos lugares do mundo e, chega definitivamente ao Brasil na década de 1980, quando se verificou a expansão dos trabalhos de caráter socioeconômico e a consolidação da História Social. Como consequência observou-se uma ampliação dos enfoques, dos objetos de estudo, das fontes e dos paradigmas, que não só foram utilizados, alargados e modificados como, fruto do próprio desenrolar da produção do conhecimento histórico, teve que se haver com críticas e críticos ferozes.

A obra de Thompson analisa que a lei da Inglaterra do século 18 acabou se constituindo como uma defesa da própria autoridade pública, uma vez que as ações sociais visavam a ampliação ou a conquista de uma série de direitos, isso batia de frente com a questão da sensibilidade dos homens num mundo em que os privilégios e a propriedade assumiam um lugar cada vez mais importante.

Reconhecemos que a partir de suas publicações foi ofertada ao debate historiográfico uma consistente possibilidade teórica e metodológica de ser abordada a relação entre crime e direito dentro de uma dimensão histórica. A partir de então, novas perspectivas de investigação sobre a Justiça, o crime e o direito dentro de suas relações histórico-sociais foram sendo possíveis, portanto, sendo sujeitas a interpretações tanto do tempo quanto do espaço em que ocorrem, e as vicissitudes decorrentes destas duas variáveis.

Detendo-nos mais especificamente na obra *Senhores e Caçadores*, seu maior estudo sobre a experiência do crime e do Direito, temos uma interessante fonte de reflexão. O tratamento sobre o “domínio da lei” como uma esfera histórica de importância ampliou a compreensão da sociedade inglesa no século 18 e encontra-se presente em outros momentos da obra thompsoniana. Interessante apontar que Thompson procura apresentar, num exercício de interpretação sobre um amplo conjunto de evidências, a sociedade inglesa que vivia nas fronteiras das grandes florestas e parques oficiais na

---

<sup>34</sup> DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.) **A Nova História Cultural**, op. cit., p.61

conjuntura da elaboração e aprovação da Lei Negra (1723), medida jurídica que inaugurou um período de execuções capitais de rigor inédito naquela sociedade.

Para compreender a origem da Lei Negra, Thompson procurou reconstituir historicamente o modo de vida dos camponeses no espaço florestal inglês, considerando principalmente o costume de usos de bens naturais que eram, até então, de livre acesso aos moradores daquelas regiões. Por outro lado, Thompson destaca a conjuntura dos anos 1720, na Inglaterra, como um momento de ascendência da *gentry* Whig enquanto grande proprietária e ocupante dos principais e mais rendosos cargos político-administrativos, o setor social dominante responsável direto pela aprovação da Lei Negra. Thompson ressaltou a necessidade de encarar a lei como uma expressão histórica compreensível apenas no confronto com os aspectos de totalidade da sociedade na qual está inserida, isto é, de acordo com a experiência contemporânea dos agentes sociais. Defrontando-se com a teoria estruturalista, Thompson rejeita o “domínio da lei” como uma simples “superestrutura”, um “reflexo” de uma realidade socioeconômica exterior. A Lei Negra não apenas era uma consequência, mas também causa de uma mudança nos padrões sociais ingleses, na conjuntura que antecede imediatamente a revolução industrial. O terror inaugurado pela Lei Negra anunciou o longo declínio da eficiência dos velhos métodos do controle e disciplina de classe.

Thompson consegue oferecer um panorama interessante do campo de investigação sobre o resgate do “domínio da lei” como um “bem humano incondicional”, sem dúvida uma valiosa abordagem para a compreensão da experiência de luta entre plebeus e homens poderosos que agiram através de meios socioculturais tão complexos.

Mas, retomando os aspectos sobre a necessidade da lei parecer justa Thompson ressalta o fato de que a lei expressa sim as contradições presentes nas diferentes sociedades. Entende que a lei pode ser usada instrumentalmente na “mediação e reforço das relações de classe existentes e,

ideologicamente, como sua legitimadora”<sup>35</sup>, mas não pode ser só isso. Insistindo na ideia de que a lei “têm suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento”, Thompson ressalta o fato de que, ainda assim, é fundamental que ela consiga parecer aos olhos dos que a ela são submetidos, justa.

Mesmo existindo certas categorias que histórica ou socialmente sejam excluídas do acesso aos procedimentos legais expressos pela lei, estes devem expressar “critérios lógicos” que se refiram aos padrões de universalidade e igualdade, em seu corpo de regras e procedimentos. Isso está condicionado ou atrelado pelo senso de justiça que os homens possuem e que tentarão aplicar quando seus interesses estiverem em jogo. Sendo assim:

Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição previa essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. [...] E, ademais, não é frequentemente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos.<sup>36</sup>

Para o entendimento dos escravos no Brasil talvez seja importante ressaltar que a lei também irá se voltar para a manutenção da ordem, e isso implicava em enquadrar de forma mais sistemática e direta os escravos que soavam como os possíveis opositores a ela, justamente porque uma sociedade baseada na exploração do trabalho escravo e no preconceito racial e étnico.

Em Agnes Heller teremos a definição de vida cotidiana definida como aquilo que “não está fora da história, mas no <<centro>> do acontecer histórico”, indo além “a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico.”

---

<sup>35</sup> Idem, p. 353

<sup>36</sup> THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. Op cit. p. 354.

[...] é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, integração, estamento, casse, nação, humanidade) - bem como, frequentemente, várias integrações - cuja parte consciente é o homem e na qual se forma a sua 'consciência' de nós.<sup>37</sup>

Daí a possibilidade de entender o agir do escravo tanto por sua trajetória individual, seus desejos, anseios, planos, frustrações, experiências, fracassos, avanços, recuos estratégicos, tudo posto em função da escravidão e do tempo, mas como isso tudo e muito mais poderia e se desenvolvia nas trocas de experiências vividas em seu coletivo. Disso resulta uma forma de entender valores, ideologias, visões de mundo compartilhadas com seus iguais, mas também com seus senhores e com muitos outros que compartilhavam seu universo social e cultural. Tanto expressa como um indivíduo único como demonstra em sua ação o produto das relações sociais das quais também é fruto. Então, o crime passa a ser tanto individual quanto social, pois resultado de sua experiência, de sua vida cotidiana, do seu constante aprendizado de ser escravo.

Os trabalhos de Genovese<sup>38</sup> foram fundamentais para o entendimento do processo dialético que se faz presente nos momentos de confrontação com os senhores. Genovese defende a tese de que a ação do senhor gera outra ação, mesmo que de defesa, por parte dos escravos. Uma ação por outra já significava um avanço bem significativo em relação à simples “reação” a que os escravos estavam condicionados dentro das explicações dos marxistas da Escola Sociológica Paulista. Importante também será sua contribuição acerca do entendimento de que existia um projeto de direção consensual entre senhores e escravos, mas que isso se dava principalmente pela lei, pela religião, sobretudo, pelo tratamento patriarcal que permitia aos escravos obter concessões dentro da sociedade escravista. O paternalismo se constituía na relação escravista como uma forma de dominação eficaz, do ponto de vista do senhor, onde bondade e afeição faziam parte de uma relação que também

<sup>37</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 20-1.

<sup>38</sup> GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. São Paulo: Paz e Terra, 1988

exprimiam manifestações de crueldade e ódio. Mas paternalismo não significava a mesma coisa para senhores e escravos.

Para os senhores o paternalismo era um mecanismo de dominação e esgarçamento das relações entre os escravos, corroendo possíveis laços de solidariedade. Para os escravos era a possibilidade de resistir a tentativa de sua desumanização por meio da conquista de direitos e ampliação dos campos de autonomia, como, por exemplo, manifestações religiosas e culturais, focos maiores da resistência escrava à dominação e opressão senhorial. Segundo Genovese o mais importante é que “a insistência do paternalismo em obrigações mútuas - deveres, responsabilidades e, em última instância, até direitos - representava, implicitamente, a humanidade dos escravos.”<sup>39</sup> Uma boa resposta sobre a questão da resistência X acomodação dos escravos foi proposta por Genovese em seu Roll, Jordan, Roll.

Para o autor, prevaleceu a tese do mundo escravo como uma conquista, que se tornou possível em função da capacidade dos mesmos em organizá-lo a partir dos elementos resultantes da luta com os senhores, numa luta incessante travada no cotidiano das relações que colocava de um lado com as fórmulas de domínio e exploração e, de outro, aquilo que os escravos consideravam como justo. Então para ele não existe de um lado a acomodação e, de outro, a resistência. Para o autor, as duas constituem em “duas formas de um mesmo processo pelo qual os escravos aceitavam o que não poderia ser evitado e simultaneamente lutavam, individualmente ou como grupo, pela sobrevivência tanto moral quanto física.”<sup>40</sup> Ou seja, acomodação e resistência eram dois lados de uma só moeda e funcionavam como resposta, complementar e orgânica à ideologia dos senhores.

Já em Gutman<sup>41</sup>, temos a manutenção e consolidação das estruturas escravas apesar da opressão escravista. Isso se dava principalmente por conta da possibilidade de formação de famílias que possuíam certa autonomia, além

---

<sup>39</sup> Idem, p. 24

<sup>40</sup> Idem, p. 658

<sup>41</sup> GUTMAN, Herbert. The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925, Nova York, Vintage Books, 1976

de serem duradouras, conformadas muitas vezes por padrões diversos dos da família branca senhorial.

As ideias de paternalismo, acomodação e resistência de Genovese, bem como a de autonomia escrava - construindo um universo repleto de traços culturais, religiosos e marcados pelo cotidiano familiar - de Gutman produziram impactos bastante expressivos na historiografia brasileira e mais adiante tentaremos demonstrar como isso ocorreu. Como bem salienta Wissenbach<sup>42</sup>, as contribuições de Gutman residem na necessidade de compreender a capacidade de entendimento acerca da organização sociocultural da vida dos escravos. Sendo assim, é necessária a captação dos diversos elementos orgânicos presentes na comunidade escrava: valores, padrões de comportamento e crenças que se desenvolveram ou permaneceram mesmo com o peso da escravidão, que acabaram por revelar uma capacidade considerável dos escravos em contornar e resistir às imposições do sistema, o que por um lado, revelava a capacidade de adquirir e ampliar a qualidade de vida e, por outro, contornar ou ajustar suas condutas frente às mudanças do sistema e as expressões violentas que lhe eram subjacentes.<sup>43</sup>

#### 1.1.1 As apropriações teóricas e os rumos da historiografia

Com a apropriação dessas novas formas de pensar a escravidão, com a quantidade de produções bastante aumentada tanto as vésperas quanto após as comemorações do centenário da lei Áurea em 1988, os estudos sobre a temática passaram a espelhar amplitudes de abordagens, variações temáticas e metodológicas, possibilidades teóricas, descobertas e usos de novas fontes ou apenas um novo olhar sobre aquilo que já se conhecia, novas políticas de arquivos e publicização dos materiais neles constantes. Parece correto afirmar que matizes mil passaram a constituir o universo dos estudos sobre a temática.

---

<sup>42</sup> WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitech, 1998.

<sup>43</sup> Idem, p. 27-28

Discutindo os rumos da historiografia da escravidão no Brasil e a mudança de paradigma encetada principalmente nos anos nas 3 últimas décadas do século XX Marcus Carvalho<sup>44</sup> afirma que ao menos 4 motivos merecem destaque:

1) o desenvolvimento de uma bem fundamentada crítica à visão de Gilberto Freyre, que começou a ser seriamente combatida já nos anos cinquenta; 2) a influência da literatura internacional sobre o escravismo, cada vez maior depois dos anos setenta; 3) os avanços do Movimento Negro e da luta pela democracia no Brasil após o golpe de 1964; 4) a consolidação das pós-graduações em História entre as décadas de 70 e 90.

Não há, segundo o autor, um processo hierárquico que determine qual destes fatores é mais importante ou que dele se origine os demais. Mas acredita que o resultado disso seja o desenvolvimento analítico que permitiu conhecer melhor a história da escravidão, mas não só dela, no Brasil. Ponto destacado por Marcus Carvalho, e fundamental no avanço dos estudos sobre a temática da escravidão, foi o representado pelos questionamentos feitos pelos estudos da Escola Sociológica Paulista. Mas se este momento histórico conseguiu expor as fragilidades das explicações freyrianas do fenômeno da escravidão, ainda assim não conseguia trazer o negro para o centro da cena do processo histórico, ou pelo menos, ainda não fez do escravo personagem atuante da história. Se nesta o escravo aparecia como pouco ativo, quando não ausente de sua própria história, a renovação dos estudos sobre a temática colocaram definitivamente o negro como sujeito ativo e responsável por sua história. Para isso várias modificações foram ocorrendo.

Afastando-se do debate sobre a docilidade ou não da escravidão, que colocava de um lado a obra e o pensamento de Gilberto Freyre<sup>45</sup>, e de outro,

<sup>44</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Resistência escrava no Brasil: raízes e roteiros de algumas discussões recentes**. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/carval.rtf>. Acessado em: 10 set. 2010

<sup>45</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 25 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1987. A imagem corrente sobre sua tese e que mais foi criticada é a de que o autor edulcorava a escravidão, ou então, o que nos parece mais frágil é a de que tenha criado a imagem do Brasil enquanto uma “democracia racial”. Se não nos enganamos esta expressão não aparece uma única vez em toda a obra. De outra parte cabe ressaltar que, muito embora, colocando no centro da relação entre brancos e negros formas adaptativas ou de integração, não renega a



as críticas sofridas por este autor pela geração da escola de sociologia da paulista<sup>46</sup>, a historiografia brasileira caminhou rumo a renovação iniciada já na década de 70, mas com um processo mais claro de consolidação ocorrendo na década de 80, dentro do movimento acima citado de comemorações e reflexões sobre o centenário da abolição. Houve ainda uma releitura da obra de Gilberto Freyre, historiador ao qual José Carlos Reis assim definiu:

Casa Grande e Senzala é talvez mais importante pelo intenso debate que provocou em torno do passado, presente e futuro do Brasil, do que o que afirmou e elogiou. Os que combatem Freyre só fazem revelar todo o vigor da sua análise do Brasil. Nenhum desses seus combatentes, marxistas ou padres, teriam coragem de lançar, hoje, sua obra no fundo de uma gaveta. Sua obra é inesquecível, seminal,

tensão e violência inerentes ao processo. Isso pode ser verificado tanto no início da obra quando fez descrições sobre barbaridades cometidas pelos senhores contra os escravos, como quando afirma que: “Não são dois nem três casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença dos maridos, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas.” (p. 292-293) Diz ainda que: “Às vezes negrinhas de dez, doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, graganzás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses com uma fome doida de mulher. E toda essa superexcitação dos gigantes louros, bestiais, descarregava-se sobre molequinhas; e além da superexcitação, a sífilis.” (p. 449) Outra crítica é de que suas fontes, quase sempre relatos de memorialistas eram escolhidas de forma a esconder as tensões da sociedade escravista. Este idéia precisa ser relativizada pois em várias passagens, citando os viajantes do XIX, não parece ter este cuidado, como por exemplo quando recorre ao texto de Henry Koster: *Logo que a criança deixa o berço (...) dão-lhe um escravo do seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos, empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição (...). Enfim, a ridícula ternura dos pais anima o insuportável despotismo dos filhos.* (p. 336)

<sup>46</sup>Entre os expoentes da Escola de Sociologia da USP que deram tratamento a questão da escravidão negra no Brasil citamos: FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1964.; CARDOSO, F. H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão. 1977. AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955. COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1988. Para estes autores a resistência aberta e a rebeldia consistiam na única maneira dos escravos afirmarem como pessoas, como sujeitos de sua própria história. Para Clóvis Moura, só os escravos que fugiam e participavam de quilombos, eram escravos que combatiam o regime escravista. Por outro lado, aqueles que permaneciam no trabalho, que não fugiam para os quilombos, que não se insurgiam, consolidaram o regime escravista. Para Fernando Henrique Cardoso, que aborda as condições de existência social do negro no Brasil antes e depois da abolição, o escravo que era visto como simples instrumento de trabalho e possuidor de uma consciência passiva, na transição da sociedade de castas para a sociedade de classes, passava por um processo de alienação pra poder assim integrar-se à sociedade da época, denotando que, mesmo após a abolição, os negros continuavam carentes de consciência da sua condição política e social. Os escravos eram, nas palavras de Fernando Henrique, testemunhas mudas da história.

paradigmática, apesar de inimitável. É um modelo de eficiência, abrangência e competência na abordagem da sociedade brasileira. A historiografia norte-americana sobre a escravidão parte de Freyre; a historiografia brasileira sobre a escravidão também tem como referência Casa Grande e Senzala<sup>47</sup>.

Mas esta renovação não impôs de imediato a relação entre criminalidade e escravidão, e as possibilidades daí advindas não se desenharam de uma só vez.

A primeira questão rumo a isso se deu numa ampliação geral do uso de fontes, estabelecendo com elas um diálogo mais amplo e profundo. Isto foi respondido com a exploração de materiais que, se não tinham sido completamente alijados da análise da historiografia, ainda eram capazes de produzir novas e fundamentais contribuições para o entendimento sobre os espaços ocupados, as estratégias, as manipulações e negociações que os escravos manifestavam no seu dia-a-dia. Mapear e se aproximar do universo cotidiano da escravidão implicou na necessidade de se vasculhar sistematicamente os arquivos cartoriais, jurídicos, governamentais, policiais, religiosos, literatura, enfim, aqueles capazes de fornecer uma ampla gama de fontes para responder novas questões.

Estudos passaram a considerar mais detidamente as questões regionais afeitas a escravidão, o que permitiu analisar tanto regiões produtoras de gêneros para a exportação, quanto regiões que estavam fora desta dinâmica produtiva. O tráfico negreiro foi constantemente revisto, quer suas dinâmicas próprias de funcionamento, quanto os números próprios da escravidão, os agentes participantes, o peso de tráfico interno, etc.

Podemos afirmar que o campo historiográfico abriu-se de vez: religiosidade como fator de orientação étnico-cultural e resistência ao sistema, mobilidade social, manifestações culturais, família como espaço de ressignificação de sentidos e identidades, novos problemas para o funcionamento da justiça e seus agentes, o conceito de liberdade passa a ser reproblematicado, as dinâmicas e os sentidos do mundo do trabalho passam a

---

<sup>47</sup> REIS, José Carlos. **Anos 1930: Gilberto Freyre**. O re-elogio da colonização portuguesa. Pós-História. Assis/SP, v.6, 33-65, 1998. p. 36

ser revistas, a mestiçagem ganha novos sentidos e conformações, obras clássicas são relidas e reinterpretadas a luz de novas fontes ou de novos debates teóricos<sup>48</sup>, mediadores culturais passam a ganhar um papel importante para a explicação não só da própria escravidão, mas das permanências culturais, suas readaptações no território brasileiro e a formação de territórios africanos no lado de cá do Atlântico. Entre estas novas temáticas surge a preocupação com o crime dotado de sentido e orientação, entendido a partir de possíveis estratégias, de onde se pode ler noções de honra, valentia, solidariedade, justo, companheirismo ou fidelidade. Isso sem falar que revela ainda possíveis leituras sobre rixas antigas, desentendimentos provocados por alguns copos de cachaça a mais, disputas por amores, compartilhamento de locais comuns entre escravos, livres e libertos. Permite avançar sobre o funcionamento da justiça, a ação dos responsáveis por sua construção e manutenção, o funcionamento do judiciário e muitas outras variações de abordagem.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Isso acontecerá, por exemplo, com a própria obra de Gilberto Freyre que passou a ser relida e considerada uma referência para a renovação dos debates teóricos e os estudos sobre a questão da mestiçagem, por exemplo.

<sup>49</sup> A bibliografia sobre o tema é bastante vasta, mas a título de exemplo: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987; REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988; LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; WISENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero, 1993; SILVA, César Múcio. **Escravidão e violência em Botucatu 1850-1888**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis; SOUZA, Claudete de. **Formas de ações e resistência dos escravos na região de Itu**: século XIX. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca; PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999; SANTOS, Luciana de Lourdes dos. **Crime e liberdade**: o mundo que os escravos viviam. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara; REIS, Liana Maria. **Por ser público e notório**: escravos urbanos e criminalidade na Capitania de Minas (1720-1800). 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. **Lei branca e justiça negra**: crimes de escravos na comarca do Rio das Mortes (Vilas Del-Rei, 1814-1852). 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas; PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**. Escravos e forros no alto do sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003; CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras**

Os debates sobre a relação crime e escravidão auxiliaram ainda na recuperação e o entendimento de costumes, práticas cotidianas, formas de enfrentamento e, por conseguinte, de acomodação, negociação e conflitos, laços e solidariedades se construíram e se desfizeram. Procurou-se avançar nos sentidos que os próprios escravos davam para suas vidas, como agiam no sentido de modificá-la – mantê-la também era uma possibilidade interessante para alguns escravos – demonstrando uma sensível capacidade de entendimento da realidade que se apresentava em diferentes momentos.

Historiadores como Maria Helena Machado<sup>50</sup>, Célia de Azevedo<sup>51</sup>, Silvia Lara<sup>52</sup>, Leila Mezan Algranti<sup>53</sup>, João José Reis e Eduardo Silva<sup>54</sup> e Sidney Chalhoub<sup>55</sup> abandonaram o debate sobre a docilidade ou violência da escravidão para dar conta de uma história da escravidão onde os escravos pudessem ser entendidos como sujeitos políticos do processo. No dizer do próprio Chalhoub, era necessário superar a dicotomia docilidade/benevolência x violência, pois:

Por definição a escravidão era uma instituição extremamente violenta, que funcionava pelo recurso ao castigo físico e à venda de pessoas. No entanto, o problema era entender – na fórmula sartreana – o que as pessoas faziam com o que faziam delas.<sup>56</sup>

E foi isso que se indicou a partir de então e de forma mais sistemática: analisar as estratégias que escravos, libertos e senhores usavam para demarcar um espaço – quer fosse ele social, cultural e mesmo físico – no

---

**dos tribunais:** direito e escravidão no Espírito Santo, século XIX. 2003. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>50</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>51</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

<sup>52</sup> LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

<sup>53</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988

<sup>54</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>55</sup> CHALHOUB, S. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>56</sup> CHALHOUB, Sidney. História, literatura e legados historiográficos: entrevista com Sidney Chalhoub. In: **Saeculum** – Revista de História [20]; João Pessoa, jan./ jun. 2009. p. 291

mundo da escravidão. Se não chegamos a concordar inteiramente com Suely de Queiroz<sup>57</sup> para qual este momento da historiografia “repensa o conceito de violência do sistema, admitindo a existência de espaço para o escravo negociar um cotidiano mais brando”, pois entendemos que não é o cotidiano em si o que se negociava, mas espaços deste cotidiano, reconhecemos o valor da negociação em si, bem como da acomodação, simulação e outras estratégias que passaram a ser analisadas. Os registros sobre os crimes praticados por e contra escravos e libertos pode revelar um pouco daquele cotidiano violento, mas o qual as pessoas tentavam organizá-lo e operacionalizá-lo dentro de bases aceitáveis, muito embora seja esta tese questionada por Jacob Gorender<sup>58</sup>, que afirma:

a historiografia brasileira pretensamente nova quis recuperar a subjetividade autônoma do escravo, não o fez para destacar as reações anti-sistêmicas, como os levantes, quilombos, atentados e fugas. Ao contrário, subiram ao primeiro plano as estratégias (sic) cotidianas e suaves de acomodação do escravo ao sistema escravocrata. Recuperou-se a subjetividade do escravo para fazê-lo agente voluntário da reconciliação com a escravidão.

Esta idéia foi acompanhada, entre outros, por Mario Maestri<sup>59</sup>, acusando a historiografia dos anos 80 de ter sido tomada pelos discursos neo-liberais provenientes dos EUA.

Influenciado pela historiografia estadunidense, retomando não raro narrativas escravistas, processo historiográfico revisionista abandonou o estudo do trabalho e da resistência na escravidão para centrar-se na pesquisa das alforrias, compadrios, “ações de liberdade”, “famílias escravas”, “histórias de vida”, etc., em clara busca de reconstrução da escravidão, de sociedade conflituosa em sociedade consensual, ainda que desequilibrada (...)em entrevista à Folha Ilustrada, de 13/02/2006, o historiador João Fragoso propôs sem papas na língua o interesse dos cativos na manutenção da escravidão. “Esses senhores da terra [proprietários rurais no Brasil tinham que ter legitimidade social, tinham que ter apoio da sociedade, e esse apoio vinha principalmente dos escravos. Se eles achassem que esses senhores não eram de nada, acabou. Não seriam mais

<sup>57</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

<sup>58</sup> GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1988. P. 20

<sup>59</sup> MAESTRI, Mario. A Reabilitação Historiográfica da Ordem Escravista: Determinação, Autonomia, Totalidade e Parcialidade na História. In: XXV **Simpósio Nacional de História** – História e Ética, 2009, Fortaleza, Ceará. Anais do Simpósio. P. 24

senhores.” Para o historiador, os cativos faziam parte da sociedade da época e o “braço armado” dos “senhores” eram, portanto, seus próprios “escravos armados”.

Para nosso trabalho achamos mais interessante reter a reflexão feita por Silvia Lara<sup>60</sup> que dimensiona com felicidade e agudez a necessidade de superar os anacronismos conceituais e entender o significado da violência e da negociação a partir de seus próprios tempos de análise:

para mim, cidadã do século XX uma única chicotada constituiria uma violência inaceitável. Mas é preciso compreender como homens e mulheres de outros tempos puderam imaginar que quatrocentas chicotadas dadas em dez dias alternados eram mais humanas e moderadas que quatrocentas dadas de uma vez só.

As possibilidades então nos impelem a pensar que existiam formas múltiplas relações – entre elas a violência - entre escravos, senhores e libertos, sem que se possa determinar apenas um modelo ou uma definição para o entendimento do processo. Ao estudarmos os crimes que envolviam os homens e mulheres do termo de Castro da segunda metade do século XIX, entendemos que a violência era constante, mas havia um espaço social construído da percepção de determinadas circunstâncias observadas pelos escravos e libertos, a partir das quais estes puderam reafirmar sua condição de agentes históricos, ainda que isso nos chegue através do momento de tensão da relação senhores-escravos, libertos e livres e, ainda, filtrado por um escrivo que julgava o que devia registrar.

O ponto de partida e de chegada de grande parte da historiografia brasileira sobre a escravidão reside na tentativa de compreender a escravidão pela visão dos próprios atores sociais, sem nenhuma pré-determinação de adjetivações limitadoras. Hebe Mattos afirmou que “Não há escravidão ‘suave’ ou ‘cruel’, ela dispensa adjetivos”<sup>61</sup>. Chalhoub acredita que não há como qualificar previamente a atuação dos escravos como sujeitos históricos em termos de dualidades como passividade e atividade, conformismo e resistência,

<sup>60</sup> LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão no Brasil**: balanço historiográfico. LPH-Revista de História. Mariana, nº1, p.245-266,1992. p. 257

<sup>61</sup> Idem, p. 143.

coisificação e rebeldia. Vai-se de um discurso de denúncia de uma extrema violência da escravidão e conseqüente vitimização do negro, à reação escrava irracional por meio de fugas, assassinatos ou suicídios, ou, à louvação dos feitos heróicos de alguns deles.<sup>62</sup>

Mesmo afirmando a atuação do escravo em seu cotidiano como agente ativo na transformação de sua história, cabe, principalmente, analisar as várias formas de ocorrência desse processo. Para perceber o processo social sem concepções históricas pré-determinadas, foi imprescindível a adoção de múltiplos objetos de pesquisa e a alteração do olhar em relação ao papel das fontes primárias, problematizando-as, primeiramente, com a introdução do percurso de vida e das intrincadas relações sociais cotidianas ao fazer histórico. Segundo Aloiza de Jesus “uma vez que, antes de tudo, os cativos eram seres-humanos, escravizados num determinado período histórico, e não podem ser reduzidos a uma mera dualidade ou complementos de adjetivos.”<sup>63</sup>

Sendo assim, podemos avançar em busca de homens e mulheres escravizados ou libertos que, em determinado momento de suas histórias, confrontaram-se com a justiça e seus executores. Veremos que por vezes foram bem sucedidos, muitas outras nem tanto. Mas que não assistiram passivos e nem foram insensíveis frente as dinâmicas e mudanças da sociedade e do tempo em que viveram. Não podemos afirmar que falamos dos escravos do termo de Castro como se isso dissesse respeito a todos. Aqueles que chegaram a fazer uma denuncia ou ser acusado frente a uma autoridade correspondiam a pequena parcela daquela população. Mas estes que tomamos conhecimento através dos registros dos arquivos do judiciário, representam também as variadas formas com que se relacionaram com a lei, questionado-a ou tentando se valer dela. Não se tornaram heróis por isso e nem se tornaram símbolo de pessoas incapazes de conviver segundo padrões estabelecidos. Apenas deram à sua vida rumos em função de suas expectativas ou necessidades. Isso algumas vezes ou fez vítimas de crimes, outras vezes acabou por fazê-los agressores. Analisar como transitaram entre um pólo e

---

<sup>62</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Op. cit. p. 250

<sup>63</sup> JESUS, Aloiza Delurde Reali de. De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas Freguesias do Espírito Santo (1850-1871). Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2009

outro implica em considerar as condições em que viviam, quantos eram, em que se ocupavam. Portanto, uma apresentação sobre o Paraná do século XIX e o contexto da escravidão na Província e no termo de Castro se faz necessário.

## 1.2 OS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: TROPEIRISMO E ESCRAVIDÃO

Duas léguas depois de ter deixado Caxambu, parei numa fazenda que trazia o mesmo nome do seu dono, o tenente Fugaça.

O proprietário estava ausente no momento de minha chegada, mas fui bem acolhido pelos seus escravos. Suas maneiras corteses e o contentamento que traziam estampado na face haviam feito que eu os tomasse por inicialmente homens livres. Mas tratava-se de escravos, que me fizeram os maiores elogios ao seu amo. Depois disso já não mais me surpreendia vê-los tão satisfeitos e tão prontos a me servir. Se muitas vezes os negros têm um ar melancólico, sofredor e estúpido, e se chegam mesmo a se mostrar desonestos e imprudentes, é porque são maltratados.

Falar sobre os campos gerais paranaenses é, obrigatoriamente, um exercício de reconhecimento da importância do tropeirismo, da criação de animais e da relação bastante específica que esta atividade dará à escravidão da região. Saint-Hilaire<sup>64</sup> em diversos momentos frisou a existência dos escravos neste espaço, mas o fez transitando entre o elogio aos escravos que encontrou, como na citação acima, ou em passagens que fala da inteligência, cortesia, bondade e fidelidade dos negros aos seus senhores nas fazendas onde pernoitou por uma ou várias noites. Igualmente elogia o fato de que a prudência dos senhores de Castro os impedia de comprar muitos negros, o que trazia “proveito a moral pública” e que seu aumento em 1820 representava uma infelicidade maior para os brancos do que para os negros, ainda que indicasse

<sup>64</sup> SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1978.



um aumento da riqueza da região. Mas de maneira geral suas observações tendem a reforçar a tese da benignidade da escravidão negra, corroborada por suas afirmações acerca do bom tratamento dispensado aos escravos. Criou-se uma imagem pouco realista da escravidão, ainda que tenha sido aquela que viu ou quis ver, as observações sobre a dinâmica social da região dos campos gerais e da vila de Castro são bastante interessantes, especialmente quando enfatiza o peso que as atividades ligadas à pecuária desempenhavam naquela sociedade.

Suas observações realizadas no ano de 1820 retratavam em boa medida as experiências que se configuravam de longa data em território da capitania de São Paulo. Segundo Octávio Ianni<sup>65</sup>, a agricultura, a pecuária e o tropeirismo passaram a ocupar a atenção das populações do Paraná, especialmente a dos Campos Gerais, aproveitando-se da impossibilidade das vilas paulistas em suprir alimento para as Minas Gerais. Mais do que isso, o grande fluxo populacional para a região aurífera teve como consequência imediata uma grave crise de abastecimento de gêneros alimentícios<sup>66</sup>. Assim sendo, a região dos Campos Gerais, que pouca atenção despertava até fins do século 17, passou a ser bastante interessante por conta de suas excelentes pastagens já no início do século XVIII. Até a abertura do caminho ligando o Rio Grande aos Campos Gerais, que aconteceu entre 1728 e 1730, o gado vacum para alimentação e também muitos cavalos para montaria eram criados na região dos campos gerais. Depois disso a criação continua na região, mas os criatórios gaúchos passaram a responder pela maioria dos animais que chegavam até São Paulo e depois às Minas Gerais. Com a entrada do Rio Grande do Sul no mercado de abastecimento das minas, outro animal surgiu como importante fonte de negociação - as mulas - indispensável para os

---

<sup>65</sup> IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Sciencia et Labour (UFPR), 1988.

<sup>66</sup> Não adentraremos aqui no instigante debate aberto por Liana Reis e Carlos Magno Guimarães que indicam a inconsistência das teses sobre a inexistência ou pouca atenção dada à agricultura na capitania de Minas ou de que esta atividade só tenha ganhado importância após a queda da atividade mineradora. Para ambos houve uma associação entre atividade agrícola e mineração, inclusive com o uso de significativa mão-de-obra escrava nas atividades agrícolas. Indo além, ambos indicam que foi montada à época mineradora unidades agrícolas de caráter escravista e mercantil que não rivalizava com a atividade mineradora, mas acaba por se constituir em sua base complementar. Conforme: GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Lina Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte: UFMG, n. 2, 1986, p. 7-37

transportes. Voltaremos a discutir as observações de Saint-Hilaire logo adiante mas, por enquanto, cabe sua definição acerca da própria região:

[...] trata-se de um desses territórios que, independente das divisões políticas, se distinguem de qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do Itararé começam os Campos Gerais, região muito diversa das terras que a precedem do lado nordeste, e elas vão terminar a pouca distância do registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e as verdejantes pastagens são substituídas por sombrias e imponentes matas.<sup>67</sup>

São as verdejantes pastagens que possibilitaram o surgimento de uma sociedade campeira. Como dissemos anteriormente, as necessidades que surgiram em função da descoberta do ouro em Minas Gerais foram o impulso necessário para a criação de um sistema social extremamente importante para a expansão e ocupação do território brasileiro nos séculos 18 e 19. As muitas rotas e trilhas que foram criadas cruzaram o território do interior do Brasil e deram espaço para a constituição de uma complexa configuração social e territorial, com homens especializados em criar, arrebanhar, vender, negociar e tanger burros e mulas, tão necessários aos transportes e do gado, para alimentação.

A complexidade do processo, já citada acima, indica a necessidade também de ampliar a ideia de tropeiro, que parece indicar que todos dentro desta atividade realizavam as mesmas funções, executavam os mesmos trabalhos, ou, pelo menos, trabalhos sob condições de tratamento igualitárias. O entendimento desta questão é importante também para marcarmos possíveis espaços ocupados por escravos na atividade e que aparecem com relativa frequência nos processos analisados. Segundo Matos<sup>68</sup>, para além do dono da tropa, responsável pelo investimento e dono do lucro, existiam ainda condutores, camaradas, cozinheiros e aprendizes. A especialização dentro da tropa é relatada em vários processos que encontramos, como, por exemplo, o caso do escravo João, de propriedade de Francisco Ignácio de Almeida.

<sup>67</sup> SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Op. cit. p. 15

<sup>68</sup> MATOS, Mário. Fases de prosperidade e de declínio do tropeirismo. In: FRIOLI, Alfredo; BONADIO, Geraldo (orgs). **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras; Fundação Ubaldino do Amaral, 1984

Durante uma das muitas viagens que realizava acompanhando seu senhor na condução de tropas, o escravo João foi elevado à condição de cozinheiro da tropa, adiantando-se em determinado momento da viagem para preparar a refeição em trechos onde não se encontravam fazendas ou vendas. Numa das vezes, foi ordenado que preparasse um virado de feijão para seu senhor e para a tropa, composta de outros cinco homens. Adiantou-se, mas não fez o solicitado, afirmando que não fizera “virado algum” e que ele já tinha “um queijo na boca”, algo que o senhor interpretou como uma “resposta dada de modo atrevido” e deu uma relhada no escravo. Pelos depoimentos das testemunhas o escravo alegava que aquele trabalho era uma exigência a mais do senhor que ele não queria cumprir e que, por isso, o senhor por várias vezes havia lhe infligido castigos moderados. Mas, naquele 9 de março de 1860 o escravo não quis mais suportar e cravou uma “grande faca que trazia consigo” no próprio peito “dando quatro a seis passos para o lado esquerdo, logo depois caiu e no mesmo instante expirou.”<sup>69</sup>

Já o escravo Virgílio vendia seus serviços de alfaiate e já tinha acompanhado várias tropeadas executando esta e outras funções, quando foi acusado de abrir a cabeça de Maria Delfina de Camargo com várias machadadas.<sup>70</sup> Ou mais significativo ainda, o caso de Anacleto Pereira Bueno, acusado de abuso de autoridade e de mandar prender pessoas que eram “seus desafetos sem motivo” principalmente para impedir que “votassem em candidatos que não eram do seu agrado.” O processo foi movido por José Francisco Xavier, de profissão alfaiate. Alegava ter sido aprendiz de alfaiate do escravo Bernardino Mulato, que pertencia ao vigário da freguesia de Lages, que o alugava aos tropeiros que passavam pela região e os servia durante a viagem e que já havia passado “tantas vezes por esta vila.” Interessante ressaltar que o cidadão José Francisco Xavier, obstado de exercer seu direito ao voto, terminou sua formação de alfaiate com outro “escravo, Rufino, de propriedade de Dona Clara.”<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> CCEE. Processo. Caixa Ano 1860. Data: 14/4/1860. Suicídio

<sup>70</sup> CCEE. Processo. Caixa Ano 1863. Data: 17/1/1865. Homicídio

<sup>71</sup> CCEE. Processo. Caixa Ano 1861. Data: 8/6/1861. Outra referência ao alfaiate Rufino encontra-se também no inventário de Ignácio Mariano de Oliveira. Quando da descrição dos devedores de sua Casa Comercial consta “Rufino, o alfaiate, deve 2\$000.”

Exercendo atividades de apoio ao tropeirismo, desenvolvendo-se e crescendo em função dele, inúmeros pousos e vilas se formaram e forneciam desde gêneros alimentícios ligados à agricultura, como carpinteiros, sapateiros, alfaiates, arrieiros, campeiros, ferradores, etc. No próprio espaço das fazendas as atividades executadas são bastante diversificadas, conforme observou Ianni:

Os indivíduos na fazenda distribuem-se em uma estrutura ocupacional determinada. As atividades resumem-se em; vigilância do gado, com as decorrências normais, tais como a reunião dos animais em recantos prefixados, para protegê-los de animais selvagens, aborígenes, ladrões; a reunião dos currais; o cuidado com as vacas de cria e bezerros; a marcação, um a um, que se realiza duas vezes por ano; a castração dos touros que se pretende engordar para o comércio de carne, também efetuada uma vez cada semestre; as queimadas, duas ou três vezes por ano, de trechos de pastagens, de modo a proporcionar sempre relva tenra e verde ao gado; distribuição periódica de sal, dado o insuficiente teor salino das pastagens e, em parte, o papel dessa substância na domesticação do gado; o esartejamento dos animais destinados ao consumo local; o curtimento e preparação de couros para a confecção de implementos de peões ou artefatos domésticos; a doma de cavaleiros ou muareos destinados ao uso do pessoal da fazenda; o transporte de animais, nas viagens para o mercado, etc.<sup>72</sup>

Muito embora longa, a citação acima fornece uma boa dimensão do universo de trabalho no qual foram inseridos os negros escravizados das fazendas dos campos gerais. À medida que acompanhávamos os processos encontrados durante a pesquisa, esta citação estava sempre presente, pois muitos dos crimes e das atitudes dos ou contra escravos e libertos que chegavam a configurar numa peça jurídica, dava-se no desenrolar de uma das atividades acima. Era um escravo punido pelo roubo de animais ou de couros ou o desleixo nas tarefas de pasto, um negro que atacava seu senhor ou outro escravo companheiro de cativeiro com a faca que usava para castrar um touro ou usada para carrear um animal.

O furto de gado, sem dúvidas, constituía um problema mais sério enfrentado pelos criadores de Castro e por dois motivos. Em primeiro lugar porque era difícil controlar que os escravos abatessem algum animal para ser consumido entre eles ou negociado com alguém com quem tivessem contato. Desta segunda possibilidade surge o outro motivo: quase sempre o roubo de alguma cabeça de gado implicava o envolvimento de pessoal livres. Conforme

---

<sup>72</sup> IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo...** Op. cit. p. 56

analisaremos adiante este é o caso dos escravos da Fazenda Vorá, de propriedade de Joaquim José Carneiro e sua mãe, d. Anna Estevão Carneiro<sup>73</sup>, no qual estavam envolvidos vários de seus escravos. Neste caso o crime era pactuado entre os escravos, que não dá para precisar quantos participavam do roubo mas com certeza cinco deles estavam envolvidos: Fabrício, Júlio, Procópio, Olegário e Claudiano, com proprietários de outras fazendas Joaquim de Almeida e Cândido da Cruz.<sup>74</sup>

Da mesma forma agem, ou melhor, foram acusados de agir os escravos José e Benedicto, que pertenciam a Escolástica Maria Pereira<sup>75</sup>. A diferença é que aqui a associação dos escravos era com a própria senhora, acusada de valer-se dos furtos praticados em três fazendas da região, de propriedade de José Florentino de Sá Bittencourt, José Gonçalves Guimarães e Gregório Rodrigues Bertin. Este processo, que igualmente será analisado mais detidamente no momento oportuno, é bastante interessante, uma vez que os acusadores não pedem a prisão dos escravos, apenas uma indenização de 900 mil réis pelos animais abatidos pelos escravos e que os dois fossem mantidos distantes de Castro e de sua senhora. As condições impostas são aceitas por dona Escolástica Pereira que assina um termo concordando com as condições.

Além das muitas funções necessárias pela criação de gado existia ainda o fato analisado por Klein<sup>76</sup>, de que o tropeirismo foi responsável também por uma divisão territorial do trabalho, cabendo aos gaúchos a criação de animais, aos paranaenses o aluguel de seus campos para internada e seus campos de criação, e aos paulistas a comercialização através da feira de Sorocaba, de onde se articulava a extensa rede da economia colonial. O viajante Saint-Hilaire situava o tropeiro de Castro numa escala importante de articulação dentro deste processo:

---

<sup>73</sup> Não sendo o objeto deste trabalho não nos detivemos nos casos envolvendo D. Anna Estevão Carneiro e os processos em que é autora sempre por furto de gado, mas nos chamou a atenção o fato de que entre os anos de 1852 e 1879 ela o tenha feito por 10 vezes.

<sup>74</sup> O caso envolvendo estes escravos será analisado no quarto capítulo, mas num outro processo onde os quatro primeiros, além de Francisco de Almeida de e Honorato de Almeida, serão julgados pela morte de Francisco Gaia, responsável pela delação do crime de roubo de gado.

<sup>75</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1878. Furto

<sup>76</sup> KLEIN, Herbert. **A oferta de muares no Brasil Central**: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. Estudos Econômicos. São Paulo. Vol. 9, n. 2, maio-ago, 1989.

Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua terra. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra e em Sorocaba.<sup>77</sup>

Pode ser que a ânsia por negociar animais, criando ou comprando no sul, não fosse compartilhada por todos os moradores de Castro, como veremos logo adiante, mas não existem dúvidas de que será em torno destas atividades que a economia e a sociedade de Castro mais fortemente se concentraram. Da mesma forma pode-se inferir que o papel dos criadores e comerciantes de animais de Castro permitiu que se estabelecesse uma articulação com a economia colonial sustentada igualmente por pequenas trocas comerciais que se davam ao longo dos caminhos percorridos pelas tropas, considerando os espaços de descanso das mesmas.<sup>78</sup>

Segundo Walsh<sup>79</sup>, ocorreu um processo de diferenciação quanto a tipologia dos pousos que se configuravam enquanto rancho, venda, estalagem e/ou fazenda, todos tendo características próprias. O primeiro era simples teto para tropeiros e animais descansarem ao abrigo das intempéries e estavam quase sempre próximas às vendas, das quais eram muitas vezes dependentes. Estas últimas ofereciam basicamente a refeição tanto ao viajante quanto o milho para os animais. Algumas delas podiam ir além e oferecer outros produtos necessários à viagem ou de uso pessoal. Já a fazenda, além de poder ser usada no criatório de animais, permitia que seu proprietário adquirisse recursos com o aluguel dos campos. Muitas vezes o dono da fazenda cedia ou explorava de maneira própria os ranchos e as vendas, controlando estas atividades tão necessárias à atividade tropeira.

Então será a passagem persistente e constante dos tropeiros pelos mesmos locais que permitiu que estas atividades ganhassem fôlego, mas, da

<sup>77</sup> SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Op. cit. p. 19

<sup>78</sup> O tempo de viagem de uma tropa variava em função da dificuldade dos caminhos, mas também da região onde era realizada. Segundo Trindade a parada para descanso dos peões e animais para os paulistas costumava durar algo entre 12 ou 14 horas. Já para as tropas baianas a média era pouco mais de 15 horas, com o começo da jornada ocorrendo mais cedo e para as tropas mineiras de sol a sol. Conforme: TRINDADE, Jaelson. **Tropeiros**. São Paulo: Editora Publicações e Comunicações, 1992.

<sup>79</sup> Descrição realizada por Reverend Walsh e citada por FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Homens livres na ordem escravocrata**. Op. cit. p. 68-9.

mesma forma, foram estes espaços que viabilizaram a atividade tropeira, um e outro se complementando mutuamente. Portanto, o tropeirismo influenciou de maneira importante a vida econômica e social dos lugares por onde passou permitindo um alargamento das fronteiras e da ocupação do espaço, mas a consolidação desta ocupação se deu com a formação dos pequenos ranchos, as necessárias vendas e as fazendas ao longo do caminho.

Os Campos Gerais e a vila de Castro estavam, portanto, dentro desse processo. Constituindo-se num importante entroncamento e ponto de parada dos tropeiros que por ali transitavam, aproveitando-se das amplas condições geográficas que lhe eram favoráveis a vila de Castro floresceu. Mais do que parada, as localidades dos Campos Gerais eram pontos de criação e de comércio, onde muitas pessoas fixaram moradia levando em consideração a possibilidade de crescimento. A Paróquia do Iapó dá origem à Vila Nova de Castro em 1789. A localidade é a primeira região a ser habitada nos Campos Gerais basicamente por conta do rio Iapó e suas cheias, que obrigava tropeiros de Curitiba, Viamão e de Sorocaba, a repousar em suas margens, preferencialmente em sua margem esquerda, onde podiam se pôr ao abrigo dos ataques de índios que habitavam a região. A primeira sesmária recebe nome em referência ao rio Iapó, denominando-se então Sesmária Paragem do Iapó, datada de 19 de março de 1704. Essa condição irá perdurar até o ano de 1771, quando no dia 07 de março é criada a Freguesia de Sant'Anna do Iapó. Cabe ressaltar que foi no ano de 1730 que ocorreu a abertura do caminho do Viamão, ligando o Rio Grande do Sul até Sorocaba, e sua importante feira, efetivada no ano de 1750. A importância desse processo pode ser medida pelo volume de animais que invernaram anualmente nos campos gerais. Segundo Miriam Hartung<sup>80</sup>:

Até 1860, cerca de 30.000 muas invernaram permanentemente nos Campos Gerais. O período que vai de 1855 a 1860 é o ápice do comércio de mulas em Sorocaba, quando 100.000 delas, aproximadamente, entraram por ano na feira e, em consequência, invernaram nas fazendas paranaenses.

---

<sup>80</sup> HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In.: **TOPOI**, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 143-191. P. 147

Para nossa pesquisa a escolha da Comarca de Castro como objeto de análise deriva do fato de que esta localidade desenvolveu efetivamente um processo de liderança política e destacada posição econômica, ligada, como já foi anteriormente expresso, à criação de gado, o tropeirismo e a invernagem de gado. A consequência dessas atividades foi a ocupação de grandes extensões territoriais e a conformação de grandes propriedades.<sup>81</sup> Isso não quer dizer que todas as regiões de Castro tenham se dedicado a criação de animais, pois conforme indica Kátia Andréia Vieira de Melo<sup>82</sup> no ano de 1835 apenas os distritos de Ponta Grossa e Guarapuava, 5º e 6º distritos respectivamente voltaram-se para a atividade de criatório. Aponta ainda que para um total de 1189 domicílios 755 estavam envolvidos em atividades de agricultura, especialmente no plantio de milho e feijão. Isso não quer dizer que o criatório não fosse importante, apenas aponta que as

formas alternativas de produção eram acessíveis no sentido de elevar os rendimentos de algumas pessoas pela venda de produtos agrícolas no mercado local ou, ainda, para o consumo interno do próprio domicílio, evitando gastos e despesas com a alimentação básica.<sup>83</sup>

Na década de 1850, ou seja, a que se refere ao marco inicial de nosso recorte temporal, para um total de 121 inventários, considerando apenas aqueles que declararam 50 animais ou mais, quer fossem muars, cavallares ou vacuns, encontramos apenas 25 proprietários. É claro que alguns declararam posse muito acima de mil cabeças, como é o caso de Manoel Inácio do Canto e Silva com mais de 7.000 animais ou o Capitão Domingos

<sup>81</sup> Sobre este assunto ver: MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, n. 3, jun. 1963, p. 1-27. BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, n. 3, jun. 1963, p. 28-52. BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968. MOTIM, Benilde Maria Lenzi. **Estrutura fundiária do Paraná tradicional** – Castro: 1850-1900. Dissertação de mestrado. Curitiba, 1987.

<sup>82</sup> MELO, Kátia Andréia Vieira. Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes. **Dissertação de Mestrado**. Curitiba: UFPR, 2004

<sup>83</sup> O que se pode observar rapidamente é que 455 proprietários se dedicavam a criação de animais, ou seja, um número menor do que aqueles que se dedicavam as atividades agrícolas. Mas ainda assim cabe ressaltar que muito do capital gerado pelas atividades agrícolas articulavam-se diretamente com aquele gerado pela atividade tropeira, ou ainda, muito dos lucros gerados pela atividade agrícola era reinvestido na compra de animais do sul e posterior venda em São Paulo.



Ignácio de Araújo com 7.014, sendo 4.364 vacas e bois, 20 mulas e 2.630 cavalos. Apesar do grande trabalho que tal posse pudesse exigir, seu testamento arrolou apenas quatro escravos. Já Joaquim Roberto de Oliveira, testou pouco menos de três mil animais, sendo a maioria absoluta de vacas e bois além de 11 escravos, sendo sete homens adultos, duas mulheres e duas crianças menores de 3 anos. Muito embora estes números se aproximem da observação feita por Saint-Hilaire para quem

A criação do gado, à qual se dedica a maior parte de sua população, exige poucos escravos, ao passo que se torna necessário um grande número deles para o fabrico do açúcar e o trabalho nas minas. O próspero Coronel Luciano Carneiro, sobre quem falarei mais tarde, só possuía trinta, e em 1820 não se contavam mais do que quinhentos escravos em todo o termo de Castro, concentrados nas mãos de poucos proprietários. Os agricultores pouco abastados não os possuem, encarregando-se eles próprios de suas plantações.

Ainda assim o trabalho escravo se fez presente e foi muito importante para a economia paranaense e dos Campos Gerais. O próprio Saint-Hilaire indicou a presença de 1.612 escravos para uma população total de 6.190 habitantes, o que correspondia a pouco mais de 26% para o ano de 1820.<sup>84</sup> Em outras regiões ligadas às atividades de criação, invernada ou tropeada a presença de escravos também foi significativa. Therezinha Pardo<sup>85</sup> indicou que a população de Palmas no ano de 1858 era constituída de 38,2% de escravos. Sebastião Ferrarini<sup>86</sup> apontou que em 1853 a vila de Jaguariaiva, distrito de Castro, tinha sua população formada por 41% de escravos. Num trabalho com título bastante sugestivo, Cecília Westphalen<sup>87</sup> debruçou-se sobre a questão “afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná?” e produziu respostas interessantes para a região dos Campos Gerais.

<sup>84</sup> SAINT-HILAIRE, August. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Op. cit. p. 53

<sup>85</sup> PARDO, Terezinha Regina Buseti. **Das relações familiares dos escravos no Paraná do século XIX**. Curitiba: UFPR/CCPGH, Dissertação, 1993. Os dados apresentados por esta autora indicam a forte presença do escravo no Paraná e sua ativa participação como força de trabalho importante para a economia paranaense, mas algumas de suas observações são criticadas por Miriam Hartung, especialmente quando, contrariando seus próprios dados Pardo afirma que a economia escravista não foi importante em nenhum de seus ciclos da econômicos. Ver: HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu**: Op. cit. Especialmente páginas 185 e 186.

<sup>86</sup> FERRARINI, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Curitiba: Lítero Técnica, 1971

<sup>87</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. Afina, existiu ou não, regime escravo no Paraná. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 13, p. 25-63, 1997.

No período em que o tropeirismo encontrava-se consolidado, já com regular comércio de tropas na feira de Sorocaba, no ano de 1836, a presença escrava na região atingiu sua maior proporção. Para uma população de 10.857 pessoas a presença escrava correspondia a 27,5%, totalizando 2.986 escravos. Já para o ano de 1854, logo após a criação da Província, a população total da região dos Campos Gerais alcançava 22.187 pessoas, sendo que 5.121 eram escravos, o que correspondia a 23,1%. A conclusão de Westphalen, após examinar também a constante e significativa presença de pardos e pretos na população livre, é de que “nos trabalhos dos sítios ou fazendas, ou tropeando os muares do Sul, os africanos e seus descendentes estiveram presentes.”<sup>88</sup>

Para o período que nos propomos a analisar é interessante notar que a Vila de Castro registra um decréscimo populacional, fruto dos constantes processos de desmembramento do município de Castro. Um pouco antes do nosso recorte temporal, ou seja, a partir de 1853 com a criação da Província do Paraná, a Câmara da Vila de Castro administrava as Freguesias de Ponta Grossa, Jaguariaíva, Guarapuava e Palmas. Em 1849 ocorre o desmembramento e criação da Vila de Guarapuava. Já no ano de 1864 será a vez de Ponta Grossa ser elevada à categoria de Vila. Nos anos que seguem outras vilas surgiram como, por exemplo, Tibagi que surgirá como vila em 1872; pela Lei Provincial n.º 423 ocorre o desmembramento de Castro para a formação da Vila de Jaguariaíva em 1876. Ainda em 1876 surge São José da Boa Vista e em 1881 origina-se a vila de Piraí. Cabe ressaltar ainda que a confiabilidade dos mecanismos de recenseamento também deve ser lembrada, uma vez que a imprecisão nos procedimentos dos censos da época devia causar imprecisão nos cálculos populacionais. Independente da precisão dos censos é imperativo reconhecer o impacto que tal processo de separação de Castro em novas vilas terá no seu contingente populacional.

Claro que em alguns momentos podemos perceber a Vila de Castro tendo decréscimos populacionais fruto, por exemplo, da grande epidemia de sarampo, datada do ano de 1806, ou então, por questões de outras naturezas,

---

<sup>88</sup> Idem, p. 36.

como as expedições para a conquista dos campos de Guarapuava, ocorridas entre os anos de 1810 e 1820, que fazia com que a cidade enfrentasse uma fuga de homens que não queriam se colocar à disposição para tal empresa. Cabe ainda lembrar que essa solicitação de homens por parte da Capitania de São Paulo para a realização de atividades como conquistas de novas áreas, trabalhos em obras públicas ou guerras contra os indígenas sempre foram causa de insatisfação dos moradores da então 5ª Comarca de Curitiba e foram esses os motivos alegados para solicitar a emancipação política da Província do Paraná em 1853.

Com relação à Província do Paraná, os números que se apresentavam conforme tabela abaixo indicam que era na região dos Campos Gerais que se encontrava maior concentração da população escrava, especialmente em regiões como Ponta Grossa, onde dos 1.144 não-brancos arrolados, 1.059 são escravos, totalizando 92,57%. Para Magnus Pereira se existiu uma região no Paraná que podia ser caracterizada como escravista ou escravocrata esta região seria a dos Campos Gerais. Já para Horácio Gutierrez<sup>89</sup> a posse de escravos articulava-se com o tamanho das propriedades e, nesse particular a região dos campos gerais e, especialmente de Castro, apresentavam certas vantagens em relação ao restante do Paraná para o ano de 1818 esta relação posse de escravos x tamanho das propriedades assim se apresentava:

Enquanto a área média das propriedades com escravos era de 3.235 hectares, a área das que não tinham cativos chegava à média de 250 ha. Novamente as localidades votadas à pecuária absorviam as propriedades escravistas de maior extensão, com Castro, o principal centro de fazendas de gado, no topo, onde a área média era de 8.044 ha nos imóveis com escravos e 705 ha nos sem cativos. A venda de gado vacum e cavalos constituía o item principal das receitas privadas no Paraná, acima de qualquer outro produto agrícola, e para a população local era o setor dinâmico da economia ao qual se aspirava ingressar. Representava a possibilidade mais favorável de acumulação e portanto de compra de escravos adicionais e crescimento material. O setor era responsável pela ocupação da maior parte da superfície agrícola do Paraná, e Castro e suas fazendas de criar concentravam 57% dessa superfície.

---

<sup>89</sup> GUTIERREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006. p. 110.

**TABELA 1: NÚMEROS E COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ<sup>90</sup>**

CIDADE	HABIT.	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	ESCRAV	ESCRAV/ HABIT.	NÃO BRANCO	ESCRAV./ NÃO BRANCOS
PARANAGUÁ	6533	4150	1109	1274	1274	19,50%	2383	53,46%
GUARAQUESSABA	3476	2846	382	248	248	7,13%	630	39,37%
GUARATUBA	1564	736	630	198	175	11,19	828	21,14%
ANTONINA	4160	2664	604	892	838	20,14%	1496	56,02%
MORRETES	3709	1563	1234	912	755	20,36%	2146	35,18%
CURITIBA	6791	4624	1293	874	578	8,51%	2167	26,67%
SÃO JOSÉ	4660	2696	992	972	365	7,83%	1964	18,58%
CAMPO LARGO	3690	2101	979	610	359	9,73%	1589	22,59%
PALMEIRA	1818	1028	427	363	269	14,80%	790	34,05%
IGUAÇU	1652	952	629	71	71	4,30%	700	10,14%
VOTUVERAVA	2018	1060	815	143	126	6,24%	958	13,15%
PRÍNCIPE	5406	-----	-----	-----	1858	34,37%	-----	-----
RIO NEGRO	1884	868	952	64	77	4,09%	1016	7,58%
CASTRO	5899	3618	1295	986	796	13,49%	2281	34,90%
PONTA GROSSA	3033	1889	746	398	1059	34,92%	1144	92,57%
JAGUARIAÍVA	1071	490	260	321	440	41,08%	581	75,73%
TIBAGI	1640	801	492	347	354	21,59%	839	42,19%
GUARAPUAVA	2520	1193	909	418	379	15,04%	1327	28,56%
PALMAS	734	354	220	160	158	21,53%	380	41,58%

Apenas considerando o termo de Castro, composto de Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Tibagi, os números seriam os seguintes:

<sup>90</sup> Os dados aqui apresentados são retirados do Relatório de Zacarias de Góes e Vasconcellos para o ano de 1854. Também encontra-se na obra de PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando Iras Rumo ao Progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

**TABELA 2: MAPA ESTATÍSTICO DA POPULAÇÃO DO TERMO DE CASTRO**

TERMO DE CASTRO	QUARTEIRÕES	Sexo		Idades			Estado			Cores			ESCRAVOS	SOMA TOTAL
		MASCULINO	FEMININO	ATÉ 21 ANOS	ATÉ 40 ANOS	MAIS DE 40 ANOS	SOLTEIRO	CASADO	VIÚVO	BRANCOS	MULATOS	PRETOS		
Castro	15	2893	3006	4009	1094	796	3952	1413	534	3618	1295	986	796	5899
Ponta Grossa	17	1652	1381	1572	986	475	1865	1021	147	1889	746	398	1069	3033
Jaguariaíva	2	688	383	627	318	126	688	320	63	490	260	321	440	1071
Tibagi	7	750	890	931	408	301	1188	410	42	801	492	347	354	1640
TOTAIS	41	5983	5660	7139	2806	1698	7693	3164	786	6798	2793	2052	2659	11643

Fonte: Relatório do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos 1854

Gostaríamos ainda de indicar como foi se processando a relação entre o número de escravos e o contingente populacional do Paraná, desde quando ainda era a 5ª Comarca de São Paulo até aproximadamente metade da sua existência como província. Percebemos que após a criação da Província o número de escravos manteve-se quase sempre num crescente absoluto, atingindo sua cifra máxima no ano de 1866, mas relativamente este número começa a apresentar um decréscimo expressivo, condicionado muito pela criação de colônias de imigrantes que atraíram para a província um considerável afluxo populacional.

**TABELA 3: NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO PARANÁ – SÉCULOS 18 E 19<sup>91</sup>**

Anos	Escravos	%	Total da População
1798	4273	20,3	20999
1804	5077	19,3	26370
1810	5135	18,6	27589
1811	6840	19,6	34940
1816	5010	17,6	28470
1819	10191	17,0	59442
1824	5855	17,8	32887
1830	6260	17,1	36701
1836	7873	18,4	42890
<b>1854</b>	<b>10189</b>	<b>16,4</b>	<b>62258</b>
<b>1858</b>	<b>8493</b>	<b>12,2</b>	<b>69380</b>
<b>1866</b>	<b>11596</b>	<b>11,7</b>	<b>99087</b>
<b>1868</b>	<b>10000</b>	<b>10,0</b>	<b>100000</b>
<b>1872</b>	<b>10715 (a)</b>	<b>8,5</b>	<b>126722 (b)</b>
<b>1874</b>	<b>11249</b>	<b>8,8</b>	<b>127411</b>

**Notas:** (a) – dado proveniente da matrícula especial de escravos.

(b) – dado proveniente do recenseamento geral da população.

Fontes: COSTA , Iraci del Nero da S.; GUTIERREZ , Horácio. Paraná. Mapas de habitantes 1788 - 1830. São Paulo: IPE - USP, 1985; SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império. São Paulo: IPE-USP, 1986. “Paraná”, p. 113-17. DGE. Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Ministério do Império pelo Dr. José Maria do Couto em 30 de abril de 1875. Rio de Janeiro: 1875, p. 21 (Quadro estatístico do número dos escravos matriculados nos estações fiscais - Paraná) e p. 27 (Quadro estatístico dos escravos matriculados no Império). DGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Província do Paraná - Quadro geral da população livre. p. 70.

<sup>91</sup>PENA, E. S. **O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei da Curitiba Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 29.

**TABELA 4: POPULAÇÃO ESCRAVA DO PARANÁ - 1882**

Residência			Ocupações				
Região	Urbana	Rural	Lavoura	Doméstico	Ofícios	Inválidos	Total
Litoral	531	1.022	928	504	118	3	1.553
Planalto Curitibano	547	1.941	1.649	738	101	-	2.488
Campos Gerais	232	2.617	1.794	1.000	55	-	2.849
Campos de Guarapuava e de Palmas	39	706	299	367	78	1	745
Total	1.349	6.286	4.670	2.609	352	4	7.635

Fonte: Relatório do Presidente Carlos Augusto de Carvalho – 1882

Dividindo o Paraná em quatro regiões, o relatório aponta a presença de 37% dos escravos paranaenses na região dos Campos Gerais. Até a última década da escravidão, a presença de escravos na região dos Campos Gerais se mostrou mais intensa do que no restante da Província, mesmo considerando o planalto curitibano, que abrigava a capital.

As análises propostas por Gutierrez dão conta de várias especificidades a respeito da escravaria existente no Paraná durante parte do século XIX: diferente das regiões de grande lavoura, a população escrava paranaense era constituída em sua maioria de reprodução natural, ou seja, com crescimento endógeno; 70% dos cativos transacionados foram crioulos (nascidos no Brasil), e 30% africanos. Na população cativa de Castro havia seis crioulos para cada africano; equilíbrio entre sexos, crianças abaixo de nove anos constituindo mais de 27% da população escrava e alto índice de casamento, ficando entre 20% a 25%, podendo atingir até 40% nos plantéis com mais de 40 escravos.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> GUTIERREZ, Horácio. **Donos de terras e escravos no Paraná**, op. cit. p. 114. Num trabalho sobre Domingos Inácio de Araújo, Carlos Lima chamou a atenção para o fato de que após 1830, houve um crescimento bastante acentuado de escravos africanos no total da escravaria de Castro e, principalmente, de africanas. LIMA, Carlos. **Tráfico ilegal para a fronteira agrária: Domingos Inácio de Araújo (Palmeira, 1830-1851)**. Anais 4 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

Foi dentro destas realidades econômicas e sociais que os escravos circularam e, muitas vezes em função delas, é que cometeram seus crimes ou foram vítimas deles. Sendo assim, passaremos agora a tratar mais especificamente das questões ligadas ao crime e escravidão no termo de Castro. Mas qual o parâmetro para dizer que aquilo que homens e mulheres da segunda metade do XIX faziam era crime ou não? Antes de falarmos sobre as especificidades dos Campos Gerais do Paraná refletiremos sobre a construção dos códigos legais que se deram após a independência do Brasil e, no desenrolar do texto, vamos acompanhando como o impacto destes Códigos se fez sentir naquela comunidade.

---



## 2. AS QUESTÕES DA ORDEM: CONSTRUÇÃO DOS CÓDIGOS JURÍDICOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO

A independência do Brasil ocorrida na segunda década do século 19 marca, juntamente com a criação do Estado Imperial brasileiro, a necessidade de se instalarem novos modelos institucionais que permitissem o efetivo funcionamento da máquina do Estado, ela própria se reconfigurando naquele momento. Alguns anos antes, já na chegada da Corte no Brasil, a estrutura jurídica iniciou seu processo de transformação com o Alvará de 10 de maio de 1808, que transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação. O efeito imediato deste processo foi que as decisões referentes às questões jurídicas teriam o Rio de Janeiro, e não mais Lisboa, como sua instância final. Até a proclamação da independência ainda seriam criadas mais dois Tribunais de Relação: Maranhão, em 1812, e Pernambuco, em 1821. Como afirma Jurandir Malerba:

No período entre a chegada da Corte e a promulgação do Código Comercial, em 1850, foram estabelecidas as linhas mestras da nação brasileira - um corpo de leis que instituiu sua estrutura e funcionamento político, jurídico e administrativo.<sup>93</sup>

Para Malerba, a estrutura jurídica da nação ocorreu desde a Constituição de 1824, passando pelo Código Criminal em 1830, depois o Código do Processo Criminal em 1832 até ser concluída com o Código Comercial em 1850. Note-se que ele não faz referência à Reforma do Código do Processo em 1841. Juridicamente o processo que foi se construindo com a definição dos delitos, das penas, a estrutura jurídica e o papel das autoridades até a última reforma em 1871, levada a termo por Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, ministro da justiça, que colocava fim na sobreposição de competências policiais e judiciárias nas mesmas autoridades. A elaboração destes textos legais revela os diferentes momentos políticos da história do Império, ora com tendências mais conservadoras, ora tendendo ao liberalismo

---

<sup>93</sup> MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei**: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá: EDUEM, 1994. p. 2

e a descentralização. Os modelos jurídicos apresentados então representavam as disputas entre o poder local e o poder central. O objetivo deste capítulo é analisar a construção destes textos legais, o processo de ordenação jurídica construído do Império e como as novas preocupações com a lei e a ordem expressa nestes códigos alteraram relações de poder constituídas nos diferentes rincões do Brasil, como é o caso do embate pelo cargo de juiz de paz que se verificou em Castro no ano de 1832 e 1834.

## 2.1 LIBERAIS OU CENTRALIZADORAS: A TRAJETÓRIA DOS CÓDIGOS LEGAIS

Como dissemos anteriormente as quatro grandes reformas jurídicas que o Brasil conheceu entre 1830 e 1871 foram marcadas profundamente pelo momento político em que o país se encontrava. Uma dimensão destas tendências pode ser dada com uma rápida apresentação de duas figuras jurídicas utilizadas ou criadas durante a Regência e o Segundo Império. A primeira delas é o juiz de paz, criado em 1827, mas tendo seu poder significativamente ampliado com o Código do Processo Criminal (1832). Sua existência e as funções colocadas sob seu domínio representavam parte do processo de descentralização do poder e rompimento com a ideia de autoridade judicial emanada do rei. Sendo uma figura local eleita, o juiz de paz acabou por se constituir num ataque à elite judicial na Corte e no restante do Brasil, uma vez que estes magistrados muitas vezes alçavam carreira política e se constituíam em ponto importante para a política imperial. O poder concentrado nesta figura ocorreu dentro do período da Regência e não sobreviveu a ela. Tanto com a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840, quanto com a Reforma do Código do Processo em 1840, a função do juiz de paz foi esvaziada e numa “ação centralizadora e policializante”<sup>94</sup>, surgiu a figura do Chefe de Polícia, nomeado pelo Imperador dentre os desembargadores e juízes de Direito. Este processo de subordinação do juiz de paz ao Chefe de Polícia, foi pensado e articulado ao longo de quatro anos,

---

<sup>94</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História: lições introdutórias**. São Paulo: Max Limonad, 2000. p. 292.

entre 1837 e 1841, como forma de restringir a implementação de medidas políticas e administrativas de caráter liberal. Foi assim descrito por Maria de Fátima Gouvêa<sup>95</sup>:

Outra mudança veiculada nesse ano foi a reforma do Código de Processo Criminal, tendo sido proposta a transformação dos juízes de paz em meros notários, sendo-lhes retirados seus poderes políticos e de controle social, que seriam então transferidos para os chefes de polícia e seus oficiais, ficando eles diretamente subordinados ao governo central. O sistema judiciário ficaria assim desprovido de seu componente eletivo; ele estaria completamente subordinado aos escalões mais altos da magistratura do país.

Essas mudanças e rupturas expressas nos códigos legais eram, como já foi dito anteriormente, fruto das próprias configurações e modificações políticas pelas quais passava o país. Podemos avaliar melhor como este processo transcorria por meio de um texto publicado em 1855, “Ação Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”, cuja autoria era do jornalista Justiniano José da Rocha<sup>96</sup>, afirmando que “na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação, períodos de reação; por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso de espírito humano e se firma a conquista da civilização.”<sup>97</sup> Para Rocha, então, a história do Império entre os anos de 1822 e 1855 era dividida em pelo menos três grandes períodos, todos eles escalonados em função de sua concepção

<sup>95</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 23

<sup>96</sup> ROCHA, Justiniano José da – “Ação Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. IN: MAGALHÃES JÚNIOR, R.- **Três Panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo, Ed. Nacional, 1956. p. 163

<sup>97</sup> Um debate mais aprofundado sobre a contribuição de Justiniano Rocha pode ser encontrado em MARSON, Izabel Andrade. **O Império do progresso**: a Revolução praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987; Estefanes, Bruno Fabris. **Conciliar o Império**: Honório Hermeto Carneiro de Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856). Dissertação de Mestrado, USP, 2010. 211p.; NEEDEL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência a Conciliação, 1831-1857”. **Revista Almanack Brasiliense**, n. 10, Nov. 2009, p. 5-22. Disponível em <http://www.almanack.usp.br/>. Os dois últimos trabalhos se debatem mais abertamente com a tese de MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. A maior discordância parece residir no fato de que para Mattos a obra de Justiniano Rocha constituía-se num elogio da política conciliatória. Segundo a tese de Estefanes o autor de “Ação, Reação e Transição” até “concordava com a essência, com a idéia, mas não com a forma com que a conciliação estava sendo praticada” e em virtude disso produziu virulentas críticas ao gabinete do Marquês do Paraná. Já para Needell pode-se afirmar que a conciliação inaugurada em 1853 até podia ser considerada conservadora, mas de forma alguma Saquarema, como fora apontada por Ilmar Mattos.

evolutiva da história. O primeiro com duração de aproximadamente 14 anos, se estendia do ano de 1822, resultado da própria independência, até 1836. Este período era caracterizado pela “luta e triunfo da ação democrática”. Caracterizado como o momento da “revolução/anarquia” tinha legado as experiências da Constituinte, a Revolta de Pernambuco e as rebeliões regenciais.

Entre 1837 e 1851 encontrava-se a “reação monárquica”, que superava a fase imediatamente anterior de “revolução/anarquia” quando se desconstruiu a obra da democracia consubstanciada nos termos do Ato Adicional de 1834. Este período é o momento do golpe da maioria, da lei de interpretação do Ato Adicional, a volta do poder Moderador, a reforma do Código do Processo, da Guarda Nacional, além das revoluções liberais de 1842 e 1848. O final do processo, caracterizado por uma maturidade pela superação do predomínio das paixões políticas, além da superação da luta ação e reação. Se o primeiro período é o do princípio democrático, no segundo será o da reação monárquica, ambos equilibrados na fase final do processo. Como diz o autor:

Desde o dia da independência, até 1851 vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lhe-íamos sucumbido, se não nos valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e paixões.<sup>98</sup>

Sua conclusão é de que no período de transação os cuidados devem ser redobrados de forma a “não irritar paixões e suscetibilidades” e nem fazer de suas ações um “manifesto à guerra”, mas sim “esclarecendo posições” fazer das ações um “farol que ascendemos à borda do abismo, para que dele nos desviemos.”<sup>99</sup> Pouco antes indicava que “na luta eterna da autoridade com a liberdade a períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização.”<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> Rocha, op. cit. p. 163

<sup>99</sup> Idem, p. 165

<sup>100</sup> Idem, p. 164

Mas a manutenção do regime imperial e seu encaminhamento para a conquista da civilização punham o Brasil sempre às voltas com a questão da escravidão. De um lado temos as discussões postas sobre o fim do tráfico que tinha na Inglaterra, seu principal e mais interessado representante. De outro temos as reconfigurações produtivas provocadas, entre outras, pela revolução haitiana. Para Rafael Marquese<sup>101</sup>, para se compreender a expansão econômica brasileira em fins do século 18, mas principalmente no 19, deve-se considerar três fatos: o açúcar deixou de ser um produto caro e dispendioso para passar a compor a dieta de grande parte da população europeia; o café também passou a ser consumido em quantidade significativa como bebida estimulante; e o algodão passou por largo processo de expansão por conta das necessidades das indústrias têxteis inglesas. Como os produtores brasileiros aproveitaram estas novas possibilidades de enriquecimento? Tirando vantagem, entre outras coisas, da brecha aberta pela revolução escrava de São Domingos, iniciada em 1791.

Ainda segundo Rafael Marquese, o sistema produtivo será reorganizado, fazendo com que três regiões se apropriem destas possibilidades econômicas. Os Estados Unidos fincaram bases sólidas na produção de algodão; Cuba se ocupou da produção de açúcar; e o Brasil assim procedeu com relação ao café, principalmente a partir da terceira década do oitocentos, num processo claro de especialização produtiva, que ligava os dois lados do Atlântico, incluindo aí a Europa:

Assim, o arranque da cafeicultura brasileira, com a elevação brutal de sua produtividade, colocou em cheque a cafeicultura cubana; a especialização dos produtores escravistas de Cuba na economia açucareira, por sua vez, foi um dos fatores centrais da crise da produção de açúcar no Brasil; da mesma forma, o *take-off* algodoeiro do sul dos Estados Unidos solapou as bases de todos os demais produtores mundiais do artigo, incluindo os do norte e nordeste do Brasil. O sentido sistêmico do escravismo também passou a ser outro: o trabalho escravo das *plantations* das Américas, ao fornecer insumos básicos (algodão, açúcar e café) para os mercados de massa das regiões industriais, contribuía decisivamente para o

---

<sup>101</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p. 261- 262.

barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho assalariada industrial.<sup>102</sup>

Então, ao passo que o Brasil se articulava em face de sua nova condição política, também tinha uma nova possibilidade econômica: a exploração de um mercado crescente de café. Uma das questões que foi posta na ordem do dia foi como conciliar as necessidades de reconhecimento político junto da Inglaterra, que pressionava pelo fim do tráfico, ao mesmo tempo em que articulava apoio junto às classes produtoras, que buscavam cada vez mais responder suas necessidades de mão-de-obra recorrendo a escravidão. A complexidade destas questões foi discutida pela historiografia que produziu respostas diferentes. Roberto Schwartz<sup>103</sup> dirá que as ideias de modernidade do Estado Imperial procuravam construir para si, foram articuladas à necessidade dos grandes produtores escravistas, produzindo uma articulação abjeta, na visão do autor, entre os códigos e as ideias europeias, como a Declaração do Direito do Homem apropriada pela nossa constituição, e a manutenção da escravidão. Um país que fez sua independência buscando referenciais americanos, ingleses e franceses, todos com fortes tendências liberais, fez chocarem-se e conviverem constantemente com o escravismo. Salienta o autor que

Impugnada a todo instante pela escravidão a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilhava. Seria fácil deduzir o sistema de seus contra-sensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX. Já vimos uma coleção deles. No entanto, estas dificuldades permaneciam curiosamente inessenciais. O teste da realidade não parecia importante. É como se coerência e generalidade não pesassem muito, ou como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros – mas outros em relação a que? Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais [...]<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> Idem, p. 266

<sup>103</sup> SCHWARTZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

<sup>104</sup> Idem, p. 15

A resposta à tese de Schwartz veio de muitos lados, como, por exemplo, Alfredo Bosi<sup>105</sup>, dissecando completamente o conceito “liberal”, demonstra que não havia contradição nenhuma entre ser um liberal e ser escravista, uma vez que a base da liberalidade era a capacidade de conservar “as liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar.” Para o autor

A classe fundadora do Império do Brasil consolidava, portanto, as suas prerrogativas econômicas e políticas. Econômicas: comércio, produção escravista, compra de terras. Políticas: eleições indiretas e censitárias. Umas e outras davam um conteúdo concreto ao seu liberalismo. Que se tornou, por extensão e diferenciação grupal, o fundo mesmo do ideário corrente nos anos 40 e 50.<sup>106</sup>

A questão da escravidão então se constituiu como um referencial para os debates produzidos à época. A necessidade de afirmação do Estado Nacional, trazia igualmente a necessidade de afirmação de diferentes instâncias organizativas, entre as quais aquelas que diziam respeito ao aparato jurídico, incluindo aí o monopólio no uso da violência, mas numa sociedade escravista esta premissa não é de tão fácil execução. Alguns desafios se impunham: o primeiro desafio era enfrentar o direito costumeiro que colocava nas mãos dos senhores de escravo o direito de corrigir seus escravos por meio da punição. Para o bom andamento da relação senhor-escravo e da sociedade à sua volta era importante o exercício deste atributo senhorial. Então, as ações do Estado, antecedita por uma série de discursos provenientes de diversas fontes, entre as quais as falas de religiosos, foi a de colocar um freio nos castigos bárbaros, criando a ideia de castigo moderado. Numa segunda esfera existia um embate a ser travado entre o Estado e as oligarquias locais, uma vez que as essas últimas viam o Estado como uma ameaça aos seus poderes e foram capazes de limitar a ação do Estado ou conseguir manter certa dose de autonomia em relação a este. Mas estas mesmas oligarquias entendiam que o Estado era um braço importante para colocar um freio aos impulsos escravos em busca da liberdade forçada ou no questionamento violento à ordem estabelecida.

<sup>105</sup> BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, Dec. 1988.

<sup>106</sup> Idem, p. 8

Cabe ainda ressaltar que os próprios escravos passaram a ver na Justiça um espaço onde podiam questionar alguns aspectos da dominação a que estavam submetidos, ou seja, para além da condição de réus os escravos passaram a ser demandantes de ações na Justiça. Concordamos com Ivan Vellasco<sup>107</sup>, para quem vai se desenvolvendo uma “sedução da ordem”, ou seja, não só o século 19 representa uma construção e busca de legitimação do Estado e de sua máquina administrativa, como também representará um momento onde o funcionamento da Justiça foi usado e significado de forma diferente pelos diferentes grupos sociais. Entende o autor que ocorreu uma monopolização da violência e do controle da ordem social em função da capacidade do Estado em construir um aparato jurídico capaz de mediar cada vez mais as tensões sociais dentro de um espaço controlado: o espaço da Justiça. Mas isso não implica em dizer que o Estado impunha este controle de forma arbitrária. Foi necessário construir esta relação em função da capacidade da justiça de se demonstrar eficiente, ou seja, a eficiência “[...] é utilizada como um fator de sedução à população, a qual, ao reconhecer sua funcionalidade, continua garantindo a manutenção da burocracia jurídica.”<sup>108</sup>

Mas cabe ainda refletir sobre o fato de que a funcionalidade dos aparatos jurídicos era construída num século onde as relações escravistas haviam se complicado sobremaneira. De um lado o temor acerca de uma revolta escrava com a proporção daquela ocorrida no Haiti era uma constante. Paralelamente os espaços ocupados pela grande lavoura de café, como no oeste paulista, onde a chegada de um contingente grande de escravos, quer fossem frutos do tráfico transatlântico ou do interprovincial, ao mesmo tempo em que contemplava a necessidade crescente de trabalhadores, acabava por acirrar os ânimos entre senhores desejosos pelo aumento de lucros e trabalhadores que nem sempre estavam dispostos a se sujeitarem aos ritmos produtivos ali exigidos.<sup>109</sup> Já nas cidades o papel do Estado foi se configurando

---

<sup>107</sup> Vellasco, Ivan A. **As Seduções da Ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século 19. Bauru: EDUSP, 2004.

<sup>108</sup> Idem, p. 63

<sup>109</sup> Ver MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e escravidão, op.cit. e AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onde negra, medo branco, op. cit.



importante na medida em que a dinâmica dos ritmos de vida e de trabalho de grande parte da escravaria ia modificando-se<sup>110</sup>.

Morando sobre si, com contatos pontuais com seus senhores, talvez ao voltar para a casa na hora de dormir ou nos dias combinados para a entrega dos jornais, a ação do Estado foi importante para suprir a necessidade não só do feitor, mas também do olhar do senhor ou da vigilância menos atenta de uma população que parecia se importar cada vez menos com a presença dos escravos, cada vez mais diluída entre outras figuras sócio jurídicas típicas do século 19, como livres e libertos. Além do que pesou o fato igualmente ressaltado por Hebe Matos<sup>111</sup> que a partir de 1850, com a extinção do tráfico negreiro e o aumento expressivo do valor dos escravos - o que dificultava o acesso a esta mão-de-obra - o Brasil passou a conviver com uma concentração social e regional da propriedade de escravos. O controle sobre os não brancos foi dificultado exatamente pelo crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos.

Para a análise dos processos, isso acabou se revelando portador de um peso significativo, pois a categoria cor foi perdendo importância, e a necessidade de categorizar como de cor branca nos processos deixou de se constituir como um critério de diferenciação social. Em compensação sobre os ofícios eles tornam-se mais específicos com a troca da expressão “viver de” para uma definição melhor conceituada de “jornaleiros”, “carpinteiros”, etc., fazendo com que não mais a cor, mas sim uma qualificação socioprofissional tivesse uma designação de *status* social mais importante. Mas ainda assim, liberdade é uma condição construída em oposição à escravidão e significada em função dela.

---

<sup>110</sup> Ver KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro** (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição: o Espírito Santo**. (1850-1888). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **O Negro na Rua**. A nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 87-89; SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: **Escravidão - Revista Brasileira de História**, vol. 16, São Paulo: Marco Zero ANPUH, 1988. p. 107-142. HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997. WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, violências ladinas** – escravos e forros em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1998.

<sup>111</sup> MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Ressalte-se o fato de que esta ação do Estado, embora fundamental sob o olhar da classe produtora e necessária para garantir a ordem escravista, não se configurou sempre de maneira tranquila ou livre de percalços criados muitas vezes na própria necessidade de institucionalização do mesmo. Isso pode ser percebido à medida que se analisam os marcos legais de afirmação do Estado nacional. A Constituição de 1824 avançou ao considerar brasileiros os nascidos no Brasil, quer fossem ingênuos ou libertos (ou seja, libertos nascidos na África continuavam excluídos da condição de brasileiros). Disto não resulta um processo de reconhecimento de cidadania ativa, pois como bem lembra Hebe Matos, se o critério cor não está presente, o fator censitário ainda era mais que suficiente para distinguir quem participava ativamente do processo de cidadania. Outro ponto a ressaltar é o fato de que a Constituição também deixou de fazer qualquer referência aos atributos de cor ou raça. Expressões como pardo, mulato, cabra ou negro, nem qualquer outra referência racial ou a estrutura escravista são contempladas no texto para posicionar a questão da cidadania dos descendentes de africanos. A expressão usada é somente “livres ou libertos.” Segundo Marquese e Berbel<sup>112</sup>, isso ocorreu face ao reconhecimento da enorme importância do papel desempenhado por libertos e ingênuos no exercício de várias funções e sua distinção no corpo do texto constitucional poderia se constituir num problema para o sistema escravista. A opção foi então fazer uma clivagem baseada no critério naturalidade e não cor ou raça. Mas ao separar os mulatos e negros nascidos no Brasil dos nascidos na África o texto legal acabou por reafirmar o jogo de hierarquias sociais e raciais tão caras a manutenção da ideologia escravista.

De outra parte o texto de 1824 criava embaraços a manutenção do funcionamento da ordem escravista ao considerar abolidas as penas de açoites, torturas, marca de ferro quente e outras penas cruéis. Não adentrando na análise do que implicaria tortura e demais penas cruéis, para o bom funcionamento da escravidão os senhores viam e reconheciam como essencial as chicotadas e, quando estas não conseguiam cumprir seu papel e algum

---

<sup>112</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; BERBEL, Márcia Regina. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007.

escravo fugia, muitos senhores recorriam à marcação de seus escravos com a letra “F” impressa a ferros quentes. Isso não se constituiu num embaraço prático ao funcionamento da escravidão, pois independente do que dizia a lei os senhores continuaram a aplicar a pena de açoites em seus escravos. Ainda mais quando o próprio texto constitucional dizia, um parágrafo acima, que se organizaria “quanto antes um código civil e criminal fundado nas sólidas bases da Justiça e da Equidade.” Até que o Código Criminal ficasse pronto, o que só ia ocorrer em 1830, ou o do Processo Criminal em 1832, legalmente a administração dos escravos e a aplicação da Justiça ainda eram pautadas pelo rigoroso Livro 5 das Ordenações Filipinas.

Entre a promulgação da Constituição de 1824 e a criação do Código Criminal do Império em 1830, passaram-se pouco menos de seis anos, e modificações pontuais foram sendo adotadas. A primeira foi a Lei de 6 de setembro de 1826, que passou a regulamentar o princípio de perdão real, ou seja, todas as sentenças proferidas que tenham como pena a execução capital subiriam até a “presença do Imperador para poder perdoar ou moderar a pena”. Mas isso era mais teoria que prática, talvez menos por vontade do que por necessidade, tanto que uma nova regulamentação ocorrerá em 11 de abril de 1829<sup>113</sup>, por meio de um decreto Imperial:

Tendo sido muito repetidos os homicídios perpetrados por escravos em seus próprios senhores, talvez pela falta de pronta punição, e que podem até ameaçar a segurança pública, e não podendo os réus compreendidos neles fazerem-se dignos da Minha Imperial Clemência, e não podendo jamais os réus compreendidos neles fazerem-se dignos de Minha Imperial Clemência: Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, ordenar, na conformidade do art. 2 da Lei de 11 de setembro de 1826, que todas as sentenças proferidas contra os escravos por morte feita aos seus senhores sejam logo executadas independente de subirem a minha Imperial Presença. As autoridades a quem o conhecimento desta pertencer o tenham assim entendido e façam executar.

O problema era constante: a inculcação de valores liberais, criados na realidade burguesa europeia, num país extremamente dependente da força de trabalho escravo e, portanto, das tensões constantes inerentes ao processo

---

<sup>113</sup> Legislação Brasileira ou Collecção chronologica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc, etc, do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1837.

escravista, colocava como imperativo a necessidade de um efetivo controle dos escravos e, mais do que isso, suas transgressões deviam ser punidas com a máxima brevidade possível, pois a demora para dar conta das dinâmicas burocráticas de levar a decisão final até o Imperador era um risco desnecessário de se correr. Portanto, face ao risco que a própria segurança pública enfrentava, a execução dos escravos ficava diretamente ligada à decisão dos tribunais superiores, quer fossem as Relações ou o Tribunal de Justiça.

O debate sobre o Código Criminal do Império foi um debate das necessidades da sociedade escravista com as ideias importadas da Europa. O ponto central das discussões girava em torno da incorporação ou não da pena de morte e das galés perpétuas no Código Criminal. Seu principal articulador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, era declaradamente um discípulo de Bentham, por isso mesmo a manutenção da pena de morte para alguns crimes comuns e políticos. Lembremos apenas que Bentham produziu em sua época uma dura crítica à pena de morte, mas baseado principalmente no fato da existência de tantos delitos da Inglaterra que eram punidos com tal pena. Partindo de um pressuposto utilitarista, Bentham entendia que a pena de morte nem era efetiva nem por ser análoga ao delito, uma vez que poderia ser substituída por outra pena, nem por ser popular, uma vez que qualquer outra pena adotada poderia igualmente tornar-se popular, sua eficácia em impedir o poder de prejudicar, uma vez que o reconhecimento dos grandes criminosos poderia conduzi-los à prisão, evitando sua capacidade de poder prejudicar e, por fim, a pena de morte calava mais fundo no espírito dos homens bons, mas não dos grandes criminosos. Estes deveriam temer muito mais a vida miserável do trabalho árduo realizado dia após dia. O apego à vida era algo menor em homens que tinham por hábito colocar a própria vida em risco com frequência e naturalidade. A pena de morte, para Bentham, então, só seria mantida como punição para os crimes como o homicídio e com circunstâncias atrozes, mas, também, quando várias vidas eram destruídas. Portanto, conforme se observa nos seus argumentos, o princípio é o da utilidade e não da religiosidade.

Os debates travados em torno da contemplação da pena de morte ou não no Código Criminal do Império foram intensos, mas mesmo partindo de

teses utilitaristas, aqui se combinavam elementos religiosos com certa frequência. Antônio Rebouças<sup>114</sup>, quando em seu discurso sobre aquilo que eram os direitos essenciais do homem: inteligência, liberdade e atividade, diz que “ninguém se pode suicidar, porque só a Deus, que fez o homem e lhe deu o ser, pertence o tirar a vida que lhe deu”, sendo assim a pena de morte não só era iníqua, como contrariava e afrontava o Poder Divino. Defende ainda que se a Constituição de 1824 consagrava a “inviolabilidade dos direitos dos homens”, então nenhuma lei pode contrariar este princípio. Se esta mesma Constituição definia a religião dos Evangelhos como a religião do Estado, a pena de morte, por ser proibida pela religião, portanto, contrária a ela, era igualmente contrária ao Estado. Quando outros deputados questionaram a falta de cadeias para pôr em segurança os criminosos, como o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, o deputado Rebouças afirmou que então, estas deveriam ser feitas. Rebouças chamava a atenção para o fato de que reconhecia saber a ineficiência das galés perpétuas, mas argumentava:

Pode acontecer em algum caso o que disse outro ilustre deputado, que se conforma com meu voto, que a ideia da morte seja a maior de todas as penas repressivas, considerando o delinquente, não ao momento de perpetrar o crime, mas de ir sofrer a pena. Mas nesse caso, que o ilustre deputado propôs, talvez, seguindo o juízo de J. Bentham, melhor fora conservar a existência ao criminoso arrependido e apto a melhorar de vida, e tornar-se ainda prestável a si e à sociedade: entretanto que a regra geral é que quase todos os que por verdadeira e real convicção de seus crimes têm sido condenados a essa pena, a encaram com destimidez, e até desprezo, tanto ao passo de lhes ser intimada a sentença, como imediatamente a sua funesta execução!

As galés perpétuas não eram o castigo ideal, muito pelo contrário, muitas vezes além de não serem benéficas ao criminoso e a sociedade, eram vistas como um preço melhor a ser pago do que a escravidão em si. Mas ainda assim era um castigo que poderia ser útil à sociedade e à correção do indivíduo, melhor que a execução última.

---

<sup>114</sup> Os debates que se referem aos deputados aqui citados encontram-se no texto de João Luiz. **No meio das galinhas as baratas não têm razão**: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 25 e seguintes.

Ao lado de Rebouças encontrava-se Martin Francisco Ribeiro de Andrada:

Disse-se: a pena de morte é necessária no Brasil, porque no seu solo existem homens imorais e facciosos que a troco de uma miserável quantia cometem um assassinato. Este é um argumento contraditório: pois que a pena de morte existe e não faz efeito, logo, ela não é suficiente, é improficua.

O deputado atacava o problema em sua raiz, a pena de morte para os escravos, não só para eles, existiu e existia, nem por isso crimes violentos haviam deixado de existir, o que resulta numa discussão sobre a utilidade da pena em função dos seus resultados.

Claro que as posições de Rebouças e Ribeiro de Andrada e outros eram uma resposta aos defensores da pena capital e seus comentários também instigavam os posicionamentos destes. Como exemplo dos favoráveis à pena de morte aparecia o deputado Paula e Souza:

Quem duvida que tendo o Brasil três milhões de gente livre, incluídos ambos os sexos e todas as idades, este número não chegue para arrostar dois milhões de escravos, todos ou quase todos capazes de pegarem em armas! Quem, senão o terror da morte, fará conter esta gente imoral nos seus limites? A experiência tem mostrado que toda vez que há execuções em qualquer lugar do Brasil, os assassinatos e outros crimes cessam, e que, ao contrário, se se passam anos sem execuções públicas, os malfeitores fazem desatinos e cometem todo gênero de atrocidades. Daqui se vê que entre nós esta pena é efficacíssima, que previne muitos crimes.

Mas, talvez, poucos tenham colocado a questão da pena de morte em termos tão concretos quanto o deputado Paula Cavalcanti: “Não duvido que o sentimento de Humanidade exigisse a extinção dessa pena; mas podemos fazê-lo no Brasil, com costumes ainda bárbaros?” Foi acompanhado novamente por Bernardo Pereira, Ernesto Ferreira Franca e Carneiro da Cunha, mas a votação acabou sendo favorável a extinção da pena de morte, ao menos para crimes políticos. Voltaremos à configuração da pena de morte na lei de 1835 e nos casos previstos pelo próprio Código de 1830 no momento oportuno. Antes, cabe perseguir os aspectos mais gerais do Código Criminal do Império de 1830.

## 2.2 O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO: JUSTIÇA E EQUIDADE?

A elaboração do Código Criminal do Império em 1830 contemplou aspectos que haviam sido deixados de lado na Constituição de 1824. Se na primeira não havia referências aos cativos e livres pobres, o Código fez questão de abarcar os dois. Na verdade, embora poucos fossem os que tinham o poder de aplicar a lei, todos eram sujeitos a ela. Como bem demonstra Jurandir Malerba<sup>115</sup>, o Código Criminal se constituiu como um espaço onde as tensões presentes na sociedade brasileira do século 19 se fizeram sentir de forma bastante expressiva. Por um lado fez uso de um vocabulário corrente na Europa, marcado pelo discurso burguês de caráter liberal, mas, por outro, teve que adaptá-lo à realidade de uma monarquia escravista. Embora avançando em direção à normatização para aplicação da lei e voltado para a orientação do aparelho judicial em relação às questões práticas, ainda assim não conseguiu de todo livrar-se do jogo de distinção hierárquica, diferenciando os vários tipos de criminosos ou delinquentes em relação a aplicabilidade da lei. Como muito bem demonstra Adriana Pereira em sua tese de doutorado:

Importa perceber exatamente as duas linhas centrais assumidas pelos deputados brasileiros no momento de aprovação da maior legislação penal do país. A primeira consistia na opção pela inclusão do escravo no código, sob a justificativa de que certos homens, mesmo livres, mereciam tratamento idêntico ao dos cativos. O controle e a disciplina não deveriam estar restritos à condição civil das pessoas. Outros segmentos da sociedade, mesmo conquistando a liberdade, representavam, não obstante, perigo à “boa sociedade”, sendo preciso mantê-los sob o olhar vigilante da lei. A segunda opção pregava o abandono das teses iluministas em favor do princípio hierárquico, especialmente no que dizia respeito à preservação da escravidão.<sup>116</sup>

A opção final foi a de incluir no mesmo texto jurídico homens livres e escravos. A leitura do Código revela as contradições geradas por isso. O escravo não é excluído do texto, portanto é juridicamente um ser imputável de pena. Porém não podia contar com os benefícios de exceção presentes na lei

<sup>115</sup> MALERBA, Jurandir. Os brancos da Lei: op cit.

<sup>116</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo, século XIX**. 2003. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

como, por exemplo, aqueles dados aos loucos, os menores de quatorze anos ou os que cometiam delitos provocados por medos irresistíveis. De outro lado, mesmo parecendo mera retórica discursiva, ainda assim é prudente considerar o uso da expressão “castigo moderado” presente no título sobre os crimes justificáveis. Se é justificável e, portanto, isento de punição, ainda assim não deixa de ser tipificado enquanto crime, mesmo quando do senhor contra seu escravo. Mas de que conceito de crime fala o Código Criminal do Império?

Para avançarmos no debate sobre o Código Criminal do Império temos que admitir a necessidade de que as definições sobre crime e justiça contidas em seu texto, são formuladas em função das experiências e concepções daqueles que lhe deram a forma legal. Diferentes sujeitos em diferentes épocas, ocupando lugares sociais distintos formulavam noções sobre crime, justiça ou honra diferentes e muito provavelmente estas diferenças não passavam ao largo da decisão dos julgadores, mas na composição do texto de lei, que deveria ser capaz de contemplar a universalidade dos indivíduos, um conceito mínimo precisava ser formulado. Como este conceito expresso na forma da lei ganhava um caráter mais genérico, a contrapartida imediata disso tudo é que, em determinadas situações as noções socialmente reconhecidas de honra ou coragem acabavam tendo uma significação mais importante que a própria lei. Como diz Liana Reis<sup>117</sup>:

É preciso considerar que, cada qual à sua maneira e de acordo com sua função social, suas vivências, sua visão de mundo e seus interesses particulares, devia fazer leituras próprias da realidade, das ações e dos atos sociais praticados pelos outros e por eles próprios.

Ainda acompanhando a tese de Reis partimos do entendimento de que crime implica, entretanto, “o resgate de outros conceitos a ele associados, tais como justiça, honra, vingança, virtude, moral, dignidade, valentia e da própria violência em níveis socialmente aceitáveis por aquela sociedade”.<sup>118</sup>

Mas como aparece o conceito de crime no Código de 1830? E ele representa um avanço frente às concepções adotadas até então? A tipificação

<sup>117</sup> REIS, Liana Maria. **Crimes de escravos na Capitania de todos os negros** (Minas Gerais 1720-1800). São Paulo: Hucitech, 2008 p. 15

<sup>118</sup> Idem, *ibidem*.



do crime posta no Código permite um avanço no sentido de analisar como os juristas da época expressaram ou não sua preocupação com os crimes praticados por escravos? Como as contingências geradas pela implantação do Código foram sentidas na Província do Paraná e em Castro?

## 2.3 O CÓDIGO CRIMINAL DE 1830: A TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES

Como já foi dito anteriormente a emancipação política do Brasil implicava também, entre outras coisas, na necessidade do novo país constituir uma estrutura jurídico-política própria, rompendo com as instituições que o haviam conformado à condição de colônia de Portugal.

A substituição dos ordenamentos jurídicos herdados de Portugal, particularmente aquelas de caráter judicial, policial e punitivo, numa clara referência às Ordenações Filipinas, era uma preocupação que desde a Constituição de 1824 já se fazia quando se referia à necessidade da criação de um código civil e criminal. A constituição do Código Criminal já fazia incorporação de muitas ideias presentes na Europa e nos Estados Unidos, mas ainda assim guardava as características e imposições de uma sociedade escravista. Ao mesmo tempo em que colocava o sistema prisional como uma das possibilidades de apenação, ou a prisão com trabalhos, atendendo a tese de utilitarismo de Bentham, ainda assim fazia uso de penas como a morte no patíbulo (art. 38), açoites (art. 60), calcetas (art. 44) e ferros (art. 44 e 60). A pena de açoites permaneceu vigendo até ser revogada pela Lei nº 3.160 de 1883. Embora seja reconhecido por sua tentativa de impessoalidade percebe-se que ainda conservava um jogo de distinções sociais, em grau muito menor que as Ordenações, pois faz referências a senhores e escravos, ou, seguindo o conceito de utilitarismo, quando se refere em seu capítulo 4 aos “vadios e mendigos”. Mas o Código se tornava nominal quando fazia menção específica aos escravos que aparecem mencionados várias vezes no Código e recebem um capítulo especial:

Art. 113. Julgar-se-há cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.

Penas - Aos cabeças - de morte no grau máximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze anos no mínimo; - aos mais - açoites.<sup>119</sup>

A especificidade dos escravos é mantida na tipificação dos crimes tanto quanto ao crime como em relação à punição: ser trazido a ferros por seus senhores ou receberem castigos corporais, como as chibatadas, embora reguladas em relação à intensidade, ou seja, não mais que cinquenta açoites por dia.

Embora superando as Ordenações Filipinas em quase todos os seus aspectos, havia ainda a limitação imposta pela necessidade de manutenção da ordem assentada na forte tradição escravista e no peso que a escravidão representava tanto em seus aspectos econômicos, quanto sociais. Esta era uma tensão que o Código não pode deixar de evitar e revelar, a adaptabilidade de ideias europeias no seio de uma sociedade imersa na escravidão. Esta mesma sociedade constituída de senhores que sabiam de sua importância para a manutenção da ordem ao controlar seus escravos, o que nem sempre carecia de mediação dos instrumentos estatais da justiça. Mas, como dito anteriormente em relação à moderação dos castigos, o Estado irá cada vez mais intervir na relação senhor-escravo, principalmente em função das novas condições apresentadas no século 19, como as crescentes revoltas, o final do tráfico ou o fortalecimento do movimento abolicionista. Esta intervenção, segundo Malerba, criou a possibilidade de uma personificação parcial do escravo, não sendo apenas sujeito de delito, mas, também, paciente ou objeto de delito. Disso resultaram várias leis para disciplinar e controlar o uso dos castigos físicos e corporais aos quais estavam sujeitos, como o ferro e chicotes<sup>120</sup>.

Dois fatos chamam a atenção: a) o novo código entendia que o crime só podia ser considerado como tal, baseado numa lei que o antecederesse e; b)

<sup>119</sup> BRASIL. Código Criminal do Império. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

<sup>120</sup> MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** p. 103-113. Ver também GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: FAPEB/Annablume, 2006. p. 80.

superava a concepção apresentada nas Ordenações Filipinas onde violar a lei referia-se não somente desobedecer o rei, mas também, em numerosos casos, profanar a ordem divina, constituindo-se então como um pecado grave contra Deus e contra a Igreja. Segundo Martinelli<sup>121</sup>, eram três os requisitos a analisar para definir um fato como crime:

- 1) a existência de uma norma penal incriminadora. Havia, portanto, a necessidade de uma norma anterior que indicasse o caráter criminoso da conduta. Esta garantia demonstra influência de alguns dos preceitos iluministas, especialmente o princípio da legalidade, como os defendidos por Beccaria;
- 2) uma conduta (ação ou omissão) contrária a essa norma. Como segundo requisito de análise, aparece a conduta contrária à norma incriminadora. No entanto, havia situações que excluía o caráter criminoso da conduta, os chamados *crimes justificáveis*, previstos no art. 14 do Código. O Código afirma que os crimes justificáveis não seriam punidos, ou seja, o crime persiste, o que desaparecia era a punibilidade (“Art. 14 Será o crime justificável, e não terá lugar a punição dele”);
- 3) a vontade de violar esta norma e praticar a conduta. Somente seriam criminosas as ações ou omissões que, sendo cometidas com intenção, fossem o resultado da vontade. Não seriam crimes aquelas que não passassem de “puro fato material” (por exemplo, quando o agente atua sem consciência).

Além disso, o Código Criminal do Império fazia ainda a distinção entre três tipos de crimes: os crimes públicos, os particulares e os policiais. Entendia-se como crime público quando se registravam delitos contra a dignidade da nação, rebelião, insurreição, resistência, etc. Os chamados crimes particulares diziam respeito aos homicídios, os infanticídios, a calúnia, etc. Por crimes policiais, as ofensas à religião, a vadiagem, andar fora de hora, etc. Sendo composto de 313 artigos, a estrutura do Código correspondia basicamente a seguinte:

---

<sup>121</sup> MARTINELLI, João Paulo Orsini. O elemento subjetivo no Código Criminal do Império. Disponível em: <http://www.novacriminologia.com.br/Artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=2419>. Acesso em: 12/12/2009.

Parte I - dos crimes e das penas: correspondia aos artigos descritos entre o 1º a 67;

Parte II - dos crimes públicos: correspondia aos artigos descritos entre o 68 a 178;

Parte III - dos crimes particulares: correspondia aos artigos descritos entre o 179 a 275;

Parte IV - dos crimes policiais: correspondia aos artigos descritos entre o 276 a 313.

Fica expressa a ideia de como a tipificação do crime foi construída no Código, mas definir o crime ou delito era apenas uma parte da preocupação dos legisladores da época. Era necessário dotar o aparelho do Estado de uma estrutura jurídica capaz de gerar a funcionalidade legitimadora de sua crescente intromissão nas diversas instâncias sociais. Na verdade a superação da antiga tradição portuguesa estabeleceu-se com a criação do Código do Processo Criminal de 1ª Instância<sup>122</sup>, em 1832. Enquanto o Código Criminal tipificava e categorizava as ações juridicamente conceituadas como crime, o Código do Processo voltou-se especificamente para a “administração da justiça criminal”, o que era indicado já na entrada de seu primeiro título.

## 2.4 DEFINIDO O CRIME ATRIBUEM-SE AS RESPONSABILIDADES: O CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL (1832)

O caráter básico do Código do Processo era fortalecer a justiça independente, os poderes locais e os funcionários eleitos, conjunto esse totalmente desvinculado da administração central, pois não dependia dos presidentes provinciais, quanto mais do próprio Ministério da Justiça. Sua principal função era estabelecer uma nova formatação para a organização jurídica do Império. Portanto, seu texto definia tanto a divisão do país para fins

---

<sup>122</sup> BRASIL. Código do Processo Criminal de 1ª Instância. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

da administração da justiça, quanto estipulava a existência de cargos e suas respectivas responsabilidades:

Art. 1º Nas Províncias do Império, para a Administração Criminal nos Juízos de primeira instancia, continuará a divisão em Distritos de Paz, Termos, e Comarcas.

Art. 4º Haverá em cada Distrito um Juiz de Paz, um Escrivão, tantos Inspetores, quantos forem os Quarteirões, e os Oficiais de Justiça, que parecerem necessários.

Art. 5º Haverá em cada Termo, ou Julgado, um Conselho de Jurados, um Juiz Municipal, um Promotor Publico, um Escrivão das execuções, e os Oficiais de Justiça, que os Juízes julgarem necessários.

Art. 7º Para a formação do Conselho de Jurados poderão ser reunidos interinamente dois, ou mais Termos, ou Julgados, e se considerarão como formando um único Termo, cuja cabeça será a Cidade, Villa, ou Povoação, onde com maior comodidade de seus habitantes possa reunir-se o Conselho de Jurados.<sup>123</sup>

De acordo com Wellington B. da Silva<sup>124</sup>, o Código do Processo foi considerado como o golpe final em muitas das antigas estruturas da magistratura colonial, como por exemplo, os ouvidores, juízes ordinários, juízes de fora, etc. E, como já foi citado anteriormente, deu conta de superar a relação confusa mantida no Brasil pós-independência, ou seja, com a regulamentação pensada no referido Código foi possível superar as antigas disposições contidas nas Ordenações Filipinas em seus livros I e III, que continuaram a ordenar os processos mesmo após 1822. O famigerado Livro V já havia sido superado pelo Código Criminal de 1830. Para Aureliano Leal o Código se apresentava como “a mais brilhante vitória no domínio da Justiça”<sup>125</sup>, promovendo efetivamente no Brasil uma de suas mais completas transformações jurídico-institucionais. Além disso, trouxe outras características consideradas modernas e liberais à sua época, como a queixa, denúncia e o habeas corpus. Mas mesmo modernizando significativamente as estruturas jurídicas do Brasil, manteve alguns aspectos típicos da tradição portuguesa, como o centralismo de funções nas mãos de determinados funcionários locais.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> SILVA, Wellington Barbosa. O juiz de paz e o serviço de policiamento nas ruas do Recife no século XIX (1830-1835). In.: MONTENEGRO, Antonio Torres; et. al. (org.). **História: cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

<sup>125</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**: teoria política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 248

A figura mais emblemática desta centralização de funções é a do juiz de paz, que tanto acumulava funções administrativas e de ordem policial. Segundo Bernardo Pereira Vasconcelos, com este cargo se cumpriria a tese de que é sempre melhor prevenir do que punir os delitos.<sup>126</sup>

O juiz de paz, figura criada pela lei de 15 de outubro de 1827, não era o único juiz que tinha suas funções definidas dentro do Código do Processo. Ao seu lado figuravam ainda o juiz municipal - preferencialmente alguém que fosse bacharel em Direito ou versado em leis ou qualquer pessoa bem conceituada ou alguém que servisse interinamente, com o mandato de quatro anos, quando podiam ascender a vaga de juiz de Direito, sempre que houvesse disponibilidade de vagas. Um destes juízes podia ocupar o cargo de Chefe de Polícia, cargo igualmente criado neste código. Já o juiz de Direito, nomeado pelo Imperador era sempre um bacharel formado em leis, sendo possível existir até três por comarca. Estes só saíam da Comarca para ocupar lugar nas Relações ou de acordo com a utilidade pública. Existia ainda o promotor, em número de um por termo que, igualmente ao juiz municipal, era nomeado pela corte ou presidente de província, a partir de uma lista tríplice das câmaras municipais. Mas o poder que foi concentrado nas mãos do juiz de paz fez com que fossem muito disputados por grupos políticos e facções locais. A nova estrutura de poder que pode ser desenhada em função do Código do Processo e sistematizada por Ivan Vellasco<sup>127</sup> é a seguinte:

#### Quadro 1: Organização Judiciária das Comarcas

---

<sup>126</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais. In.: CARVALHO, José Murilo de (Org.) **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 112.

<sup>127</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. **As sedução da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas gerais, século XIX. São Paulo: EDSUC, 2004. p.122

Comarca	Juiz de Direito (máximo 3, nomeados pelo Imperador)
Termo	Conselho de Jurados (alistamento) Juiz municipal (nomeados pela Corte e presidentes de províncias) Promotor público (nomeados pela Corte e presidentes de províncias) Escrivão de execuções Oficiais de Justiça
Distrito	Juiz de paz (eleito) Escrivão (nomeados pelas câmaras) Inspetores de quarteirão (nomeados pelas câmaras) Oficiais de justiça (nomeados pelas câmaras)

Fonte: VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas gerais, século XIX. São Paulo: EDSUC, 2004. p.122.

Em Castro essa disputa do poder em torno da figura do juiz de paz criou uma situação bastante emblemática, pois acabou resultando em mortes e na transferência da Câmara de Vereadores para a Vila de Ponta Grossa. Mas para explicar melhor esta situação local é interessante avançar um pouco mais nas funções deste pequeno potentado local.

Segundo o Código do Processo de Primeira Instância, a eleição dos juízes de paz ocorreria a cada quatro anos, elegendo sempre quatro juízes com mandato de um ano para cada, sendo exercido de acordo com a votação alcançada. Para ter uma ideia do poder exercido por eles basta dizer que o artigo 135 afirmava: “Ninguém é isento da jurisdição do Juiz de Paz, exceto os privilegiados pela Constituição, aos quais será imposta a pena pelo juiz competente, a quem o Juiz de Paz, ex-offício, remeterá por cópia todo o processo desde a sua origem até a pronúncia.” Citando o próprio Código do Processo permite-se dimensionar a alçada dos juízes de paz:

§ 1º Tomar conhecimento das pessoas que de novo vierem habitar no seu Distrito, sendo desconhecidas ou suspeitas; e conceder passaporte às pessoas que lho requererem.

§ 2º Obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade pública, e a paz das famílias.

§ 3º Obrigar a assinar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de cometer algum crime, podendo cominar neste caso, assim como aos compreendidos no parágrafo antecedente, multa até trinta mil réis, prisão até trinta dias e três meses de Casa de Correção ou oficinas públicas.

§ 4º Proceder a Auto de Corpo de Delito, e formar a culpa aos delinquentes.

§ 5º Prender os culpados, ou o sejam no seu, ou em qualquer outro Juízo.

§ 6º Conceder fiança, na forma da Lei, aos declarados culpados no Juízo de Paz.

§ 7º Julgar: primeiro as contravenções às Posturas das Câmaras Municipais:

Segundo, os crimes, a que não esteja imposta pena maior, que a multa até cem mil réis, prisão, degredo, ou desterro até seis meses, com multa correspondente à metade deste tempo, ou sem ela, e três meses de Casa de Correção, ou oficinas públicas onde as houver.

§ 8º Dividir o seu Districto em Quarteirões, contendo cada um pelo menos vinte e cinco casas habitadas.<sup>128</sup>

#### Segundo Thomas Flory:

Más importante aún, el Código dio al magistrado responsabilidad no sólo para reunir pruebas, sino también para determinar la causa de las denuncias, arrestos y presentación de cargos en todos los procesos penales. Como funcionario encargado de presentar cargos penales formales, el juez de parroquia estaba en la base de todo el sistema de justicia penal<sup>129</sup>.

Sendo, então, a base de todo sistema de justiça penal no Brasil Império a disputa pelo domínio deste cargo ocorreu por todo o território onde o cargo existia. Do controle sobre esta posição importante resulta o incidente que envolveu, de um lado, José Carneiro Lobo e, de outro, Joaquim José Borges.

<sup>128</sup> BRASIL. Código do Processo Criminal de 1ª Instância. Op. cit.

<sup>129</sup> FLORY, Thomaz. **El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871**: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1984. p. 104



## 2.5 UM PARÊNTESE PARA CASTRO: UM “ZELOSO DO BEM PÚBLICO” E AS DISPUTAS EM TORNO DO JUIZADO DE PAZ

A disputa entre ambos começa em fevereiro de 1832, quando das eleições para juiz de paz. Tudo começa com uma denúncia feita por Carneiro Lobo “um cidadão zeloso do bem público e que deseja que as leis do Império sejam religiosamente observadas”, em que relata o caso de suborno para a manipulação do resultado das eleições.<sup>130</sup> Na verdade, declara ele que a eleição estava sendo comprada em troca de mercadorias que podiam ser retiradas gratuitamente das vendas de pessoas ligadas a Joaquim José Borges. Sua denúncia ao presidente da província de São Paulo diz:

“os documentos apresentados farão com que Vossa excelência fique bem instruída do modo porque em Castro se põe em execução a Lei, e se não houve denuncia no momento do ato da eleição não foi porque o suborno não estivesse presente, pois que era feito com todo descaramento porem sim porque qualquer que se atrevesse a denunciá-lo teria de certo que sofrer da prepotência daquele magistrado e mais funcionários que compunham a mesa eleitoral e nestas circunstâncias como a lei não foi observada aquela eleição é notoriamente nula.”<sup>131</sup>

Parece-nos, pela continuidade da leitura das atas da câmara, que o caso não recebeu um tratamento muito acurado do presidente da província. Não só porque não é feita nenhuma referência à denúncia de corrupção ou menção a qualquer documento proveniente de São Paulo e que desse tratamento a questão, como porque em 23 de abril do mesmo ano José Carneiro Lobo volta à carga contra o juiz de paz eleito. Diz ele que foi “injustamente maltratado”, “com manifesta infração da Lei que não permite aos magistrados vexarem com abuso de seu poder os cidadãos pacíficos”, e diz que não usara “expressões fortes” para definir a conduta do juiz, pois “a linguagem da paixão é imprópria para ser empregada perante sua autoridade tão digna de respeito” quanto o presidente da província de São Paulo. Tendo sido conduzido a imunda cadeia de Castro, não teve o juiz “contemplanção alguma com ele não só pela

---

<sup>130</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1932, p. 67

<sup>131</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1932, p. 67v.

qualidade de vereador, mas tão bem pela de Comandante Mor reformado, cujos privilégios e regalias não têm o suplicante perdido.”<sup>132</sup>

Durante o final de 1832 e 1833 outras três referências encontradas nos documentos indicam que a situação ia se agravando sem uma posição de intervenção vinda do presidente da província. Em agosto de 1833, Joaquim José Borges procurou se defender das acusações de perseguição a José Carneiro Lobo, lembrando que o mesmo havia sido retirado do cargo de “capitão-mor por despotismos e arbitrariedades provocadas contra os povos”. Uma comissão formada na Câmara de vereadores decidiu que as acusações de José Carneiro eram infundadas e, além disso, se não havia obtido respostas às suas solicitações o mesmo devia-se ao fato de que

é pelo motivo de que o acusador tem suspeitado de alguns vereadores, e outro se tem suspeitado, aterrados do pânico, que infunde este flagelo, e os novos convocados dão parte de doentes, afim de se evadirem de manusear as muitas queixas que ocupam o andamento dos negócios mais interessantes e cujos sabido seu autor se ajuízam caluniosas; vesse gritar o acusador que os cargos públicos se acham ocupados por pessoas que não são de sua escolha, ex a pedra fundamental do escândalo, a comissão pensa que os empregados públicos nesta vila tem patriotismo, são amantes do feliz sistema que nos rege, e desempenham as atribuições inerentes de seus cargos, e visto não serem funcionários do acusador.<sup>133</sup>

Eis que então, já reformado como indicado pouco acima e morando na Faxina, José Carneiro Lobo consegue fazer com que um partidário seu, Lourenço Marcondes Ribas, fosse eleito para o cargo de juiz de paz, em 4 de janeiro de 1834. A vingança não tardou. No dia 9 desse mês, às 13 horas, na casa de Antonio Domingues Garcia, foi cruelmente assassinado o Procurador da Câmara, o Alferes das Guardas Nacionais Antonio José da Cunha Viana<sup>134</sup>, por dois indivíduos armados de pistolas, espadas e facas, “que depois de darem-lhe um tiro e vinte tantas facadas, com alguns golpes de espada, saíram são e salvos desta vila, à pé e devagar, vestidos de ponche, sem que fosse pela menor criatura, perseguidos”<sup>135</sup>. O juiz municipal Interino Joaquim

<sup>132</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1932, p. 85

<sup>133</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1933, p. 14

<sup>134</sup> Segundo consta no livro de atas datado de 31 de outubro de 1831, José Carneiro Lobo acusava Antonio Viana de ter lhe armado um crime e que o mesmo Viana era senhor de toda a justiça que existia em Castro. CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1831, p. 47

<sup>135</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1834, p. 23

Gonçalves dos Santos, em 13 de março de 1834, oficiava a Câmara, desocupando o lugar, “por ameaças que lhe tinham feito os seus inimigos que a peito descoberto prometem desatender as autoridades e assassinar-lhe o que sabia por pessoas de sua amizade e digna de conceito.”<sup>136</sup>

O temor do juiz municipal Joaquim Gonçalves dos Santos o impediu de esperar uma deliberação da câmara, que ele sabia que tão cedo não se reuniria por conta do caos instalado. Para “ir ver se livrava a vida”, como diz no mesmo ofício, juntou uma pequena comitiva, seus bens e foi para a província do sul. Realmente estava certo em não esperar uma rápida decisão da Câmara, que só voltou a se reunir em 5 de maio de 1834, mas em condições muito especiais. Contrariando a determinação do Código do Processo que previa que o juiz municipal fosse nomeado pela Corte ou pelo presidente da província, nomearam o Sargento-Mor Benedito Mariano Ribas. Este elaborou um relatório ao presidente da província de São Paulo, onde explicava, entre outras coisas, que se não havia sido mantida uma correspondência entre Castro e a presidência da província, não era por desleixo ou relaxo no cumprimento das funções da câmara, mas, sim, por conta da crise que se instalou em Castro, impedindo igualmente qualquer arrecadação de impostos e taxas. A resposta de Carneiro Lobo à omissão do presidente da província em sua disputa com Joaquim José Borges foi bastante dura. Internamente na Comarca de Castro, vingava-se daqueles que ousaram afrontá-lo. No nível provincial privava o governo da arrecadação de impostos.

Mas o relatório do juiz municipal nomeado, Benedito Mariano Ribas, embora extenso, dá uma melhor dimensão da crise e do temor que se implantou na população de Castro, especificamente nos homens de bem ou que podiam participar ativamente da vida política:

“Com efeito, afastou-se do seu primeiro dever esta câmara, não só porque não procurou manter a boa ordem e tranquilidade públicas, mas inteiramente inteirada de que não foi motivada por desleixo, mas sim porque a maior parte de seus membros se achava aterrados pelas **ameaçadoras notícias de que os facinorosos pretendiam atacar os membros desta câmara**, que rústicos e timoratos, apreciando a preciosa vida, não procuraram meios de prevenir os males e sim, acautelarem-se, aguardando-se cada um em suas

---

<sup>136</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1834, p. 23

casas, como é público. A câmara **achando-se sem respeito e sem força** de tomar medidas sobre os males cometidos, receando em tal crise dar **passos desagradáveis ao Governo Constitucional**, deixou de se reunir, guardando o mais profundo silêncio. Pela mesma razão julga, vivem horrorizados os povos e alguns empregados que nem levemente, em tempo algum, quererão ter parte no facinoroso partido dos inimigos da lei. Pelo ofício do juiz municipal interino Joaquim Gonçalves dos Santos se vê as tristes circunstâncias a que tem chegado este malfadado município, cujo ofício requer a omissão seja remetido para, fazendo parte da resposta ao ofício do Exmo. Senhor Presidente, pelo qual se mostra a realidade que teve predominado nesta e o ponto mais desgraçado a que tem chegado, cujos criminosos fatos a comissão não pode remeter ao silêncio, não só por ser de sua rigorosa obrigação, como também por dar execução à ordem do excelentíssimo presidente da província. Bem a custo reuniu-se agora esta câmara, no dia cinco do corrente, depois da chegada do Doutor Juiz de Direito (Agostinho Ermelino de Leão), esperando que talvez, com a presença deste novo magistrado se **restabeleça a boa ordem, se respeitem as leis e que finalmente sejam severamente punidos assim os violadores da lei**.<sup>137</sup> (grifos nossos)

A chegada de Agostinho Ermelino de Leão pôs ordem nas coisas. Em junho de 1834 os “facínoras” citados no relatório ganham nomes: João Becudo e seu filho, Miguel, ambos moradores da Faxina, local para onde havia se retirado Carneiro Lobo, que aparece como mandante dos crimes. O documento indica ainda que “Silvério Carneiro Lobo, filho de José, além de outras pessoas mais” também fizeram parte dos crimes e do caos que se viu “envolta aquela ordeira vila.” Apontar Carneiro Lobo como mandante e quem eram os executores de suas ordens era uma coisa, tomar providências em relação a isto era outra completamente diferente. O responsável por estas providências deveria ser Manoel Inácio do Canto e Silva, que nada fez por ser um dos ameaçados, “estando por isso em sua fazenda, com guardas, da mesma forma que outros mais, pacíficos cidadãos.” Pouco tempo depois Canto e Silva licenciou-se, alegando moléstias, e foi para São Paulo.

O juiz de paz Lourenço Marcondes Ribas, foi mantido no cargo e, conforme indicava o relatório de Mariano Ribas, o compadre do ex-capitão José, continuava fazendo “as desordens na vila, tolerando malfeitores, relaxando prisões e não convivendo entre os habitantes, enfurnando em uma fazenda.” Quando da instalação da Assembleia Legislativa da província de São

---

<sup>137</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1934, p. 70

Paulo, em dois de fevereiro do 1835, o presidente da província Rafael Tobias de Aguiar, assim se referiu aos fatos de 1834:

A província acha-se dividida em seis Comarcas, contendo sessenta Termos e cento e setenta e nove Distritos. Sobre os Termos só tenho por ora, representações acerca da Vila de Castro, que se julga não poder continuar pelo pequeno número de jurados, mas atribuindo isto ao espírito de partido que infelizmente ali deve ter aparecido pelo julgamento dos crimes que se cometem anteriormente, com escandalosa omissão das autoridades, tendo mandado proceder a outros exames para conhecer a conveniência desta alteração. [...] Achando-se presentemente restabelecida a ordem e tranqüilidade pública na Vila de Castro, por não terem felizmente prosseguido os tristes acontecimentos que ali tiveram lugar, por cujo motivo foi ordenado que a Junta de Paz e o Conselho de Jurados se reunissem interinamente da Freguesia de Ponta Grossa, o Presidente da Província ordena que as mencionadas reuniões tenham lugar d'ora em diante na referida Vila, visto ser cabeça de Termo: o que participa à Câmara execução, na parte que lhe toca.<sup>138</sup>

Incidentes como este envolvendo diferentes grupos dominantes no interior das vilas e comarcas não foram exclusivos de Castro. Em sua tese de doutorado Ricardo Ferreira discutiu a disputa entre dois grupos políticos existentes na comarca de Franca e que ficou conhecido por “Anselmadas”, também motivada pela eleição do juiz de paz local. Este conflito teve como figura central o capitão Anselmo Ferreira de Barcelos, daí o nome do evento. Por conta da rearticulação em torno do poder político em Franca, o capitão Anselmo invadiu por três vezes, as duas primeiras para demonstrar sua insatisfação com o rumo político da localidade e a última já com o aval do presidente da província de São Paulo, que desejava que a ordem e a tranquilidade fossem restabelecidas.

Tanto em Castro quanto em Franca, o que estava realmente sendo questionado era o poder sobre o controle policial, administrativo e judicial. Ressalte-se apenas que antes da instituição do juiz de paz estas funções eram distribuídas por diferentes autoridades (juízes ordinários, almotacés, juízes de vintena) ou reservados aos juízes letrados (tais como julgamento de pequenas demandas, feitura do corpo de delito, formação de culpa, prisão etc.), que

---

<sup>138</sup> Relatório dos Presidentes da Província de São Paulo (Presidente Rafael Tobias de Aguiar) do ano de 1845. Documento transcrito no Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1935, p. 19

passavam então a ter de compartilhá-los com esse personagem. Controlando a entrada e saída de pessoas de seus distritos, funcionando como responsável pelo controle das classes ínfimas da sociedade – vadios, prostitutas, bêbados por hábito e mendigos – além de zelar pela paz das famílias, pelos bons costumes e pela tranquilidade pública, sua função ainda avançava sobre a condução das eleições, de onde se iniciou toda a pendenga envolvendo José Carneiro Lobo e Joaquim José Borges. Era na responsabilidade sobre a condução do processo eleitoral que residia uma das funções mais importantes do juiz de paz, pois justamente neste momento as disputas políticas entre grupos rivais se manifestavam e todos os lados esperavam o apoio da autoridade ou, pelo menos, podiam definir de forma mais clara a posição da mesma.

Este poder concentrado nas mãos do juiz de paz, a forma com que foi criado o cargo, antes mesmo do Código Criminal do Império, a resistência enfrentada por estes frente aos magistrados formados em Coimbra entre outros foram alguns dos problemas apontados por Flory como um impeditivo às melhorias que poderiam ser advindas da instituição deste personagem. Para Ivan Vellasco, isso não corresponde necessariamente a verdade para todos os espaços onde esta autoridade atuou. Para região estudada por ele, a antiga Comarca de Rio das Mortes em Minas Gerais, houve um aumento no volume de lançamento no livro do rol dos culpados após 1829, ou seja, já com a atuação do juiz de paz. Sugere que a presença destes havia causado um entusiasmo inicial, ao que acrescentaríamos que a existência de uma autoridade localizada no seio daquela sociedade trazendo uma ideia de que a justiça estava ali implementada deve ter alterado a relação entre as populações locais e os aparatos jurídicos. O juiz de paz e a nova ordem jurídica que se constituía não passavam despercebidos pela população, fossem os proprietários, livres pobres, escravos ou libertos. E todos eles criavam uma noção acerca da utilidade da justiça e, sendo útil, passavam a recorrer a ela de forma mais frequente. Disso não resulta dizer que o processo tenha sido facilitado apenas por existir o juiz de paz ou os aparatos jurídicos, ou que as regras fossem imediatamente compreendidas por todos, mas, da mesma forma, não se pode deduzir que não eram capazes de aprender as regras do

jogo e forcejá-lo dentro de limites muitas vezes estreitos, mas como atores participativos para demonstrar sua concepção de justiça e as obrigações das autoridades responsáveis por cumpri-la.

## 2.6 RETORNANDO AO CÓDIGO DO PROCESSO: O CORPO DE JURADOS E A FÓRMULA DOS JULGAMENTOS

Mas as modificações não se referiam unicamente ao juiz de paz. Como já foi citado anteriormente o Código definia toda a estrutura de funcionamento da justiça no Império, além da definição de todo o rito que validava a composição das peças que compunham o processo criminal, da formação da culpa até a realização dos julgamentos pelo Tribunal do Júri. Muitos consideram que o estabelecimento do júri tenha sido a grande novidade representada pelo Código do Processo. Evaristo da Veiga disse que “o jurado foi apresentado como uma instituição destinada a moderar a ilimitada preponderância da classe dos magistrados profissionais, que, se não fosse por isso, dominaria tudo.”<sup>139</sup> Mais enfática foi a posição de Manoel Antonio Galvão:

E ainda se a Justiça, se a inteireza formasse o seu caráter... Porém, com quanta mágoa o digo! Desgraçado daquele que não tinha, no antigo ministério, dinheiro para fazer valer o seu direito; a justiça era um fraco escudo; a magistratura portuguesa tinha chegado a tal ponto de corrupção que é difícil de conceber; e o povo estava tão convencido de que a ambição era o seu primeiro móvel, que afrontava cara a cara ainda aqueles que para tais assaltos não tinham dado azo. Logo no princípio de minha judicatura em Goiás ofereceram-me 50 oitavos de ouro para uns sapatinhos (dizia o ofertante), se eu desse o julgamento a seu favor; e se parasse aí a arbitrariedade desta classe, bem estávamos; porém até violências eram seus recursos: magistrados havia que deitavam a parte a pontapés pela escada, quando se não prestava às condições que propunham, e quando mesmo não juravam o que convinha ao Juiz; fui magistrado; conheço a necessidade de uma reforma; voto por ela; voto pela admissão dos jurados em causas crimes e cíveis.<sup>140</sup>

<sup>139</sup> VEIGA, Evaristo da apud Flory, Thomas, **El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871** op. cit., p. 184

<sup>140</sup> Discurso de Antonio Manoel Galvão durante a Assembléia Constituinte apud. NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência**: Império. Porto Alegre: Sulina, 1973, v. 1, p. 48-49.

Somente com a promulgação do Código do processo Criminal em 1832 que o Júri passou a ter realmente uma ação efetiva no tribunal judiciário. Neste código igualmente previa-se as regras de sua escolha (ou juízes de fato). Estes eram selecionados por vereadores, juízes de paz e párocos entre os habilitados da localidade. Até a reforma de 1841 eram excluídas as pessoas que não gozavam de bons conceitos públicos, inteligência, integridade ou bons costumes. Depois de feita a lista a mesma era fixada em local público, portas de paróquias ou capelas, para dar-se conhecimento às pessoas e estas poderem reclamar da inclusão ou exclusão de seus nomes. A lista era revisada uma vez por ano e era mantida guardada a duas chaves pelo presidente da Câmara e pelo promotor de Justiça, com a devida transcrição feita em livros próprios.

Sempre antes de cada sessão sorteavam-se 60 nomes entre os qualificados. Este grupo era dividido então em dois conselhos. A primeira composição era feita de 23 pessoas sorteadas por um menino e era responsável por atuar inicialmente no Primeiro Conselho de Jurados ou Júri de Acusação. Reunidos em uma sala fechada nomeavam um presidente e um secretário e fazia-se um debate sobre todos os processos que poderiam estar na pauta. Em casos específicos podiam solicitar outros esclarecimentos, solicitar ao juiz a presença de testemunhas ou algum representante do acusado ou acusador. De suas deliberações saía a decisão pelo julgamento, em caso de se considerar provado o delito, ou de seu encerramento, julgando a causa improcedente:

Art. 244. Finda a leitura de cada processo, que será feita pelo Secretário, e qualquer debate, que sobre ele se suscitar, o Presidente porá a votos a questão seguinte:

Há neste processo suficiente esclarecimento sobre o crime, e seu autor, para proceder à acusação?

Se a decisão for afirmativa, o Secretario escreverá no processo as palavras: - O Júri achou matéria para acusação.

Art. 245. Se, porém a decisão for negativa, por não haver suficiente esclarecimento sobre o crime, ou seu autor, o Presidente dará as ordens necessárias, para que sejam admitidos na sala da sua conferencia o queixoso, o denunciante, ou o Promotor Publico, e o réu, se estiver presente, e as testemunhas, uma por uma, para ratificar-se o processo, sujeitando-se todas estas pessoas a novo exame.



Art. 247. Nas ditas ratificações também não se admitirão testemunhas novas; salvo somente, quando não vier designado o autor do crime no processo.

Art. 248. Finda a ratificação do processo, ou formada a culpa, o Presidente fará sair da sala as pessoas admitidas, e depois do debate, que se suscitar entre os Jurados, porá a votos a questão seguinte:

Procede a acusação contra alguém?

O Secretario escreverá as respostas pelas formulas seguintes:

O Júri achou matéria para acusação contra F. ou F.

O Júri não achou matéria para a acusação.<sup>141</sup>

Em caso de continuidade do processo, havia a pronúncia, a prisão do réu e a elaboração do libelo acusatório (geralmente feita pelo promotor público que sustenta a culpa do réu). A próxima fase, após a formação de culpa, um novo sorteio escolhia 12 jurados e, agora, poderia ser feita a recusa de nomes tanto por parte da defesa quanto da acusação. Este é o Segundo Conselho de Jurados ou Júri de sentença. É da decisão deste conselho que a culpa ou inocência do réu se apresenta. Os quesitos analisados por este Conselho eram os seguintes:

Art. 269. Achando-se a causa no estado de ser decidida por parecer aos jurados, que nada mais resta a examinar o Juiz de Direito, resumindo com a maior clareza possível toda a matéria da acusação, e da defesa, e as razões expendidas pró, e contra, proporá por escrito ao Conselho as questões seguintes:

§ 1º Se existe crime no fato, ou objeto da acusação?

§ 2º Se o acusado é criminoso?

§ 3º Em que grau de culpa tem incorrido?

§ 4º Se houve reincidência (se disso se tratar)?

§ 5º Se ha lugar á indenização?<sup>142</sup>

É partindo destas perguntas que o julgamento é dado, mas os promotores quando ofereciam seu libelo acusatório recorriam sempre às condições agravantes que constavam no Código Criminal do Império, quais sejam: cometer o crime à noite ou em lugar ermo, fazer uso de venenos, incêndios ou inundações, ser reincidente no mesmo tipo de delito, agir por motivo frívolo ou reprovado, agir com desrespeito à idade do ofendido quando este for mais velho a ponto de ser pai do agressor, agir com superioridade de sexo, força e arma a ponto de inviabilizar a defesa, ser o ofendido de qualidade

<sup>141</sup> BRASIL. Código do Processo Criminal de 1ª Instância. Op. cit.

<sup>142</sup> Idem

maior que o agressor, seja como ascendente, mestre ou superior do delinquente que constituísse a razão deste como pai, agir de forma premeditada, considerando a premeditação o transcurso superior a 24 horas entre o planejar o delito e praticá-lo, agir com abuso da confiança nele depositado, agir por pagamento ou recompensa, cometer o delito na forma de emboscada, agir com arrombamento, com entrada violenta em casa do ofendido, ser cometido com surpresa, ser cometido usando disfarce para não ser reconhecido e também quando for acertada sua execução entre duas ou mais pessoas. Então, além de buscar descobrir o criminoso, o Código procurava também mapear as circunstâncias de cada crime. Do outro lado estava o advogado de defesa cumprindo seu papel para desqualificar os quesitos ou os agravantes. Neste jogo que opõe acusação e defesa a lembrança de Mariza Corrêa<sup>143</sup> é oportuna:

[...] no momento em que os atos de transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre atores jurídicos, cada um deles usando a parte do “real” que melhor reforce seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.

Este processamento do real pode ser percebido na fala de José Antonio de Carvalhaes, que no ano de 1856 se referia a duas sessões de júri que haviam sido realizadas em Curitiba para julgar um total de 21 crimes. Os números que ele apresentava davam conta que apenas três criminosos haviam sido condenados e os outros 18 absolvidos. O jogo entre advogados de defesa e promotoria era um dos motivos que ele apresentava para justificar o alto número de absolvições.

[...] facilidade que encontram os jurados em responderem negativamente ao primeiro quesito, livrando-se assim de responderem os demais; [...] meio de ganharem prosélitos, assim procedem esquecendo-se do juramento, porque a religião não está de tal modo arraigada, que se possa dizer constituída a crença inabalável, o temor da ofensa de seus dogmas e disposições. [...] a inteligência acanhada da maior parte dos jurados, e a feição por este ou aquele advogado, os faz deixarem-se seduzir por seus argumentos, por mais capciosos que possam ser; e que a vantagem

---

<sup>143</sup> CORRÊA, Mariza. Morte em família. op. cit. p. 40

dos defensores, em terem a palavra por último, lhes dá sempre a probabilidade de bom êxito, pelas últimas impressões que produzem no ânimo dos jurados.<sup>144</sup>

Para Carvalhaes, portanto, havia a possibilidade da produção de um real durante os julgamentos que passava, também, pela ação dos advogados e promotores. A análise do funcionamento de um júri, que era de conhecimento do presidente da província, indicava o seguinte ritual: depois de estabelecido o júri a ordem era interrogatório do réu; leitura do processo – quando se lia todo o processo de formação de culpa; auto da acusação, interrogatório das testemunhas e só então a dedução da defesa.<sup>145</sup> Como apontado por Carvalhaes a última impressão devia calar mais fundo no espírito dos jurados e explicava sua complacência para os julgados.

Mas não era só isso. Deve-se levar em consideração que os subsídios para que os jurados pudessem decidir sobre a questão era fornecido pelas provas, quase sempre constituídas única e exclusivamente pela palavra das testemunhas ou, quando fosse necessário, pelo exame de corpo de delito.

A importância das testemunhas era dada desde a formação da culpa, quando a existência de apenas duas delas já bastava para esse procedimento. Depois de apresentada a queixa um número mínimo de cinco testemunhas ouvidas era suficiente para que o processo fosse finalmente instaurado ou então julgada improcedente a queixa. Analisando os processos e confrontando com a legislação se pode avaliar a importância da palavra naquele contexto. Em primeiro lugar, cabe a referência de que quase todas as testemunhas dão suas versões para os acontecimentos a que são chamadas para esclarecer recorrendo a expressões como “por ouvi dizer”, “por ser voz pública” ou “por

---

<sup>144</sup> RPP. José Antonio Vaz de Carvalhaes. 1857. p. 37-38

<sup>145</sup> Tanto o auto de acusação quanto a dedução da defesa deveriam portar informações preciosas para solucionar os crimes ou refutá-los, mas pela padronização da época suas descrições nos processos obedeciam a seguinte forma: **Auto da acusação**: desenvolvia-se oficialmente a acusação, lia-se outra vez o libelo crime, as provas do processo, era feita a exposição dos fatos e razões que sustentavam a tese de culpabilidade do réu, citava-se os artigos e o grau das penas em que o réu devia ser incurso; já para a **Dedução da defesa** a descrição literal era esta: “inquirida a testemunha informante da acusação, transmitido o processo e dada a palavra ao defensor do réu, este sucessivamente desenvolveu a defesa, mostrando a lei, provas, fatos e razões que sustentavam sua inocência.” Em nenhuma das duas partes havia uma transcrição detalhada do que foi perguntado ou dito, o que não deixa de frustrar um pouco quem se debruça sobre esta documentação.

ser público e notório.” Liana Reis indica que dois aspectos merecem ser ressaltados disso. Em primeiro lugar, a falta de privacidade das pessoas que participavam muito ativa e intensamente da vida uma das outras, muitas vezes nem por opção, mas pelas condições materiais mesmo que se apresentavam. Em segundo, indicava como a opinião pública tinha certa “força”, ao modelar a aplicação das leis e reforçar as concepções de justo e injusto, do certo e errado. Para nós, acreditamos que exista ainda um terceiro elemento: o papel da fofoca como um fator de localização social. Os indivíduos sentiam – e sentem - necessidade de fazer parte da comunidade partilhando com esta uma relação que, mesmo se centrada na fofoca, iguala perante a Justiça aqueles que sabem ou podem dispor de uma informação. E são estas informações prestadas pelas testemunhas que avançam sobre a intimidade, sobre a vida daqueles sobre quem falam que fornece um canal de acesso ao mundo de escravos e libertos do século 19 e outros também.

Sob a lógica de funcionamento prático esta era a dinâmica do Código do Processo. Cabe ressaltar ainda que enquanto fruto de um momento político bastante conturbado ele carregava igualmente outras intenções. Plasmado dentro de um projeto liberal, retirou do poder central a condição de controle sobre uma significativa fração da estrutura judiciária. Os juízes de Direito seriam nomeados pelo governo imperial, os demais cargos, juiz de paz, promotor e juiz municipal e de órfãos, seriam escolhidos pelas administrações locais ou pelo voto, o que com a inserção do Júri, configurou ao Código um forte caráter descentralizado.

Contudo, o que, talvez, os defensores da descentralização não imaginavam era terem, eles mesmos, que equacionar aquelas dificuldades. Isso ocorreu porque o começo da vigência do Código coincidiu com a primeira administração liberal nos anos iniciais da Regência. O que se viu, na década regencial, foi uma espécie de “a criatura voltando-se contra o criador”. O Código do Processo mal começou a vigor e passou a ser alvo constante de críticas, inclusive dos próprios liberais como Bernardo Pereira Vasconcelos.

De acordo com Ricardo Ferreira<sup>146</sup>, em 1827, o então liberal Vasconcelos, não só defendia a adoção do sistema de juízes de paz em cada paróquia, como ele mesmo chegou a elaborar “um manual destinado a instruir os futuros juízes acerca de suas atribuições.” Cita ainda que um ano depois, em 1828, Vasconcelos afirmava que “como bons pais de família, esses juízes procurariam conciliar as partes que intentavam em juízo.”<sup>147</sup> Porém em finais da década de 30, já conduzindo o chamado “regresso conservador”, o ministro Bernardo Pereira não só criticava o sistema de juiz de paz, afirmando que estes haviam se desviado de suas funções, como também atacava o sistema de júri. De acordo com o ministro:

O derramamento de nossa população em um território extenso, e pouco povoado, torna em muitos lugares sumamente difíceis a reunião de sessenta jurados, que devem concorrer em cada Sessão. O mesmo Código [do Processo Criminal] supõe a existência de municípios, onde se não encontra esse número, e por isso admite a convocação daqueles indivíduos, que como indignos excluía para exercer as funções de jurados, como se a falta de pessoas dignas tornasse tais aquelas, que o não eram; ou como se o Cidadão, que habita lugares menos povoados, gozasse de menos garantias, que os outros! Por esta maneira entregou o nosso Código [do Processo Criminal] a honra, a fortuna, e a vida desses Cidadãos àquela mesma incapacidade ou indignidades, que é repelida nos Municípios mais populosos.<sup>148</sup>

Ainda em 1836 no relatório ao Ministério da Justiça, o ministro Gustavo Adolfo D’Aguilar Pantoja, assim se referia às mudanças operadas tanto pelo Código Criminal, quanto pelo Código do Processo:

Se o Livro 5 das Ordenações dos Filipes pecava por nimamente severo, os princípios do Código do Processo e do Código Criminal pecam por nimamente indulgentes, e ainda assim não seria tanto o mal, se todas as Leis fossem, como deviam ser, executadas, e se a organização do Código do Processo não desse lugar a tantas impunidades. Todas as leis derivam, mais ou menos, das máximas e princípios do tempo. Antigamente quase todos os crimes tinham pena capital, ou de cortamento de alguma parte do corpo, pena bárbara e horrível; hoje quase todos os crimes têm penas muito leves, quase todos são afiançáveis, certos mesmo não têm pena alguma.

<sup>146</sup> FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum**: Escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888). (Tese de doutorado). Franca: UNESP, 2006. 220p.

<sup>147</sup> Idem, p. 37.

<sup>148</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos apud. Ricardo Ferreira, op. cit. p. 40

Ou seja, em pouco menos de 10 anos o Império Brasileiro precisava de uma nova reforma em seu sistema judiciário. No final da década de 1830, quando o Partido Conservador regressou ao poder, reformou as instituições no sentido da centralização. Fez isso sobretudo através da Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, e da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que modificou o Código do Processo. Como nosso recorte temporal situa-se exatamente dentro da vigência desta reforma ao Código do Processo analisemos este documento para, então, procedermos à análise do impacto destes textos legais junto às autoridades da Província do Paraná.

## 2.7 A REFORMA DO CÓDIGO: NOVAS DINÂMICAS E NOVOS PROBLEMAS. A COMARCA DE CASTRO EM BUSCA DO “BOM SENSO”

As novidades principais apresentadas então foram a criação dos cargos de delegados, subdelegados e chefes de polícia, sendo a indicação uma atribuição dos chefes do Executivo. Estes novos agentes passaram a substituir os juízes de paz na maioria das suas funções. A expressão “maioria” cabe aqui, pois os juízes de paz ainda eram responsáveis para “proceder a execução de exames de corpo de delito, reprimir os bêbados, os mendigos, os vadios e as ‘meretrizes escandalosas, que perturbam o sossego público, obrigando-os a assinar termos de bem viver’, destruir quilombos e vigiar para que novos não se formassem, prender os criminosos procurados e comunicar a outros juízes a prisão deles em seus distritos”.

O Primeiro Conselho de Jurados ou Júri deixou de existir, sendo que a formação da culpa nos processos passou então a ser atribuição dos delegados de polícia, que após inquirir as testemunhas remetia os processos aos juízes municipais. Estes faziam a revisão dos processos, podendo sustentar ou revogar a decisão da procedência da culpa contra o acusado e, depois então, enviava os autos ao juiz de Direito. Este realizava a pronúncia, presidia o processo até o julgamento, onde apenas um conselho de jurados decidia pela absolvição ou condenação do réu.

Outra novidade era a possibilidade de se juntarem duas ou mais localidades para se atingir o número necessário de pessoas aptas para comporem o corpo de jurados. Esta lista, organizada pelos delegados de polícia, comportava todos os moradores que fossem eleitores, soubessem ler e escrever e tivessem rendas.

Os Chefes de Polícia, escolhidos pelo Imperador ou presidentes de províncias dentre os desembargadores e juízes de Direito, considerados “amovíveis e obrigados a aceitar”, ficavam responsáveis, entre outras coisas por verificar se as câmaras municipais davam tratamento adequado às medidas sugeridas pelo Ministério da Justiça de forma a converter estas medidas em posturas municipais. Novidades ainda ligadas a este cargo eram: a obrigatoriedade em se realizar o levantamento da população da província, por meio dos delegados, juízes de paz e párocos; as estatísticas criminais e a comunicação na forma de relatório dos dados coligidos ao Ministério da Justiça e ao Presidente da Província.

As informações acerca das estatísticas foram sendo aprimoradas ao longo da década de 40 e 50 do século 19, atingindo uma padronização no ano de 1862. Novamente recorrendo a Ricardo Ferreira percebemos que da anterior falta de clareza estatística para um processo de padronização e ênfase nos números sobre crimes cometidos decorre um problema. Na medida em que estes números são apresentados mais sistematicamente ano após ano, a primeira impressão para os responsáveis pela administração da Justiça é que a criminalidade estava aumentando<sup>149</sup>. Joaquim Nabuco<sup>150</sup> chamava a atenção para o fato de que muitas vezes as estatísticas criminais eram realizadas tendo por base tão somente os livros de rol de culpados, que eram facilmente adulterados ou rasgados para apagar vestígios de culpa. Isso era uma verdade, vide a preocupação já citada do Corregedor Vicente Ferreira da Silva Bueno, juiz de Direito da terceira Comarca de Castro, que em 1856 reclamava da forma como eram feitos os registros, mantido e acessado o livro de rol dos culpados. A reformulação do livro que ele determinou nesta data muito provavelmente fez incluir crimes que não constariam originalmente no rol dos

---

<sup>149</sup> Ferreira, Ricardo. **Crimes em comum**. op. cit. p. 51

<sup>150</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume II. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial S.A., 1949, p. 351 -352.

culpados, mas, aí estando, afetaria os números referidos na estatística da Província.

As preocupações de Vicente Ferreira para que a justiça fosse executada de forma mais cuidadosa e por pessoas de melhor preparo parece ter surtido um efeito para além do esperado. Na próxima Correição, realizada cinco anos depois pelo dr. Fellipe Alves de Carvalho, a reclamação vai em sentido contrário, principalmente no tocante a forma com que se “fazia o excessivo registro no rol dos culpados” mas, principalmente em relação às prisões que eram feitas arbitrariamente e recomendava

“não mandem prender a algum senão depois de culpa formada (salvo em flagrante delito) ou em crimes inafiançáveis, e neste caso procedam sempre com muita reserva n’aqueles casos que o simples bom senso mostrar que a denúncia ou queixa não está tão clara ou que os indícios não são tais que convençam à primeira vista, que sejam filhos da má fé, do despeito ou da vingança pois que a simples suspeita não é suficiente para cortar a liberdade dos cidadãos.”<sup>151</sup>

Cada momento é dotado de especificidades que merecem uma análise mais acurada, mas, por vezes, as recomendações dos juízes corregedores pareciam ser assimiladas ao pé da letra. Citando sua própria correição anterior o juiz informa que o “se naquela a falta de aplicação das leis era facilmente verificável” agora o erro recaia no “excesso, que igualmente se constitui em desrespeito às leis e a boa razão, o bom senso não tem sido em instância alguma considerada”<sup>152</sup>. A preocupação do juiz também diz respeito ao fato de que prender alguém na Cadeia de Castro era, pelo menos até que ficasse pronta a nova, pouco eficiente pois “não oferece segurança alguma, não tem as divisões, acomodações precisas e de nenhuma forma arejadas, não tem tarimba onde possam ser curados os presos, a vasilha onde recebe as matérias fecais está no mesmo lugar em que estes comem”, além de não fazer nenhum controle sobre o registro de entrada e saída de presos, “coisa que nunca se fez até então”.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> CCEE. Pasta: “Documentos diversos – decretos e processos 1861-1880”. Livro de Termos de Audiência e Correções da Prefeitura Municipal de Castro -18. p. 57

<sup>152</sup> Idem, p. 58

<sup>153</sup> Idem p. 59



Em 1856, existe uma reclamação por falta de rigor; em abril de 1862 a reclamação recai sobre o excesso. Seguindo esta lógica de raciocínio a próxima correição, realizada em 1867, deveria indicar um novo relaxo. É exatamente isso que acontece, mas agora acompanhada de uma dose perceptível de sarcasmo do mesmo juiz Fellipe Alves de Carvalho:

[...] de nenhum cartório da Comarca foi me apresentado nenhum processo crime. Parece que ou não cumpriram o seu dever na indagação ou repressão dos crimes, ou que estes não se deram durante o espaço decorrido desde a última Correição até o presente; se foi esta a causa atribuída, devemos todos ufanar por vermos que a civilização vai triunfando da ignorância por estes lugares reestabelecendo-se a moralidade e os bons costumes na população, e por conseguinte o respeito as leis e às autoridades.<sup>154</sup>

Talvez o meio termo, a ação parcimoniosa centrada nos ideais de justiça construídos pelos legisladores, nem sempre encontrasse eco na ação dos executores da lei, na comarca de Castro. Esta era a observação para os crimes gerais, com relação aos escravos isso valia em alguns momentos, não em outros. Se não havia equilíbrio em todas as decisões, acreditamos que costume e norma não andavam no mesmo compasso.

Mas fixemos nosso olhar na declaração que fala sobre a ação mais dura, mais enérgica, mais efetiva dos agentes da lei e chegaremos à outra novidade que se fez sentir na reforma de 1841: a instituição de vencimentos aos funcionários da Justiça dentro do próprio documento. Se o Código do Processo só definia as atribuições, em 1841 recaía na busca de uma maior profissionalização dos responsáveis pela aplicação das leis, inclusive fazendo constar o pagamento de “ordenados” aos funcionários da Justiça. Algo que não se pode deixar de notar: ao estabelecer “ordenados” a lei de 1841 coloca sob a responsabilidade dos promotores um exercício mais enfático no controle sobre a criminalidade.

A distribuição dos ordenados era expressa da seguinte maneira: os juízes municipais receberiam um valor não maior que quatrocentos mil réis, aos chefes de polícia uma gratificação proporcional ao trabalho, além de seus

---

<sup>154</sup> CCEE. Pasta: “Documentos diversos – decretos e processos 1861-1880”. Livro de Termos de Audiência e Correções da Prefeitura Municipal de Castro -18. p. 64

proventos como desembargadores ou juízes de Direito. Para os promotores públicos, que desde o Código de 1832 eram responsáveis por denunciar os crimes públicos e policiais, fazer a acusação perante os jurados nos crimes de redução de pessoa livre à escravidão, cárcere privado, homicídios ou tentativa, ferimentos com as qualificações previstas nos artigos 202, 203 e 204 do Código Criminal, havia duas distinções: um ordenado num valor para a Corte e outro para as demais regiões, sem estabelecer o quanto seria. Além disso, seus vencimentos poderiam ser aumentados de acordo com o exercício de suas funções:

Art. 23. [...] Os Promotores vencerão o ordenado, que lhes for arbitrado, o qual, na Corte, será de um conto e duzentos mil réis por ano, além de mil e seiscentos por cada oferecimento de libelo, três mil e duzentos réis por cada sustentação no Júri, e dois mil quatrocentos réis por arrazoados escritos.

Parece-nos razoável afirmar que se a justiça do século 19 procurava construir canais de legitimidade que passassem por critérios de eficiência seria necessário contar com um trabalho igualmente eficiente de um de seus agentes: o promotor público. Sendo o promotor público um dos atores principais do processo penal, ou então um “manipulador técnico” como definiu Mariza Corrêa<sup>155</sup>, ele atuava em julgamentos de escravos, proprietários de escravos, livres ou libertos e sua efetividade nos julgamentos contra quem quer que fosse, respaldava, junto com outros elementos, a legitimidade da justiça. A diferenciação dos ordenados não nos parece completamente desligada desta busca.

---

<sup>155</sup> Mariza Corrêa, op. cit. define como “[...] manipuladores técnicos os atores principais de um processo penal: o advogado, o promotor, o juiz, que detém o conhecimento dos recursos legais possíveis em cada caso e também no âmbito de sua manipulação.” p. 25

## 2.8 A REFORMA DE 1871 – DEFININDO O PAPEL DA POLÍCIA ÀS VÉSPERAS DA LEI DO VENTRE LIVRE

Talvez a grande questão ainda não resolvida pela Reforma de 1841 residisse no fato de as funções acumuladas por policiais e juízes<sup>156</sup>, ainda geravam muitas confusões e, por isso, novas reformas ainda se faziam necessárias. Ao longo de 25 anos, pelo menos cinco projetos (1846, 1848, 1854, 1862, 1866), foram apresentados até que, durante o Gabinete Rio Branco foi sancionada na Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, conhecida como Reforma de 1871. Segundo Holloway<sup>157</sup>, a tarefa básica contida nestes projetos era a organização e separação das funções que competiam aos magistrados daquelas que deveriam ficar a cargo das autoridades policiais.

O principal fruto desta reforma foi a instituição do inquérito policial, onde as autoridades policiais ficaram responsáveis pela averiguação de crimes comuns, dentro de sua respectiva jurisdição. Delegados e subdelegados deixaram então de ser parte da estrutura judicial e se transformaram em um órgão a serviço desta instituição.<sup>158</sup> Como afirma Papali<sup>159</sup>:

Com a Reforma de 1871, a polícia tornou-se cada vez mais apta a lidar com as “classes inferiores”. Tratou-se de criar estratégias de controle que ultrapassassem a esfera senhor/escravo, tornando-se impessoal e estendendo essa relação (senhor/escravo) para o restante da população pobre livre do país.

A preocupação com a população livre e pobre não é gratuita num documento que foi assinado apenas uma semana antes da Lei do Ventre Livre, ou seja, havia um processo de modernização do aparato judiciário, um

---

<sup>156</sup> A questão básica é que ainda se confundiam funções policiais exercidas por magistrados e funções judiciais exercidas por policiais. Esta questão é levantada por KOERNER, ANDREI. **Judiciário e cidadania na constituição da república brasileira**. São Paulo: Hucitech, 1998. Sobre esta sobreposição de funções diz: “Quanto à polícia, os delegados e subdelegados podiam mandar proceder a buscas, prender e decidir sobre a concessão de fiança, proceder à formação da culpa e julgar os crimes policiais. Por sua vez, os juízes municipais tinham a competência de denunciar *ex-officio* nos crimes públicos, nos quais eles também procederiam à formação de culpa” p. 38

<sup>157</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 227

<sup>158</sup> Idem, p. 231.

<sup>159</sup> PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume/FAFESP, 2003. p. 81

reordenamento do aparato policial, num momento em que o controle sobre uma população livre crescente precisava ser controlada de maneira mais efetiva. Se o Código Criminal do Império, em 1830, respondia a necessidade da nação em fase de consolidação de seus próprios estatutos de funcionamento e o fazia articulando com as ideias novas que chegavam da Europa, a Reforma de 1871 se adiantava em relação às novas condições que o país logo enfrentaria e, igual ao Código de 30, fazia eco aos acontecimentos europeus. Para André Rosemberg<sup>160</sup>, não só a Reforma de 1871, mas outras que ocorreram na década de 70<sup>161</sup>, tornavam

mais nítido o processo conflituoso da tentativa de implementação de um espaço público regido por princípios burocráticos e liberais, que ditavam a racionalidade de critérios administrativos, a impessoalidade das relações, a prevalência da lei, a primazia de interesses gerais diante de vontades particulares, em suma, a própria constituição de um Estado moderno que embutisse toda a ideologia civilizatória.

A busca por este ideal civilizatório nos pareceu constante ao longo da terceira década do século 19 e os códigos jurídicos tentaram contemplar isso. A elaboração do Código Criminal e do Processo Criminal, as reformas que se seguiram foram marcadas por avanços e recuos e preenchido de tensões sociais, políticas e econômicas, mas indicava, tal como foi o ponto de partida nas reflexões do panfleto de Justiniano Rocha um farol era aceso para iluminar os caminhos a serem trilhados pela nação que, mesmo em 1871, ainda era jovem. Constituíram-se como uma tentativa de coadunar autoridade e liberdade em busca do progresso e da conquista da civilização. A pergunta que resta ainda é como o crime de escravos ou libertos foi pensado nestes códigos? Da leitura realizada percebe-se que pouca atenção davam à diferenciação dos crimes praticados por escravos, libertos ou livres. As referências, quando existem, são bastante específicas, como o crime de insurreição, na fixação do açoitamento e sua aplicação, na forma como seriam

<sup>160</sup> ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na Província de São Paulo, no final do Império**: a instituição, a prática cotidiana e a cultura. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008. 437 p. 18

<sup>161</sup> Refere-se à Lei do Ventre Livre, de 1871; a Lei de Pesos e Medidas, regulamentada em 1872; a reforma nos critérios de recrutamento para o Exército, em 1874; a desmobilização da Guarda Nacional, em 1873; a Lei de Prestação de Serviços, em 1879; a reforma policial, em 1871; a reforma eleitoral, de 1881; a extinção da polícia local, em 1877. Idem, p. 18

admitidas suas informações nos processos ou usado para definir o crime justificável, ou seja, incorria em crime, mas não era punido o senhor que aplicava castigos moderados em seus escravos. Pelo menos sob o domínio da lei escrita, as diferenciações entre escravos e o restante da população não pareceu se constituir numa necessidade imperiosa, salvo pela Lei de junho de 1835 que será tratada em momento mais oportuno.

A questão que passaremos a tratar no próximo capítulo é como a preocupação das autoridades da Província do Paraná em relação a criminalidade, administração da Justiça e os escravos se revelou nos relatórios emitidos por seus presidentes e ainda como a legislação local, ou seja, os códigos de postura de Castro trataram da questão do controle de sua população escrava. Porém, antes faremos uma análise dos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná e como a criminalidade aparecia aí expressa.

### 3 OS RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA E A APROXIMAÇÃO COM OS CRIMES DOS ESCRAVOS NA COMARCA DE CASTRO

Antes de analisarmos a questão da administração da justiça, os crimes gerais da província e aqueles cometidos na Comarca de Castro, envolvendo escravos ou libertos, gostaríamos de ressaltar que tanto os relatórios quanto os processos que analisamos revelaram pessoas cujas vidas se cruzavam com muita frequência. O mundo cindido entre escravos e senhores definitivamente não existia. E ter ou não escravos não implicava poder se eximir completamente das relações que advinham do processo escravista. Os mundos se entrecruzavam o tempo todo, as relações eram bastante próximas e espaços, recursos ou até, namoros, eram disputados em comum por aqueles homens e mulheres. Daí porque, muitas vezes, as fontes acabavam revelando posições bastante antagônicas a respeito dos escravos, sua inserção social e a imagem que se construía a respeito de seus atos e condutas. Nos processos analisados, ao lado daqueles que eram movidos contra escravos, libertos ou livres pobres, também encontramos estes demandando uma ação da justiça na defesa de seus direitos. Paralelamente a idéia de justiça, certo ou errado, os processos crimes revelam ainda imagens que os litigantes na justiça podiam construir um sobre o outro. A riqueza disso, e como muito bem tem sido demonstrado pela historiografia, é que o revelar de um quadro é mais complexo do que por muito tempo se construiu ou imaginou.

Se o peso da escravidão era ainda grande para definir as imagens que se construíam a respeito dos escravos que chegavam aos tribunais, isso não era um impeditivo para que outras posturas ocorressem. Por exemplo, na formação de culpa contra o mulato Ignácio, escravo de Joaquim Mariano Bueno, acusado de esfaquear Joaquim da Rocha Camargo, em fevereiro de 1857, durante umas parêlas de cavalo, as palavras usadas pelo Juiz Municipal indicavam que “os crimes praticados por **esta sorte de gente**” merecia pronta e rápida punição, o crime era mais “revoltante ainda e um exemplo terrível em uma sociedade como a nossa que em grande parte se compõe da excepcional população escrava.” Poucos meses antes, em

novembro de 1856, o escravo Biscaia, foi agredido pelo cabo do destacamento Jose Antonio de Souza. Para o Juiz Municipal Jose de Almeida Martins Costa “o crime não pode e nem deve passar despercebido por ser cometido por um contingente de hum destacamento que veio plantar a ordem, no entanto planta a desmoralização e perturbação da sociedade. A lei deve sempre proteger os fracos, **fossem eles quem fossem.**” O juiz Antonio Bley, no ano de 1878, julgando o preto Felipe, que deu umas facadas no genro de seu dono para fugir de volta para Minas Gerais, em seu veredicto afirmou que o ato do escravo era “fruto de seu **profundo apego com Minas Gerais**, pelo **amor ao seu filho** de 8 anos que lá deixara e pelo **amor à liberdade**, coisas que faltam a muitos em nossa sociedade.” De passagem pelos Campos Gerais, Saint-Hilaire afirmou que na fazenda do tenente Fogaça encontrou escravos que mais pareciam homens livres. Alguns anos depois estes escravos foram acusados de furto por alguém que estava sendo julgado exatamente por este crime. Não só os escravos não foram levados a julgamento<sup>162</sup>, como tiveram sempre uma defesa intransigente de seu senhor, que para defender o próprio interesse, e qual se revelou ser também do interesse dos escravos, contratou um dos melhores advogados da província do Paraná. Ou a Carta do Vigário Capitular Monsenhor Félix Maria de Freitas e Albuquerque ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, datada de 6 de junho de 1864, logo após os incidentes da Fazenda Capão Alto, onde afirmava ser um doloroso espetáculo ver aquela **escravaria tão morigerada** ser conduzida à baioneta para São Paulo.

De forma alguma estamos postulando que havia uma condescendência das autoridades de Castro ou da província do Paraná em relação aos escravos e nem desleixo em punir seus delitos e faltas. Apenas julgamos razoável acreditar que a experiência comum da escravidão ao longo dos anos, e tendo muitas vezes por referência a maioria absoluta dos escravos que nunca chegaram ao banco dos réus, permitia um espaço menos intransigente em relação às posturas e ações destes, que podiam ser tomadas em relação a defesa de sua família ou modo de vida ou na defesa contra os abusos de autoridade, mesmo que sendo menos comuns do que aqueles discursos que insistiam em vê-los como “uma sorte de gente perigosa e dada a todos os

---

<sup>162</sup> Apesar de existir outros dois inquéritos contra escravos deste senhor, ambos por furto.

vícios.” Retirando a observação feita em relação aos escravos da Capão Alto, os outros exemplos rapidamente aqui citados, fazem exatamente aquele processo já destacado por Silvia Lara, para quem embora ocorresse a filtragem estabelecida pela pena do escrivão, e outras representações dos interesses da classe dominante, ainda assim “a revelia dos objetivos pelos quais [a documentação] foi produzida, traz até nós o registro do cotidiano.”<sup>163</sup> A riqueza dos processos criminais, segundo a autora, repousa no fato destes oferecerem “ não só o relato dos senhores, agregados, negociantes e até mesmo dos escravos a respeito de um mesmo acontecimento como também, aos olhos do historiador, o dia-a-dia das relações pessoais entre escravos e senhores.” <sup>164</sup>

A relação pessoal implica, também, formas de ver e discorrer sobre o outro, como vimos acima. Apropriando de forma um pouco diferenciada da idéia constante na obra de Maria Helena Machado na qual é o evento criminoso que condiciona as confissões e revela-se como o fio condutor do documento, emprestando significado à pluralidade dos fatos registrados, sendo assim os testemunhos podiam revelar um pensamento onde as ações dos envolvidos eram pensadas a partir do crime. Ou seja, o crime é que iria explicando ou dando sentido a acontecimentos anteriores, na recriação da trajetória. Mas, ao mesmo tempo, a proximidade do convívio, os comportamentos adequados e ajustados aos padrões sociais partilhados por muitos outros escravos ou mesmo por escravos que, num momento específico, agiam de forma a tornarem-se criminosos, podia produzir também imagens outras que, se não abonavam de todo suas ações, também não indicavam o contrário.

Mas estas possíveis imagens sobre os crimes praticados por ou contra escravos e libertos referem-se a quais e quantos crimes? Para responder a tal questão analisaremos como as autoridades paranaenses se preocupavam com a questão da criminalidade da província, como isso era percebido em Castro e qual a participação dos escravos e libertos na totalidade dos crimes praticados entre os anos de 1853 e 1888.

---

<sup>163</sup> LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**, op. cit. p. 28

<sup>164</sup> Idem, p. 111.



### 3.1 DOS CRIMES E DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Nosso objetivo aqui é verificar se os crimes que envolviam escravos e libertos encontravam ou não ressonância junto aos líderes políticos da província, utilizando para tal, os relatórios dos presidentes de província. A província do Paraná, criada em 1853, surgiu num contexto bastante interessante. Em primeiro lugar o Brasil já se apresentava como um Estado Imperial consolidado e com os códigos legais já estabelecidos e reformados, atendendo as configurações políticas que ora tendiam aos liberais, ora aos conservadores. Da mesma forma o tráfico de escravos apresentava-se então na perspectiva interprovincial, uma vez que a entrada de novos negros escravizados havia sido interrompida definitivamente em 1850. Não se configurando como uma economia de característica voltada para o mercado externo a província do Paraná participou do tráfico interprovincial enviando escravos para as lavouras de café do oeste paulista<sup>165</sup> ou, como no caso do incidente da Fazenda do Capão Alto, em que muitos escravos foram destinados para a construção de estradas de ferro.<sup>166</sup>

Mas antes de abordarmos os crimes que envolviam escravos ou libertos nos relatórios é interessante perceber que estes documentos davam conta igualmente do funcionamento da justiça dentro da Província e apresentavam um panorama geral dos crimes cometidos no interior da mesma. Apresentaremos um panorama geral destes crimes e assim poderemos

---

<sup>165</sup> Conforme Thomas Merrick e Douglas Graham enquanto o Brasil apresenta uma diminuição de escravos entre os anos de 1864 e 1883, passando de 1.715.000 para 1.240.806, a movimentação inter-regional e interprovincial de escravos acabou por concentrar e aumentar o número destes nas províncias com grandes áreas produtoras de café, como era o caso de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Nestas áreas, num período de 10 anos o número de escravos passou de 317.147 no ano de 1874 para pouco mais de 350.000 cativos no ano de 1883. MERRICK, Thomas M.; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil em 1880 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>166</sup> Uma carta escrita pelo Frade João de Santo Antônio, dirigida ao Imperador, dava conta da transferência de escravos para São Paulo para serem empregados na construção da estrada de ferro entre Jundiaí e Campinas. Conforme PENA, Eduardo Spiller. Burlas à lei e revolta escrava. In.: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 171-172. MOLINA, Sandra Rita. **A morte da tradição: A Ordem do Carmo e os escravos da Santa contra o Império do Brasil (1850-1889)**. Tese de Doutorado. USP, 2006. p. 246

localizar os crimes praticados pelos escravos e se os mesmos provocaram grandes preocupações junto às autoridades provinciais ou, então, até quando essa preocupação pode ser notada. Sem nenhuma dúvida o evento envolvendo escravos que causou maior repercussão junto às autoridades provinciais ocorreu em Castro, mais precisamente na Fazenda do Capão Alto, em 1864. Como revolta coletiva de maior vulto ocorrida na Província do Paraná e seu caráter singular em relação aos demais delitos em que os escravos estiveram envolvidos trataremos dela em função da importância que ganhou junto às autoridades locais, notadamente no relatório de 1865 apresentado por André Augusto de Pádua Fleury.

Essa aproximação dos materiais produzidos pelos presidentes de província com aqueles produzidos no exercício específico na aplicação da justiça - especificamente pela atuação dos tribunais do júri e juízes, revelou impasses, desacordos sobre a condução ou o resultado do trabalho da justiça local, as cobranças e as concepções sobre o que era justo, sobre o que era lei e ordem e sobre as ideias de civilização que se produziam no nível provincial ou no nível específico das comarcas. Embora produzidos pelo chefe do executivo, estes relatórios eram subsidiados por informações de funcionários de várias esferas da província, entre elas, do Judiciário. A centralização de informações na figura do presidente de província era fundamental para que pudessem cumprir bem o papel que a administração central do Império esperava. Marquês de São Vicente<sup>167</sup> assim os definia:

[...] são os motores, as sentinelas avançadas da ação executiva, os encarregados de esclarecer o governo geral, de guardar a ordem, a paz pública, de promover os interesses, o progresso, o bem-ser das províncias, de coadjuvá-lo enfim de suas importantes e variadas funções.

Justamente por sua importância era necessário que fossem sempre de confiança do Imperador, que poderia nomeá-los ou destituí-los para assim poder ter meios e responsabilidade sobre os atos cometidos por estes.

---

<sup>167</sup> SÃO VICENTE, José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de, 1803-1878/ organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 395-396.

A análise dos relatórios presidenciais revelou-se uma fonte particularmente importante, pois desvelou, entre outras coisas, a importância atribuída naquele contexto à questão da segurança pública. Assim, temas como o reduzido número da força policial disponível, despreparo dos juízes e indolência do júri, brandura ou inadequação das leis penais, desleixo das autoridades policiais no combate ao crime, falta de estabelecimentos prisionais adequados à legislação, fugas constantes das cadeias existentes, falta de recursos disponíveis para aplicar no combate às ações criminosas, prática constante da justiça privada em conflito com o direito público estiveram no centro dos debates oficiais que procuravam entender e justificar as razões da insegurança e da impunidade na província. Sobre os escravos as referências são de natureza bastante diversa, justamente porque compostas de diferentes fontes: tanto falam dos crimes cometidos por estes, execuções de pena de morte, posturas para punição por infrações, roubos de escravos, como se referem aos escravos nos processos de inventário, as libertações, navios que participavam do tráfico ilegal, da relação entre imigrantes e escravos e a substituição destes por aqueles, etc.

Pode-se, ainda, perceber as desavenças pontuais que existiam entre determinado presidente e os juízes locais, que acabam produzindo falas mais ácidas ou que denotavam claro tom de desaprovação diante de certas decisões específicas ou pela repetição de um padrão decisório. Isso é mais perceptível quando implicava na constante absolvição dos réus, o que parecia demonstrar a condescendência do júri e dos juízes com a impunidade ou ainda, indicava que poderiam existir relações mais miúdas e pessoais nos espaços das comarcas que escapavam ou mantinham-se para além daquilo que seria convencionalizado pelas leis escritas. Um espaço paralelo ao qual o Estado e seu aparato jurídico ainda não haviam conseguido se impor e que, por isso mesmo, precisava de uma ação mais intensa e uma cobrança mais efetiva daqueles que, dentro da Província, constituíam-se como referência máxima deste mesmo Estado.

Votando a apresentação geral dos relatórios percebemos que as questões centrais orbitavam em torno da impunidade e da prática corriqueira (principalmente nos lugares mais distantes dos principais centros do poder

formal) de uma justiça informal ou privada. A percepção de que o respeito à lei era sinônimo de civilidade era constante nos relatórios. Sendo assim sustentava-se o pressuposto de que a legislação deveria estar, a todo custo, acima dos costumes e, portanto, esta era uma forma de se contrapor à possibilidade de aplicação de uma justiça informal. A composição dos relatórios seguia quase sempre a mesma fórmula: quase sempre numa mesma ordem apareciam assuntos referentes à por tranquilidade pública, segurança individual e da propriedade, administração da Justiça, da força pública, do culto público, da instrução, da saúde, além da administração da renda provincial. Segundo Cogô, ao fazer a análise dos relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo:

A estrutura dos relatórios apresenta certa padronização na forma de exposição dos temas tratados pelos presidentes e vice-presidentes da província, cuja variação observada se refere mais ao volume de informações e dados registrados nos mesmos, já que alguns não atingem o número de dez páginas, ao passo que outros contêm cem páginas, além de quadros, mapas e anexos que lhes são acrescentados ao final. Esta variação no tamanho dos relatórios relaciona-se à maior ou menor duração do período de governo dos respectivos presidentes, sendo que alguns destes, mesmo permanecendo por pouco tempo no governo da província, apresentam relatórios extensos e detalhados, pois foram nomeados especiais do Governo Central, para avaliarem o estado geral da província, detendo, portanto, maiores habilidades na elaboração escrita dos mesmos.<sup>168</sup>

### 3.2 ADMINISTRAR A JUSTIÇA COM POUCOS RECURSOS: EIS O TOM DOS RELATÓRIOS

A preocupação com a questão da segurança era constante em todos os relatórios e isso nem sempre era acompanhado de uma posição elogiosa em relação às condições de funcionamento da Justiça. Por exemplo, já no início do

---

<sup>168</sup> COGÔ, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. Tese de doutorado. São Paulo: USP / PPGHE, 2007. p. 13.

relatório de Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da recém-criada Província do Paraná encontra-se

A segurança individual, se não é qual convém e deseja-se, pode-se afirmar que é superior ao que permitem os escassos recursos, que na atualidade estão à disposição da polícia, e com que, provavelmente, por algum tempo ainda há de se contar na província<sup>169</sup>.

O então presidente desenvolve esta observação ao longo dos itens constante do título “Segurança Pública e Propriedade”: segurança individual, administração da Justiça, força pública, companhia de polícia, guarda nacional, cadeias.

Discorrendo sobre a segurança individual o relatório de Zacarias segue dando conta de que ocorreu um ataque de índios à fazenda de Domingos Florianno Machado, no qual morreram oito pessoas e cinco ficaram gravemente feridas; outro crime ocorrido na Freguesia de Ponta Grossa, cometido contra João Domingues, perpetrado por sua esposa e por sua filha, que o mataram e enterraram<sup>170</sup>; em Príncipe foi morto um “pardinho”, do qual não consta o nome, escravo de Jesuíno Rodrigues de Jesus, que havia chamado a criança “para afagar”, mas acabou matando-a a facadas.

<sup>169</sup> Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos) do ano de 1854, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/000005.html>.

<sup>170</sup> Essa notícia ganha destaque no Jornal Dezenove de Dezembro. Data: 27 de maio de 1854. n. 9 p. 2: “Ao doutor Juiz de municipal e de Órfãos de Castro – Acuso o recebimento do ofício que vm dirigiu-me em data de 11 do corrente em que me comunica o horroroso assassinato perpetrado nesse termo contra João Domingues por sua mulher e filha, que conseguiram evadir-se para o sul; e bem assim o que contra o individuo por nome Belarmino teve lugar em Ponta Grossa e a Palmeira; e em resposta tenho a dizer-lhe que faça as precisas indagações e proceda na forma da lei.” Data: 03 de junho de 1854. n. 10. p. 2-3: “Dia 4 – Ao Juiz Municipal e de Órfãos do termo da vila de Castro. – Pelo ofício que vm. Dirigiu-me em data de 17 de marco ultimo, fiquei ciente de haverem sido capturadas por diligencias do juiz municipal suplente do termo do Príncipe, Antonio Alves de Oliveira, e de se acharem na cadeia desse vila para ultimar-se a respectivo processo, as res indicadas no crime da morte perpetrada contra o infeliz João Domingues.”

A referência aos crimes ocorridos na Província era sempre acompanhada da análise dos funcionários da província, muitas vezes retratados como zelosos apenas de seus próprios interesses. Assim, Zacarias se refere ao administrador de uma das barreiras provinciais, que se demitindo de suas funções, resolveu ir com escravos armados de seus “competentes instrumentos” até “a casa da administração, e ai, mal grado às reclamações do exator nomeado à força e violentamente, com dizer que eram benfeitorias suas, foi mandando arrancar o forro de uma alcova e outras peças com dano ao edifício.” Se os funcionários ainda “não haviam sido tomados pelo respeito à coisa pública” e precisavam ser corrigidos, os demais habitantes também necessitavam ter “seus hábitos e costumes corrigidos”. As preocupações de Zacarias Vasconcelos recaíam sobre a frequência com que se praticava a justiça por conta própria, o uso constante de armas, quer fossem de fogo ou facas, até nas igrejas, e a consequência imediata disto, que podiam ser usadas a qualquer momento, sob o mais insignificante pretexto. Para ele, isto colocava em risco a segurança individual e contrariava a ideia de civilidade e a “índole dócil” do povo paranaense. Indicava que estes problemas iam aos poucos sendo corrigidos graças a ação das autoridades e da polícia. “O criminoso vogava ainda nas estradas e lugares remotos”, mas seu controle também ocorreria à medida em que se desse “a progressiva actividade e desenvolvimento da polícia.”

A vila de Castro aparece como foco de preocupações, pois nela se “cometiam em maior escala delitos graves” por ser fronteiro com São Paulo, “com Paraguai e Corrientes.” Mesmo com os problemas apontados e com poucos recursos Zacarias aponta que fazia o que era possível com as condições que tinha em mãos:

A facilidade imensa de passar d'aqui para as províncias vizinhas principalmente Rio Grande do Sul, e também para as repúblicas de língua espanhola e vice-versa, exige das autoridades do município, que ficam nas extremas desta província com outras e com o estrangeiro, recursos que habilitem-nas à embaraçar o trânsito de facinorosos, que cruzam essas estradas sem temor de captura, à impedir o uso de armas defesas, ai preponderante, e a fazer em tudo o mais respeitar a lei.

O que mais há de se podido fazer com os poucos recursos atuais, tem-se feito; o mais espero do tempo e de providências, que se não podem improvisar, como sejam a reorganização da guarda nacional, estado completo do corpo provisório, fixação e engajamento do corpo da policial, etc.<sup>171</sup>

No “Mapa dos crimes cometidos em 1848, e de 1851 à 1854 julgados em júris de Curitiba, Paranaguá, Antonina e Castro, na 1ª sessão ordinária de 1854” a preocupação com Castro acabava sendo justificada. Dos 13 crimes julgados, nove aconteceram na Comarca de Castro, sendo que quatro foram homicídios, um de ferimentos graves, três de furtos e um de uso de armas defesas.<sup>172</sup> O crime que chama atenção nesse relatório é o homicídio cometido pelo escravo Pedro contra a pessoa de seu senhor, Ignácio Mariano de Oliveira, e do menor Vidal, que acompanhava o senhor numa visita de verificação dos trabalhos de um roçado. Por esse assassinato o escravo acabou sendo condenado à morte. Voltaremos a discutir mais detidamente este processo num momento mais oportuno.

Os problemas da Província do Paraná eram significativos e, em especial, a administração da Justiça. Diz Zacarias:

A’ regular administração da justiça servem atualmente de embaraço: 1º a vasta extensão do território que ao juiz de direito incumbe percorrer duas vezes, ao menos, cada ano; 2º a falta de juízes letrados nos termos, que dá ocasião à andar esse ramo importantíssimo do serviço público em mãos de homens ou absolutamente ineptos, ou, se tem alguma inteligência e mesmo zelo, distraídos forçosamente com a administração de seus negócios particulares, d’onde tiram subsistência para si e suas famílias; 3º a escassez de homens em circunstâncias de bem exercerem a função de jurados, sendo pequeno número deles, em diversos termos, causa de haver menos escrupulo na qualificação, o que já é em si hum mal incalculável, de, ainda assim, não haver algumas vezes número para trabalhar no júri, ou, que não é menos prejudicial, recair a sorte quase só em juizes de fato da afeição dos réus e por eles prevenidos, cousa mui fácil de suceder logo que as recusas tem de efetuar-se em um estreitíssimo circulo de indivíduos.<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> Relatório Presidente da Província. Zacarias de Góes e Vasconcelos. Op. Cit.

<sup>172</sup> Idem

<sup>173</sup> Idem

Esta última observação de Zacarias era uma constante em Castro. Em primeiro lugar, porque pessoas julgadas num momento estavam, algum tempo depois, participando como jurados no julgamento de outras. Não raro acontecia de uma testemunha de acusação ser julgada por alguém que ela própria já tinha acusado em outro momento. Assim acontecia, por exemplo, com os representantes da família Borges: Joaquim José Borges, Liberalino José Borges, Cyrino José Borges e Amantino José Borges. Encontramo-los em vários processos quer como testemunhas, vítimas ou réus, sem contar que se constituíram também como autoridades legalmente constituídas, durante os mais de 30 anos analisados na pesquisa. Acrescente-se a isso o fato de que o número de jurados era também um problema percebido não só na província, mas já tendo solução proposta pela Reforma de 1841, que permitia unir duas ou mais localidades para compor o quadro de jurados.

O sentido de tal decisão, somado a percepção de que o número de homens aptos a serem jurados era pequeno, é compreensível quando analisamos, por exemplo, o processo contra o escravo Anselmo em 1887, por tentativa de homicídio contra seu senhor, o Coronel Amantino José Borges. Existindo 60 nomes de onde se escolheriam 12 juízes de fato, oito foram recusados pela acusação, outros oito foram recusados pela defesa e 24 apresentaram motivos diversos: Cyrino José Borges era irmão da vítima, outros não haviam comparecido na sessão anterior, dois eram testemunhas informantes, alguns já tinham parentes que haviam sido sorteados, outros alegavam serem suspeitos por terem interesse direto no caso, Joaquim Ferreira Penteado por ter sido nomeado defensor do réu, etc. Ou seja, o círculo era restritivo e comportava uma série de relações pessoais de várias ordens. Para José Murilo de Carvalho<sup>174</sup>, analisando relatórios de vários Ministros da Justiça, as questões centrais que limitavam o bom funcionamento da Justiça passavam pela “falta de jurados, quando os criminosos indicavam seus próprios partidários, julgando-se a si próprios”. Para os povoados menores, “todos eram conhecidos – ‘todos são parentes, amigos ou inimigos, influentes ou dependentes.’” Daí se chegava facilmente ao grande número de

---

<sup>174</sup> CARVALHO, José Murilo de. Justiça e cidadania. Estudos Históricos. N° 18. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 344-345.



absoluções, fosse para proteger amigos e parentes, fosse por receio de represálias dos inimigos.

Concluía Zacarias que o júri abria “as portas das prisões aos réus dos mais graves atentados, e com razão se considera uma das primeiras causas da multiplicidade de delitos, que desonra o país.”<sup>175</sup> Mas nem tudo estava perdido uma vez que na província não existiam “potentados como esse, que, em outras partes, ousam intimidar a Justiça e embaraçar-lhe a ação a ponto de impor-lhe seus ditames: todos aqui se curvam à lei e respeitam a autoridade [...]”<sup>176</sup>

O relatório de Zacarias indica que a presença mais próxima do Estado representada pela criação da própria Província, iria resultar num processo mais efetivo de controle da população que, com o passar do tempo, iria se submeter aos processos gerais de funcionamento da Justiça. Daí o tom de seu relatório, em que expressa a necessidade de acesso a recursos que pudessem consolidar o processo ou justificando os limites de sua ação por falta destes. Aponta ele inclusive que a não existência de potentados locais seria algo positivo, mas será que os homens de maiores cabedais também não entendiam que a proximidade com os aparatos do Estado acabariam por facilitar suas ações e a capacidade de interferirem no funcionamento da justiça, inclusive tentando fazer a Justiça funcionar conforme suas crenças e vontades?

Os demais relatórios tenderam a manter uma posição muito próxima ao elaborado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, avançando tanto na direção do elogio à índole do povo paranaense, no bom grau de tranquilidade em que se achava a província, nos problemas com as cadeias, em críticas muito parecidas sobre o funcionamento do júri. Mas interessante perceber que ao longo dos anos vai se desenvolvendo uma preocupação cada vez maior com a quantificação dos crimes. A produção de dados estatísticos e sua comparação tanto em relação às estatísticas anteriormente produzidas, quando como os índices de criminalidade encontrados em outros países tornavam-se

---

<sup>175</sup> Relatório Presidente da Província. Zacarias de Góes e Vasconcelos. Op. Cit.

<sup>176</sup> Idem

constantes. No relatório de Frederico José Cardoso de Araújo Abranches<sup>177</sup> aparecia a ideia de que o Paraná era o lugar onde “o amor às instituições e o respeito às leis” era sempre a norma. O resultado disso era a formação de uma população que embora ainda pouco sujeita a ação “pronta da polícia” e “carente de ilustração” apresentava números muito menores de crimes que países como Inglaterra, França e Estados Unidos. Mais do que isso, dos 28 crimes que indicava terem ocorrido naquele ano, 11 foram praticados por estrangeiros. Para explicar o aumento do número de homicídios ocorrido entre os anos de 1859 e 1862 o Ministro da Justiça João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu<sup>178</sup>, também indicava os imigrantes como fator preponderante para tal. Dizia o então ministro:

A falta de braços que geralmente se sente, obriga os empresários a procurar fora do país os trabalhadores que aqui não encontram, e, como não é natural não há aí melhor escolha no tocante à moralidade. O mesmo acontece com os estrangeiros que vêm para a lavoura a título de colonos, e pior ainda pelos que chegam com destino ao serviço das cidades e ao doméstico. A maior parte deles traz como principal ambição enriquecer com pouco trabalho, para voltar em breve à pátria: poucos se destinam à vida estável de proprietários modestos e regrados.

Mas a análise dos relatórios visando mapear mais atentamente as estatísticas criminais indica que com o passar dos anos havia uma preocupação cada vez maior de apresentar estatísticas criminais por parte dos Chefes de Polícia. Entre os anos de 1854 e 1880 o processo de quantificação dos crimes vai se tornando mais elaborado, muito embora após 1880 apenas três relatórios se referirem aos índices de criminalidade da província.<sup>179</sup>

<sup>177</sup> Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches) do ano de 1875, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/637/000006.html>

<sup>178</sup> Relatório do Ministério da Justiça (Ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu) do ano de 1862, disponível na Internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1854/000004.html>.

<sup>179</sup> Encontramos apenas referências feitas por por Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho em 1886 e 1887. Em 1888 são apenas citados 25 crimes, todos particulares, a maioria absoluta das referências que neles constam são de crimes envolvendo imigrantes.

### 3.3 AS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Seguindo o conceito de crime contido no Código Criminal do Império, encontramos em primeiro lugar os chamados crimes públicos, ou seja, aqueles considerados como um atentado contra a existência política do Império, considerando a independência, integridade e dignidade da nação, tipificados entre os artigos 68 e 178:

**TABELA 5: DOS CRIMES PÚBLICOS 1854-1880**

Crimes Públicos	1854-1859	1860-1869	1870-1880	Total
Contra a Administração Pública	-	-	2	2
Contra o Livre gozo dos direitos políticos	-	1	-	1
Resistência	8	15	10	33
Responsabilidade	-	1	-	1
Desobediência	2	3	-	5
Abandono de emprego	-	1	-	1
Moeda falsa	1	2	1	4
Insurreição	-	-	1	1
Tirada de presos	2	8	12	22
Fuga de presos	2	4	4	10
Arrombamento de Cadeias	-	3	2	5
Falsidade	3	-	1	4
Perjúrio	-	2	-	2
Peculato	1	-	-	1
Contra a liberdade individual	-	-	1	1
Total	19	40	34	93

Fonte: Relatórios dos Presidentes de Província 1854-1880

A lógica apresentada na disposição dos crimes corresponde a mesma apresentada na Constituição de 1824, onde os assuntos coletivos precedem os de interesse individual. É interessante notar que o crime de insurreição, tipificado aos escravos, só contém uma referência para o ano de 1877, muito embora apareça nas estatísticas nenhuma referência é feita em relatórios deste ano ou posterior ao mesmo, impossibilitando saber exatamente o local onde ocorreu e quem esteve envolvido nela. Interessa ainda ressaltar que no ano de 1859 o governo da província preocupou-se com uma possível sublevação de escravos em Antonina por ocasião da festa de Santo Expedito, inclusive considerando a possibilidade desta revolta atingir também Morretes. Foram trocadas informações entre o chefe de polícia e o presidente da Província. Mas se verificou que tudo não passava de boatos criados “pela desinteligência entre os encarregados das obras da igreja matriz e os que promoviam as da capela daquela invocação.”<sup>180</sup> Então não chegou a compor os números dos crimes do Paraná pois verificou-se que eram apenas males entendidos. Da mesma forma nenhuma menção é feita ao incidente envolvendo os escravos da Fazenda Capão Alto de 1864. Ainda que não tenha chegado a ocorrer efetivamente, a ação do governo da província foi justificada em nome de uma possível insurreição de escravos.

A terceira parte do Código Criminal era a que contemplava os chamados crimes particulares, correspondendo os artigos compreendidos entre os de número 179 e 275. Eram todos aqueles que atentavam contra os indivíduos. Era nesta parte do Código que estava prevista a possibilidade da pena de morte pela qualificação do homicídio. Para a Província do Paraná os crimes particulares estavam assim distribuídos:

---

<sup>180</sup> Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente José Francisco Cardoso) do ano de 1859, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u569/000003.html>

**TABELA 6: DOS CRIMES PARTICULARES 1854-1880**

Crimes Particulares	1854-1859	1860-1869	1870-1880	Total
Homicídio	54	80	101	235
Tentativa de Homicídio	21	14	48	83
Infanticídio	-	1	3	4
Ferimentos Graves	20	45	162	227
Ferimentos Leves	44	28	79	151
Ameaças	-	1	5	6
Estupro	1	2	16	19
Tentativa de Sedição	-	-	2	2
Rapto	1	1	-	2
Tentativa de Rapto	2	-	-	2
Calúnia e Injúria	2	-	21	23
Furto	1	2	17	20
Estelionato	7	-	2	9
Dano	1	2	8	11
Roubo	14	11	35	60
Tentativa de Roubo	-	1	-	1
Poligamia	-	-	1	1
Defloramento	-	-	3	3
Reduzir a escravidão	-	1	-	1
Total	168	188	500	860

Fonte: Relatórios dos Presidentes de Província.

Assim como acontecia em outras províncias e explorado em diversos trabalhos os crimes violentos eram os mais numerosos. No total de crimes, o homicídio e sua tentativa, além dos ferimentos graves e leves, correspondiam a pouco mais de 80% do total. Seria prudente considerar estes números de forma relativizada. Em primeiro lugar porque poucos ferimentos leves deveriam chegar ao conhecimento das autoridades, mesmo quando provocados por algum tipo de arma. Muitos processos analisados durante a pesquisa faziam referências a antigas brigas que resultaram em lesões, mas que não foram levadas ao conhecimento das autoridades. De outro lado, e isso era

reconhecido pelas autoridades, muitos dados não eram enviados pelas autoridades policiais competentes, quer por simples displicência, quer para ocultar alguns crimes ou mesmo para dar uma impressão de que estes pouco ocorriam em seu espaço de atuação.

A ação local dos representantes da justiça era condicionada pela relação que juízes, delegados, subdelegados estabeleciam com pessoas influentes da sociedade e, muitas vezes, isso acabava por impedi-los ou torná-los pouco à vontade ou em condições de relatar tudo que se deva em sua esfera de atuação. Considere-se ainda o fato de que números sistematicamente minorados poderiam dar indicação de um serviço bem executado, mesmo que com prejuízo da verdade. José Murilo de Carvalho<sup>181</sup> chamou a atenção para o fato de que, em alguns casos, os juízes dependentes que eram dos presidentes de província e dos ministros para remoções vantajosas e promoções, tinham sua autonomia limitada pelas boas relações que deviam manter com as influências locais.

Cabe pensar ainda o quanto dos crimes que envolviam escravos e libertos estavam representados ou não nestes relatórios. Mas antes de assim procedermos gostaríamos de citar a última categoria de crimes, os chamados crimes policiais, ou seja, aqueles que atentavam contra a ordem e a moral da coletividade e estavam compreendidos entre os artigos de número 276 e 313.

**TABELA 7: DOS CRIMES POLICIAIS 1854-1880**

Crimes Policiais	1854-1859	1860-1869	1870-1880	Total
Contra liberdade individual	-	-	1	1
Nome Supostos	-	-	1	1
Uso de Instrumento para roubar	-	-	1	1
Uso de armas defesas	2	-	2	4
Total	-	-	5	7

Fonte: Relatórios dos Presidentes de Província.

<sup>181</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Justiça e cidadania**. Op. Cit. p. 346

O total de atitudes consideradas criminalizáveis para toda a Província do Paraná totalizava então 960, sendo que pouco menos de 90% eram enquadrados na categoria de crimes particulares. Esta categoria era dividida no Código Criminal em três tipos, a saber:

- Contra a Liberdade Individual;
- Contra a Segurança Individual: contra a segurança da pessoa e da vida, contra a segurança da honra, contra a segurança do estado civil e doméstico;
- Contra a Propriedade: contra a pessoa e a propriedade.

A maioria dos crimes enquadrava-se, portanto, contra a segurança individual, mais precisamente contra a segurança e a vida: homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais, infanticídios e ameaças. O total atingido é de 706 casos ou 73,54%.

Desta aproximação com o universo de crimes cometidos na Província cabem algumas ressalvas. A primeira, como aparece em Boris Fausto<sup>182</sup> é de que

As dúvidas em torno das estatísticas criminais vão desde a negação de seu valor para certos períodos históricos até a questão mais complexa de quanto e o que elas medem. De fato, estatísticas referentes a prisões, ou a processos criminais, correspondem ao nível da atividade policial e judiciária, variável em função da eficácia. A questão não é apenas técnica, mas está ligada à discriminação social e às opções da política repressiva, sobretudo no campo das contravenções.

Apenas considerando a questão da eficácia da atividade policial, podemos lembrar os próprios relatórios dos presidentes de província que insistiam na impossibilidade de dar um tratamento mais apropriado no combate aos crimes ocorridos na província por conta da falta de estrutura para tal. Muito provavelmente isso também se refletia na capacidade de perscrutar o acontecer destes crimes em toda a Província. No Relatório feito pelo vice-

---

<sup>182</sup> FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 28

presidente da Província, coronel Manoel Antonio Guimarães<sup>183</sup>, em 17 de fevereiro de 1873, a reclamação é exatamente esta e está ancorada em observações já feitas em outros relatórios. Indicava a “insuficiência da força policial para os diversos misteres que se achava encarregada” na época e sabedouro da impossibilidade de ver seus efetivos aumentarem dadas as “dificuldades financeiras da Província”, assim como seus “antecessores já haviam igualmente reclamado.” Em 1879 é a vez do presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho afirmar que a Assembleia Provincial havia mandado reduzir a força policial para “apenas 50, 10 inferiores, 3 oficiais, 2 cornetas e 20 músicos.” Essa determinação foi descumprida pelo presidente uma vez que as reclamações de toda a província era exatamente em direção contrária: solicitavam mais policiais e isso era necessário dada a extensão da província, a devida atenção com as cadeias e a prisão dos criminosos “que muito faziam e pouco se conheciam” por conta da falta de condições em ter conhecimento e coibir os crimes que se praticavam.

Os números apresentados acima no relatório do Presidente Manuel Pinto demonstram o quanto carecia a província de força policial para dar conta de guardar a segurança e combater os crimes. No ano de 1857 o vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes<sup>184</sup> informava ser a força policial composta por pouco menos de 200 praças e que atingindo a cifra de duas centenas seria suficiente para dar conta das necessidades da província que “embora sem muitos escravos” não podia, no “combate aos criminosos contar com a gente do lugar e encontram os embaraços dos influentes do lugar que têm os malfeitores, ou como seus capangas, ou trabalhadores em suas fazendas.”

O número de crimes expresso nos relatórios podem ainda ser questionado em outros aspectos. Um deles é o descompasso entre a ocorrência do crime e seu registro. O uso de armas defesas era tipificado

---

<sup>183</sup> Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Vice-presidente Manoel Antonio Guimarães) do ano de 1873, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/635/000006.html>

<sup>184</sup> Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes) do ano de 1857, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/619/000018.html>



enquanto crime, mas nas lidas com o gado, por exemplo, o uso da faca era constante, além das armas de fogo para proteção contra os indígenas. Neste caso só se fazia a menção ao uso da arma quando com ela se cometia um delito, como o homicídio ou a lesão corporal, por exemplo. No relatório de 1880, o já citado presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, aponta que na década de 70 foram cometidos em “a proporção de 68 delitos por ano”, o que resultaria apenas para esta década, em 680 delitos. Se até a década de 80 do século 19 encontramos um total de 960 referências a delitos cometidos na província, sobriam 280 delitos para serem distribuídos nas outras duas décadas acima arroladas. A diferença entre os 539 encontrados ao longo dos relatórios e a média apontada por Manuel Dantas Filho indicam o quanto devemos nos precaver com as estatísticas criminais oficiais.

Com relação aos delitos cometidos por escravos, como furtos podiam, e muitas vezes eram punidos no espaço privado, sem chegar ao conhecimento das autoridades. A violência de alguns senhores nem sempre era categorizada enquanto tal, mesmo que os autos pudessem indicar isso. Esse, por exemplo, é o caso de Benedicta, escrava do senhor Luis Camargo de Araújo, que se apresentou à polícia de Castro no ano de 1862:

Em quase completa nudez a preta Benedicta, que se diz escrava de Luis Camargo de Araujo, morador no [Socavão] distrito desta cidade, com o braço direito aleijado de uma grande queimadura cicatrizada, com outra também cicatrizada no joelho direito, e com as costas e outros lugares do corpo inteiramente cortadas de chicotadas e cicatrizes, que sugerem os mais desumanos e bárbaros castigos, que segundo a infeliz tem sido infligido pelos seus [cinco] senhores, contra cujo senhor vem implorar proteção da lei.<sup>185</sup>

A denúncia não resultou em processo, pois se entendeu que os ferimentos não eram graves e eram decorrentes “dos castigos moderados que os senhores dão a seus escravos.”

Mas nos interessa o fato de que a troca de informações entre os termos e a Capital, entre os juízes, delegados e subdelegados com o Chefe de Polícia era sempre deficitária e objeto de constante reclamação nos relatórios. Baseado apenas no que aparece nos relatórios chegaríamos à conclusão de que no Termo de Castro haviam ocorrido 126 crimes, com referência a 16 escravos, no período de 1854 até 1888. Este

<sup>185</sup> CCEE. Denúncia. s/n. Caixa/Ano: 1862. Lesões Corporais

número é bastante distante daquele que encontramos durante a pesquisa realizada na Casa da Cultura Emília Erichsen, no Fórum e no Museu do Tropeiro.

### 3.4 OS CRIMES NA COMARCA DE CASTRO

Para o nosso período de análise, entre 1853 e 1888, existem 529 processos distribuídos por década da seguinte maneira:

**TABELA 8: CRIMES OCORRIDOS NO TERMO DE CASTRO 1853-1888**

Delito	1853-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	Total
Homicídio	21	36	38	28	123
Tentativa de Homicídio	5	12	14	8	39
Lesões Corporais	18	26	41	42	127
Injúria	2	2	3	3	10
Dano	3	5	5	4	17
Furto	9	14	21	19	63
Roubo	5	9	8	7	29
Ameaça	3	6	4	2	15
Resistência	3	1	3	2	9
Armas Defesas	10	10	7	5	32
Fuga de presos	3	4	2	2	11
Estupro	1	2	2	4	9
Tirada de Presos	2	6	5	3	16
Reduzir a escravidão	1	1	2	1	5
Suicídio	1	2	3	2	8
Infração de Posturas	3	6	4	3	16
Total	90	142	162	135	529

Fonte: Acervo do Poder Judiciário da Casa da Cultura Emília Erichsen

Deste total, 132 faziam referências a escravos ou libertos, quer fossem como vítimas, acusados ou informantes. Na tabela abaixo apresentamos os casos em que escravos apareciam como acusados ou vítimas.

**TABELA 9: CRIMES ENVOLVENDO ESCRAVOS 1853-1888**

Delito	Vítimas	Réus	Total
Homicídio	19	14	33
Tentativa de Homicídio	3	2	5
Lesões Corporais	13	6	19
Injúria	1	1	2
Dano	-	3	3
Furto	-	11	11
Roubo	-	6	6
Ameaça	-	2	2
Resistência	-	1	1
Armas Defesas	-	5	5
Fuga de presos	-	1	1
Estupro	-	1	1
Reduzir a escravidão	3	-	3
Suicídio	3	-	3
Infração de Posturas	-	6	6
Total	42	59	103

Fonte: Acervo do Poder Judiciário da Casa da Cultura Emilia Erichsen

Existem ainda outros oito processos comprometendo libertos envolvidos em homicídios, sendo cinco vítimas e três acusados, sendo um de infanticídio. Outros três casos são de arrombamento de cadeias e tirada de presos. Por infração de posturas existem outros seis processos. A diferença entre os 132 documentos apontados como fazendo referência a escravos e libertos com os 118 apresentados na tabela é que a este número ainda precisam ser acrescentados 14 escravos arrolados como informantes nos processos.

### 3.4.1 Os crimes de morte e lesões corporais

Considerando apenas os crimes de homicídio, são 19 casos onde os escravos são vítimas e 14 casos em que são réus<sup>186</sup>. Para o total de homicídios os escravos eram responsáveis por 11,38% e eram 15,44% das vítimas. Considerando apenas os crimes de homicídio envolvendo escravos a proporção era de que estes apareciam em 42,42% como autores e 57,57% como vítimas. Mas chama a atenção a frequência de crimes contra senhores, familiares, feitores ou administradores que ocorreram em 7 casos, ou seja, mais de 50% do total de homicídios<sup>187</sup>.

Cabe ressaltar ainda que para os processos onde apareciam como autores em seis casos, eles estão associados ou com outros escravos ou com livres<sup>188</sup>. O assassinato de Mariano de Oliveira e do menor Vidal, em 1853, foi perpetrado pelos escravos Pedro e João. Da mesma forma se deu no incidente ocorrido em abril de 1861, que resultou na morte de Manoel Caetano e Francisca de Paula, ambos filhos de Joaquim Antonio Martins. Neste caso estavam envolvidos, além do escravo Ignácio, José Bueno de Camargo, Pedro Gonçalves, Edvirgem Maria do Rosário, além do próprio pai das crianças. Assim ocorreu com os casos envolvendo o escravo Ambrósio que juntamente com Joaquim Antonio Teixeira foi acusado pela morte do índio Canero, no ano de 1862, no aldeamento do Pirapó; Em janeiro de 1866, as escravas Quitéria e

---

<sup>186</sup> O total de escravos envolvidos nesses crimes é de 21, dado que 6 deles foram feitos em associações com outros escravos, isso sem contar os não escravos também envolvidos.

<sup>187</sup> Maria Helena Machado apontou uma taxa de 38% para campinas e Taubaté.

<sup>188</sup> Alguns anos antes do nosso recorte temporal, no ano de 1838, ocorreu um crime na Fazenda Carambei que também envolveu vários escravos. Apesar de não termos encontrado o processo existe um registro no livro do Rol dos Culpados indicando que os escravos daquela fazenda assassinaram ao seu senhor Antonio Dias Baptista. Em livro de Vera Maria Biscaia existem mais detalhes: "Antonio, com 46 anos, é brutalmente assassinado por escravos, em agosto de 1838. Encontraram seu corpo queimado, amarrado a um coqueiro, em um dos campos da fazenda." No livro de óbitos n.º da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa, na folha 10 conta o seguinte registro: "Aos vinte e quatro dias do mês de Agosto de mil oitocentos e trinta e oito annos faleceu da vida presente assacinado pelos seus escravos." Na descrição de seus bens consta que ele possuía 22 escravos. Ver.: BAPTISTA, Vera Maria Biscaia Vianna. **Curitibanos dos Campos Gerais**. Curitiba: Fundação Cultural, 2000. p. 58-62. Temos ainda em 1844, o assassinato de João Carneiro Lobo por seus escravos Tomas, João e Valquíria.

Felícia são acusadas de dar veneno ao seu senhor, o finado Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel<sup>189</sup>.

Os escravos Manoel, Maximiano e Dorothéa foram acusados de matar Cândida Maria de Albuquerque, dona da Fazenda da Fartura, no Capão do Barroso, em setembro de 1872. No caso do assassinato de Francisco Gaia, administrador da Fazenda Vorá, em 1879, participaram os escravos Fabrício, Procópio, Júlio e Olegário, além de Joaquim de Almeida e Honorato de Almeida. Como pretendemos demonstrar, muito embora estes seis casos digam respeito a 13 escravos, na verdade os depoimentos de testemunhas e informantes, e mesmo dos acusados, nos levam a crer que contavam, na maior parte das vezes, com o conhecimento e até mesmo apoio de outros escravos da mesma propriedade. No processo contra os escravos da Fazenda Vorá tudo indica que outros escravos sabiam e, de alguma forma, colaboraram com o crime, mesmo que apenas ocultando os criminosos. Sem contar o fato de três homens livres estarem igualmente envolvidos, não só neste crime, mas no roubo de gado, que é o ponto de partida para o assassinato de Gaia. Já em relação aos assassinos de D. Cândida Albuquerque, pelo menos dois outros escravos surgem durante os depoimentos como possíveis conhecedores do ato que ainda ia se praticar.

Os números referentes aos crimes praticados contra a pessoa indicam algo muito próximo ao que tem sido encontrado por pesquisadores de outras regiões do Império. Para Franca, Ricardo Alexandre Ferreira<sup>190</sup>, em sua

<sup>189</sup> Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel era pai do promotor público de Castro, Raphael Teixeira Cardoso Pimentel. Este, além de promotor, era também dono de uma casa de comércio na cidade. Quando da realização de seu inventário aparecem 723 devedores, entre os quais vários escravos, uma delas, a escrava Quitéria. Em 1872 existe outro processo, desta vez movido pela viúva de Joaquim Teixeira contra Manoel Antunes de Jesus e Francisco Antunes por dilapidação de seu patrimônio. No testamento de Maria Soares de Oliveira, realizado em 1859, esta solicita que seus herdeiros consigam desfazer o negócio realizado entre sua filha Angélica com Joaquim Cardoso Pimentel, na venda de um escravinho chamado Athanázio. O mesmo era filho da escrava Delfina, que havia sido dada a Angélica, mas esta estava “deserdada visto a mesma ter me usado ingratidão sendo além de tantas mandou punitivamente a seu filho Amantino e meu neto açoitar-me o qual assim praticando comigo na véspera do dia de Santo Antonio do ano próximo passado de mil oitocentos e cinquenta e quatro de cujo fato recebi injurias, dores e incômodos que até hoje me duram e por isso é minha vontade que uma filha ingrata como esta não deva gozar de coisa alguma de meus bens.” Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Raphael Cardoso Pimentel

<sup>190</sup> FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830)-1888**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

dissertação de mestrado, encontrou a cifra de 79% dos crimes sendo classificados contra a pessoa. Já Elione Guimarães<sup>191</sup>, analisando Juiz de Fora/MG, deparou-se com 60,15% dos crimes assim categorizados. Num trabalho sobre o Alto Sertão da Bahia, Maria de Fátima Novaes<sup>192</sup>, encontrou pouco mais de 74% de crimes contra a pessoa. No trabalho de Ivan Vellasco<sup>193</sup> para a Comarca de Rio das Mortes/MG, os crimes violentos totalizaram 57,1%. Este autor acrescenta ainda que se fossem somados os crimes violentos aqueles tipificados por uma antecipação do controle policial – ameaças e posse de armas, o total atingiria mais de 61%.

Dois trabalhos já clássicos sobre o tema também apontam essa tendência. Maria Helena Machado<sup>194</sup> demonstrou que para Campinas as cifras de crimes contra a pessoa, praticados por escravos eram de mais de 68% e para Taubaté, mais de 69%. Patrícia Alfderheide<sup>195</sup>, analisando Cachoeira, indicou que os crimes violentos aproximavam-se de 60% ao longo dos anos de 1780 até 1840.

### 3.4.2 Crimes contra a propriedade: roubar, furtar

Os crimes contra a propriedade – furto, roubo, danos a propriedade – aparecem em segundo lugar no total de crimes, mas precisam ser tratados de maneira um pouco menos confiável. O menor número de casos de furtos e roubos deveu-se, sobretudo, à menor apresentação à justiça do escravo que cometesse esse tipo de crime, pois os próprios senhores tratavam de punir seus escravos ou de esconder o fato da justiça, ou ainda retiravam as acusações contra os escravos. Segundo Maria Helena Machado deve-se

<sup>191</sup> GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

<sup>192</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume, 2003.

<sup>193</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX. São Paulo: EDUSC, 2004.

<sup>194</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta, resistências nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

<sup>195</sup> AUFDERHEID, Patricia Ann. **Order and violence**: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840. Dissertation (Ph. D.). University of Minnesota, 1976.

considerar que “apenas uma diminuta parcela dessas ocorrências foi transferida para a esfera jurídica.”<sup>196</sup>

Para o Código Criminal do Império a distinção básica entre furto e roubo era o emprego ou não da violência. No artigo 269, a diferença entre roubos e furtos era colocada desta forma: “Roubar isto é, furtar fazendo violência à pessoa, ou as coisas”. Quando os roubos atingiam bens de outras pessoas que não seus próprios senhores, a ação dos últimos era quase sempre no sentido de procurar uma solução amigável para a questão. Outra característica dos roubos e furtos é que, quase sempre, eles indicavam a presença de mais de um escravo. Talvez isso possa ser explicado pela própria dinâmica do ritmo de trabalho na região de criatório e comércio de gado. A lide nestas atividades poderia ter provocado uma proximidade maior e mais intensa dos escravos do que aquela que encontraríamos em regiões urbanas, por exemplo. Então, num processo de solidariedade ou cumplicidade, os escravos acabavam em muitos casos, acompanhados de outros escravos ou homens livres nestes crimes.

O controle dos crimes contra a propriedade, roubos, furtos e estelionatos, como bem explica Maria Cristina Wissembach<sup>197</sup>, revelavam, por um lado, uma crescente preocupação com a propriedade privada e, por outro, formas pelas quais os escravos procuravam prover suas necessidades que iam para além de apenas se vestir e comer. Não era apenas o roubo pelo roubo, mas as possíveis significações contidas nele: posse de um objeto de desejo ou de *status* social.

Assim nos pareceu proceder ao escravo Bernardino, de propriedade de Salvador Ferreira Canavarro. No dia 8 de dezembro de 1884 o escravo Bernardino entrou em casas de morada de Salvador Pires do Nascimento e roubou os objetos de duas canastras, aproveitando-se do fato de que não havia ninguém na mesma casa, pois os proprietários estavam numa festa no mesmo bairro de Jararaca, no termo de Pirahy. As suspeitas caíram sobre o escravo, pois ele gastou moedas pagando bebidas para seus companheiros num bar da vila, fato que foi testemunhado por várias pessoas. Quando questionado de

<sup>196</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão. Op. Cit. 44.

<sup>197</sup> WISSEBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo: (1850-1880). São Paulo: Editora Hucitech, 1998.

onde conseguiu o dinheiro ele disse que havia conseguido da casa de Salvador Pires após arrombá-la e estourar duas canastras e uma caixinha e “agora mostrava quem mandava”. Os objetos descritos eram:

dois pares de brincos, muitos papéis de grande importância, duas pequenas pedras de diamante, prata e níquel em moedas, trinta e seis mil quatrocentos e oitenta réis, um baú com um par de brincos de ouro, um par de esporas de metal branco e muitos objetos de algum valor e mais um saquinho que não pertence ao suplicante, mas que o suplicante tinha em seu poder de grande importância que deixarão para o suplicante o guardar até que fosse procurado por seu dono.<sup>198</sup>

Já o escravo de Joaquim José de Ávila, também chamado Joaquim, “entrou nos quintaes das casas que habitão Benedicto José de Lima, Firmina Maria do Espírito Santo e Roque Pereira da Luz e d’elles furtou varias peças de roupas e um taxo de cobre.” Isso tudo se deu na madrugada do dia 2 para 3 do mês de julho de 1884. Além de dois vestidos, as demais peças eram roupas de cama e roupas de frio, identificadas como “elegantes paletós e finas camisas de senhor.”

Esta apropriação de objetos dotada de uma significação mais pessoal diferenciava-se daquelas em que pequenos lucros estavam em jogo. No primeiro caso quase sempre era de caráter mais individual, enquanto a segunda pressupunha pelo menos mais um participante: o receptador. Para a região de Castro o roubo de gado apareceu com frequência mais constante. Dos 17 casos envolvendo furtos ou roubos em sete casos algumas cabeças de gado em questão. E em apenas dois deles não havia um receptador envolvido. Assim é o caso dos escravos de Escolástica Maria Pereira<sup>199</sup> ou então os escravos da Fazenda Vorá. Em ambos os casos estão envolvidos vários escravos, várias propriedades e vários homens livres, isso sem contar que também revelam ser uma prática não pontual ou isolada, uma vez que em ambos os casos as indicações eram de que os crimes já se repetiam durante

<sup>198</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1884. Furto

<sup>199</sup> O processo é originalmente dirigido contra os escravos José e Benedicto, mas logo estes escravos foram inocentados e outro escravo envolvido, Sebastião, que pertencia a uma das vítimas de roubo de gado.



certo tempo. Wissembach assim define a relação entre escravos e receptadores:

[...] presença dos receptadores - alianças fundamentais na destinação dos produtos do roubo e portanto na consumação dos crimes - e que depõem sobre a larga base de agentes vinculados à economia informal, realizada na base de barganhas, trocas e empréstimos.<sup>200</sup>

Os furtos e roubos podiam revelar aspectos mais gerais das relações sociais que os escravos empreendiam. Esse tipo de crime pressupunha uma possibilidade mínima de encontrar alguém interessado e disposto a adquirir o produto do roubo. Se, ao mesmo tempo permitia a aquisição de um recurso extra aos escravos, indicam que alimentavam uma economia informal que podia se valer dos baixos preços que os escravos conseguiam por produtos que, já na origem, eram considerados suspeitos. Mas esta possível associação entre escravos e livres ou libertos nos leva a refletir sobre a tentativa constante das autoridades em legislar sobre locais e horários para circulação dos escravos, bem como recomendações sobre ajuntamento, permanência ou possíveis negócios realizados por ou com estes. O espaço mais indicado para tal regulação eram as Posturas Municipais.

### 3.4.3 Crimes contra a ordem pública: as Posturas Municipais

As posturas municipais desempenhavam um papel importante dentro do contexto da sociedade escravista do século 19: organizava as dimensões físicas das cidades, tentando controlar e disciplinar o uso dos espaços. Nela estavam contidas ainda uma série de leis que escapavam da legislação em nível nacional. Como lembra Adriana Pereira, muito embora não tenha havido uma preocupação incessante por parte dos legisladores brasileiros “muitas vezes deixaram grande parte da tarefa aos legisladores locais, que, por meio das Posturas Municipais, detalhavam mais detidamente a legislação voltada

<sup>200</sup> WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Op. cit. p. 52.

para o escravo”, uma vez que, ainda que existisse uma legislação penal que unificava o país, o que era mais marcante era “a dispersão e o localismo” voltado para os escravos.

Nas disposições gerais do Código Criminal do Império constava que nele não estavam compreendidos, entre outras coisas, os crimes de responsabilidade, os puramente militares, os crimes contra o comércio, que continuavam a ser regidos pelas Ordenações Filipinas e os crimes contra a polícia e economia particular das povoações, que seriam punidos em conformidade com as posturas municipais, algo previsto desde a Constituição de 1824. Direcionadas para a manutenção da ordem pública, primavam pela regularidade das funções político-administrativas do município, os Códigos de Posturas constituíam-se num mecanismo de controle social local. Como diz Ademir Gebara “[...] as posturas demonstraram ser um eficiente e criativo instrumento na mediação entre as leis nacionais e as populações a elas sujeitas, na medida em que operacionalizavam todo um sistema legal instituído em todo o país<sup>201</sup>”. Além disso, através dessa legislação local, revelam-se inúmeros aspectos da vida diária como os costumes e problemas enfrentados pela comunidade.<sup>202</sup> Para Ricardo Schmachtenberg<sup>203</sup> as posturas aparecem como instrumento normativo, de controle, vigilância e punição.

No caso paranaense, de acordo com Magnus Pereira<sup>204</sup>, as Câmaras de Curitiba e Paranaguá quase não fizeram uso deste expediente, recorrendo quase sempre às correições do Ouvidor Pardinho. Somente com o regimento

<sup>201</sup> GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil: 1871-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 119. Para Ricardo Tadeu Caires Ademir Gebara “supervalorizou a função das posturas municipais, a seu ver um importante complemento da Lei de 1871 e que tinha por função disciplinar a população tanto livre como escrava, sem, contudo, analisar se suas determinações foram obedecidas na prática.” In.: SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A crítica pelo riso: o olhar satírico de Ângelo Agostini para o encaminhamento legal da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Justiça & História** vol. 6 – n. 11, 2006. p. 283

<sup>202</sup> GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**, op. cit. p. 101.

<sup>203</sup> Segundo Schmachtenberg os códigos de postura “podem ser considerados como uma tentativa de normalizar, regulamentar a sociedade através de uma constante vigilância sobre os atos e comportamentos dos indivíduos.” SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir**. In.: ANAIS IX Encontro Estadual de História: Vestígios do passado: a história e suas fontes. Disponível em [http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027\\_ARQUIVO\\_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf)

<sup>204</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Algumas considerações sobre as posturas municipais. In: **Fazendeiros, industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1990.

das Câmaras é que a vereança paranaense passou a criar seus códigos municipais. A importância disto reside, além do que já apontamos anteriormente, é de que estes códigos avançam em certos aspectos que não são compreendidos pela legislação geral, embora emanem dela. Segundo o autor:

O estudo das posturas municipais, enquanto leis que são, deve levar em conta que elas não se tratam de meros reflexos “ideológicos” de uma “estrutura” de classe previamente dada. Também não são apenas instrumentos coercitivos que procuram obrigar a comportamentos desejáveis, embora no Brasil colonial e imperial este seja forte componente na elaboração das leis.<sup>205</sup>

A ideia é a mesma encontrada em Thompson<sup>206</sup>, autor para o qual há necessidade do historiador estar atento às particularidades da lei, sua dinâmica e as inúmeras mediações sociais que surgem a partir do embate entre dominantes e dominados.

Magnus Roberto segue dizendo que para chegar a bom termo de funcionamento a lei deve ser capaz de fazer que recorram a ela “todos os indivíduos ou grupos, e nesse sentido não pode ser patentemente facciosa.” Sendo assim, mesmo grupos não dominantes, quer política ou economicamente, acabam deixando também marcas na constituição da legislação. Conclui afirmando que desta forma tanto “as leis, o Estado e as classes sociais, são simultaneamente constituídos e constitutivos de uma dada sociedade.”<sup>207</sup> Para Fabiano Dauwe a produção dos códigos legais, suas atualizações e renovações indicam que

Há que se atentar, contudo, para o real significado que apresenta o direito na sociedade, da qual busca ser regulador mas não é jamais determinante. Não se pode esperar que todos sigam as determinações da lei o tempo todo; do contrário, a legislação penal seria desnecessária. Assim, um primeiro ponto relevante sobre o

---

<sup>205</sup> Idem, p. 301

<sup>206</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores, op. cit. p. 353

<sup>207</sup> Idem, p. 301.

direito é a sua incapacidade de controlar, por sua simples existência, a sociedade que regula<sup>208</sup>.

É isso que nossa pesquisa revelou sobre Castro. A normatização da vida dos escravos fazia-se em consonância com as posturas que já existiam em outros municípios<sup>209</sup>, mas também atendendo solicitações específicas da população de Castro. Embora isso não fosse apenas em relação aos escravos, mas, sim à população em geral. Algumas vezes eram reclamações sobre “as salvas de tiros de armas de fogo sem nenhuma justificativa”, ora eram “as carreiras de cavalos pelas ruas principais da cidade.” Mas, com base nas posturas os habitantes de Castro, incluindo aí escravos e libertos, faziam suas solicitações. Assim procedeu ao escravo Antonio em fins de setembro de 1842 solicitou licença para negociar seus produtos numa taverna. O pedido não foi colocado em discussão e foi, portanto, adiado. Provavelmente não quis ou não pôde esperar que o assunto fosse resolvido e, em ata de 6 de outubro consta que foi “passada a correição do estilo na qual multou a Antonio escravo dos herdeiros do finado Antonio Domingues na quantia de oito mil reis por se achar com taverna vendendo publicamente sem licença e nem aferição de pesos e medidas.”<sup>210</sup> Mas cabe voltar à elaboração das posturas de Castro e perceber como escravos foram nelas retratados.

#### 3.4.3.1 As posturas municipais e o poder senhorial

No ano de 1830, a Câmara Municipal de Castro elaborou seu código de posturas municipais, que foram apresentados como forma de “remediar os

<sup>208</sup> DAUWE, Fabiano. Estratégias institucionais de liberdade: um estudo acerca do Fundo de Emancipação dos Escravos em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888. **Monografia de Graduação em História**. Florianópolis, UDESC, 2001, p. 16.

<sup>209</sup> Maguns Pereira indica que as posturas dos diferentes municípios tendiam a aproximarem-se dada a formação intelectual em comum das camadas dirigentes dos mesmos. Comungando de “um mesmo arsenal de conceitos, oriundos do direito positivo e da economia política dos séculos XVII e XIX, que aplicavam sobre o mesmo processo de dissolução do escravismo, que vinha ocorrendo de forma generalizada em todos os municípios, independentemente da concentração local de escravos e de suas atividades econômicas. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Op. cit. p. 61

<sup>210</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1831, p. 26

abusos que têm por tanto tempo peado a marcha constitucional do Povo que representa, e firmar sua tranquilidade e sua segurança individual e proprietária.”<sup>211</sup> Em verdade não era só com tranquilidade e segurança individual que as posturas de Castro preocupavam-se. Basicamente se pode apontar cinco categorias em função dos assuntos tratados: controle sobre uso de armas de defesa, controle das casas comerciais e de jogos, controle de circulação de pessoas e mercadorias, controle de festas populares e urbanismo.

De maneira geral pode-se afirmar que as posturas municipais revelavam um novo entendimento acerca do uso dos espaços públicos que foi se construindo do século 19 em diante e recaía de maneira especial nos escravos, libertos e livres pobres. Para Heitor Carvalho<sup>212</sup>, o espaço que era “anteriormente usado por todos os munícipes em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social etc., começava a ser governado por um novo interesse”, que é “o interesse público” controlado pelas elites dominantes.

Para Castro, as posturas eram geralmente compostas de 39 artigos, e os escravos apareciam em vários deles, além da associação destes artigos com outros que não versavam especificamente sobre os cativos.

Logo no primeiro artigo, por exemplo, temos a proibição do uso de armas de defesa para os cidadãos em geral, mas no segundo esta questão já é estendida aos escravos:

Art. 2º O Escravo que for achado com ditas armas, além da perda deles será paga a dita multa na forma do Art. Antecedente p. seu Snr., ou p. outro q’suas vezes faça, e no caso ninguém pagar a dita Multa, será o dito Escravo Publicamente castigado com 25 açoites [...]<sup>213</sup>

<sup>211</sup> Conforme PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org). **Monumenta**: segunda série. Curitiba, vol. 1, n. 3, 1998. p. 145.

<sup>212</sup> CARVALHO, Heitor Ferreira de. As posturas e o espaço urbano comercial: ocupação e transgressão na São Luís oitocentista. In.: **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004, p. 31

<sup>213</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org). **Monumenta**, op. cit. p. 145

A diferença entre homens livres e escravos aqui reside no fato de que para os primeiros recai a multa e seis dias de prisão, para os segundos, a multa e o açoite, desde que ninguém assuma responsabilidade sobre o escravo, pois caso alguém o faça, apenas a multa já colocava fim na questão. Nada que indique uma preferência do escravo frente aos livres, apenas questão puramente prática: seis dias de prisão, são dias de produção a menos. Ainda no artigo segundo, existe outra referência aos escravos. Ao justificar que pode fazer uso de armas de defesa e em que condições isso é possível, as posturas indicam que em viagens “pessoas de coalidades isentas de toda suspeita”, podem portar armas para se defenderem de escravos e salteadores. Mas, como já afirmamos, as atividades em que os escravos estavam muitas vezes empregados, exigiam o uso da faca ou de armas de fogo. As posturas proibiam isso, mas as exigências do trabalho impossibilitavam seu cumprimento. Em muitos processos que analisamos, os escravos cometeram os crimes com armas de defesas. Eram julgados pelo crime, mas nunca por essa infração da postura.

Os artigos 5º e 6º faziam referências aos escravos proibindo, o primeiro, que em casas de jogos de azar, com cartas ou dados, se permita o ajuntamento destes. No outro, o 6º artigo, indicava que se escravos fossem apanhados em atos de jogar, em locais impróprios “nos esconderijos dos subúrbios das povoações”, seria castigado publicamente com 25 açoites e entregue a seu senhor para ser castigado. Controlar os jogos era, também, disciplinar os espaços comerciais, pois era onde as maiorias das vezes estes ocorriam. Como estes espaços eram frequentados por diferentes pessoas, as autoridades entendiam que tal atividade poderia desviar outros de suas reais necessidades naqueles espaços, incentivavam a relação muito próxima entre escravos e livres. Não só diminuía o tempo que os escravos poderiam se dedicar ao trabalho, como também servia para descaminhar possíveis recursos seus ou de seus senhores, além, é claro, de possibilitar negócios escusos, como a venda de produtos roubados. A possibilidade de receptação era interessante para os escravos, que conseguiam dinheiro para jogar ou beber alguns goles de cachaça, mas também permitia aos negociantes acesso a produtos baratos desviados por escravos. Então a proibição de jogos e, mais

especificamente, aqueles realizados em estabelecimentos comerciais, poderia ser direcionado aos escravos, mas atingia também as possíveis relações que podiam ser estabelecidas.

Nos artigos 8º e 9º regulamentavam-se as licenças para a realização de batuques, determinando que nas casas “não consentiram ai escravos de ambos os sexos sem que tenham licença por escrito de seus senhores, ou faculdade que se faça legal.”<sup>214</sup> A questão dos batuques aparece também no texto das posturas de 1874 onde se lê:

Art. 6. Aquele que promover ou consentir batuques, fandangos ou ajuntamentos de escravos na povoação e seus subúrbios, incorre na multa de 20#000 réis, salvo tendo licença da autoridade policial pelo que pagará o imposto de 5#000 réis.

Para Ronaldo Vainfas<sup>215</sup>, a realização de batuques e os possíveis incômodos que causavam iam além da imoralidade ou da indecência muitas vezes alegadas para tal. Para ele

Dependendo da conjuntura histórica e das circunstâncias locais, como afirma João Reis, em torno dos batuques, e a partir deles, tornava-se possível fugir um pouco do trabalho, tecer relações de solidariedade entre escravos e libertos, entre africanos e crioulos, celebrar identidades étnicas e até mesmo ensaiar levantes. Algumas vezes as revoltas aconteceram ou foram planejadas para o dias de festa, como o grande levante dos Malês em 1835, que coincidiu com o ciclo das festas de Nosso Senhor do Bonfim.

Parece-nos correto afirmar que o controle sobre os momentos de lazer e diversão dos escravos, como nos batuques, pelos perigos que parecia

<sup>214</sup> Idem p. 146.

<sup>215</sup> VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 53. Para Edilson Souza Fernandes o controle sobre os batuques ocorriam por motivo diverso do que o controle sobre força do trabalho ou proibição as manifestações culturais de determinadas etnias. O motivo essencial residia num processo de “controle das emoções como recurso à civilidade.”, adotando a perspectiva de Norbert Elias para explicar as justificativas para o processo. O processo de controle ou auto-controle das emoções foi o responsável pela passagem do batuque enquanto uma prática religiosa para um expressão artística., segundo o autor, foi FERNANDES, Edilson Souza. Entre o fogo e o vento: as práticas de batuques e o controle das emoções. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 55-59

representar as autoridades locais, era sempre considerado. Vários escravos e libertos reunidos num mesmo espaço e a possível presença de bebidas era um risco que devia ser evitado.

A última referência sobre escravos encontra-se no artigo 14 quando, depois de discutir nos artigos que o antecedem sobre os espetáculos públicos, diz que qualquer escravo que apanhar animal alheio para fazer carreira, será multado, caso seu senhor não realize o pagamento, sofrerá 25 açoites.

Quanto ao controle dos escravos, as posturas, justamente por seu caráter mais local, confrontavam-se mais fortemente com a ação e o controle senhorial. Embora constante na legislação artigos que impunham uma série de interdições aos escravos, muito provavelmente, estes eram transgredidos com frequência, com a anuência de seus senhores. Exemplo disso é revelado no livro *“Atos Diversos”* da Câmara Municipal de Castro onde encontramos as posturas municipais referentes ao ano de 1847<sup>216</sup>. Nelas existem três artigos (5º, 8º e 13º) que versam sobre escravos. O artigo 5º proibia a lavagem de roupas na fonte Monteiro, a pena para tal desobediência era de 25 açoites se o escravo fosse do sexo masculino e, sendo mulher, duas dúzias de palmatoadas nas grades da cadeia. Se for correta a idéia de que as proibições explicitam as práticas, vemos que a construção deste artigo específico, revela um costume já arraigado na população de Castro, e principalmente entre as negras lavadeiras, que usavam a fonte Monteiro para realizar seus trabalhos. Em sessão da Câmara de 3 de outubro de 1843 os vereadores de Castro já indicavam que o “inconveniente que causa ao publico a lavagem de roupas que algumas pessoas costumam fazer na fonte chamada Monteiro. Foi resolvido a comissão permanente, crie Posturas a este respeito.” O assunto voltou à pauta várias vezes, passando a insistir na ideia de que os “pretos ali se ajuntam, sempre com grande vozerio.” Mas os vereadores reconheciam também que se os escravos desrespeitavam a proibição era porque “para ali iam mandados por seus senhores”.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> LIVRO “Atos Diversos”. Prefeitura Municipal de Castro. Posturas de 20 de abril de 1847

<sup>217</sup> CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1833, p. 30



A mesma coisa valia sobre mercadejar sem licença ou que mantivessem negócios sem ter os pesos e medidas devidamente aferidos. Encontramos várias reclamações encaminhadas aos vereadores sobre escravos que negociavam sem licença a mando de seus senhores.

Para Maria Helena Machado o fato de encontrarmos poucas referências a escravos que infringiam as posturas decorre do fato de que

O poder pessoal do senhor, entretanto, continuou sobrepujando a Justiça municipal, o que se refletiu nos baixos índices de autuação criminal de escravos envolvidos em atentados contra a ordem pública. [...] Os escravos desordeiros, ao que parece, ao invés de sofrerem as penalidades da lei, eram entregues a seus senhores para serem corrigidos.<sup>218</sup>

Ainda nas posturas de 1847, o artigo 13, indicava a proibição do aluguel de casas ou quartos a escravos sem a permissão de senhores. Este artigo, igualmente recorrente em outras posturas, também não parecia ser muito respeitado. No processo envolvendo o Capitão Joaquim José Borges pela morte do liberto Evaristo, o depoente Cypriano Marques de Souza, diz que “quando escravo Evaristo morou em casa do Padre Magaldi, mesmo sem autorização” e só foi dali expulso “por estar fazendo ajuntamento de escravos a fim de jogarem, deixando a porta da casa aberta até muito tarde.”<sup>219</sup> Pelo menos três infrações num único caso: aluguel de casa sem autorização, jogos envolvendo escravos e circulação de escravos tarde da noite. Porém esta forma de viver, mesmo contrária às posturas, só se torna pública por conta da morte de Evaristo.

No artigo 8º a questão é a proibição para os donos de tavernas ou casas de negócios em relação ao ajuntamento de escravos para além do tempo necessário para a realização das compras. Nesse caso a multa e os quatro dias de prisão recaíam apenas sobre o proprietário. O controle sobre as tavernas e vendas eram constantemente repetidos nas posturas municipais que tentavam regular a permanência de escravos nestes espaços, isolando-os

<sup>218</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**, op. cit. p. 47

<sup>219</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa:Ano: 1879. Homicídio

do convívio com os setores livres. Porém, a legislação fazia com que as leis alcançassem também os homens livres. E que, como um reflexo desta maior dificuldade, as posturas municipais que foram criadas para controlar os movimentos da escravidão acabaram tendo que estender as penalidades sobre os homens pobres livres. Segundo Clarissa Nunes Maia<sup>220</sup>, o fato dos cativos

entrarem em contato com homens livres nas mais diversas situações do dia-a-dia, tornava necessário que estes também fossem coibidos em praticar certas ações com eles, como beber, dançar e jogar, pois estas ações conjuntas poderiam criar laços de solidariedade entre os dois grupos.

A última referência que encontramos faz menção ao Decreto n.º 674, de 17 de abril de 1881, onde João José Pedrosa, presidente da província, dá providências no Título 8 “Sobre escravos, mendigos e vadios”:

Art. 75. Alugar casas a escravos não tendo autorização de seus senhores, rubricada pela autoridade policial pena de 10 a 30#000rs. De multa;

Art. 76. Andarem escravos pelas ruas após o toque de recolher, sem bilhete de seu senhor, não sendo por motivo justo: pena de serem postos e conservados em custódia por 24 horas; salvo se o respectivo seu senhor requerer a soltura e pagar a multa de 4#000rs.

Art. 77. Consentir alguém que, em sua casa, façam-se ajuntamento de escravos. Pena de 30#000rs. De multa, e o dobro, na reincidência, além de oito dias de prisão.

Art. 84. Os donos, sócios, administradores ou caixeiros das tavernas ou quaisquer outras casas públicas, em que se acharem reunidos ou parados mais de quatro escravos de qualquer sexo, incorrerão na multa de 6#000rs, quando tais escravos houverem já sido despachados das compras que aí forem fazer.<sup>221</sup>

Salvo o artigo 76, que fala do andar após determinado horário, todos os outros indicam a necessidade de se controlar a relação entre livres e escravos. Mas tanto nos processos quanto nas constantes reclamações que se encontram nas atas da câmara de vereadores, percebe-se o quanto era difícil controlar as associações entre escravos e livres ou controlar horários e espaços por onde estes circulavam. A própria análise das posturas indica que a

<sup>220</sup> MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese em História. Recife: CFCH, UFRPE, 2001

<sup>221</sup> COLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. 1881. P. 129-130

maioria das diretivas voltava-se para a população livre, mas a necessidade de controle da relação entre livres e escravos era parte fundamental para o bom ordenamento da sociedade. Mas o alcance e o sucesso das disposições contidas nas posturas podem ser questionados quando da análise dos processos: dos 59 processos envolvendo escravos na condição de réus, 32 ocorreram à noite e em 13 casos havia arma de fogo presente no incidente. Porém só aparecem seis infrações de posturas. Isso não considerando a presença constante de escravos bebendo nos bares pagando algumas vezes com dinheiro proveniente de furtos, como é o caso de Bernardino, citado anteriormente por roubar uma canastra de Salvador Pires do Nascimento ou, então, a taberna de José Biaggio<sup>222</sup>, onde escravos reuniam-se para beber e dali partiam para acertar contas com seus desafetos, ou achavam naquele lugar novas encrências.

Portanto, embora legislando sobre os espaços, as ações e as horas, AL ordenações enfrentavam ainda a resistência ou a pouca vontade dos proprietários de bares e tabernas. Para Eduardo Spiller Pena

[...] homens livres, donos de armazéns de secos e molhados, bares ou tavernas, punham em julgamento a própria proibição, somando-se aos escravos no simples ato de oferecer-lhes uma pinga no balcão ou de permitir-lhes o jogo e a diversão em suas casas comerciais.<sup>223</sup>

Outras destas regulamentações, como as proibições aos batuques sem licença prévia nos parece ser controlada de forma mais efetiva pelos senhores. Os fandangos da Fazenda Vorá, realizados nas senzalas dos escravos e com

<sup>222</sup> Encontramos quatro processos que tinham por base inicial ou final dos incidentes a taberna de José Biaggio, localizada no Largo do Porto, um deles contra o escravo Joaquim, que depois de beber teve cópula carnal com uma menor e outro envolvendo o liberto André, que foi agredido por dois sujeitos que tinham antes bebido na taberna. Os outros dois processos são: no ano de 1886, Antonio Junco reage à agressão de Jeronimo Possato, que havia lhe dado duas relhadas, e mata a este com duas facadas no peito; no outro, por ameaças com arma de fogo, no mesmo ano de 1886, o proprietário José Biaggio, natural do Reino da Itália, entrou com um pedido de “termo de segurança” uma vez que “Pelegriño Ferrari, Marcelino Remedi e Ernesto, filho do primeiro, tentam contra a sua vida” e se ainda não haviam conseguido prometiam “mais tarde conseguir seu intento”. A tentativa de homicídio deu-se por uma “continha que Biaggio tinha com Ferrari” e este “o ameaçou com um revólver prometendo-lhe matá-lo.” Termo de Segurança – Castro – 1886.

<sup>223</sup> PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da Face**: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei da Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 137.

relativa frequência, pelo que se percebe dos autos indica que a senhora permitia os mesmos dentro de um espaço controlado por ela e destes fandangos participava inclusive o administrador da fazenda, Francisco Gaia, morto justamente quando se dirigia para um evento desta natureza.

Quanto à proibição das armas deve ter sido mais difícil por conta das próprias recomendações de que os trabalhos no campo justificavam seu uso, dado ao perigo de ataque dos indígenas. O constante ir e vir em atividades do tropeirismo também acabava por justificar o uso de armas, dado o perigo encontrado nos diferentes caminhos. Dos processos analisados, muito embora as armas de fogo se fizessem presentes, a infração desta postura nunca entrava em questão, colocada de lado por conta do crime em que pudesse ter sido utilizada.

Com a aproximação da década de 1880 as posturas passaram a refletir uma preocupação maior com a massa de trabalhadores e ser disciplinada. Mas também o foco passa a voltar-se mais diretamente aos imigrantes, identificados como “perturbadores da ordem pública.”<sup>224</sup> Como indica Edgar Lamb logo após a chegada dos imigrantes, as autoridades começaram a rever seus conceitos sobre a ordem e a morigeração que eram atributos sempre identificados aos europeus. Na verdade os imigrantes transformaram-se em “protagonistas de dramáticos episódios desabonadores das virtudes que tanto se lhes pretendia conferir.” E se, ao longo do tempo, o Paraná elegeu o imigrante europeu como referência para construção de sua base identitária e com este grupo procurou se identificar, isso não se fez sem percalços,

Assim, uma multiplicidade de experiências se evidencia no cotidiano provincial, no que diz respeito tanto às estratégias e ações policiais quanto às situações conflituosas vivenciadas pelos imigrantes. Os ideais que então eram propostos como civilizadores, presentes na cultura oficial, tiveram que buscar sua afirmação através de aparatos policiais, encontrando neles um poderoso instrumento de sua expansão e hegemonia.<sup>225</sup>

<sup>224</sup> DEAP. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 09/08/1873

<sup>225</sup> LAMB, Roberto Edgar. Semeadores dissonantes: imigrantes e policiais na província do Paraná - século XIX. In.: Revista de História Regional. Vol. 1. - nº 1 - Inverno 1996. p. 87-110. p. 108

A substituição de escravos por trabalhadores imigrantes não representou um maior respeito às posturas municipais ou uma demonstração mais enfática de respeito à lei e a ordem. Escravos ou imigrantes deparavam-se constantemente com necessidades que, não raro, opunham-se às leis locais. As necessidades dos escravos eram as obrigações dadas por seus senhores de realizar compras, transitarem em horários impróprios, andarem armados ou lavarem roupas na fonte da Monteiro.

Mas transgredir as posturas era também parte do próprio viver dos escravos que encontravam nos bares, no compartilhar um copo de pinga, nos batuques e fandangos, um momento de relaxamento das condições e exigências da escravidão. Pelo pequeno número de transgressões de posturas registrados em Castro podemos supor que os escravos não eram enquadrados pelas mesmas na frequência com que cometiam seus delitos. Parece-nos razoável que elas impossibilitariam o cumprimento de determinadas funções pelos mesmos, o que exigia por parte das autoridades certa dose de flexibilidade.

As pessoas livres pouca atenção prestavam às faltas dos escravos, pelo menos não na frequência que as autoridades gostariam e quase sempre só exigindo seu cumprimento quando dizia respeito especificamente a elas. Já os senhores provavelmente procuravam punir pequenas transgressões enquadradas pelas posturas, dentro de seu espaço de poder, talvez fruto até mesmo da mudança na forma de punição, que, ao longo do século 19 substituiu chicotadas e palmatoadas por prisão, que inviabilizava o uso da mão-de-obra escrava pelo tempo determinado pela autoridade. Quer fossem grandes ou pequenos os delitos praticados por escravos, ao longo dos últimos 30 anos a historiografia passou a se preocupar cada vez mais pelo entendimento do papel do crime e dos sentidos atribuídos para este ato.

#### 4 POR MEU FILHO E POR MINAS – OS CRIMES DOS ESCRAVOS

Os crimes praticados por escravos ou contra eles e que se tornaram públicos pelas denúncias e processos que se estabeleceram para seu esclarecimento, revelam uma rede bastante ampla de relações que se faziam presente na sociedade escravista. Em primeiro lugar porque buscando os detalhes do ocorrido, os responsáveis por registrar o incidente iam além, permitindo que as horas, os lugares, os contatos travados, as conversas realizadas “a boca pequena” ou assuntos “de voz pública” fossem anotados e acabaram por permitir que visualizássemos, mesmo que por uma estreita fresta, o cotidiano de outros tempos. Como bem apontou Maria Helena Machado apesar de ser uma fonte institucionalizada estes registros foram capazes de registrar instantes bastante corriqueiros, relações por vezes bastante íntimas, construção de laços de solidariedade e afetividade e, ainda, os motivos alegados em alguns casos para seu rompimento.<sup>226</sup>

Os crimes, ou mais precisamente seu registro, revelam a um só tempo a tensão sempre presente na sociedade escravista, mas, por outro lado, demonstram a capacidade dos indivíduos em perceber o seu contexto e tentar agir sobre ele. Na maioria dos casos as soluções encontradas pelos escravos passaram por uma resignação devidamente calculada, uma obediência estratégica. Outros tiveram uma ação mais propositiva e, por vezes, violenta. Apropriando-se de produtos, dinheiro ou animais, agredindo ou matando senhores, feitores, agregados, outros cativos – por vezes companheiros de cativeiro - ou demais pessoas com quem tinham contato, alguns escravos afrontaram a sociedade em que viviam e as leis da época visando forçar situações que julgava mais adequada. Isso nem sempre significava questionar sua condição de escravo, muito embora sua atitude ataca-se o sistema. Por vezes, tratava apenas de defender sua honra, provar sua coragem e valentia, sua solidariedade e companheirismo, valores os quais a escravidão não foi capaz de sufocar. Assim parece ter sido a maioria dos casos que encontramos

---

<sup>226</sup> MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão**, op. cit. p. 22-3.

para o Termo de Castro no XIX. Mas eles também se voltavam contra seus dominadores e questionavam os limites de sua exploração.

#### 4.1 A LEI DE 10 DE JULHO DE 1835 E OS ESCRAVOS QUE MATAM SEUS SENHORES

Durante a elaboração do Código Criminal em 1830 uma das discussões mais candentes foi sobre a pena de morte<sup>227</sup>. A experiência do Haiti e o perigo potencial que representava a reprodução daquelas cenas em território brasileiro, principalmente com revoltas de escravos espocando em várias regiões incomodava as elites e os juristas da época. A presença maciça de escravos, com concentrações particularmente perigosas em algumas regiões, como na Corte, Salvador, Minas Gerais e, depois, na área do oeste paulista, fazia com que um possível desejo de supressão daquela pena fosse considerado em função dos perigos daí advindos. Mas o que ocorreu foi uma universalização do crime, sem distinção entre livres e escravos, e as penas distinguidas entre prisão e trabalho forçado para os livres, penas corporais, como o açoite para os escravos e a possibilidade de pena de morte e galés para ambos. Para alguns deputados deveria ter sido criado um código especial para os negros uma vez que “a monstruosidade existe no código do processo, onde está a par o cidadão livre com o escravo.”<sup>228</sup> Como bem salienta João Ribeiro, era difícil para muitos deputados ver um tribunal feito por homens livres para julgar outros homens livres, servir para julgar também os escravos.

A revolta de Carrancas, Minas Gerais, e a dos escravos baianos em 1835, foram o estopim necessário para o encaminhamento dos projetos para a

---

<sup>227</sup> Vários pesquisadores dedicaram-se a questão da pena de morte e da lei de 10 de julho de 1835, entre os quais podemos citar: GOULART, José Alípio. **Da palmatória ao patíbulo**. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1971; RIBEIRO, Agenor. **Pena de morte no Brasil autônomo**. Tese (Livre-Docência). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. RIBEIRO, João Luiz. **No meio das galinhas as baratas não tem razão**, op. cit.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais**. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, dissertação de mestrado, 1996

<sup>228</sup> Discurso do deputado Castro e Silva citado por RIBEIRO, João Luiz. **No meio das galinhas as baratas não tem razão**, op. cit. p. 57

criação de uma lei que pudesse superar “a fraqueza de uma legislação incapaz de garantir a vida de tantos proprietários e fazendeiros mui distantes um do outro.”<sup>229</sup> Dessa proposta inicial um dos pontos que foi mantido para a lei de 1835 dizia que:

Art. 1º - Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas que matarem por qualquer maneira que seja, ferirem ou fizerem outra grave ofensa física a seu senhor, administrador, feitor ou a suas mulheres e filhos. Se o ferimento ou ofensas forem leves, a pena será de açoites e galés perpétuas, segundo as circunstâncias mais ou menos atenuantes<sup>230</sup>.

Esta primeira proposta fazia referência ainda ao crime de insurreição, já estava no Código Criminal de 1830, inclusive com aplicação da pena capital “aos cabeças”, quer fossem escravos ou livres. Não constava ainda a propinação de venenos – proposta por Carneiro Leão. O projeto de 1833 previa ainda enorme celeridade no processo, esperando cumprir todas as etapas: pronuncia, nomeação de 6 juízes de paz, libelo acusatório, arrolamento das testemunhas, produção defesa e julgamento em 10 dias. Seria considerada a decisão tomada por 4 entre os 6 juízes que comporiam a junta. Em caso de condenação à morte, “os escravos mais vizinhos” deveriam assistir a execução.

Durante o final de 1833 e todo o ano de 1834 novas propostas, novos artigos e redações foram surgindo, tendo como questão importante sempre quem julgava. Os deputados entendiam que o julgamento de escravos que incorressem naqueles crimes tipificados como passíveis da pena última não poderia dar-se por um tribunal do júri, constituído de pessoas da comunidade e, em certa medida, de iguais. O caráter da junta de autoridades, composta de juízes, daria uma condição de superioridade do tribunal perante os julgados. Temiam que o peso das relações locais impedisse o pronto e exemplar cumprimento da lei. Também se discutiu muito sobre quais crimes seriam punidos com a morte. O de insurreição era ponto certo. Já o caráter descritivo dos crimes que assim seriam punidos gerava ainda algumas insatisfações, como a do deputado Carneiro Leão que propôs uma emenda visando substituir

---

<sup>229</sup> Preâmbulo da Lei de 10 de junho de 1833. Idem, p. 53

<sup>230</sup> Proposta da lei de 10 de junho de 1833



a descrição dos delitos – morte, ferimentos graves, propinação de venenos -, por “todos os delitos cometidos por escravos.” Excessos e discussões a parte, dois anos após o início dos debates e pena de morte era aprovada com a seguinte redação:

Lei nº. 4 de 10 de junho de 1835

Artigo 1º - Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem, por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem qualquer outra grave ofensa física a seu senhor, à sua mulher, descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves a pena será de açoites à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes.

Artigo 2º - Acontecendo alguns dos delitos mencionados no artigo 1º, o de insurreição, e qualquer outro cometido por pessoas escravas em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinária do júri do termo (caso não esteja em exercício) convocada pelo juiz de direito, a quem tais acontecimentos serão imediatamente comunicados.

Artigo 3º - Os juizes de paz terão jurisdição cumulativa em todo o município para processarem tais delitos até a pronúncia, com as diligências legais posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluído que seja o processo, o enviarão ao juiz de direito, para este apresentá-lo no júri, logo que esteja reunido, e seguir-se os mais termos.

Artigo 4º - Em tais delitos, a imposição da pena de morte será vencida por dois terços do número de votos; e para as outras, pela maioria; e a sentença se for condenatória, se executará sem recurso algum.

Artigo 5º - Ficam revogadas todas as leis, decretos e mais disposições em contrário.<sup>231</sup>

A pena de morte não havia deixado de ser aplicada no Brasil e, por isso, exigia a elaboração de uma nova lei. Presente nas Ordenações, resistindo após a independência e mantida no Código Criminal do Império, portanto, não era pela ausência nos códigos legais que se fazia necessária uma nova lei. A questão era, basicamente, as possibilidades de recursos e protelações presentes no Código Criminal, a necessidade do crime ser cometido com condições agravantes e a necessidade da condenação ser por unanimidade. Estas questões eram consideradas um embaraço a aplicação da pena e pronta punição do crime, evitando, igualmente, que o longo tempo que demandavam os processos fizesse o crime cair no esquecimento. No Paraná tivemos alguns casos de escravos julgados por esta lei, mas sempre pelo assassinato de

<sup>231</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil (1835- 1ª Parte). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, p. 5 - 6.

senhores, ascendentes ou descendentes próximos, feitores ou administradores, nenhuma por insurreição.

Especificamente para Castro tivemos 8 crimes (sete homicídios e uma tentativa) em que os promotores entendiam que a Lei de 10 de julho de 1835 devia ser aplicada. Como afirmamos anteriormente estes casos eram bastante expressivos levando em consideração que encontramos 14 homicídios praticados por escravos. Os outros, e também os homicídios que envolviam livres e libertos, eram julgados com base nos artigos 192 e 193 do código Criminal do Império. Não consideramos aqui pelo menos outros três casos em que a pena capital foi aplicada. O incidente na Fazenda Carambeí no qual foi morto Antonio Dias Baptista, a morte de João Carneiro Lobo e outra, a qual não temos nenhuma informação, mas registrada no Rol dos Culpados: “1857.: Bento, escravo, condenado a morte pelo Sr. Juiz Municipal pela morte de seu senhor.” Poderíamos ainda considerar o assassinato feito por golpes de machado, de Gaudêncio Alves Carneiro, pelo escravo Canuto, em junho de 1882<sup>232</sup>. Depois de ter cometido o crime o escravo fugiu e foi capturado em Guarapuava. O delegado desta cidade enviou então uma “Guia de Acompanhamento de Preso”, onde Canuto é descrito como:

Canuto, 22 anos mais ou menos, altura de 1,70mt, cabelos grenhos, imberbe, pés grandes, mãos regulares com dedos curtos, dentes do maxilar inferior alvos, do superior podres os da frente, com falta de 1 do lado direito, estatura regular, peito saliente e forte.

Gaudêncio era filho do senhor de Canuto, o que estava enquadrado pela Lei de 1835 ou no artigo 192 do Código Criminal. Em seu único depoimento, logo depois de ter chegado de Guarapuava, afirmou que havia “matado seu senhor moço, pois andava inquirilado com ele.” Mas Canuto fugiu logo depois de dele não se teve mais registro. O motivo para tal é que Gaudêncio acusava “a ele depoente de furtar uns cargueiros de milho”, quando na verdade o ladrão era José Ferreira Avila. Alegava ainda que só havia feito aquilo por estar de cabeça quente e que queria muito bem ao jovem Gaudêncio. Todas as testemunhas ouvidas na formação de culpa atribuíram o roubo de milho a José

<sup>232</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1882. Homicídio

Avila, inclusive Felisbino Carneiro, irmão da vítima. Mas então Canuto foge novamente e nunca mais é encontrado. Provavelmente era um dos 3 presos que “evadiram-se da cadeia por um buraco da parede de 52 centímetros de extensão por 37 de altura”, que acabou resultando no processo contra os guardas Salvador Affonso José e Manoel Bento, mas infelizmente não constam os nomes dos presos. Deduzimos isso porque abra-se um processo contra os mesmos em fins de setembro de 1882.

**TABELA 10: ESCRAVOS JULGADOS PELA LEI DE 10 DE JUNHO DE 1835**

Escravo(s)	Senhor	Crime	Local	Ano	Veredito
?	Antonio Dias Baptista	Assassinato do senhor	Fazenda Carambei	1838	Condenado a morte e executado <sup>233</sup>
Thomas, João e Pulquéria	João Carneiro Lobo	Assassinato do senhor	Fazenda Jaguariaíva	1843	Thomas: condenado a morte e executado
Pedro e João	Ignacio Mariano de Oliveira	Assassinato do senhor e do menor Vidal	Samambaia – Castro	1853	Pedro: condenado a morte
João e Modesto	Manuel José de Jesus	Tentativa de Homicídio e Parricídio	São Sebastião – castro	1859	João: condenado a morte
Quitéria e Felícia	Joaquim Teixeira Cardozo Pimentel	Homicídio – propinação de veneno	Casa da Vítima	1866	Absolvidas
Maximiano, Dorothea e Manoel	Maria Cândida de Albuquerque	Assassinato da senhora	Barroso - Castro	1872	Maximiano: condenado a morte
Fabício, Procópio, Julio e Olegário	Anna Estevão Carneiro	Assassinato do administrador	Fazenda Vorá	1879	Fabício: condenado a morte
Anselmo	Amantino José Borges	Tentativa de Homicídio	Casa da Vítima	1887	Condenado: galés perpétua

Fonte: CCEE – Processos-crimes

<sup>233</sup> Não localizamos este processo, mas acreditamos que se refira ao assassinato de Antonio Baptista, seguindo os dados da obra de BAPTISTA, Vera Maria Biscaia Vianna. **Curitibanos dos Campos Gerais**. Também existe uma referência no rol dos culpados. Mas supomos que tenha sido apenas um escravo condenado a morte pois nos livros de Ata da Câmara de Castro consta o seguinte pedido: “Sessão Extraordinária de 15 de fevereiro de 1839 - Entrou em leitura e discussão hum officio do actual Juiz Municipal deste termo exigindo providências relativo a factura de huma forza para a execução de huma sentença da pena ultima a hum reo preso na cadeia desta Villa por crime commetido no ano de 1838 e que se marque um prazo razoável para este fim e o tempo que deve estar prompto e que lhe seja communicado. Foi resolvido nomeriar-se uma comissão para adjunto com o fiscal designarem hum lugar mais apropriado para este fim.”

O prazo estipulado para a construção da forza foi de 12 dias.

Na tabela acima arrolamos todos os casos em que o ponto de partida era a Lei de 1835, muito embora as condenações, por vezes, fossem sustentadas pelos artigos 192 e 193 do Código.

Interessante apenas ressaltar que em dois casos, os de números dois e sete, mantinham certa relação. Dona Anna Estevão Carneiro era viúva de João Carneiro Lobo, assassinado pelo escravo Thomas. Quando da morte do seu marido, ocorrido em 12 de dezembro de 1843, realizou inventário onde constavam, entre outras fazendas, a Jaguariaíva e a Vorá.

Pelo que consta do processo Thomas havia fugido e quando voltou o fez apadrinhado. Era comum que escravos fugitivos, criminosos ou que cometessem qualquer outro ato que pudesse redundar em punição, buscassem a proteção de pessoa influente junto a seu proprietário a fim de intervir por ele, visando minorar os castigos que lhes seriam aplicados. Escapou de receber uma punição corporal, mas em compensação

Foi-lhe ordenado para socar alicerces de taipa até nos domingos e dias santos em desconto dos dias que andava fugido, e que nesses dias seu senhor dirigiu-se à fazenda do São Tomé, demorou-se seis dias, chegando de volta à fazenda da Invernada do Barreiro mandou ele réu carpir o quintal.<sup>234</sup>

Thomaz e Pulquéria, ela com certeza e ele por suposição, deviam pertencer a fazenda São Tomé, pois nos bens arrolados desta fazenda consta “um aparelho de socar taipas com todos os seus pertences avaliado em 6\$400.” Como somente ela foi arrolada nos bens desta fazenda e como trabalho de socar taipas devesse exigir alguma força física e conhecimento da técnica, Thomaz provavelmente devia exercê-lo. E a proximidade de ambos como únicos escravos da fazenda, ele com 31 anos e ela com 30 anos, provocou nele “sentimentos em relação a Pulquéria.” Ela, porém, havia se enamorado de João, escravo de nação, 35 anos, de outra fazenda de seu senhor, a Invernada do Barreiro. Em seu depoimento ela afirmou que “desejando casar com João, o que não agradava e nem era permitido por seu

<sup>234</sup> CCEE. Translado de Processo s/n. Caixa: Ano: 1848. Homicídio

senhor”, foi convencida por “Thomaz de assassinar a aquele dito senhor.” Por motivos diferentes – Pulquéria por amor e Thomaz por temor – acertaram-se quanto a morte do senhor. Ela forneceu uma faca mais apropriada para o fim que desejavam e Thomaz aguardou até que “houvesse um comprometimento para com seu senhor, quando este o quisesse repelir com castigo.”

A chance apareceu na noite de 12 de dezembro de 1843, um domingo, quando João Carneiro mandou que Thomaz tirasse a “carne do couro de um tigre.” O escravo atendeu a ordem, mas o senhor percebeu que a faca que ele usava não era adequada ao serviço e tentou tomar-lhe. Thomas aproveitou a chance e esfaqueou seu senhor.

Como falamos anteriormente, por conta do assassinato de João Carneiro, foi realizado o inventário de seus bens, que orçaram mais de 135 contos de réis. Entre os 53 escravos arrolados, havia um de nome Fabrício, com apenas 1 ano de idade, filho dos crioulos Catarina e Manoel dos Santos, moradores da Fazenda Vorá, avaliado em 100\$000. Este escravo, que chegou a ser feitor da Vorá, esteve envolvido em outro crime tipificado na lei de 1835.

#### 4.2 O ASSASSINATO DO ADMINISTRADOR, A VINGANÇA CONTRA O EX-FEITOR E O CRIME CONTADO POR UMA ALMA PENADA

Assim como os senhores, administradores e feitores eram alvo freqüente da insatisfação dos escravos. A situação dos dois últimos era peculiar. Relacionando-se de maneira mais próxima dos escravos que os senhores, como bem apontou Maria Helena Machado<sup>235</sup>, tinham que equilibrar uma relação com os escravos e suas expectativas, com as exigências e expectativas dos senhores. Em termos materiais, o atendimento dos interesses do senhor lhes era mais favorável, já em termos de sua segurança, nem sempre. A história da Fazenda Vorá demonstra como os escravos podiam voltar-se contra os homens responsáveis por aplicar os interesses dos senhores. Os crimes de escravos podiam revelar questões do “calor da hora”,

<sup>235</sup> MACHADO, Maria Helena. Crime e escravidão, op.cit. p. 64-5

mas pode mostrar como eles podiam, também, usar os próprios instrumentos do Estado para livrarem-se de elementos impertinentes do grupo.

Os escravos Fabrício, Júlio, Procópio e Olegário foram acusados, juntamente com Honorato de Almeida e seu pai, Joaquim de Almeida, da morte do administrador da fazenda Vorá, Francisco Ignácio Gaia, portanto eram passíveis de punição com a pena de morte. Este crime revelou aspectos bastante interessantes do cotidiano dos escravos da Fazenda Vorá e, ao mesmo tempo, deixou pistas valiosas sobre os conceitos de justiça e companheirismo que vigorava entre os mesmos. Embora sua análise seja longa revela estratégias dos escravos para livrarem-se de um elemento indesejado dentro do grupo, o acesso que tinham das informações que envolviam seus parceiros de cativeiro, as associações com homens livres, as estratégias dos senhores para desqualificarem o crime de forma a não ter grandes prejuízos com a punição de seus escravos.

A morte de Gaia muito provavelmente começou a ser tramada quando ele testemunhou num processo contra os escravos da fazenda de roubarem gado em associação com dois homens livres Joaquim e Honorato de Almeida, bem como um terceiro, Cândido da Cruz que embora citado algumas vezes no processo, pouco se pode saber dele. A denuncia sobre o roubo dos animais foi feita por Joaquim José Carneiro, filho de dona Anna Estevão Carneiro, proprietária da fazenda e constava de que o furto “consistia em 22 terneiros terneiros, mais vacas e potros” e que, além disso, “alteravam a marca dos animais para não levantar suspeitas.” O roubo foi descoberto quando Francisco Gaia “achou vários couros estaqueados num mato e todos com uma marca de coração que se sabia ser da Fazenda Vorá.”

A primeira observação neste caso é da associação entre livres e escravos para a prática de crimes. Se os 3 homens livres indicados no processo tiravam proveito do trânsito dos escravos pelo interior da fazenda para a realização dos trabalhos ali exigidos, também os escravos deviam projetar algum ganho pois sempre havia o risco do crime ser descoberto. Mas um olhar sobre as datas da descoberta do roubo, fevereiro de 1879, até a morte do administrador da fazenda, 9 de abril, revela mais aspectos da forma

como esta associação se construía. Os contatos entre livres e escravos podiam ser travados nos mais diversos espaços: vendas, tabernas, nas festas, no transitar do gado entre um pasto e outro, mas nesse caso, nos fandangos que se realizavam na senzala dos negros ou num pasto próximo a ela. Era para um desses fandangos que a vítima e seus executores se dirigiam quando o crime ocorreu. Assim diz a denuncia do promotor Joaquim Anacleto da Fonseca, sobre os incidentes de 9 de abril:

“No dia mencionado foi Gaia convidado por aquelles escravos para um fandango em um pasto daquela fazenda do Vorá, e para lá se dirigirão, quando em caminho pararão a titulo de descanso, e nesse ínterim appareceu Honorato e logo pediu Fabrício o facão de Gaia para fazer cigarro, e com essa arma o ferio gravemente, e disparando Gaia a pouca distancia foi alcançado por Honorato que dando-lhe fortes pancadas com o cabo de um arreador de ferro o prostrou por terra com o crânio sumariamente fraturado, como se vê no corpo de delicto junto. Em acto successivo foi aquella victima arrastada por seo algoz Honorato e enterrado ao lado da estrada, prestando-lhe adjuntório o escravo Julio”.

Depois de cometido o crime “o temerário assassino Honorato” foi até a Fazenda do Vorá “todo armado, procurando constantemente apoio da parte dos demais escravos com outras gentilezas.” Sua estratégia não foi bem sucedida, pois os escravos que não se deixaram seduzir por suas ofertas ou não se dobraram as suas ameaças, acabaram por desarmá-lo, amarrá-lo e prendê-lo na senzala, da qual conseguiu escapar por um buraco na parede, “deixando as armas que tinha garrando o mato próximo, onde se achava o Cavallo que encilhara e foi recolhido com os demais objetos deixados na fuga, sendo entre eles o próprio facão da vítima.”

O promotor entendeu que Joaquim d’Almeida, seu filho Honorato d’Almeida e o escravo Fabrício haviam sido os autores do assassinato de Francisco Ignácio Gaia, o primeiro como mandante e os dois últimos como mandatários e como cúmplices os escravos Júlio, Procópio e Olegário. Note-se que entre a denúncia do roubo do gado, em fevereiro, até a morte de Gaia, em abril, haviam ocorrido outros fandangos na senzala e que destes continuavam participando tanto Honorato, acusado do roubo e de aliciar os escravos, quanto o próprio Gaia, que havia descoberto o furto. Na semana da morte haviam

ocorrido pelo menos dois outros bailes na senzala, um no domingo de ramos e outro na “quarta feira de trevas”, como afirmaram as testemunhas e informantes do processo. Se não bastasse a suposição de uma senzala relativamente ativa no tocante a diversão, nela não se respeitava nem a quarta-feira da semana santa, data que no século XIX, numa sociedade que se considerava religiosa como a de Castro, deveria ser profundamente respeitada.

Os momentos e espaços de sociabilidade era importantes, entre outras razões, por permitirem que escravos, livres e libertos estabelecessem contatos e realizassem projetos em comum, como roubos e frutos, por exemplo. Embora pareça ficar claro que os fandangos realizados nas senzalas da fazenda Vorá serviam também para esse fim, eles não foram proibidos. Neste sentido Maria Sylvia<sup>236</sup> de Carvalho chamou a atenção de que, em comunidades rurais ou no interior das grandes fazendas as oportunidades de diversão deviam ser escassas. Retirando os momentos de caça ou pesca, uma ou outra corrida de cavalos, os fandangos ou bailes constituíram-se numa das poucas atividades desta natureza. De acordo com Eduardo Spiller<sup>237</sup>, ao analisar as posturas municipais de Curitiba, embora houvesse controle sobre os fandangos, eles não eram proibidos, pois eram vistos como

momento de compensação frente à jornadas árduas e penosas de trabalho; como válvula de escape para situações eminentes de conflito e até mesmo como uma atividade para ocupar os escravos em períodos de longa inatividade. A realização de tais eventos, foi contudo, muito bem controlada.

No caso da Fazenda Vorá o controle devia se dar pela permissão do senhor dos escravos e do administrador da fazenda. Francisco Gaia, o administrador da fazenda que denunciou o roubo de gado, devia perceber a importância deste momento de diversão para os escravos e não parecia acreditar que representavam um perigo. Não só continuou permitindo a realização destes após a descoberta dos roubos – devia saber bem o impacto que isso teria na escravaria – como permitia a entrada de homens livres no interior da fazenda Vorá e, ainda participava dos bailes.

<sup>236</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Homens livres na ordem escravocrata**. Op. cit.

<sup>237</sup> PENNA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**, op. cit. p. 137



Durante seu interrogatório, Fabrício informou que “[...] fez por insistência de Honorato de Almeida, e que este lhe dizia que por denuncia de Francisco Gaia que elle teria que ser surrado nas grades, por que Francisco Gaia descobriu os furtos que elle Fabricio junto com Honorato e mais um irmão do mesmo fazião em gados e outros animais desta fazenda.” Disse ainda que Honorato havia lhe contado que “[...]seu pai tinha lhe prometido dar um conto de réis se matasse a Francisco Gaia.” Outros escravos também falaram que havia sido prometido um conto de réis para quem realizasse a morte de Gaia. O dinheiro para pagar pelo crime viria de “Joaquim de Almeida e outros mais”, que não são nominados no processo.

O crime foi cometido e o senhor, Joaquim José Carneiro, filho de d. Anna e João Carneiro Lobo<sup>238</sup>, só descobriu por que notando o desaparecimento de seu administrador, procurou saber se ele tinha se dirigido até Itararé, onde morava sua família. Tendo resposta negativa foi atrás de alguns escravos para saber alguma notícia. Os primeiros com quem conversou foram os escravos Claudiano e Júlio, e ambos o mandaram falar com Fabrício. Claudiano, que não estava na cena do crime, é citado por várias testemunhas como o primeiro a indicar Fabrício como autor da morte. Mas o crime só é descoberto quando dois escravos, Izídio e Fortunata, que não estavam na Fazenda nem no dia do crime, nem nos dois dias seguintes, foram para ali chamados para assistir a missa que se realizou no sábado antes da Páscoa. Na condição de informante, o escravo Izídio, cinqüenta anos mais ou menos, que trabalhava em outras roças de seu senhor Joaquim José Carneiro, natural da África, contou a seguinte história:

“uma escrava de nome Fortunata havia sonhado que Francisco Gaia tinha sido assassinado com duas facadas e que se achava enterrado perto d’ali, e que a mesma alma do mesmo Gaia pedira a Fortunata que dissesse ao ferreiro Agostinho que perdoasse os três mil réis que lhe ficara devendo, visto não lhe poder pagar por já ter morrido. Disse mais que elle informante e a escrava Fortunata se achavam na roça quando a mesma Fortunata sonhara com Gaia e não haviam sabido noticia do desaparecimento d’este, e que depois tendo tido ordem para vir a fazenda para assistir uma missa, ahi contou o sonho de

---

<sup>238</sup> Joaquim Carneiro tinha apenas 22 dias de vida quando da morte do pai pelo escravo Thomaz.

Fortunata a seu senhor Joaquim Carneiro o qual tomou providencias segurando os negros Fabrício, Olegário, Julio e Procópio”.

O ferreiro Agostinho a quem o sonho fazia referência era escravo da mesma fazenda e pai do escravo Olegário, estava presente no local do crime. Para um simples sonho existem detalhes demais: nome da vítima, arma do crime, local do enterro, nome dos assassinos e a quantidade de facadas. Interessante que só mesmo Fabrício, o executor do crime, indicará que a morte foi causada também pelas duas facadas que desferiu na vítima. Logo em seguida a escrava Fortunata, dona do sonho tão detalhado, é chamada como informante. Dizia ser solteira, de vinte a trinta anos e que trabalhava em serviços domésticos. Afirmou que era “verdade haver-lhe aparecido uma alma a qual lhe disse que pedisse perdão a quem ficasse devendo certa importância de caxaça, sem que declarasse o nome de pessoa alguma.” Ou seja, Izídio sabia detalhes do sonho de Fortunata que a alma sem nome nem confirmou. Nos parece que a alma do finado Gaia, ou qualquer outra, estava menos preocupado em dar detalhes do ocorrido do que em ser perdoada pelos serviços de ferreiro ou das “caxaças” que pudesse ter ficado devendo.

Mas o que nos parece é que os escravos fizeram circular ou a notícia da morte de Gaia ou então era realmente público entre eles que havia um plano para isso. Um total de 9 escravos foram ouvidos durante todo o processo, e todos indicavam saber da morte antes mesmo de seu senhor, porém ninguém contou antes de seu senhor buscar saber notícias. Da mesma forma todos colocavam Fabrício como executor do crime, muito embora ele tenha assumido o crime, outros escravos estavam presentes no local, mas sobre eles nunca recaiu da parte dos escravos nenhuma acusação, salvo a referência de que Júlio teria ajudado a enterrar o corpo. Dois escravos, Claudiano e Egidio, disseram que Fabrício causava medo nos demais escravos, por já ter “surrado muitos deles a mando de seu senhor no tempo em que era feitor” e que ameaçava a todos para que ninguém falasse sobre o ocorrido.

Será que para os escravos da Fazenda Vorá o crime de Gaia não os ajudava a por fim a dois problemas? De um lado livravam-se do administrador que havia denunciado os roubos praticados pelos escravos da fazenda, que em

instante algum diz quem e quantos são, mas sempre aparece a referência no plural. Talvez muitos escravos que depuseram contra Fabrício fizessem parte dos beneficiados com os roubos. De outro, a acusação possibilitava a vingança contra um companheiro que poderia ter colhido muitas rixas ao longo do tempo. Sidney Chalhoub<sup>239</sup> afirma que “rixa seria melhor definida como a situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que levará ao desafio e, finalmente ao conflito direto entre os contendores”. Neste caso o combate direto era evitado com a incriminação do mesmo. Ou seja, a atuação da justiça resolveria problemas internos do grupo. Como diz Elione Guimarães<sup>240</sup>, estudando a violência entre “parceiros de cativeiro”:

Havia uma tensão permanente, uma potencialidade latente para a indisposição no interior do grupo. Uma aparente futilidade, que em determinado momento gerou um conflito repentino, que resultou em delito, muitas vezes foi fruto desta tensão latente que permeava as relações cotidianas dos cativos. Tal ocorrência representava a defesa da dignidade do indivíduo frente à sua comunidade.

Acrescentaríamos apenas que também pode ser da defesa da comunidade e seus valores perante o indivíduo, que é o que nos parece sugerir este caso. O resultado da estratégia dos escravos foi corroborado pela ação de sua proprietária, dona Anna Carneiro. Quando o promotor público insistiu na participação dos 4 escravos no crime, alguns por terem efetivamente tomado parte e outros porque “conservarão-se indiferentes, nem mesmo tentando impedir que se consumasse o crime, e depois deste consumado guardarão silêncio”, ela fez com que seu advogado Tertuliano Teixeira de Freitas, anexasse uma certidão ao processo constando que o mesmo

“se achava encarregado de deffender somente os réos Procópio, Olegário e Julio e que por isso queria que fosse seeparada o julgamento d’estes do de Fabrício que sobre o qual estava encarregado pela sua constituinte D. Anna Estevão Carneiro de o abandonar entregando-o a justiça para fazer d’elle o que fosse de direito.”

<sup>239</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 211

<sup>240</sup> GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: FAPEB/Annablume, 2006. p. 150

Para a senhora era uma forma de amenizar possíveis prejuízos, indicando quem merecia ou não ser amparado por ela. O simbolismo de tal ato é evidente. Indicar um advogado para seus escravos – o que em última instância era sempre para ele e sua propriedade – dava amostras de que eles eram dignos de sua consideração e, portanto, da consideração dos jurados e, da mesma forma, que reconhecia o papel da justiça entregando o escravo criminoso para receber dela a devida punição. Os escravos mantinham a coesão do grupo frente as indisposições colhidas com Fabrício e a senhora mantinha a propriedade com o menor prejuízo possível. Entregar à sorte de Fabrício a justiça era bom para ambos. Maria Helena Machado analisando crimes cometidos por grupos de escravos verificou posturas parecidas com esta:

[...] Sabendo que nem os senhores, nem Justiça estavam interessados em incriminar uma parte numerosa do grupo, fato este que revertia em perdas econômicas de monta para o proprietário, os escravos planejavam suas perdas em termos igualmente econômicos. Nesse sentido, a desgraça de alguns parceiros compensava os ganhos futuros para todo o grupo.

A decisão do Jury foi esta:

“Em conformidade das decisões do Jury, julgando o réu Fabricio, ex-escravo de D. Anna Estevão carneiro incurso no máximo do art. 192 do Código Criminal o condenno a morte e nas custas; e na forma do art. 79 paragrafo 2 da lei de 3 de Dezembro de 1841 appello para o Superior Tribunal de relação de S. Paulo. Sala da Sessão do Jury de Castro. 5 de agosto de 1879.”

O julgamento dos outros escravos é feito em conjunto e todos afirmam que foi Fabrício que deu a facada, que Honorato rachou a cabeça de Gaia com um arreador de ferro e que nenhum deles sabia que o assassinato ia acontecer e que se calarão por medo das ameaças de Honorato e Fabrício. Os três foram absolvidos por unanimidade pelos jurados. Eis que as estratégias se revelam e se articulam com a passagem já citada de Eduardo França Paiva de que as ações das partes envolvidas, quer sejam escravos ou senhores, revelam como

estas tentaram transformar o próprio cotidiano utilizando-se de estratégias diferentes, mesmo quando o mesmo caso estava em discussão.

Joaquim Almeida, acusado de oferecer recompensa para quem cometesse o crime e aliciador dos escravos para o furto de animais, foi absolvido por unanimidade de votos e negou qualquer associação com os escravos. Esta prática de se associar no crime, mas negar o envolvimento durante o julgamento foi igualmente anotada por Ricardo Ferreira<sup>241</sup>, para quem

Livres e escravos também eram capazes de se organizar para a prática conjunta de ações criminosas que visavam à solução de problemas comuns. No entanto, o que fica patente no estudo de alguns casos específicos é que após o descobrimento da ação delituosa pelas autoridades havia uma negativa sistemática das associações, recaindo sobre os escravos a culpa e as punições.

Já Honorato, que partiu a cabeça da vítima com um arreador, apesar de afirmar que durante todo o julgamento e, depois dele, sempre morar na localidade do Fundão, só foi julgado quando o crime já estava prescrito. Essa estratégia era válida, pois como o crime prescrevia em 10 anos, muitas pessoas acusadas de homicídios se retiravam da localidade e retornavam tempos depois, alegando exatamente isso: que moravam sempre no mesmo local, mas como não haviam sido intimadas, pediam ao juiz um reconhecimento da prescrição. Honorato tinha razão em solicitar a prescrição do crime. Só foi intimado para comparecer em juízo em 1907, ou seja, 28 anos após a morte de Gaia. Nada mais se soube de Fabrício.

#### 4.3 O CRIME DO ESCRAVO FELIPE: POR AMOR AO MEU FILHO E A MINAS!

Em setembro de 1878 João José de Lima, atendendo a solicitação de seu sogro José Ignácio Figueiredo, dirigiu-se até o pouso do Itararé buscar o

---

<sup>241</sup> FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum**, op. cit. p. 192

escravo Felipe, onde havia sido capturado após fugir dias antes. João Lima foi autorizado a agir em nome de Ignácio em “todas as necessidades que se fizessem.” A viagem de volta para Castro transcorreu perfeitamente até na noite de 23 para 24 de setembro, durante o pouso realizado na casa de José Mancio, o escravo Felipe atacou seu condutor José de Lima com oito facadas.<sup>242</sup>

Neste caso, João Lima havia sido colocado numa situação de proximidade com o escravo fugitivo. Perante o escravo ia assumir o lugar do senhor, e perante possíveis outras autoridades – delegado, subdelegado ou inspetores de quartirão – era o próprio senhor, uma vez que autorizado formalmente por este. Como dissemos a maioria dos crimes ocorria contra homens livres em geral, fruto da convivência muito próxima que estes indivíduos travavam no seu dia-a-dia. Transitando em caminhos comuns, disputando recursos minguados, concorrendo aos mesmos amores, participando de demonstrações de valentias motivadas por algumas doses de cachaça a mais, disputas de jogos e carreiras de cavalos, pequenas dívidas enfim, qualquer coisa podia servir de motivo para que uma pequena pendenga se transformasse num crime. Assim por exemplo ocorreu numa dúvida surgida entre o escravo Guilherme e Jesuíno Antonio de Almeida por conta de uma dívida de dois mil réis deste com o primeiro. Apesar de não ter inimizade com a vítima e dela “ser amigo havia muitos anos”, o escravo, ameaçado por uma faca, descarregou-lhe um golpe de foice na cabeça o que causou a morte algumas horas depois<sup>243</sup>. Ou do escravo Ignácio, que em dois de fevereiro de 1857, tentou assassinar Joaquim Camargo da Rocha por uma aposta feita durante corridas de cavalos no bairro do Guartelá.<sup>244</sup> Casos freqüentes quase sempre motivados por motivos corriqueiros.

Mas a posição de autoridade necessitando ser exercida constituía-se numa proximidade por vezes perigosa e, quando não, propícias ou oportunizadoras para a consecução de um crime. Os crimes resultantes desta relação de autoridade, cada história contada nos tribunais, ou pelo menos, os

---

<sup>242</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1878. Tentativa de Homicídio

<sup>243</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1875. Homicídio

<sup>244</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1857. Tentativa de Homicídio e uso de armas proibidas

fragmentos que foram registrados, são preenchidas de uma série de significações atribuídas por seus personagens. Muitas vezes recorrendo a valores caros como família, defesa da honra, coragem, defesa de sua propriedade, ainda que composta de poucos bens ou se resguardando em torno de uma idéia de trabalho e seu valor social os escravos conseguiam sim um resultado favorável nos tribunais, mesmo quando seus opositores são seus senhores ou outros homens de respeito da comunidade.

Retornando ao caso envolvendo o preto Felipe, escravo de João Venâncio de Figueiredo, se resume no fato de que o escravo havia fugido e sido recapturado em Itararé. Impossibilitado por seus negócios de ir ao encontro do escravo, João Figueiredo solicitou ao seu genro, João José de Lima que fosse apanhá-lo. Assim diz o libelo crime oferecido pelo promotor público:

“Por que no dia 23 para 24 do mês de setembro do corrente anno foi o réo Felipe capturado no pouso do Itararé como escravo de José Ignacio Figueiredo, e d’ahi o conduziu a casa de José Mancio aonde pernôitou acompanhado por João José de Lima que tinha hido encontrá-lo por pertencer a seu sogro ditto Figueiredo, pedindo o réo a João José de Lima que se aliviasse as ligaduras por estarem muito comprimidas. Por que sendo já alta noite, estando João José de Lima deitado sobre a porta que dava saída do quarto onde se achava o réo, este tendo se desembaraçado dos cemarilhos (sic), tentou evadir-se, como de facto o fez na ocasião em que João José de Lima se achava dormindo o qual se acordou quando recebia repetidas facadas que o réo lhe dava no acto da fuga. Incorrendo, portanto, no artigo 192 do Código Criminal”.

Para o promotor o crime estava, portanto, revestido de qualidades agravantes, muito embora não fosse um homicídio, no máximo uma tentativa. Havia o caráter da surpresa, uma vez que a vítima estava dormindo, feito a noite, com superioridade de arma e era feito contra alguém de “qualidade superior”, buscando a recompensa da fuga. O procurador do réu durante a arguição das testemunhas insistia num ponto:

“dada a palavra para o procurador do réu, Joaquim Anacleto da Fonseca, para contestar a testemunha por elle foi requerido que se perguntasse a testemunha se elle viu dizer ou por alguma forma lhe contarão que o réu tinha intencionado a praticar tal conflito ou se elle podia ter conhecimento do mal”.

O escravo esteve fugido durante vários dias, cometeu o crime contra alguém que foi mandado de última hora pelo senhor, num lugar distante e durante a noite dificilmente poderia ter planejado aquele crime a ponto de comunicar a alguém sua intencionalidade em cometer tal ato. A estratégia do curador era obviamente interessante. Interessante ainda na pergunta do procurador é que ele está jogando com as possibilidades contidas no Código Criminal do Império, que em seu artigo 3º no título “Dos Crimes e Criminosos”, previa não haver criminoso sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal, e intenção de o praticar. A própria forma com que a denuncia foi oferecida já dava margem para o uso de estratégias que livrassem o escravo da acusação de crime contra alguém que estava representando formalmente o seu senhor, algo previsto na lei de 10 de julho de 1835 como passível de ser punida com a pena de morte. Indicando que Felipe pudesse ter cometido a agressão embriagado ou num acesso de loucura, pois isso poderia ser usado como uma das condições atenuantes igualmente previstas no Código, que previa em seu artigo 18, parágrafo 9º: “ter o delinquente cometido o crime no estado de embriaguez.”

Em seu interrogatório Felipe afirmou que era “natural da Província da Bahia e que morava até a pouco na Provincia de Minas, na Freguesia de São João Baptista das Douradinhas - vindo de lá em 1876”. Quando foi perguntado se tinha “factos a allegar ou provas que justifique ou mostre sua innocencia?” Respondeu que na verdade havia ofendido a João de Lima, mas isto levado pelo desespero porque de maneira alguma queria servir a seu senhor, e por isso pensara em evadir-se porque este apropriava-se de seus poucos bens que elle interrogado adquiria para poder se libertar.”

Seu primeiro recurso de justificação foi a defesa de sua pequena posse que seria usada para compra de liberdade e que acabava sendo subtraída por seu senhor. Mas o principal argumento que ele utilizou para justificar seu ato foi dado em resposta ao Juiz Antonio Bley, quando afirmou que

“foi levado a isso pelo desespero em que estava para não ser obrigado a sahir da Provincia de Minas onde tem a quantia de quatro centos e oitenta mil réis para tratar de sua liberdade, ao que já tinha dado principio, sendo seu advogado o Capitão Candido Ignacio



Pereira Lopes que hoje falecido, e também porque era obrigado a deixar em Minas um filho de oito anos de idade que o senhor não quis que ele trouxesse, que pediu muitas vezes ao seu senhor que o vendesse, o que nunca pode conseguir, e sendo amarrado e conduzido para esta Província, e por tudo isso foi que cometeu o crime”.

Alegou ainda que deixou em Minas, além do dinheiro citado, vários animais com crias e cerca de sessenta dúzias de taboas que seriam negociadas para compor seu pecúlio da compra da liberdade. Além disso, afirmou que “pelo amor ao seu filho e a Minas” todo sacrifício valeria a pena. Em 19 de outubro o senhor João Figueiredo entra com um pedido de revisão do processo, pois entendia que não havia gravidade nos ferimentos, nem inabilitação para o trabalho por mais de 30 dias, uma vez que a vítima, João José de Lima, já estava de todo reestabelecida. Dizia também que a qualidade de parentesco não se aplicava ao caso e nem a condição de superior, pois João Lima foi em busca do escravo sem ele nem saber que o mesmo já havia sido capturado. Entendendo que genro não era parente, pelo menos não quando convinha, pediu ainda que “se retifique o respectivo auto de corpo de delito por meio de um exame de sanidade, e que verifique de novo o estado do ofendido, em que houve erro ou engano no diagnóstico dos peritos.”

A solicitação do João Venâncio Figueiredo foi atendida e o novo exame de sanidade foi realizado e anexado ao processo, onde não se encontram ferimentos, nem inflamações ou cicatrizes no corpo de João José de Lima. A decisão do júri foi pela existência do crime com circunstâncias a favor do réu. Reforçando seus predicados de trabalhador disciplinado capaz de obter um pecúlio através de serviços realizados, demonstrando apego familiar em torno de seu filho de 8 anos, o qual fora obrigado a deixar em Minas Gerais, terra a qual demonstrava profunda afeição e que somente o desespero provocado pela situação de desligar-se de seu filho e o risco de perder seus esforços para obter a liberdade, conseguiu escapar de uma condenação mais severa do que os 50 açoites e ferro no pescoço por um ano. Estes argumentos todos foram citados pelo Juiz Antonio Bley para justificar a pena imposta ao réu.

Outro dado interessante é que a historiografia tem demonstrado que muitos escravos cometiam crimes principalmente quando a possibilidade de sua venda para uma região de grandes plantações, como seria, por exemplo, o

caso das lavouras paulistas.<sup>245</sup> Mas, igualmente resistiam a separação daqueles que lhes eram queridos – principalmente familiares - dos negócios e relações que travavam em seus locais de origem, da negação ao senso de justiça que formavam e do rompimento e negação de suas expectativas, como era o caso do pecúlio que Felipe juntava para compra de sua liberdade. Seu senhor conseguiu desqualificar o crime, o júri considerou as questões atenuantes como primordiais, mas foi a ação não passiva de Felipe em defesa daquilo que julgava correto que foi registrado no veredito do juiz.

Dois dos argumentos apresentados por Felipe são bastante pertinentes: o valor de quatrocentos e oitenta mil réis para a compra de sua liberdade, inclusive com um advogado já nomeado para dar encaminhamento ao processo, e sua referência ao filho de 8 anos. Como o ano do crime é 1879, argumentar em torno disto poderia ser justificado pela lei de 28 de setembro de 1871 que proibia, entre outras coisas, a separação de filhos menores de 12 anos de seus pais ou mães. Da mesma forma estava previsto que os escravos que obtivessem o valor fixado para sua liberdade teriam direito à alforria, inclusive com a possibilidade de arbitramento para a definição do valor. Não sabemos se Felipe foi atrás de seus direitos para conseguir o cumprimento da lei, mas de forma sutil e, porque não, sedutora – citando o amor ao filho e a Minas, demonstrou que estava sensível a sua existência.

A idéia de que a lei precisa, ao menos, parecer justa, considera o fato de que sua aplicação deve resguardar valores fundamentais para a sociedade onde se aplica, sob pena de se auto-deslegitimar. Talvez isso tenha menos validade para os casos que envolvam escravos, mas isso não pode ser a prática o tempo todo. Em primeiro lugar porque apenas em casos específicos a legislação fazia distinção entre escravos e livres – por exemplo, em caso de insurreição ou no tipo de punição ou na Lei de 10 de julho de 1835. No restante

---

<sup>245</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco, op. cit.; COUCEIRO, Luiz Alberto. A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidade entre escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888. *Rev. Antropol.* [online]. 2003, vol.46, n.1 [cited 2011-07-19], pp. 41-82. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012003000100002&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0034-7701. doi: 10.1590/S0034-77012003000100002.

o Código não faz muitas distinções entre livres e escravos. De outro lado havia a necessidade de minimamente considerar a capacidade dos escravos de partilharem os mesmos valores sociais de senhores de escravos – mas não só deles, pois nunca foi exclusividade de alguns homens ou grupo social - ou executores da lei: apego ao trabalho, respeito a propriedade e, quem sabe, uma idéia de valor familiar.

#### 4.4 INVERTENDO POSIÇÕES: ESCRAVOS ACUSADOS, SENHORA SOB SUSPEITA

Em poucos processos encontramos referências positivas ao comportamento dos escravos ou à eles em si. Mas, como já citamos anteriormente, isso podia acontecer. Em 118 processos analisados, encontramos em 10 deles expressões como “muito bom trabalhador”, “trabalhador laborioso”, “respeitador e amigo das leis”, “fiel cumpridor da lei” ou “amante da ordem e da boa razão”. Isso corresponde a pouco mais de 8%, mas não deixa de ser um dado a ser considerado, quando a imagem por vezes construída – e não sem uma parcela enorme de razão e fundamento – é que sobre os escravos e libertos as observações eram sempre depreciativas. Para não dar a impressão de que qualquer comportamento podia ser elogiado, reconhecemos que todos os que encontramos fazem referência exclusiva ao trabalho e o respeito a lei e a ordem.

Assim por exemplo ocorreu com o caso já citado dos escravos José e Benedicto pertencentes a Escolástica Maria Pereira. Os dois foram acusados de furtar gado das fazendas pertencentes a José Florentino de Sá Bittencourt, José Gonçalves Guimarães e Gregório Rodrigues Bertin<sup>246</sup>.

A origem da história deu-se quando foram encontrados vários couros com a marca destas fazendas estaqueados na propriedade de dona Escolástica. Os couros foram descobertos dia 08 de outubro de 1878 e no dia 16 do mesmo mês, num documento de responsabilidade dos três senhores que

---

<sup>246</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1878. Furto. Op. cit.

tiveram o gado furtado, ocorre a desistência do processo, considerando as seguintes disposições:

“A dita senhora fazer sahir os ditos seus escravos para fora do município, e fora morar, e só poderão de certo tempo voltarem neste município ou em casa de sua senhora, onde não poderão demorarem-se mais de três dias e todos deverão sahir do município; isto que a dita senhora alegue que elles percizão trazer-lhe o que Ella perciza. Assim mais a dita senhora obrigar-se a pagar com indenização das ditas rezes que os ditos escravos José e Benedicto carnearam e pagar a quantia de nove centos mil réis e bem assim toda a importância das custas já feitas com o dito processo e que forem contadas”.

A senhora aceitou as condições impostas e fez o depósito do dinheiro no mesmo dia. Mas o promotor público, Liberalino José Borges, considerou o roubo de gado um crime muito sério para uma sociedade que vivia tão ligada a atividade da pecuária. De duas uma: ou ele considerava o crime de roubo de gado tão grave quanto seria o crime de roubar ouro em Minas, por exemplo ou, então, que a senhora dos escravos poderia ter alguma coisa a esconder aceitando tão prontamente abrir mão de dois de seus escravos além de dispor imediatamente de uma quantia não desprezível de dinheiro. Sendo assim o processo é instaurado.

Na medida em que os depoimentos das testemunhas foram ocorrendo a imagem que se construía a respeito dos escravos era quase sempre positiva. Para Amantino Pedroso, primeira testemunha a depor, os escravos “ José e Benedicto não eram dados a roubos e tais práticas.” Atesta inclusive que eram bons escravos e lhe “parecia que eram trabalhadores”. Outra testemunha, José Manoel Vieira, vulgo, José Vieira da Rosa, também afirmou que dos escravos acusados “não se sabia serem do costume de roubar gado” e sempre os via “comportados e bem disciplinados.” E as demais testemunhas ressaltavam sempre a boa conduta dos escravos com ênfase em sua disciplina e no fato de serem bons trabalhadores. Já sobre a sua senhora as opiniões não eram sempre tão elogiosas assim. A testemunha Amantino Pedroso afirmava que sabia que esta senhora negociava animais roubados junto com o escravo Sebastião, de propriedade de uma das vítimas do roubo, o tenente José Gonçalves Guimarães, na verdade já tinha inclusive visto o mesmo escravo transportando couros para a casa de dona Escolástica. Novamente os

depoimentos das testemunhas seguem a mesma tônica: que era sabido o envolvimento de Escolástica Maria com o roubo de gado, da associação dela com outros escravos além de Sebastião, que ela adulterava a marca nos couros para evitar suspeitas acerca da origem dos mesmos, etc. Sendo assim o juiz Direito da Comarca Álvaro Gonçalves Martins julga improcedente o processo pois entende que não existia

“qualquer indicio de terem sido os denunciados os autores do alegado furto, conforme atestavam as testemunhas sobre o bom comportamento dos escravos. Antes, pelo contrário, o depoimento das testemunhas desvia dos denunciados a suspeita de serem eles os autores do crime de que se trata e lança esta suspeita sobre o escravo Sebastião pertencente a José Gonçalves Guimarães e dona Escolástica Maria Pereira”.

A atitude de dona Escolástica em aceitar tão apressadamente as exigências impostas pelos donos das fazendas que tiveram gado roubado faz sentido. Concentrava a desconfiança nos escravos, afastava os mesmos da cidade de Castro, preservava sua imagem de integridade e de senhora enérgica e firme na condução de seus escravos, o que era algo esperado pelo grupo de senhores de escravos. Infelizmente para ela sua imagem talvez já não fosse tão boa quanto imaginava no momento em que aceitou o acordo. Não foi punida pelas suspeitas de ser ela que se associava no roubo de gado, mas viu recair sobre ela a desconfiança da comunidade, indicada pela decisão do Juiz, além de ter um prejuízo não justificável ao assumir pagar a quantia de mais de novecentos mil réis pelos danos “causados por seus escravos.” Quanto a estes o processo crime que era originalmente contra eles, acabou revelando indivíduos que por seus gestos e ações foram defendidos por todas as testemunhas ouvidas no processo. Ou seja, um processo crime contra escravos pode revelar aspectos de seu cotidiano intensamente pactuados por aqueles que falam sobre eles a tal ponto de que eles não tivessem sido ouvidos no julgamento, absolvidos pelo juiz com amplo respaldo da comunidade. Embora os crimes pudessem ser fruto de ações de escravos, ou pelo menos atribuídos a eles originalmente, isso podia ou não ser considerado no momento do julgamento, uma vez que existia o crivo da sociedade expresso através da fala das testemunhas.

Partilhando de espaços em comum com vítimas e réus, as testemunhas acabavam por construir e revelar suas próprias imagens sobre os envolvidos e os fatos julgados. Isso revela não só um jogo de relações sociais, permeado por acordos tácitos, favores, ajustes e acertos de conta, como diz muito sobre as concepções de lei, ordem e justiça que possuíam e no espaço do cerimonial da justiça podiam projetar. Uma análise rápida do universo de testemunhas arroladas nos processo dá conta de que eram em sua maioria artesãos, roceiros, agricultores, comerciantes, homens que circulavam pelos mesmos ambientes, freqüentavam a mesma venda ou taberna, negociavam entre si produtos e serviços. Essa relação não passava despercebida no momento da inquirição para a formação de culpa<sup>247</sup> ou durante os julgamentos. Como diz Ivan Vellasco:

Pelos depoimentos, via de regra vizinhos e iguais das partes envolvidas, vai se construindo uma espécie de quadro de referências sobre quem era o réu, como costumava agir, enfim, qual a voz corrente a seu respeito. Os depoimentos iniciam-se pelas expressões “sabe por ver” e “sabe por ouvir dizer e ser público e notório”, esta indicando geralmente uma avaliação pública sobre o réu e o que diz sobre o seu perfil moral e propensões, bem como o seu envolvimento com o fato em pauta. Essa *vox populi* define, de certo modo, as características e o enquadramento do processo, o clima no qual se desenrolará.<sup>248</sup>

Como já afirmamos anteriormente as testemunhas são importantes tanto por definirem os rumos do processo e a sorte dos envolvidos, como permitem que avancemos um pouco mais no viver e conviver de escravos, libertos e outros homens que só puderam ser alcançados por seu envolvimento com a justiça, muito embora ainda que filtrados pelos escrivães. Falando sobre suas relações familiares, sobre seus hábitos, das relações entre escravos e destes com livres, avançam sobre fofocas, que no limite é um pouco do “ouvir dizer” e “ser público e notório”, das brigas, dos desafetos, das delações aos senhores ou autoridades, das ameaças, das circunstâncias. Falam sobre como viviam,

<sup>247</sup> Para a formação de culpa o Código Criminal do Império indicava que eram necessária a inquirição de duas testemunhas quando faltassem provas que pudessem ser “ocularmente examinadas”. Depois da reforma de 1841 este número foi ampliado para algo entre cinco e oito testemunhas. Não raro encontrar processos com número muito superior ao mínimo exigido, principalmente quando o réu era alguém com relativa projeção econômica e social.

<sup>248</sup> VELLASCO, Ivan Andrade. **As sedução da ordem**. Op cit. p. 205

da especificidade da relação entre ofensores e ofendidos, do seu caráter. Ou seja, esquadrinham e palmilham aspectos muito diferentes da vida dos escravos, coisa que permite um avanço da história social sobre a vida daqueles indivíduos. Isso era parte estratégica dos processos e seu registro era feito pelo escrivão que anotava seus nomes, idades, local de moradia e nascimento, ofícios e costumes, se sabiam ler e escrever<sup>249</sup>. O juramento aos "Santos Evangelhos" era feito colocando a mão direita sobre eles e então jurava-se sobre "dizer a verdade do que soubesse e lhes fosse perguntado." Ressalte-se ainda que os escravos só eram aceitos na condição de informantes, o mesmo ocorria com a vítima ou pessoas muito próximas aos envolvidos.

O caso do escravo Felipe citado anteriormente então era justificado, segundo o juiz, por seu amor ao filho, a Minas Gerais e sua propensão ao trabalho regado capaz de amealhar recursos para sua liberdade, mas as falas das testemunhas, que foram igualmente importantes no caso de José e Benedito, que tinham eu comportamento cancelado por aqueles que, no limite, definiam muito de seus destinos.

Já com o escravo Anselmo além das testemunhas outras estratégias serão necessárias e acionadas para a tentativa de manipular o resultado do processo.

#### 4.5 “E EU SÓ TENHO TRÊS CASAS: A DO SENHOR, A CADEIA E O CEMITÉRIO”

No dia 10 de junho de 1887, o escravo Anselmo, filho de Maria ou Mariazinha que foi de Nho Eurico, idade 27 a 28 e oito annos, solteiro, que vivia de seus ofícios de sapateiro e qualquer outro serviço” e que pagava jornais a seu senhor, atacou a este, Amantino José Borges, quando o mesmo acabava de se levantar, por volta das sete horas da manhã, após ficar a espreita até que

---

<sup>249</sup> A importância das testemunhas nos processos envolvendo escravos é discutida em vários trabalhos, dos quais citamos: REIS, Liana Maria. **Crimes de escravos na Capitania de todos os pretos**. Op. cit. p. 230-231; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)**. São Paulo: Annablume, 2007.

a porta se abrisse. Assim que Amantino Borges abriu o escravo lançou-se sobre ele dizendo: “Hoje é o meu dia!” Com uma faca de uso de sapateiros, desferiu dois golpes:

“a primeira facada na face, próxima a pálpebra inferior do olho esquerdo que por felicidade do ofendido não teve maiores consequências, porque encontrando o malar esquerdo entortou-se a ponta da faca de forma que quando deu a segunda facada no ventre, não pode penetrar profundamente.”

Depois, percebendo o insucesso das facadas partiu para uma tentativa de “asphixia por estrangulamento apertando-lhe com as mãos o pescoço”. O escravo só foi contido após os gritos da escrava Sebastiana, ao qual acorreram os praças João Stockler<sup>250</sup> e Theodoro de Almeida e o comerciante Antonio Rodrigues Barbosa, acabando por auxiliar ao filho do agredido, João Liberalino Borges, que havia se atracado em luta com o escravo. Segundo João Stockler mesmo quando estava sendo conduzido à delegacia o escravo fazia força para voltar a casa e acabar o que havia começado.

No interrogatório conduzido pelo delegado de polícia o escravo Anselmo alega que “pela manhã hindo dar louvado a seu senhor este lhe surrara e então elle respondente luctara com o mesmo seu senhor, mas que não foi quem o ferira.” Alegou também que apanhou com a bengala, mas que em seu corpo não havia vestígios algum desses espancamentos. O delegado perguntou ainda se “quando o senhor d’elle respondente mandou recolhel-o a cadea por faltas graves que cometera, ameaçou a seu senhor com as seguintes palavras: ‘se eu voltar a tua casa fique certo que está desgraçado?’” Não apenas parece

---

<sup>250</sup> Interessante notar que o processo faz referência a outro caso envolvendo o praça João Stockler, por deixar um preso fugir da cadeia de Castro. Segue a nota: João Stockler já deixara evadir-se na prisão, no ano de 1886, a João Guarany, que na véspera de seu julgamento por homicídio, quando este pediu para satisfazer necessidades particulares e não havendo ali lugar apropriado para esse fim, pediu a João Stockler que lhe desse permissão para ir aos fundos da casa que serve de prisão; este, porém, descuidando-se no cumprimento de seus deveres, deu lugar para que o Guarany se evadisse, tornando-se inúteis as diligencias possíveis posteriormente empregadas para captural-o”. Consultando os arquivos encontramos o traslado do processo contra o soldado João Ribeiro Stockler. CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1886. Deixar fugir preso. Nele consta que a defesa conseguiu que o caso fosse julgado improcedente alegando que sendo Stockler soldado da polícia “tem imensos deveres a cumprir e não pode simultaneamente exercer o cargo de carcereiro, isto é claro, paupável, patenteado até pela própria razão natural.”



ter respondido que sim a esta pergunta, bem como afirmava “que isto dizia elle seguido.” Justificava sua postura, pois seu senhor “ficava com todos os seus jornais, nada sobrando pra ele depoente.”

Se a denúncia indicou que os ferimentos em Amantino Borges não eram muito sérios, os peritos concluíram diferente, pois segundo eles tanto o ferimento no rosto, quanto o outro localizado sobre as costelas, e lembrando que este último foi feito com a faca já tendo sua ponta entortada, eram de aproximadamente dez centímetros cada um, sendo o primeiro “bastante profundo, deichando aparecer o osso”. O processo foi instaurado e João Rodrigues Barbosa foi nomeado curador do escravo para que “bem e fielmente o defendesse.” No dia 11 de junho iniciou-se a audição das testemunhas, sendo que as 2 primeiras testemunhas, João Evangelista Capillé e João Ribeiro Stockler não acrescentaram nenhum motivo especial para a tentativa de assassinato.

Depois foi ouvido o próprio Amantino Borges que apontou para o fato de que “muitas pessoas lhe haverem prevenido” que seu escravo queria lhe fazer mal e, além disso, acreditava que “seu escravo havia premeditado de fazer-lhe mal por conta de seus modos.” Outra testemunha, o praça de polícia Theodoro Francisco de Almeida, presente na cena e na hora do crime, afirmou que também acudira ao chamado da escrava Sebastiana pois “observou que uma criança gritava por socorro.” No depoimento de João Liberalino Borges, filho do ofendido, na qualidade de testemunha informante, soube-se que a criança era o ingênuo Antonio, de dez anos de idade que dormia próximo ao leito do senhor pois se encontrava doente. João Liberalino, diz que o comportamento do escravo já “estava mudando a algum tempo” e, certa noite, ouviu Anselmo dizer “em alta voz” que “d`ora em diante não pagaria mais jornal a seu senhor e que tudo devia ser para beber”. Esta informação confirmada por outras testemunhas do processo é acompanhada por outra fala atribuída ao escravo, e que também foi indicada como conhecida por demais testemunhas. Pelo menos três testemunhas afirmavam ser constante na boca do escravo a seguinte frase: “Pois eu só tenho três casas: a do seu senhor, a cadêa e o cemitério.”

Em todo o processo o escravo, quando a palavra era dada a ele ou ao seu procurador, jamais negou a culpa que já havia assumido anteriormente. No dia 21 de junho de 1887 é feito um novo interrogatório do réu Anselmo, que agora era apresentado na condição de livre. Para todas as perguntas que lhe foram formuladas as respostas agora eram sempre negativas: não sabia onde estava no dia do crime, não conhecia nenhuma das testemunhas e que nada tinha a dizer sobre os ferimentos feitos no Coronel Amantino. Os autos foram considerados conclusos neste mesmo dia e foi encaminhado um novo mandato de prisão ao carcereiro da cidade. O promotor público insiste na tese de que Anselmo deve ser pronunciado no artigo primeiro da lei de 10 de junho de 1835, e assim considera também o Juiz Municipal Antonio José de Madureira, uma vez que

“acha-se regularmente feito este processo, e delle resulta prova cabal de que o denunciado Anselmo na manhã de dez do corrente tentou contra a vida de seu senhor o Tenente Coronel Amantino Borges. Tendo sido os ferimentos considerados graves pelos peritos do corpo delicto, está o denunciado incurso no artigo primeiro da lei de dez de junho de mil oito centos e trinta e cinco, pelo que sou de parecer que seja n'elle pronunciado”.

Mas no mesmo dia ocorre uma juntada de documentos feita a pedido do Coronel Amantino José Borges:

“Ilustrissimo Senhor Juiz Municipal – Amantino José Borges – tendo sido ferido gravemente por seu escravo Anselmo, no dia dez do corrente, o qual está sendo processado por este juízo, vem desistir do domínio que tem sobre o mesmo escravo, entregando-se a Justiça para os fins de direito. Neste termos pede que tome-se por termo a sua desistência, juntando-se estas aos autos.”

O promotor público Antonio Fernandes de Freitas apresenta recurso, pois considerava que o novo documento em nada alterava a condição do Réu que “era escravo do ofendido ao tempo em que lhe fez os ditos ferimentos.” Porém, em 5 de agosto o mesmo promotor, pede uma nova juntada de documentos apresentando um novo libelo acusatório:

“Por libello crime acusatório diz a Justiça, como Autora por seu promotor, contra o Réu preso Anselmo, ex-escravo do tenente Coronel Amantino José Borges, por este e melhor forma de direito o seguinte: E. S. V. – Provará – digo- Primeiro – Provará que o réu Anselmo, ex-escravo do tenente Coronel Amantino José Borges, no dia dez de junho d’este ano, nesta cidade, em casa de seu senhor, o ferio com uma faca de ponta, como consta no auto do corpo de delicto a folhas dez. segundo – Provara que aqueles ferimentos produziram no paciente grave encomodo de saúde. Terceiro – Provará que os ditos ferimentos inhabilitarao o paciente de serviço por mais de trinta dias. Quarto – Provará que o réo commeteu o facto criminoso com a circunstancia de haver tentado contra o paciente para mata-lo, isso manifestado por actos anteriores e principio de execução, que não teve efeito por circunstancias independentes da vontade do mesmo Réo. Quinto- Provará que o delinqüente faltou ao respeito devido à idade do offendido, que por Ella podia ser seu pai. Sexto – Provará que da parte do delinqüente havia superioridade em forças, de maneira que o paciente não podia defender-se com probabilidade de repellar a ofensa. Sétimo – Provará que da parte do delinqüente houve superioridade em armas, de maneira que o paciente não podia defender-se com probabilidade de repellar a ofensa. Oitavo – Provará que o paciente tinha em seu favor a qualidade de superior do delinqüente, visto ser, n’aquele tempo, seu senhor. Nono – Provará que deu-se o aggravante da emboscada, visto que o paciente abrisse a porta de seu quarto para aggreuil-o. Décimo- Provará que o crime foi commettido com surpresa. N’estes termos, peço a condemnação do réo Anselmo no máximo do artigo cento de noventa e dois, com referência ao trinta e e quatro do Codigo Criminal por se darem as circunstancias do artigo dezesseis, paragraphos sétimo e dose, e as aggravantes do mesmo artigo, paragraphos quinto, sexto e quinse, tudo do citado Código, affastando-me assim da pronuncia que classificou o delicto na lei de dês de junho de mil oitocentos e trinta e cinco, visto ter desaparecida pela petição e termo à folha trinta e sete verço, a condição de escravo de delinqüente, indispensável para a applicação da pena decretada na citada lei.”

Os jurados decidiram-se em torno dos 11 quesitos apresentados: se o réu cometeu o crime; se provocaram grave incomodo a saúde, se deixaram o paciente inabilitado por mais de 30 dias; que se não cometeu o ato- apesar de manifestações anteriores e principio de execução- foi por motivos alheios a sua vontade; se faltou com o respeito a idade da vitima que podia ser seu pai; se havia superioridade de forcas; se havia superioridade de armas; a vitima tinha em seu favor a condição de superior ao réu; o crime foi cometido de emboscada; o crime foi cometido de surpresa; se existiam circunstancias atenuantes. Ou seja, a desistência do senhor Amantino Borges sobre a propriedade de seu escravo, mesmo sendo questionada num primeiro momento pelo Promotor Público, acabou sendo acatada por este, que apresentando um libelo acusatório no qual admitia que com aquela manobra o

escravo não mais podia ser julgado pela Lei de 1835, fez com que o escravo fosse julgado pelo Código Criminal do Império e o então ex-escravo Anselmo Borges é condenado a galés perpétua em dezoito de outubro de 1887.

Muito embora silenciando sobre questões interessantes ao olhar do pesquisador da temática como, por exemplo, a forma como se faz a referência da “Dedução da defesa” em que não aparece sua argumentação, apenas a seguinte descrição: “Dedução da defesa – inquirida a testemunha informante da acusação, transmitido o processo e dada a palavra ao defensor do réu, este sucessivamente desenvolveu a defesa, mostrando a lei, provas, factos e razões que sustentavam sua innocencia.”, ainda assim o processo é bastante exemplar.

Os quadros pintados por cada um dos lados envolvidos revelam vários aspectos do cotidiano e, enquanto falam do cotidiano, falam também das estratégias ou para maximizar seus ganhos ou diminuir seus prejuízos. Anselmo ao justificar seu ato parte de um pressuposto esperado em muitos casos pela sociedade escravista: reagiu a uma agressão de seu senhor quando ela havia ido pedir sua benção. Mais do que isto, “o louvado” estava sendo dado logo cedo, por volta das sete horas da manhã, o que indicava que sua jornada de trabalho começava muito cedo, pois a faca com que realizou a agressão era uma faca que utilizava em seus serviços de sapateiro. Logo que foi preso afirmou mesmo que queria matar seu senhor, depois, ao longo do processo mudou ao menos duas vezes sua versão até chegar a tese de que não lembrava de ter feito aquilo que o acusavam. Anselmo também argumenta que sua reação foi motivada pela prisão que enfrentou por conta de uma acusação injusta de seu senhor. Ou seja, sua estratégia centra-se em torno de questões de obediência com o pedido de louvado, trabalho demonstrado com a capacidade de conseguir recursos através da venda de seus jornais e um senso de justiça afirmado quando questionou seu senhor pelos motivos pelos quais havia sido preso certa feita.

De outra parte, Amantino Borges e as testemunhas arroladas no processo lançam mão de recursos que insistem nas ameaças contra o senhor, na premeditação do crime e na surpresa do ato, na imagem de bondade do

senhor que tinha dormindo em seu quarto um pequeno escravo adoentado, no vício do escravo que preferia consumir todos os seus jornais em bebidas à entregá-lo para Amantino Borges e na “voz pública” que imputava ao escravo uma postura vingativa, quando não arrogante, afirmando que de uma forma ou outra livrar-se-ia de seu senhor, mesmo lhe restando a cadeia e, quem sabe, a morte no patíbulo. Ou como a fala atribuída ao escravo Anselmo e já citada: “Pois eu só tenho três casas – a do senhor, a cadêa e o cemitério!”.

Resta ainda as estratégias já confinadas no espaço do Juri: desqualificar o crime para que não fosse enquadrado pela lei de 1835, ou seja, crime de escravo contra senhor nesta lei poderia resultar em condenação a morte. Já pelo Código de 1830 implicaria, quem sabe, em galés perpétua. Conseguindo esta desqualificação a questão passava então a contar com a morosidade ou as brechas dos caminhos legais e, assim, podia se usufruir por mais tempo do trabalho escravo. Ou seja, havia a possibilidade de se reduzir o prejuízo.

De um lado o escravo Anselmo tenta minimizar as consequências de seu ato, mas, ao mesmo tempo, justificá-lo dentro de padrões que acreditava serem aceitos pela sociedade onde vivia. Já Amantino Borges via na justiça a possibilidade de punir aquela afronta contra a sua vida e esperava da justiça uma punição exemplar para a manutenção da ordem na sociedade de Castro no XIX. Mas tanto um como outro sabiam como era tênue a linha que separava ganhos e perdas, concretização de seus desejos ou o desmoronar de sonhos e projetos. Para o escravo defender um pequeno espaço de autonomia – o ganho de seus jornais para a compra de alforria ou a manutenção de pequenos gastos como alimentação, roupas, bebidas, etc. – implicava em tomar decisões que poderiam empurrá-lo para a cadeia, os trabalhos forçados em obras públicas ou, quem sabe, ao patíbulo.

Para o senhor desejar a reparação pelo mal sofrido poderia significar abrir mão de um escravo que representava parte importante de sua fortuna ou do acesso aos recursos gerados pelo trabalho do escravo realizado para o próprio senhor, ou vendido e alugado a quem desejasse e pudesse pagar, mas que retornava ao senhor na forma de jornais. Mesmo no caso de galés perpétuas o senhor perdia o direito sobre o escravo, conforme estava previsto

no Código do Processo Criminal de 1ª Instância.<sup>251</sup> A implicação direta disso é a de que, implicando numa pena que cabia recurso ao Poder Moderador, e daí a possibilidade da Graça Imperial, o escravo tornava-se então um homem livre. Mesmo que em isso fosse tudo em tese, era uma possibilidade frente a certeza da escravidão.

Para um, o escravo, se apresentava a necessidade de manter pequenas conquistas podendo colocar em risco até a própria vida, mas também uma pena de galés perpétua e daí a ação de advogados para, quem sabe, conquistar a liberdade.<sup>252</sup> Para outro significava manter a ordem, mesmo que isso inviabilizasse a reprodução pessoal da relação senhor-escravo. Pequenas manifestações de liberdade e o exercício da propriedade acabavam se chocando no espaço dos tribunais e revelavam diferentes estratégias. E são as estratégias utilizadas pelas partes presentes nos tribunais – representando a lei ou sendo questionado por ela – que acabam por revelar o nível de relações, interações e interdependências a que os indivíduos estabelecem em função da ordem social em que se encontram.

Mas, como bem afirma Michel de Certeau<sup>253</sup> as estratégias têm estreita relação com o lugar aonde são postas em prática. Então existe igualmente um limite para o uso das estratégias dada por este mesmo lugar. Ou seja, as estratégias usadas num julgamento são dadas em função de sua possível eficácia e aceitação em função daquilo que diz a lei. A tentativa de manipular um julgamento partia sempre do conhecimento e reconhecimento da lei. E, portanto, a lei tornava-se e efetivava-se como parte integrante e importante para o ordenamento social, de tal forma que não se podia agir completamente ao largo dela, mesmo quando a situação parecia justificar completamente uma determinada ação. Assim se passa no caso da morte do escravo Adão.

<sup>251</sup> Código do Processo Criminal de Primeira Instancia do Império do Brasil com a Lei de 3 de dezembro de 1841 nº. 261, comentado e anotado pelo Conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Livreiro–Editor, 1899, nota 1644, p. 271.

<sup>252</sup> Conforme FERREIRA, Ricardo. Crimes em comum, op. cit. p. 62.

<sup>253</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Op. cit. Diz o autor: A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser base de onde podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças. [...] toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar de poder e do querer próprios. P. 99

#### 4.6 MAS A LEI É A LEI E NÃO TOLERA VINGANÇA

No dia 20 de abril de 1880 Teodoro Leite dos Reis, subdelegado de Polícia de Castro, recebeu a comunicação feita pelo Inspetor de Quarteirão do Socavão de um crime perpetrado na “pessoa do pacífico e geralmente estimado cidadão José Bazilio da Silva e na de sua mulher d. Anna Roza de Oliveira”

“está gravemente ferida e aquelle assassinado a golpes de facão pelo preto Adão, de propriedade de João José Corrêa de Carvalho. A população daquele quarteirão e principalmente desta cidade que sabia devidamente apreciar as virtudes do finado, ficou surpreendida com este facto, e indignada contra o assassino especialmente em vista do modo bárbaro e brutal com que procedeo, como se collige do auto de perguntas feito ao assassino do finado e consta de folhas 4 a 5. Conquanto buscava o assassino a capa da noite para melhor êxito de seo premeditado instinto, achavam-se ainda acordados os vizinhos do finado que accudiram aos gritos d’este e de sua mulher, conquanto infelizmente não puderam ter vindo em tempo de arrebatarem o infeliz José Bazílio das garras do mal, todavia conheceram o assassino e reuniram in continenti sahirão-lhe ao encalço levados pelo horror do crime que acabava de ser nesse momento consumado, perseguindo sempre o assassino até o capturarem.”<sup>254</sup>

O crime chocou profundamente a comunidade do Socavão, que se reuniu para linchar o escravo Adão, o que só não ocorreu pela rápida intervenção do subdelegado e da força policial, que depois de prendê-lo, auxiliados por vizinhos das vítimas, resolveram transferir o preso para a cadeia de Castro. O preso foi enviado à cadeia acompanhando de uma escolta de dois policiais Marcolino das Chagas Vaz e Carlos Antonio Ferreira e mais 3 paisanas.

Enquanto tomava as providências para o corpo de delito o dito subdelegado foi informado por um dos membros da dita escolta que o escravo havia sido morto. Cioso de seu dever em fazer cumprir a lei Teodoro Leite abriu procedimento contra os praças, pois acreditava que

---

<sup>254</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1880. Homicídio e tentativa de homicídio.

“a resistência e luta renhida e conseqüente morte do criminoso Adão que pos em eminente risco a vida do policial Marcolino das Chagas Vaz o qual prevalecendo-se do direito que lhe confere o art. 118 do Cód. Criminal desfechou um tiro de pistola ao mesmo tempo que o outro policial Carlos Antonio Ferreira certo e convencido da perigosa e tão critica posição do seu companheiro atirará igualmente sobre o dito criminoso. Mas como os ditos policiais poderiam talvez ter outro recurso além do meio extremo de que lançaram mão, como podia acontecer que a aggressão ou o ataque de Adão não assumisse o grave caráter de pôr em risco a vida daquele policial ou de outro qualquer membro da escolta como vinda em face da indignação de que ficou possuída a população do bairro de Socavão e desta cidade com o horror do crime commettido por Adão poderia ter sido este provocado a ponto de resistir a escolta e sob esse pretexto exercer esta uma vingança que não lhe era permitida, matando o criminoso”.

Antes de analisarmos a morte do escravo, teceremos algumas considerações sobre seu crime. Pelo auto de pergunta feita a ofendida, d. Anna Roza de Oliveira, ficou-se sabendo que o escravo era conhecido dela e de seu marido e que volte e meia os procurava para comprar algum tecido, como foi na noite do crime. Dizendo querer comprar algumas fazendas para uma calça e uma camisa o escravo adentrou a loja e lá dentro passou a esfaquear seu marido “dizendo que queria deis mil réis para pagar uma divida”, o que ela prometeu dar desde que ele não matasse a seu marido. O escravo fez ouvidos moucos ao pedido e desferiu mais de 20 facadas em Jozé Basilio. A esposa da vítima afirmou ainda que não acreditava que houver qualquer rixa entre o escravo e seu marido, uma vez que vendiam fiado para o mesmo e ele sempre comprava tecidos e era atendido nas muitas vezes que tinha ido até a venda a noite, mesmo depois de já se encontrar fechada, como foi na noite do crime. Dona Anna afirmou ainda que atendeu por duas vezes encomendas de tecidos feita por Adão “com os quais presenteou alguma barregã com quem vivia as suas expenças.”

A dose de autonomia do escravo era considerável: embora indicado como roceiro, ganhava mais algumas rendas vendendo “serviços para alguns tropeiros”, comprava suas próprias roupas e realizava outros negócios, comprando inclusive fiado, circulava a noite e mantinha uma barregã, ou mais, pois não há no depoimento de D. Anna que as peças encomendadas fossem para a mesma mulher.

Mas voltando ao assassinato do escravo, o subdelegado acreditava que a lei era para ser cumprida tanto pelo escravo como seus soldados. A



responsabilidade dos soldados era levar o escravo em segurança para a cadeia e então a justiça devia ser feita. Justificando o procedimento contra os soldados alega ainda que ele e os soldados deviam dar exemplo do respeito à lei e era assim que se esperava poder educar a sociedade. O primeiro procedimento foi prender os soldados pela morte do escravo e solicitar o exame de corpo de delito que revelou 5 tiros e outros ferimentos leves no cadáver de Adão.

Várias testemunhas foram arroladas no processo e acabaram por revelar a fragilidade com que se constituiu a escolta responsável por conduzir o escravo para a cadeia. De acordo com Barnabé José da Silva, a terceira testemunha a depor e que estava acompanhando informalmente a escolta, esta era composta por 5 pessoas: uma delas havia ido buscar as roupas do preso, outra “procurava seu cavalo que perdeu-se no mato”. No momento em que o escravo atacou a escolta esta era constituída de apenas 3 homens. Quando um deles preparava um cigarro o escravo aproveitou-se disso e o derrubou do cavalo, fato pelo qual este teve os braços muito machucados e não pode ajudar na luta. Sobraram os dois policiais que não podiam com a força física do escravo. Só restou-lhes atirar para matar.

A decisão do Júri foi pela absolvição dos réus, mas eles foram levados a julgamento mesmo tendo matado um escravo reconhecidamente criminoso. O crime praticado pelo escravo poderia ser usado como uma estratégia para justificar aquele praticado pelos soldados, inclusive com respaldo no Código Criminal que classificava como justificável os crimes praticados para evitar mal maior e outro meio menos prejudicial. Mas na mesma sessão de crimes justificáveis consta que eles só o são se não resultarem de provocação por parte do criminoso. Foi com base na lei que agiu o subdelegado. Os policiais eram responsáveis por prender o escravo até que a lei julgasse o destino dele e não fazerem uma justiça que não lhes era permitida. Nos parece razoável argumentar que o processo de configuração e reconfiguração dos códigos legais acabou por gerar funcionários da justiça mais ciosos de seus ofícios e do entendimento da lei, pelo menos em Castro e em anos finais da escravidão. Não quer dizer que escravos e livres fossem julgados em plenas condições de igualdade, mas que as distâncias no tratamento eram menores ou menos intensas do que se pode supor.

Se é correta a afirmação de que o século XIX assiste uma “sedução da ordem” isso implica também no cumprimento dos deveres que cabiam aos seus executores. Os jogos e as relações sociais se mantinham e ainda eram capazes de produzir desfechos desejados por alguns grupos. A tensão social fruto da presença da escravidão ainda era sentida e pressionava juízes, delegados, subdelegados, promotores ou jurados. Mas a lei se impunha a ponto de colocar isso tudo numa relação cada vez mais administrável e regulada. Talvez tudo soasse mais como teoria do que prática, mas era uma forma de evitar que os grupos, mesmo em condições sociais inferiores, fossem ou se sentissem injustiçados ou prejudicados. Para as autoridades era fundamental justificar suas ações, e fazer os demais perceberem, que agiam dentro da lei. E isto implicava, por vezes – e não poucas, punir aqueles que estavam ao seu serviço, como era o caso de delegados, subdelegados ou os policiais, como Marcolino e Carlos Antonio, responsáveis pela morte do escravo Adão. Caso emblemático a este respeito envolve Benedicta, ex-escrava de Dona Ana Luíza da Silva e que, por herança coube a Messia Maria da Conceição<sup>255</sup>, 40 anos de idade mais ou menos e que se tornou protagonista de um processo contra o subdelegado de polícia Anacleto Pereira Bueno e o guarda de destacamento Firmino Soares. Analisar os delitos e Benedicta e relação dos libertos com a lei é o objetivo do próximo capítulo.

---

<sup>255</sup> A parte que coube a Messia Maria da Conceição, que também aparece por vezes grafado como Mecia, incluía, além de campos, prata e dinheiro, 57 escravos, os quais totalizavam 58:650\$000. Outra parte dos bens de Ana Luiza coube a Manoel Inácio do Canto e Silva, recebendo 61 escravos, importando num valor de 68:864\$222. Além desses 118 escravos, outros 26 foram assim arrolados na partilha: 13 ficaram para uso fruto (14:350\$000), 6 foram destinados a neta da testadora, D. Ana Luiza da Silva Baptista (8:200\$000) e 7 foram postos em liberdade (4:450\$000). Mas não deixa de ser interessante a passagem de seu testamento onde consta: “Declaro que as minhas escravas casadas e aquelas que se casarem durante minha vida e que até oito dias depois de meu falecimento tiverem de produção dez filhos vivos ficarão libertas não obstante terem sido compreendidas em qualquer dos legados que deixo à meus filhos ou outros de que adiante faço menção.” Museu do Tropeiro – Fundo – Inventários (1851-1860).

## **5 AS AMBIGÜIDADES EM TORNO DOS CRIMES ENVOLVENDO LIBERTOS**

O mundo de escravos e libertos cruzava-se com relativa frequência no termo de Castro. Ao mesmo tempo, e muito por conta disto, partilhavam os mesmos espaços, realizavam atividades em comum e, volta e meia viam-se as voltas com a justiça por brigas, arruaças ou crimes com ferimentos sérios e mortes. Mas, a medida que adentravam no mundo dos livres – com todas as restrições sociais que isso podia implicar – ainda assim, acabavam tendo suas ações e gestos mediados por valores dos dois mundos: o de livres e escravos. Mas qual dos dois acabava por prevalecer? As expectativas em torno da introjeção dos valores da sociedade que os assimilava ou o passado de cativo ou os laços que mantinha com a escravidão condicionava as expectativas que sobre eles recaiam? A resposta não nos parece fácil, mas algumas pistas podem ser encontradas e nos parecem indicar que a primeira possibilidade se fazia mais presente, ou seja, projetava-se sobre os ex-escravos uma possibilidade de assimilação pelo compartilhamento de valores como, por exemplo, honra familiar, dedicação ao trabalho, honestidade, etc. Isso não implica em dizer que estes valores já não existissem ou fizessem parte da conduta e forma de agir dos escravos. Apenas que estes valores eram ressignificados na vida em liberdade.

Mas o objetivo aqui é analisar como o mundo dos libertos aparecia expresso nos processos por vezes movido por estes, por vezes, contra. Assim os crimes que envolviam libertos acabaram por revelar um pouco das relações com outros libertos, livres e escravos.

Os inventários são uma boa fonte para mapear alguns valores esperados – e cumpridos – pelos escravos que possibilitavam sua passagem para o mundo da liberdade. Seguramente em torno do trabalho estabelecia-se uma condição, se não única, mas muito importante para a passagem da escravidão para a liberdade. A expressão “pelos bons serviços prestados” que

aparecia na maioria das concessões de liberdade da uma dimensão disto, mas não diz tudo. Como bem lembra Stuart Schwartz<sup>256</sup>

está claro, entretanto, que 'bons serviços' não eram motivo muito importante para a emancipação, mas, eram, pelo contrário, uma espécie de 'pré-requisito' ou exigência mínima. Isto acontecia especialmente quando o senhor não recebia pagamento pela libertação do escravo.

Não é exagero lembrar que estas concessões de liberdade transitavam em dois meios: o da determinação econômica e o universo cultural. Portanto,

as explicações tradicionais sobre a emancipação têm sido em grande parte expressas como extremos opostos de humanitarismo culturalmente determinado, ou freqüentes reações desumanas e considerações puramente econômicas. Não há necessidade de dividir essas explicações em categorias distintas. Os imperativos econômicos da escravidão sempre operavam num contexto cultural.<sup>257</sup>

Assim encontramos, por exemplo, o inventário de Dona Ana Luiza da Silva datado de 1857, que dava a liberdade para suas escravas “que tivessem dez crias vivas” e também deixava “libertos em remuneração dos bons serviços que me tem prestado aos meus escravo Domingos capataz, José, chamado Josézinho e Francisca mulher deste e Clotilde e também à Benedito e Modesto, filhos de Francisca mulata.”<sup>258</sup> Em 1859 temos o inventário de Melchior Ribeiro de Lima onde consta que ficava “liberta a minha escrava Ana crioula de idade de cinqüenta e tantos anos com a condição de servir por dois anos a minha mulher cuja liberdade lhe dou pelos bons serviços que prestou a minha finada mãe e pelos que me tem prestado.”<sup>259</sup> De outro lado percebemos que os inventários podiam ainda revelar doações que os escravos recebiam de seus senhores. Em outro inventário de 1859, de Maria Joaquim de Mello constava

<sup>256</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. p. 190-1

<sup>257</sup> Idem, p. 217

<sup>258</sup> Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Anna Luiza da Silva

<sup>259</sup> Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Melchior Ribeiro de Lima

“Deixo ou lego a dita minha escrava Francisca, mulher de Ramiro de Mello e bem assim aos libertos Antonio Serra, José de Arruda e Leonarda uma sorte de campos de criar e terras de lavoura que possuo (parte integrante desta Fazenda da Cinza) da estrada geral para baixo divisando com o Arroio do Capão da Cinza e por outro lado com També da Boca da Ronda que embica quase na estrada geral (não entrando os matos denominado Imbuia) cujos matos ficam pertencendo a minha irmão Agostinha de Mello Rego, Delfina Maria do Espírito Santo e a meus sobrinhos e sobrinhas legítimos filhos de minhas irmãs e aos ditos libertos conjuntamente e aqueles que por este testamento deixo libertados para que todos os referidos possam gozar os ditos matos denominados Imbuia para deles tirarem as madeiras necessárias e dentro destas divisas aqui designadas existe umas capoeiras e parte destas a saber divisando pelo Arroio do Barreiro e daí para cima conforme explica a verba do testamento. Fica pertencendo o dito pedaço ou parte de capoeiras aos ditos libertados Antonio Serra, José de Arruda e sua mulher Leonarda e minha escrava Francisca mulher de Ramiro de Mello para nelas trabalharem como suas.”<sup>260</sup>

Os bens que recebiam em doação poderiam fornecer-lhes uma vida melhor em relação a outros escravos, livres e libertos, mas indicam pouco sobre a sorte destes homens e mulheres após sua libertação. Nos processos crimes encontramos um pouco mais sobre os rumos que deram as suas vidas após a conquista da liberdade.

## 5.1 DAS PERIPÉCIAS DE BENEDICTA: DE RÉU A VÍTIMA

Uma das questões interessantes em se trabalhar com Castro foi o fato de que com relativa freqüência nos deparamos com seus habitantes mudando de lugar frente à Justiça. Ora encontramos vítimas que se converteram em réus, ora o contrário acontecia. Indivíduos que inicialmente apareceram como réus se converteram em vítimas demonstrando que as relações muito próximas travadas no cotidiano podiam implicar no desenrolar de situações que empurrava-os com relativa facilidade para um lado ou outro. Isso é o que acontece com Benedicta Maria da Conceição, que de presa por arruaças passa a vítima num processo contra o delegado Anacleto Pereira Bueno e, depois, se torna contumaz freqüentadora da cadeia de Castro.

<sup>260</sup> Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Maria Joaquim de Mello.

O primeiro caso que envolve Benedicta foi por ter sido presa por bebedeira e arruaças na rua das Tropas em fins do ano de 1860. Na ocasião foi obrigada a assinar um termo de bem viver por 30 dias.<sup>261</sup> Mas o segundo caso é o que nos interessa aqui.

Em 03 de maio de 1861 é instaurado um auto de averiguação contra o subdelegado de Castro por supostas lesões contra Benedicta, parda, liberta, lavadeira e outros ofícios próprios do seu sexo e condição, filha de Maria Cacanje e Joao Jose da Silva, na Provincia de São Paulo<sup>262</sup>. Após 10 dias, em 13 de maio de 1861 o auto de averiguação converteu-se num processo por abuso de autoridade, lesão corporal, lesão corporal a fim de injuriar, o que correspondia aos artigos 145, 201 e 206 do Código Criminal do Império.<sup>263</sup> O incidente que deu origem ao processo foi mais uma das bebedeiras da parda Benedicta que

“costuma embriagar-se, e, tendo encontrado a neste estado áquella autoridade ordenou sua prisão, suppondo que os guardas nacionais fossem a policia desta cidade, elles a efecturão e forão a levando para a cadeia acompanhados pelo mesmo sub delegado. Porem a presa, como em desforço e completamente em desacordo ia falando muito, quis o subdelegado fazel-a calar, e, segundo consta, para o conseguir applicou-lhe algumas bofetadas, parece me que sem efeito”.

Em várias partes do processo existem referências de que ela era acostumada a beber e desferir uma série de impropérios contra as autoridades ou demais pessoas que encontrasse em seu caminho, principalmente na rua das tropas e na Praça da Matriz, locais escolhidos para “suas falas indecorosas”. Talvez já cansado por ter que gastar seu tempo e o tempo de sua força policial, além de irritado com o constante falatório da parda, o delegado resolveu dar-lhe um castigo, além das bofetadas já mencionadas.

<sup>261</sup> CCEE. Termo de bem viver s/nº. Caixa/Ano: 1860. Perturbação da Ordem

<sup>262</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1861. Auto de Averiguação

<sup>263</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1861. Abuso de autoridade, lesão corporal, lesão corporal a fim de injuriar. O que estava previsto nos artigos em que Anacleto Pereira foi indiciado era o seguinte: Art. 145: Commetter qualquer violencia no exercicio das funções do emprego, ou a pretexto de exerce-las; Art. 201: Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dôr ao offendido e; Art. 206: Causar á alguem qualquer dôr physica com o unico fim de o injuriar

“Chegados que forão a cadeia, continuando a presa a falar, mal de todos os bêbados, irou-se tanto o subdelegado de polícia Anacleto Pereira Bueno, que ordenou a Firmino Soares, guarda de destacamento que castigasse Benedicta Maria da Conceição com vinte e cinco açoites, impregnou o guarda nacional cumprir esta ordem do que ele resultou ameaça de cadeia por parte da referida autoridade”.

Na verdade Anacleto já havia tentado obrigar Francisco Leite Cardoso, oficial da Câmara Municipal que se ocupava se na aferição de pesos e medidas e pertencia a guarda nacional, a acompanhá-lo na prisão de Benedicta e puni-la por seu comportamento. Com a recusa de Francisco Leite, que alegou não ser necessária a força que se estava empregando contra a mulher que “nem se debatia” e nem era “obrigado a cumprir ordem que não viesse de seu comandante”, a tarefa recaiu sobre Firmino Soares. Cabe ressaltar que após castigar Benedicta o subdelegado ordenou que seus homens fossem ao enalço de Francisco Leite pelas ruas e arredores da cidade, pois com a desobediência este havia se tornado “tão grande criminoso”. Não sabemos se foi bem sucedida a busca e se Francisco foi ou não preso. O que ficou registrado foi que Firmino Soares cumpriu as ordens do subdelegado. Para o promotor público isso era resultado de seu

“[...] animo fraco e ignorante, não teve o mesmo guarda nacional bastante força de caráter para deixar prender antes, do que commeter o crime, não teve a força sufficiente de, com formal recusa, impedir a referida autoridade commeter o maior ultraje que dar se pode as liberdades publicas, foi seu cúmplice, applicou o castigo ordenado”.

O promotor Victor de Azambuja Cidade ofereceu denuncia contra Anacleto por autoria e Firmino Soares por cumplicidade. O processo extremamente longo irá revelar muitos aspectos sobre a idéia de justiça que os diferentes sujeitos envolvidos tinham, bem como suas concepções a respeito do funcionamento das leis e da sociedade. Para Anacleto Pereira Bueno não existia nenhum mal em dar umas bofetadas em quem não respeitava “as autoridades constituídas” e fazia com que a população de Castro passasse por “constantes vexações”. Já para o Promotor o crime maior residia no fato de que a ofendida era “uma pessoa reconhecidamente miserável” a quem a lei devia ser capaz de dar proteção. Ao mesmo tempo chamava para a ex-escrava o

mesmo direito que devia caber aos cidadãos: a defesa contra os ultrajes as liberdades públicas.

Lembremos que bêbados estavam ao lado de mendigos, prostitutas escandalosas e vadios, todos sob competência da autoridade do juiz de paz, tanto no Código do Processo Criminal de 1ª Instância, quanto na Reforma de 1841. Entre o cumprimento estrito do que diziam os códigos legais e a leitura sobre a imparcialidade da lei e sua necessidade de parecer justa aos olhos de todos, o promotor optou pela segunda. Para Anacleto Pereira Bueno o que estava em jogo não era o cumprimento da lei a quem seria “o primeiro a render homenagens”, mas, sim, um jogo “odioso” entre ele e aqueles que se escondiam atrás da capa da justiça.

Embora não falando de escravos e nem se referindo especificamente a população mestiça ou as classes ínfimas da sociedade, termo que aparece com frequência nos processos, Anacleto fornece bons elementos para pensar a lei era entendida como garantidora de uma ordem geral da sociedade:

“[...] não quizera que, sob a capa da justiça, e a sombra da moralidade da lei se de turpase um acto innocente da autoridade, e se [...] com má intenção lançando se lhe o veneno e o odiozo para um fim premeditado, por que embora se iluda a Lei, temos de outro lado a sansão publica que é o juiz e supremo julgador que nos condena. Não devemos acostumar-nos no exercício das vinganças, como autoridades, sob o auspício da Lei, por que disvirtuando desse modo, não garantimos aquella de que uma vez necessitamos. Numa sociedade ainda tão dividida abrir mão da proteção da lei é sempre um perigo”.

Num processo que opõe uma mulher parda, ex-escrava, com uma idade já considerada e dada a bebedeiras, não se pode negar que os argumentos a que recorre são bastante agudos. Para Anacleto a lei devia ser sempre vista como algo necessário e da qual não se pode abrir mão. Devia ser medida e usada “não com sophismos ou argumentos insustentáveis, mas sim com a verdade.” O crime de qual era acusado fora pintado “com negras cores” pelo Promotor quando na verdade ele como subdelegado “devia ter mesmo o direito de ter dado algumas bofetadas”. Interessante notar que Anacleto parece afirmar que perante a lei, que pode ser iludida, ele pode ser julgado, mas existe ainda o juiz supremo que é a opinião pública e para ela, parece ele confiar, sua atitude não somente era correta, como louvável. Afinal de contas alguém que



agia tão somente pelo “amor ao respeito e o decoro publico”, só podia proceder corretamente uma vez que defendia “a moralidade pública tão urgentemente reclamada numa sociedade como a nossa.” E, afirmava ainda, que não devia ser julgado por “defender os bons costumes daquela sociedade, que muito reclama disso”, causando-lhe estranheza o fato de ser julgado por uma “ação enérgica que tomou contra uma pessoa de comportamento reprovável e companhias indecentes”. Aqui me parecia que ele tanto vociferava contra seus inimigos políticos, inclusive o juiz do caso, bem como algumas testemunhas e informantes, como era o caso da liberta Jesuína<sup>264</sup>, que era conhecida por “receber em sua casa vários escravos, libertos e também homens de bem daquela sociedade”, tanto “em altas horas da noite, como qualquer outro tempo.”

Embora usando argumentos que iam desde tentar marcar uma idéia de sociedade cindida entre brancos/livres e escravos, recorrendo 9 vezes a idéia de agir em nome da moralidade pública, tentando invalidar a denuncia do promotor por “ser pública e notória” a inimizade entre ambos, sua defesa fracassa e ele é suspenso dos serviços públicos em 22 de maio de 1862. Mas não sem antes produzir uma última crítica a forma com que a lei era executada e os seus funcionários eram escolhidos:

“Este júizo muito bem conhece que não são izentos dessas intenções os proffissionais quanto mais os leigos que ocupão logares e cargos dependentes de conhecimento profundos do direito criminal. Coisa em falta não só neste que aqui depõe mais da maioria absoluta daqueles que ocupam taes cargos. E sem querer trazer como odiozo e sim para justificação. E esta verdade, acto desta natureza que em idênticas circunstâncias tem sido praticados sem repouso por juizes formados. É notório que o Senhor Doutor Martins Costa na qualidade de Juiz de Direito mandou soltar da Cadêa em que se achava um prêzo condenado por crime inafiançável, só porque o reo tinha apelado, á pretexto de não haver caza de correcção ou penitenciária; e condenou a pena de vinte annos de prisão com

---

<sup>264</sup> Jesuína Maria também participou de outros 3 processos como informante e este não era o primeiro. Em 1848 foi ouvida no processo contra Joaquim Manoel Barros de Almeida pela morte de sua esposa, Luíza Francisca da Luz. Tomado de suspeitas em relação a fidelidade da esposa, em noite de 25 de março de 1848, Manoel matou, esquartejou, dissolveu partes do corpo em soda cáustica e enterrou no chão da varanda, antes de fugir para Itú. Inicialmente o crime foi entendido como canibalismo. Mas a história tornou-se famosa por conta de que a vítima foi escapelada e seus cabelos preservados numa caixinha com alguns objetos de ouro que o marido havia lhe dado. O cabelo havia sido prometido a nova imagem de Nosso Senhor dos Passos, para que este acabasse com as dúvidas do marido e aplacasse sua ira. Não funcionou, mas o cabelo de Luíza foi usado na imagem do santo e por muito tempo esteve exposto na Igreja Matriz de castro, tornando-se objeto de devoção.

trabalho a um réo, contraria a resposta do Jury, que só estava sujeito a doze annos (...) e a Promotoria Publica denunciando ao Presidente da Provincia, segundo declara se folha official, julgou elle procedente as razões do Doutor Martins Costa fundadas em ignorancia de Direito (...).”.

Os problemas de aplicação da justiça são claramente marcados em sua fala e não são atributos únicos e exclusivos da Província do Paraná. É claro que todas as argumentações que constam no final do depoimento de Anacleto citado acima, eram fruto talvez de sua percepção de que a sua causa dificilmente sairia vencedora, ou talvez ela até tenha piorado sua situação, mas ele expressava algo interessante. Se um subdelegado de polícia, negociante, bem relacionado socialmente – ou nem tanto, dado sua inimizade com o Promotor e sua indisposição com o juiz José de Almeida Martins a que acusa de ignorância em Direito – temia a aplicação da justiça num processo que o opunha a uma ex-escrava, como não pensar sobre o estranhamento e o temor que a justiça podia provocar em negros e escravos não só daquela sociedade como do Brasil todo? Mas, de outra forma, e não avançando aqui sobre motivos outros que concorreram para o êxito da ação de Benedicta contra Anacleto, o resultado do processo devia igualmente calar fundo no imaginário dos grupos marginalizados. Se os grupos dominantes acreditavam que a lei tenderia quase sempre a seu favor, uma vitória como esta indicava aos negros escravos e libertos que a lei não era apenas um exercício de retórica vazio e sempre a serviço dos senhores brancos e proprietários.

Recorrer a lei parecia então ser mais legítimo ou pelo menos ganhava um sentido mais claro e palpável. Nossa argumentação não nos parece desprovida de sentido quando observamos que antes no caso aqui narrado, encontramos apenas poucas denúncias de abuso de autoridade e todas movidas por homens brancos e de posses. Depois disso encontramos 5 casos, sendo que 3 deles são movidos por libertos. Um outro destes casos é o do alfaiate José Francisco Xavier, já indicado anteriormente, que citava dois escravos como seus professores e iniciadores nos “ofícios que praticava”. Para os legistas e executores da lei tal sentimento trazia os escravos, livres, libertos e demais indivíduos para uma arena controlável e modeladora de um

comportamento esperado. A lei poderia assim encaminhar todos para o progresso e a civilização tão desejada.

Mas Maria Benedicta talvez não fosse o exemplo buscado. Apesar da surra dada por Firmino Soares a mando de Anacleto Pereira, da vitória contra este no tribunal, ela não se corrigiu. Deu entrada na prisão de Castro nos anos de 1872, 1873 por duas vezes, 1875, 1876, outras duas vezes 1877 e um último registro em 1878, quando ela e sua irmã, Barbina, agrediram com pauladas Delfina Maria da Luz. Como consta da decisão do juiz “a despeito dos termos de bem viver que assignou, a ré continua a embriagar-se e perturbar o sossego público.”<sup>265</sup> Mas uma pergunta ainda cabe ser feita antes de fechar o caso Benedicta: fora as bebedeiras, vozerios escandalosos, Anacleto acusava Benedicta de ter comportamento reprovável e companhias indecentes. Uma das testemunhas informantes, como citamos anteriormente, era Jesuína, liberta que abria a sua casa para vários amantes. Em seu depoimento ela afirmou que sua casa já havia sido invadida várias vezes por aquela autoridade, que embora sabendo que ela ganhava a vida como costureira e lavadeira, acusava a ela e outras de “serem putas” e sua casa “ser uma casa de putas.” Seria mesmo sua casa um local de prostituição e seria Benedicta uma mulher de conduta deplorável e reprovável, como acusava o subdelegado? A resposta pode ser buscada, talvez, num assassinato praticado pelo escravo Marcelino, de propriedade de Francisco Borges Carneiro.

## 5.2 COMO SE A GENTE FOSSE CACHORRO PARA IREM MATANDO: A MORTE DE FORTUNATA

Na noite de 20 de novembro de 1855, a liberta Fortunata Maria foi morta com uma faca no pescoço que “cortou as duas artérias e produziu a morte imediatamente”. O acusado pelo crime foi o preto Marcelino, escravo de Francisco Borges Carneiro<sup>266</sup>. Este é mais um dos processos no qual, ao avaliarmos os personagens, encontramos-os envolvidos em outros casos. Uma pequena pausa na história do crime do escravo Marcelino.

<sup>265</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1877. Perturbação da Ordem e Lesões Corporais

<sup>266</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1856. Homicídio

Em maio de 1855 a ainda escrava Fortunata foi até o delegado de Castro acusar a Caetano Bernardino da Silveira pelo crime de lesões corporais. Afirmava que estando em casa que dividia com Jesuína, nela adentrou o senhor Bernardino da Silveira e lhe aplicou umas relhadas. O exame de corpo de delito confirmou os ferimentos, ouvidas 3 testemunhas todas confirmaram a agressão. O processo foi instaurado, mas não teve andamento por muito tempo e, depois, com a morte de Fortunata, foi encerrado.<sup>267</sup>

Voltando ao rumo da história de Marcelino. Durante a formação da culpa foi intimada como testemunha Ana Joaquina da Conceição, interrogada por ser esposa de Caetano Bernardino da Silveira, sobre quem também recaía a suspeita pelo assassinato, pois que teve relações durante certo tempo com Fortunata, tanto que viviam separados. D. Ana Joaquina afirmou não ver sentido na suspeita uma vez que vivia separada de seu marido, pois ele havia dado umas varadas na escrava e, por conta disso, foi processado, mas antes de ser preso fugiu para Buenos Aires. Segundo o praça Antonio Pereira Stockler, logo depois de ter sido surrada por Caetano, a escrava Fortunata queixou-se para Marcelino com as seguintes palavras: “como se a gente fosse cachorro para irem matando!”<sup>268</sup>

A liberta Jesuína também foi ouvida e disse não morar mais com Fortunata quando de sua morte, pois haviam discutido e “se estanhado” porque Fortunata “achava-se senhora de uma saia branca que Jesuína possuía no negócio de lavar roupas.” Além disso, por conta de Fortunata e outras negras que com ela andavam, sua casa era mal vista, pois ela “recebia durante a noite Marcelino e muitos outros captivos além de libertos e demais pessoas livres.”

Se não dá para afirmar que em torno da casa de Jesuína se estabelecia um negócio de prostituição, também não nos parece que as suspeitas de Anacleto Pereira Bueno fossem infundadas. Fortunata, escrava e amante de seu senhor, fato reconhecido inclusive pela mulher deste, recebia Marcelino e outros homens em casa de Jesuína, a quem, juntamente com outras negras,

---

<sup>267</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1855. Lesões Corporais

<sup>268</sup> Quando do seu depoimento já com o processo instaurado ele afirmou ter ouvido as reclamações de Fortunata, mas não conseguia distinguir exatamente quais foram as suas palavras.

de serem putas. As outras negras deviam ser Benedicta, que em seu depoimento no caso contra Anacleto, afirmou ter morado com Jesuína, e em outro processo por agressão, disse sempre ter morado com sua irmã Barbina. Sendo assim, podemos identificar um círculo envolvendo ao menos quatro mulheres, o que corrobora, pelo menos em parte, a visão de Anacleto sobre a casa de Jesuína, e as companhias de duvidosa moral de Benedicta.

Mas não era só a casa de Jesuína que depunha contra ela. Pelo que se pode depreender do processo existia uma relação mais “estável” entre Fortunata e Marcelino, apesar de também se relacionar com outros homens. Mas, certo dia, Marcelino “tendo roubado uma saia de Fortunata e dera a sua barrigana” (sic), Jesuína. Fortunata procurou esta para tirar satisfação sobre a saia, acusando-a de ter roubado, e então soube que havia sido Marcelino que lhe havia presenteado. Ao saber da discussão entre as duas, segundo o depoimento de Jesuína, Marcelino teria afirmado que “esta diaba a de me pagar ei de entrar um dia pela tripa quando menos ela esperar e ei de mata-la porque alem disto vive fazendo enredos de mim para minha senhora.”

Para Mariana Rodrigues de Carvalho, sétima depoente no processo, Marcelino “havia contado, no portão de sua casa, que havia de matar Fortunata, pois: estas putas estavam se divertindo com seu nome.” Não nos parece que o plural aqui fosse usado de forma desavisada depois do quadro que foi retratado acima. As expressões puta, china e barregã foram constantes nas falas das testemunhas.

O senhor do escravo apresentou como seu procurador para decidir os destinos do escravo, Joaquim Ignacio Siveira da Mota e, excepcionalmente, Joaquim José Borges e Joaquim José Borges Junior. Os quesitos julgados: se ele havia matado Fortunata, se havia entrado em sua casa na noite do crime foram respondidos de forma afirmativa pelos jurados. O advogado de defesa insistiu em ressaltar o comportamento de Fortunata e “seus meios de vida” pouco abonáveis. Sua tese caminhou na direção da defesa da honra por parte de Marcelino, que cometeu o crime por sentir-se “desonrado e em estado de loucura” tomado por ciúmes. Lembremos apenas que as duas condições: defesa da honra e estado de loucura, eram atenuantes para os crimes. Os jurados responderam sim para o fato de Marcelino ter cometido o crime, a

noite, com superioridades de força, mas consideraram todos os atenuantes, decidindo pela absolvição do réu. O promotor recorreu ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. O resultado final não foi conhecido.

A condição de prostituta atribuída a Fortunata favoreceu o julgamento positivo para Marcelino. Apesar de haver uma única referência as prostitutas no Código Criminal de 1830, indicava uma clara distinção com que os crimes cometidos contra estas seriam punidos. Ao tratar do crime de estupro, indicava que se fosse cometido contra uma mulher honesta, além da pena que podia variar entre 3 e 12 anos, ainda era necessário pagar o dote a mesma. Se a vítima fosse prostituta, além da dispensa do dote, a pena era reduzida significativamente: de três meses a dois anos. Já no Código Criminal a única referência a elas é quando se discute a atribuição dos juízes de paz, que deviam obrigá-las a assinar termos de bem viver. Embora não tenhamos localizado outros processos envolvendo a casa de Jesuína com seu trânsito intenso de homens em busca de alguns momentos de lazer, ou qualquer outra, acreditamos que eles deveriam existir, sua existência ser conhecida pela população da cidade e seus freqüentadores pertencerem as mais diversas camadas sociais, talvez com predomínio de escravos e libertos, mas não só deles, como disse Jesuína.

Segundo Peter Burke<sup>269</sup> o historiador resolve as possíveis lacunas deixadas pelas fontes com o exercício de conjecturas. Muitas vezes acreditamos que leituras sobre aquilo que não está dito claramente, embora presente nas fontes seja igualmente fundamental. Para Paulo Staudt Moreira<sup>270</sup>, ao analisar a presença de mulheres populares em espaços populares, suas casas e os espaços onde prestavam seus favores, acabavam se constituindo como espaços de muitos conflitos, além de ali se realizarem encontros amorosos e sexuais, serviam ainda para pousos, jogos e depósitos de objetos roubados. As rixas e brigas podiam ser freqüentes, alimentadas por bebidas, ciúmes ou simples direito de freqüentar o espaço. Ainda que a casa de Jesuína fosse usada para prostituição, ficaria difícil definir quem eram seus

<sup>269</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

<sup>270</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre.** Porto Alegre: Armazém Digital, 2009

freqüentadores, apenas supor que escravos por ali passavam, como por exemplo, Marcelino.

Mas o processo de Benedicta contra o sub-delegado Anacleto Pereira Bueno pode dar uma pista. Analisando o rol de testemunhas, todos homens, onze no total, verificamos que sete são solteiros, um viúvo e três casados. O viúvo era o juiz de paz Joaquim José Borges, advogado de defesa de Marcelino no caso da morte de Fortunata, de 66 anos de idade, que em 1880 seria acusado da morte do liberto Evaristo, e devia sentir-se bem a vontade na companhia de escravas e libertas de vida fácil. Mas isso é história para outro momento. Nos outros incidentes envolvendo Benedicta igualmente só constam homens como testemunhas e ela só é condenada a 30 dias de prisão em 1875 por causar tumultos no pátio da matriz.<sup>271</sup> Nas outras três vezes que foi presa em 1876 e 1877 o juiz era Amantino José Borges, filho de Joaquim José Borges, em todas ele evita dar prosseguimento ao processo alegando “entre outros motivos por ser cunhado da autoridade preparadora.” A escolha das testemunhas em todos os casos é estratégica, entre outros motivos, pela possibilidade de serem, ou terem sido em algum momento, freqüentadores da “casa de putas”, a que se referia Anacleto.

Quando foi presa e surrada por Anacleto Pereira, Benedicta teve ferimentos e ficou presa por 10 dias, “impossibilitada de realizar seus serviços”, segundo afirmou Joaquim Borges. Já a liberta, em sua defesa, alegava “não saber porque havia sido surrada”, e nem motivos tinha dado “como podia confirmar o capitão Joaquim José Borges.”

Numa sociedade onde o preconceito contra mulheres escravas ou libertas, de hábitos e comportamentos pouco recomendáveis, estabelecer relações com homens influentes poderia ser uma estratégia considerada pelas mesmas. Ainda mais podendo se aproximar de alguém com considerável prestígio social, como o caso de Joaquim Borges que, entre outros cargos, foi responsável pelo executivo de Castro entre os anos de 1833 e 1837, 1845 e 1849 e 1853-1857. Não podemos afirmar com segurança que Joaquim José

---

<sup>271</sup> CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1875. Quebra do termo de bem viver / Dos crimes e dos criminosos. Ela é apresentada como tendo 55 anos, mais ou menos.

Borges era um protetor de Benedicta, mas isso não soaria como descabido, nem para ela ou para ele, um homem viúvo, já com certa idade.

Para Nísia Floresta<sup>272</sup>, escrevendo na década de 30 do século XIX, a prostituição sempre foi uma possibilidade de conseguir a sobrevivência para mulheres pobres, fossem escravas ou não. A dinâmica do escravismo dava poucos espaços e possibilidades para os estratos inferiores da sociedade, que acabava por empurrar as mulheres para a prostituição, donde se podia ganhar dinheiro ou colocar-se sob a proteção de alguém influente. Mas, conforme relatam as pesquisas sobre o tema, a prostituição nunca se constituía como única fonte de subsistência, no geral era complementada por outras atividades. Benedicta era apresentada como lavadeira e alfaiata, Jesuína era “dona de um negócio de lavar”, Barbina, irmã de Benedicta, era lavadeira. Ao circular para realizar suas atividades ou vender seus serviços, as relações com possíveis clientes iam se estabelecendo. Ao mesmo tempo em que circular lhes dava visibilidade aos homens de uma certa localidade, elas também podiam mapear alternativas mais interessantes para uma aproximação mais duradoura. Se os homens da sociedade viam a prostituição como uma forma de manutenção da família e da honra, as mulheres pobres – escravas ou não – dadas a prostituição, também criavam suas projeções e estratégias a partir dela.

### 5.3 AOS LIBERTOS ERA DADO O DIREITO DE DEFESA DA HONRA?

A história do preto Adão, escravo que havia sido de Gertrudes Maria do Espírito Santo pode ser um bom exemplo para começar. No dia 03 de maio de 1856 o inspetor de quartirão Paulino Jose de Araújo, foi até a casa do “delegado dizer que estava preso Adão do Espírito Santo por estar gritando que indicava brigas, por isso o conduziu ao juízo.”<sup>273</sup> O acontecido envolvia além do preto Adão, de 60 anos mais ou menos, natural de São Paulo e morador da Rua das Tropas, e sua filha Maria Estevão, de 20 anos de idade.

<sup>272</sup> Floresta, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Rio de Janeiro: Cortes, 1989. O original é de 1830.

<sup>273</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1856. Lesões corporais



Quando ouvido Adão afirmou que realmente “bateu em sua filha pois esta não o atendeu e perdeu o respeito por ele.” O motivo de tal agressão era que ele havia mandado Maria aprontar umas caixas e ela respondeu-lhe “mal e não fez nada.” Sendo assim, por entender que ela estava

“delinqüindo e faltando-lhe o respeito alem disso não se comportando como devera, elle interrogado vio se na obrigação e julgou-se com direito de exercer sobre ella os direitos de Pai, e assim a castigou com hum maneador de coiro trançado e redondo.”

Partindo da idéia de que o direito de pai lhe dava o respaldo para cobrar uma postura mais respeitosa de sua filha Adão acabou se excedendo e foi pronunciado por isso. Mas durante seu julgamento outro dado interessante será acrescentado. Afirmou que além de ter comprado sua liberdade, conseguiu através dos seus serviços de ferreiro, juntar dinheiro para realizar a compra de Maria Estevão, junto ao Sr. José Duarte Camargo. Ou seja, se tinha “libertado do captiveiro a Maria Estevão e reconhecendo-a para a sua companhia como sua filha ao menos como tal a reputa visto tê-la exemida do captiveiro”, cobraria dela todo respeito. Exercia, portanto, o direito de pai acrescido ao direito adquirido por tê-la redimido do cativeiro. Suas argumentações caminhavam entre a cobrança pelo respeito e a gratidão. Quando novamente questionado se havia cometido o crime e porque motivo havia feito respondeu: Sim, para honrar e exemplarizar minha casa!”

O exame de corpo de delito revelou vários hematomas e machucados espalhados no corpo de Maria Estevão, fruto das muitas pancadas que havia lhe descarregado o agressor. Ela não foi chamada para ser ouvida e as testemunhas não fizeram muitas referências à ela. Mas analisaram apenas a conduta de Adão: trabalhador, correto, bom homem, “respeitador das leis e dos costumes.” A decisão então foi de absolvê-lo por unanimidade, uma vez que o juri entendeu que Adão havia “procedido dentro da lei, visto que consiste num castigo moderado, que um Pai pode dar a seu Filho.” As condições atenuantes de Código Criminal de 1830 estavam aqui presentes, mas era o reconhecimento por parte daqueles que avaliavam a conduta de Adão, que este agia não só baseado dentro dos preceitos familiares – a exigência do

respeito dos filhos – mas que seus valores sociais também abonavam sua pessoa. Entre as testemunhas que sustentavam a tese da boa conduta social de Adão, estavam Anacleto Pereira Bueno, agora apenas na condição de comerciante, e o ex-senhor de Maria, José Duarte Camargo. O comportamento de Adão era chancelado pelas testemunhas, e definiam seu destino. Informando sobre o caráter e a correção do ex-escravo, legitimam a surra dada em sua filha, numa auto-defesa daquilo que compartilhavam: a necessidade de preservar a honra do lar e o respeito a hierarquia familiar. Mesmo que estes valores tivessem sido negados como possíveis de ser compartilhados por escravos e ex-escravos.

A preta forra Domingas de Lima também foi a justiça para defender a inviolabilidade do seu lar. Na noite de 20 de janeiro de 1876, em Tibagi, sua casa foi invadida pelo liberto Fermiano, que além disso “ofendeu a ella como a uma sua filha de nome Maria e que pelos gritos della refugiou-se e que na ocasião se achava-se ellas duas e que antes disto o agressor lhe prometia matar.”<sup>274</sup> Neste caso o “viver de suas agências”, morar somente com a filha sem a presença de nenhum homem – como foi alegado por uma das testemunhas da formação de culpa, desabonava e desacreditava sua denuncia. Mesmo insistindo para que fossem examinadas num exame de corpo de delito o subdelegado de Tibagi, Antonio Felicíssimo Ferreira de São Miguel, considerava desnecessário, contrariando inclusive as determinações legais, e não pronunciou o réu, sendo o inquérito arquivado.

A defesa do lar parecia valer mais para os homens do que mulheres, quer livres ou libertos. No primeiro caso era uma questão entre pai e filha – mesmo que adotiva – que se desenrola num processo. No segundo duas mulheres que moravam sozinhas e que foram agredidas, inclusive “para fins libidinosos”, conforme alegou Domingas, que nem passou da primeira etapa do percurso jurídico. Se antes afirmamos que a sociedade projetava nos libertos suas expectativas, isso valia para bem e mal. Um homem exercendo uma função de ferreiro, relevante naquele contexto social, tinha direito de defender seu lar, inclusive num caso interno. Já a lógica da suspeição sobre mulheres,

---

<sup>274</sup> CCEE. Inquérito. s/n. Caixa/Ano: 1876. Lesões corporais e invasão de propriedade

negras, morando sozinha e de ocupação indefinida – e muitas vezes de moral duvidosa – não. A lei não era apenas ficção jurídica. Mas seus aplicadores, moviam-se por caminhos tortuosos, fazendo dela mera reflexo das dinâmicas sociais.

Ainda em defesa do seu lar e honra agiu o liberto Ignácio José da Trindade, que foi “encontrado por guardas que faziam a ronda, espancando sua mulher, a também liberta Maria Nunes”.<sup>275</sup> O fato ocorreu na noite de 8 de janeiro de 1877, nos subúrbios de Castro. Como foi encontrado no momento em que batia em Maria Nunes, Ignácio não negou o crime, apenas afirmou que assim o fazia pois ela “havia desonrado sua casa e a pessoa dele depoente.” Afirmou ainda que já estava “essa mulher a um anno, ao entrar em casa no dia oito para nove de janeiro a encontrou com outro home e ficando por esse motivo atordoado deu umas taponas e deitou-a para fora de casa.”

Apesar de ter sido pronunciado foi absolvido. O Juri considerou que “por encontrar sua casa invadida e sua mulher em atos condenáveis”, o réu foi tomado de loucura, portanto, “impossível de ser considerado culpado.”

Em Piraí, no distrito da Vilinha, o liberto Inácio invadiu a casa de Anna Joaquina de Jesus,<sup>276</sup> já alta noite e estando ella dormindo que o agressor abriu a porta (a qual é fácil de abrir-se porque não tem fechadura nem tranca) e entrando foi lhe dando as pancadas.” Após gritar muito foi acudida por vizinhos que, ao entrarem na casa não encontraram mais o agressor.

O exame de corpo de delito confirmou a agressão feita contra uma mulher, que “vivia de seus serviços” e que recebia de vez em quando o liberto Inácio, mas que não mais queria fazer, pois “ele era muito atrevido.” O caso foi arquivado pelo subdelegado, pois julgou improcedente o inquérito.

---

<sup>275</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1877. Lesões corporais

<sup>276</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1876. Lesões corporais

#### 5.4 PEQUENAS E GRANDES LIBERDADES: UM CACHORRO, UNS TRABALHOS E A LIBERDADE EM SI

Mas a disputa por recursos, bens e as dúvidas surgidas por questões de propriedade eram freqüentes. Assim foi o incidente que opôs o escravo Joaquim e o liberto Zeferino. Pelo que consta dos autos estavam os dois bebendo e conversando no “potreirinho que ficava nos fundos do campo dos herdeiros do finado Reverendo Joaquim Loureiro da Silva”<sup>277</sup>, quando surgiu uma dúvida por conta de um cachorro, que cada um acreditava ser seu. Tudo foi presenciado pelo escravo Manuel, que assim como Joaquim, pertencia a David Antonio Xavier da Silva. Segundo Manuel, durante a discussão

“o dito Joaquim lançando mão de huma pistola que consigo trasia deu hum tiro no Zeferino e este, como tivesse a fortuna de não acertar correo e foi pegar em hum pau e o ditto Joaquim correndo com huma faca na mão quando Zeferino lançou lhe huma cacetada elle Joaquim rebatendo com a pistola, já se propos a dar golpes com a faca, e nesse conflito se pegarão as mãos e forão [...] chão onde estava Joaquim segurando Zeferino e elle interrogado pedindo a Joaquim que não não(sic) matasse o outro, e logo o mesmo Zeferino instou que não lhe matasse disendo formais palavras = Meu compadre não me mate = He então quando Joaquim disse em resposta = Largue minha faca = e como o ofendido largasse a faca o dito Joaquim deixou Zeferino pontado em terra e seguio para o lado do campo, e foi quando elle interrogado recolhendo para dentro do Paiol e veio a toda pressa dar a noticia nesta casa”.

O motivo da discussão não pode ser considerado tolo. Um bom cachorro de caça ou de guarda devia ter seu valor. A relação entre vítima e réu era antiga. Conheciam-se “há mais de 15 anos” e eram compadres, sendo o segundo padrinho de um filho de Joaquim. O total de testemunhas chegava a onze, que todas categoricamente afirmavam a culpa do escravo Joaquim, falavam dos “serviços úteis com animais” feito por Zeferino. Mas a fala da oitava testemunha, Joaquim Antonio Soarez, dá o tom de como as relações entre escravos e libertos podiam, em muitos casos, tender favoravelmente aos escravos. Algumas testemunhas afirmaram que Joaquim era “dado a badernas

---

<sup>277</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1856. Homicídio

e barulhos”, assim como o fez Joaquim Antonio. Mas para ele a diferença entre um e outro era

“Que todos sabem que o senhor David Xavier da Silva dá proteção ao seu escravo, e que agora o retirou para trabalhar com animais, escondendo-o da justiça, que não pode até agora o encontrar”.

A dinâmica econômica de Castro dava esta possibilidade. Com suas grandes extensão de terra, fazendas espalhadas num vasto território e com a atividade de compra e venda de gado se estendendo de São Paulo até o Rio Grande do Sul, proteger um escravo fazendo-o sumir não devia ser tarefa muito difícil. Como bem previu Joaquim Antonio o escravo não foi encontrado para pagar por seu crime.

Outro incidente que teve um liberto por vítima deu-se em 1º de agosto 1875, em Pirai. A denúncia afirmava que Antonio Rodrigues de Sampaio, o agressor

“foi a casa do liberto Romão de Tal, e depois de injuria-lo gravemente por supo-lo causa de haverem fugido seus animaes acabou a desafia-lo para brigarem, e tendo assim ambos chegados a vias de fato resultou em ficar o referido Romão gravemente ferido como consta no inquérito junto, do qual também se evidencia que o denunciado teve as intenção de matar o offendido, pois que durante o conflito desferiu-lhe um tiro de pistola que felizmente não teve o desejado efeito”.

A briga parecia ser antiga e acompanhada por muitas pessoas. As testemunhas informavam que de “tempo Antonio Rodrigues teimava que Romão” roubava seus animais, pois “muitos já haviam sumido.” A maioria também não parecia acreditar nisso, pois nunca ninguém tinha visto ou sabido de alguém que pudesse comprovar isso, “ninguém havia comprado carnes, animais em pé ou coiros de Romão.” O júri entendeu que, na verdade, a situação era diferente disso. Dando crédito a apenas uma testemunha, que afirmava ter sido Romão que agrediu Antonio Rodrigues, o juiz deu por veredito:

“[...] algumas testemunhas dizem ter o acusado com uma pistola tentar matar aquele, sendo que a testemunha de visto a fs. depõe que o acusado usou da pistola para aparar a cacetada que lhe era descarregada, e que pela força da pancada disparou ella de acordo com essa testemunha, acha – se na fl. 19 e fl.20. Pague o acusado as custas deste processo”.

A posição dos libertos era em certa medida, e considerando apenas os processos aos quais tivemos acesso, curiosa. Se tinham a liberdade de circular livremente pelo espaço, vender seus serviços de acordo com seus interesses e possibilidades, ficavam espremidos entre a projeção de determinados valores das sociedades onde se inseriam, notadamente aqueles em torno do trabalho, mas ainda tinham uma posição fragilizada perante a justiça, quando não estavam sob a proteção de algum poderoso. Adquiriam alguns direitos, até mesmo votar nas eleições primárias, mas eram vistos como alguém a mais a ser vigiado e controlado do que possibilitado de afirmar sua condição e seus direitos. Os serviços que prestavam podiam concorrer com aqueles que escravos desejavam para, quem sabe, também alcançarem suas liberdades. Disputavam também espaços de trabalho com outros brancos pobres.

Num processo de 1879, o liberto André, “pedreiro trabalhador e laborioso” foi agredido pelos irmãos Luiz Rodrigues Pinheiro e Victor Rodrigues Pinheiro, pouco depois de beberem juntos na taberna de José Biaggio.<sup>278</sup> Segundo a denuncia do promotor os irmão eram descritos como “desordeiros e valentes,” turbulentos e perigosos”, por “andarem como andam armados provocando vizinhos, sobressaltando as famílias” que foram vistos espancando e asfixiando ao liberto André, que foram retirados de cima deste por várias pessoas, que eram “rixosos e andavam sempre armados”. Ainda segundo a denúncia:

“Os réus apareceram armados e desrespeitando a inviolabilidade da casa daquele cidadão (Francisco Sutil do Prado) penetraram no interior dela [...] onde se achava deitado o preto pedreiro André Antonio Guimarães, agrediram e maltrataram gravemente

<sup>278</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1879. Homicídio. Embora todas as agressões sofridas por André fossem provadas pelo corpo de delito, o juiz considerou que o mesmo morreu de febre, inocentando os réus. As testemunhas, que em sua maioria mudaram as informações entre momentos diferentes do julgamento, os acusados ameaçavam todos os que ousassem falar contra eles.

comprimindo-lhe fortemente a garganta, dando-lhe muitos socos e o queria matar se não fosse por pessoas que a tempo as tiraram e embarçaram a perpetração do ato que só faltava consumir-se pelo assassinato da vítima.”

As habilidades do pedreiro André eram o motivo da ira dos seus agressores, uma vez que, de acordo com o depoente Francisco Sutil do Prado – dono de uma casa de comércio – André era um “pedreiro habilidoso e que trabalhava em “serviços de reboco e de pedras, e isto em diversos lugares, tomando serviço de alguns que até lhe querem mal, como era o caso.” Como citamos acima, a condição frágil dos libertos foi expressa neste caso. Independente das palavras elogiosas ao trabalhador André, bom pedreiro e laborioso, a justiça optou por não condenar os acusados, por entender que a vítima havia morrido de febre e não se podia afirmar que esta era provocada pelas pancadas que “lhe haviam inflingido os acusados.”

A posição dos libertos era ainda portadora de outra complexidade. Segundo Wissembach<sup>279</sup> os libertos carregavam as desavenças tidas em épocas de cativeiro fortes o suficiente para, mesmo depois de libertos, alguns negros voltarem e ajustarem contas com seus ex-senhores. Igualmente interessante que muitas vezes voltavam-se contra ex-senhores, pois a complexidade de sua nova condição parecia empurrá-los para isto: não tinham mais o suprimento básico garantido por seu senhor e nem tinham a garantia do agenciamento de sua força de trabalho.

Em Piraí, no mês de março de 1887, o liberto Caetano tentou matar seu ex-senhor Izidoro Maciel de Almeida com golpes de facão, pois entendia que ele dificultava que conseguisse trabalhos, falando mal dele a todos. As “muitas dificuldades que ele passava era fruto dos problemas que Izidoro lhe causava e se não passava maiores dificuldades era por conta de pessoas que como Balduino de Souza Neto, lhe ajudavam.”<sup>280</sup>

Outra questão igualmente problemática para os libertos e que podia se constituir num perigo era sobre a sua própria condição de ex-escravo. Isso

<sup>279</sup> WISSEMBACH, Maria Cristina. Sonhos africanos, vivências ladinas. Op. cit.

<sup>280</sup> CCEE. Denúncia. s/n. Caixa/Ano: 1887. Tentativa de Homicídio

podia ser questionado e era, com freqüência. Como lembra Stuart Schwartz<sup>281</sup> os escravos guardavam “em seu poder a carta original, visto que a escravização de pessoas de cor era sempre um risco.”

Um caso interessante ocorreu em 1855, e envolvia o Major Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes<sup>282</sup> e o preto Alexandre em torno da condição de livre ou não deste<sup>283</sup>. Durante os interrogatórios Alexandre falava de suas aventuras nas guerrilhas do sul que lhe valeram o apelido pelo qual era conhecido em Ponta Grossa, “o maragato.” Sua participação nos eventos da Guerra dos Farrapos não foi opção. Seu senhor colocou três escravos a disposição do General Netto para que um fosse escolhido. Sendo os outros dois fracos e doentes, a escolha recaiu sobre ele. Sua historia não nascia sem uma base segura, pois não inventou o nome de um general ao acaso. Antônio de Souza Netto<sup>284</sup> foi um dos líderes da Guerra dos Farrapos (1835/1840) e proclamador da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836. Durante a prisão de Bento Gonçalves no Rio e, depois, na Bahia, assumiu a liderança no front de batalha e foi contrário ao tratado de paz, primeiro porque não aceitava a derrota, depois considerava desonrosa tanto a reintegração ao Brasil, quanto as condições do tratado que, entre outras coisas, não contemplava a liberdade aos escravos que haviam combatido sob a promessa da liberdade. Seu depoimento revela alguém com um transito interessante pelas terras da província do Rio Grande: Porto Alegre, Passo Fundo das Missões, Cruz Alta, tudo fruto de sua participação “nas guerrilhas” ate atingir Lages, quando se conservou em paz e, depois, chegou a Ponta Grossa. Duas observações: as cidades que dizia ter passado também são coerentes com o

<sup>281</sup> SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Op cit. p. 174

<sup>282</sup> Segundo Rosângela Zulian, o Major Miguel Carvalhaes era um importante proprietário de terras que foi, entre outras coisas, responsável pela construção de “uma ‘Casa de Telha’, com potreiro à margem da estrada geral” que deu origem ao bairro e depois Freguesia de Ponta Grossa. Ver: ZULIAN, Rosângela Woziack. A semente de uma grande cidade: uma leitura dos discursos construídos sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa (PR). Ponta Grossa: UEPG. **Revista de História Regional** n. 14 (2): 104-126. 2009. p. 120

<sup>283</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa: 1855. Reduzir a escravidão

<sup>284</sup> O general Netto é considerado o pai da República Rio Grandense. Um de seus discursos mais conhecidos remete e sustenta esta idéia: Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército Liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um estado livre e independente, com o título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente. Campo dos Menezes, 11 de setembro de 1836 – Antônio de Sousa Neto, coronel-comandante da 1ª brigada.



espaço trilhado pelo General Netto e a alegação de liberdade de Alexandre era baseada nas promessas que haviam sido feitas aos escravos combatentes, o que não foi contemplado no tratado de paz, provocando o descontentamento do General Netto.

Não nos parece haver motivo para duvidar de sua história, mas também nada impede de manejá-la. Poderia ter trabalhado vendendo seus serviços de “carpinteiro pratico de fazer carretas” e, desta forma, transitando pelo território do Rio Grande, conhecido a fama do General Netto e as promessas de liberdade aos escravos que lutassem a seu lado. Creio que possamos ser um pouco mais crédulos para com a história de Alexandre. Ainda que igualmente acreditemos num certo exagero em sua afirmação de que fora recrutado pelo próprio general quando este estivera em casa de seu senhor Joao Pinto Soares. Mas os combatentes deveriam mesmo buscar homens aptos para a guerra e, alegando ter 40 anos quando do seu processo contra major Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes, em 1855, indica que na época da Guerra dos Farrapos deveria ter algo em torno de 20 ou 21 anos. Quando seu caso chega a justiça alegou já estar em Ponta Grossa a mais de 7 anos, o que indica ter chegado ali em 1848 aproximadamente. Levando em consideração que a Guerra dos Farrapos acabou em 1840, Alexandre deve ter vivido em Lages por algo em torno de 8 anos. Como ele não indica a data do seu recrutamento pelo General Netto, então consideramos a idéia de que ele viveu como livre pelo menos durante 15 anos. Somente o tempo em que viveu com Miguel da Rocha já totalizava aproximadamente 8 anos.

A instauração do processo é justificada por constituir crime a redução de homem livre à escravidão, conforme previa o artigo 179 do Código Criminal do Império, que previa uma pena entre 3 e 9 anos, “nunca porém o tempo de prisão será menor, que o do captiveiro injusto, e mais uma terça parte.”<sup>285</sup>

O processo constou do depoimento de 8 testemunhas que revelaram vários aspectos sobre a condição dos litigantes. Sobre o preto Alexandre

---

<sup>285</sup> BRASIL. Código Criminal do Império. TITULO I: Dos crimes contra a liberdade individual: Art. 179. Reduzir á escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

afirmaram que ele havia aparecido em Ponta Grossa já fazia bastante tempo, que trabalhava como carpinteiro e que fazia ótimos carros e que trabalhava para Carvalhaes já havia um bom tempo. Uma das testemunhas, Eduardo Jose de Almeida, informou que assim que soube da condição de escravo de Alexandre manifestou isso ao delegado de polícia que então tornou o dito major depositário do escravo. Ao mesmo tempo em que o processo contra o major Carvalhaes por reduzir um homem livre a escravidão, transcorria, a condição de Alexandre transformava-se. De carpinteiro forro ele havia se transformado num fugitivo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A decisão final do juiz João Vicente Leite de Sampaio, porém, é confusa: “porquanto não procurou de maneira alguma apropriar-se do alheio contra a vontade de seu dono e nem tem as ocultas objecto que não lhe pertence, p. isso que tem o preto Alexandre em seu poder por ordem do subdelegado da Polícia.” Não considerou Carvalhaes culpado pela escravização de Alexandre, mas também não lhe deu a propriedade sobre o mesmo. Também não considerou Alexandre como incluído nas disposições do decreto 427 de 26 de Julho de 1845.<sup>286</sup>, apenas admitiu que ele não era liberto face ao depoimento das testemunhas. Seria arriscado considerar o peso que teve na decisão o fato de que o acusado, Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes, pertencia ao tronco familiar de tradição em cargos públicos, principalmente na área da Justiça, que contava, entre outros, com José Antonio Carvalhaes, que chegou a vice-presidente da Província entre 1856 e 1857 e foi Chefe de Polícia da Província e João Antonio Carvalhaes, juiz municipal de Castro em 1854.<sup>287</sup>

O processo então nos parece revelar aspectos muito mais interessantes do que a obviedade da violência. Escravos circulando pelo território em guerra

<sup>286</sup> O decreto 427, de 26 de julho de 1845, mandava criar 'uma comissão pela qual se proceda (...) à avaliação dos escravos que serviram em armas a favor da rebelião na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul'. Autorizava-se o presidente da província a indenizar prontamente 'os proprietários dos referidos escravos, que transferirem ao governo seus direitos'.

<sup>287</sup> Sobre processos de reescravização ver: GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria de Nunes. (orgs.) **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, São Paulo; Editora da UNICAMP, 2006. p. 101-128. Segundo Grinberg “os escravos tinham consciência de suas chances de conseguir sua alforria nos tribunais. [...] apesar de ser difícil de afirmar peremptoriamente, com base apenas nesses dados, que os escravos sabiam que suas possibilidades de vitória nas ações de escravidão e manutenção de liberdade eram maiores do que as de seus senhores, elas efetivamente o eram, pelo menos na Corte de Apelação, Tribunal de Segunda Instância.” p. 120. No caso do Alexandre não houve apelação da decisão.

ou vendendo seus serviços, homens que fazendo a leitura e interpretação das leis procuravam manobrá-la para conseguir apropriar-se de negros em situação de liberdade duvidosa, depoimentos que criam uma imagem mais positiva do negro e de seu trabalho, autoridades que decidem sem efetivamente se comprometerem, silêncios inexplicados como o fato de não ter sido chamada para depor a senhora Lusia Agostinho Canto que trouxe o negro de Lages para Ponta Grossa. Reduzir um homem livre a escravidão era uma violência, como o seria hoje, mas para decidir se isso se dava ou não, percorreram-se vários aspectos do cotidiano da vida de Alexandre e os processos revelam sempre uma possibilidade de acessar, mesmo que de forma filtrada ou parcial, o universo de homens, mulheres, escravos e libertos, na busca pela afirmação de sua liberdade ou da dignidade enquanto seres humanos.

Através dos processos pode-se procurar resgatar os cativos enquanto agentes de sua própria história, participando ativamente através da resistência cotidiana e da construção de espaços de atuação dentro do sistema. O evento criminoso em si faz emergir a teia de relações sociais que envolvem amizades, amores, relações de parentesco, formas de organização familiares, intrigas, rixas e desavenças, noções de honra, de justo, de valentia e coragem. O processo crime se constitui um rastilho a ser perseguido pelo historiador e alimentado pelos depoimentos, pela maneira com que se escolhem determinadas testemunhas, pela ênfase que as narrativas são feitas na escrita do escrivão. Os processos permitem, portanto, que, a partir de sua análise, o historiador avance sobre os quadros tensos e reveladores de outros eventos que transformaram os crimes em atos sociais, como bem apontou Maria Helena Machado.

## 5.5 O LIBERTO EVARISTO E O CAPITÃO JOAQUIM: DISPUTAS AMOROSAS E UM CRIME SEXUAL

Os três últimos casos que iremos analisar libertos: um como vítima, Evaristo, outro como agressor, Joaquim e um caso interessante, os negros da

Fazenda Vilela, que embora escravos, eram tidos por livres por seu senhor e, quando acusados por uns furtos, desencadeiam uma história interessante, envolvendo um grande jogo de interesse pelas terras e bens do tenente Fogaça, com desdobramentos políticos bem para além do final da escravidão.

Começemos pelo processo contra um dos homens mais influentes da cidade de Castro, o Capitão Joaquim José Borges, pelo assassinato do liberto Evaristo<sup>288</sup>. O crime ocorrido na noite do dia 30 para 31 de dezembro de 1880, foi assim denunciado pelo promotor público Rafael Cardoso Pimentel – cujo pai suspeitava-se ter sido envenenado pelas escravas Quitéria e Felícia:

“Seriam 8 horas e meia, pouco mais ou menos, e quando toda a pacífica população desta cidade achava-se recolhida em seus domicílios em razão de copiosíssima chuva que caía desde a tarde, ouviu-se na rua do Comércio a detonação de uma arma de fogo e em seguida os lamentosos gritos de alguém que acabava de cair mortalmente ferido. Acorreram imediatamente os vizinhos mais próximos e foi encontrado já quase cadáver o preto Evaristo, que jazia por terra no lugar em que se faz a intersecção das ruas do Comércio e do General Camara. Não pôde a mísera vítima de tão bárbaro atentado proferir, se quer, uma palavra que orientasse a justiça nas suas primeiras pesquisas, e assim ficou ao princípio envolto no mais impenetrável mistério o audacioso crime que tanto alarme produziu no ânimo pacífico dos habitantes desta localidade”.

O motivo de tal crime residia numa disputa amorosa entre o capitão Joaquim e Evaristo, envolvendo a escrava Idalina. Temos mais um caso de escrava com vários amantes, pois José Antonio de Sant’Anna, praça do corpo policial, que ouviu o tiro e correu para o lugar assim que o fato se deu, “disse a seus companheiros que o que aconteceu a Evaristo talvez estivesse preparado para o soldado Joaquim Pedro por que este andava com uma escrava, a já citada Idalina, de Joaquim José Borges”. Mas também sabia que Evaristo e Joaquim tinham escaramuças há bastante tempo, inclusive com agressões em locais públicos, como o ocorrido na Coletoria, sendo que “o próprio Evaristo contara a elle testemunha e seus camaradas que seu adversário estava armado de um revolver e que dispararia sobre elle Evaristo se não fosse impedido por Constante José Borges.”

---

<sup>288</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1880. Homicídio

Mas as testemunhas apontavam um desentendimento de Evaristo com o Vigário Braz também como possível causa para o incidente, uma vez que tinha ocorrido uma disputa séria entre ambos cerca de 20 dias antes. Em seu depoimento do Capitão Joaquim José Borges afirmou que contratava sempre os serviços de Evaristo, principalmente para acompanhá-lo em viagens e numa destas, para Jaguariaíva, “ralhou com este, pois implicava com seu pagem, o menor Thomé.”

O subdelegado Cypriano Marques de Souza, afirmou que era “voz pública que a inimizade entre Joaquim José Borges e Evaristo proveio de andar este com uma escrava d’aquelle de nome Idalina.” Também informou que o liberto tinha rugas com o Padre Magaldi, pois “este o expulsou de sua casa por estar fazendo ajuntamento de escravos afim de jogarem, deixando a porta da casa aberta até muito tarde, onde entravam mulheres também.” No dia seguinte a expulsão, Evaristo voltou a casa do Padre Magaldi para buscar “um capado pertencente a Laurinda ex-escrava do Padre” e que esta viveu “por uns tempos amaziada com o preto Evaristo.” O subdelegado ainda participou, no mesmo dia, a pedido do de Magaldi do pagamento que esta fez “a sua criada que havia despedido nesse dia.” A mesma foi acompanhada de liberto, pois vivia “conjuntamente em casa de Evaristo.”

As brigas entre ambos eram de conhecimento público e todos acrescentavam um detalhe a mais. Em seu depoimento Antonio José da Fonseca – que havia participado do exame de corpo delito - reafirmou as brigas entre Joaquim José Borges e Evaristo, inclusive com as agressões do primeiro ao segundo. Afirmou que dias antes dão crime ouviu José Borges dizer: “- Este negro é muito malcriado e de repente eu o estendo com uma bala”.

Quem poderia dar melhores detalhes era de Idalina, “escrava que era do Capitão Joaquim José Borges que disse ter vinte e cinco annos mais ou menos, solteira e profissão serviços domésticos natural da Provincia de Sam Paulo.” Suas informações seguiam em duas direções, e bem contrárias uma à outra. Iniciou dizendo que “pousou em casa de Joaquim de Macêdo, para onde foi às cinco horas da tarde; que seu senhor também foi para essa casa e lá

pernoitou; que depois que seu senhor ahi chegou não sahio mais a não ser no dia seguinte cedo.” Logo depois ela vai afirmar exatamente o contrário:

“Disse que seu senhor esteve em casa de Joaquim Borges de Macêdo até cerrar bem a noite, e d’ahi sahio dirigindo-se a sua casa tomando o revolver e a espingarda dirigio-se para o buracão que fica para o lado do ribeirão perto da casa de Maria da Dores, e que de lá veio acompanhando a Evaristo até chegar o beco do senhor Silvano na Rua das Tropas onde desfeichou o tiro, e d’ahi voltou para a casa de Joaquim Borges de Macêdo, onde Ella informante ouviu seu senhor diser à seu filho Constante que havia morto ao preto Evaristo.”

Ou seja, não só mudou o discurso sobre a presença ou não de seu senhor o tempo todo na casa, como coloriu muito melhor o quadro do crime. Disse ainda que “seu senhor seguido andava espiando os passos de Evaristo, isto sabe por que ella informante vio muitas vezes, e porque o Evaristo lhe havia contado.” Concluiu afirmando que seus senhores moços, Constante e Tobias, lhe pediram para que “não andasse fallando as cousas debalde”, e que “não dissesse o que sabia.”

Algo que chamou a atenção foi o fato da escrava se fazer acompanhada de seu filho, o menor Bernardino de 6 anos de idade, durante seu depoimento. Então, aproveitando sua presença que acompanhava a mãe no depoimento, “foi-lhe se era verdade que sabia quem tinha matado a Evaristo e que acaba de contar a Francisco Alves Pinto quem era o autor da morte de Evaristo. Declarou que quem matou a Evaristo foi o velho Joaquim Quinco que contou para sua mãe.”

O processo é um dos mais longos que encontramos, envolvendo 17 testemunhas e composto de quase 300 páginas. Quase todas as testemunhas apresentavam um dado novo, talvez por ser pública a briga entre ambos ou por ser bastante conhecida a figura do Capitão Joaquim, ou ainda, por Evaristo se fazer notar na comunidade, tanto por suas brigas, quanto por suas conquistas amorosas, que ao longo do processo indicaram ser, no mínimo 6 escravas e libertas diferentes. Uma delas era Juliana, apresentada como sua mulher, “trinta annos, mais ou menos de idade, viúva, cozinheira e natural de Jaguarihyva.” Informou

“que por vezes pedia a seu marido que não andasse tanto nos fandangos de noite, por que podia acontecer alguma cousa, ao que seu marido respondia que queria morrer andando, e que se lhe acontecesse alguma cousa Ella ficasse certa que partia do senhor Joaquim Quinco que havia prometido vasá-lo com uma bala”.

Concluiu dizendo que “Joaquim Quinco que o promettia matar, por que com este era sua maior inimizade e qual tinha por causa de uma escrava do mesmo Joaquim Quinco.” Ou seja, Juliana sabia das andanças noturnas de Evaristo, devia saber de suas conquistas amorosas, do caso com a escrava Idalina e dos problemas e indisposições que isso causava com o capitão Joaquim. Da parte de Evaristo, sua postura chama a atenção: responsabilizava-se por questões de outras libertas e escravas, como aquelas que viviam em casa do Padre Magaldi, assumia o risco de ter um caso com uma escrava a qual todos sabiam ser amante de Joaquim e tornava isso público, inclusive para sua atual mulher.

Idalina foi chamada a depor novamente em meados de janeiro de 1880, e disse que “não ouviu o réo comentar sobre a morte de Evaristo e nem ouviu conversar com seu filho naquela noite.” O interessante é que neste momento ela foi apresentada como “agora liberta.” A mudança de discurso faz sentido e a contradição entre seu primeiro depoimento ocorrido em 1º de janeiro, não escapou ao juiz Manuel Valentino de Carvalho: “como explica as respostas que acaba de dar com o seu depoimento feito perante o senhor delegado de Polícia?” Respondeu que seu depoimento perante o senhor delegado de Polícia era “falso visto como seu senhor não tem em casa espingarda, mas só tem um revolver e uma zagaia.” Se havia dito aquelas coisas ao delegado foi “por que estando com dor de dente bebeu quase meia garrafa de cachaça. Insistiu o juiz em perguntar porque “afirmou no primeiro depoimento que seu ex-senhor andava espiando ao preto Evaristo?” Disse que “porque seu senhor tinha muita confiança com ela informante, e que desconfiava que Ella informante tivesse relações com Evaristo.”

Se Idalina transitou naqueles dias da condição de escrava a liberta – talvez isso possa ter ocorrido por um erro de registro do escrivão – sua filha

Miguelina caminhou na direção oposta. No primeiro depoimento apareceu como liberta, no segundo, está registrada como escrava. Confirmou as acusações que já tinha feito contra Joaquim José Borges, pois ela “ouviu isso [sobre a morte de Evaristo] pois estava na dispensa, e eles não sabiam que ela ali estava e conversavam sobre o ocorrido.”

Outra cena inusitada aos nossos olhos ocorreu na sequência do depoimento de mãe e filha. Francisco Alves Pinto testemunhou falando que não podia afirmar que o autor da morte era o acusado, mas durante o depoimento que fazia, chegou “a uma das janelas em companhia de Manoel Antonio Carneiro, ali um menino de nome Benedicto” e contara que “Mamae está com medo, e quem matou Evaristo foi Papai.” Perguntado quem o menino chamava de “papai” a testemunha respondeu que era Papai Joaquim Quinco.” Perguntado como o menino afirmava saber isto respondeu: “- Foi Papai que contou a Mamae!”. Só para lembrar, Benedicto era filho de Idalina.

Ouvido novamente Joaquim mudou seu depoimento e disse que havia saído de casa na noite do crime, mas apenas para comprar uma garrafa de vinho e que havia encontrado Evaristo.

O júri considerou que Joaquim matou Evaristo, mas “reconheceu ter o réu cometido o crime em estado de locura (sic)”, portanto, “não tendo o delinqüente pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar. O “estado de loucura” foi justificado não pelos ciúmes de Joaquim em relação a preta Idalina, ou a possível garrafa de vinho, que quem sabe consumirá naquela noite. Era por “causa de sua avançada idade.” O Juiz de direito recorreu na decisão afirmando que dos autos não havia prova alguma pela qual se pudesse dizer que o réu havia cometido o crime de que era acusado em estado de loucura. Para ele os jurados reconheceram isso “quando afirmaram a circunstancia agravante da noite.” A única coisa apresentada até então para tentar comprovar este estado de loucura havia sido o registro de batismo anexado aos autos, tomando por base a tese de que “a idade é, por si só, elemento que justifique a falta de equilíbrio mental do acusado.” Conclui citando Pellegrino Rossi, jurista italiano que defendia a idéia da pena com um



fim em si mesma e fundamento absoluto da justiça, desligada dos conceitos utilitaristas da época.<sup>289</sup>

“a vista do que nos ensina Rossi na Era do Direito Penal cap. 15. Ahi diz, esse insigne escriptor: - A idade só, por mais avançada que seja, não é considerada um motivo de escusa, menos ainda um facto incompatível com a imprestabilidade do agente. O velho fica sob a presumpção da culpabilidade enquanto a presumpção não é distraída por provas contrarias, propicias a demonstrar que obre em estado de verdadeira imbecilidade.”

O caso de Evaristo é exemplar sobre as muitas relações que os libertos podiam travar com a sociedade. Misturavam-se e associavam-se aos escravos, como foi o incidente da casa do Padre Magaldi ou seus vários enlances amorosos. Sobre isso já chamou a atenção Wissembach afirmando que os libertos constituíam-se numa referência importante para os cativos, pois representavam parceiros importantes em suas expectativas de liberdade, os negros livres tomavam parte muitas vezes dos crimes praticados por escravos. Seja como co-autores, testemunhas ou vítimas eram importantes referências, pois participavam e dividiam muitos espaços comuns com os escravos: moradias coletivas, espaços de trabalho, momentos de lazer nas tabernas, relações de parentesco. É interessante também, pois mostra o aparato jurídico sendo colocado em movimento de forma bastante expressiva, mesmo quando a oposição fosse dada entre adversários com projeção social bastante dispar. O júri pode ter absolvido o Capitão Joaquim no primeiro e segundo julgamento, mas antes da primeira decisão, fez uma consulta para saber se “existia na cadeia daquela cidade uma sala que condizesse (sic) com a condição de Capitão do acusado”, ou seja, chegou a considerar a hipótese de prendê-lo.

Mesmo contra pessoas poderosas, afinal Joaquim José Borges havia sido responsável pelo executivo, delegado de polícia, juiz de paz, seu filho, Amantino José Borges era um dos juizes da Comarca de Castro, as pessoas iam depor e falavam aquilo que julgassem conveniente, mesmo podendo se indispor com os acusados. Se não produziam um discurso abonador da

---

<sup>289</sup> Conforme: FRAGOSO, Claudio Heleno. A Pena de morte. Congresso internacional sobre o centenário da abolição da pena de morte em Portugal. Coimbra: 1967. Disponível em: [http://www.fragoso.com.br/eng/arq\\_pdf/heleno\\_artigos/arquivo64.pdf](http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/heleno_artigos/arquivo64.pdf)

conduta e moral da vítima, tampouco faziam cantavam loas ao comportamento do agressor. Traçavam quadros muito próximos uma das outras e esquadrihavam a vida dos envolvidos, com seus comportamentos, planos, suas fraquezas ou altivez perante as situações do cotidiano. A oposição entre um liberto de vida boêmia e dada a conquistas e um homem de posses e recursos não implicava necessariamente num resultado já dado. Participando de um meio social bastante complexo que misturava escravo, libertos, livres pobres e homens poderosos as testemunhas faziam valer em seu discurso a realidade social e suas variantes. Isso podia não calar fundo no corpo de jurados, mas sem dúvida legou um rico material para os historiadores.

De forma bem mais sucinta, mas ainda assim interessante, foi o caso do escravo Joaquim, 22 anos completos, filho de pai incógnito e de Rita, escrava de Cyrino José Borges, de quem era também escravo, por um estupro cometido contra a menor Maria Luíza, de 12 anos de idade, natural de Jaguariaíva. Segundo os assentos de batismo do ano de 1887 sua mãe, Maria Gerturdes de Moraes era natural de Curitiba, era solteira, mulata e forra e seu pai “incógnito”.<sup>290</sup> Diz a denúncia oferecida pelo promotor Antonio Francisco de Freitas:

“No dia 15 do corrente mês, o denunciado aproveitando-se da ausência de Maria Gertrudes de Moraes, que reside nesta cidade ao largo do lapó, foi ao fundo da casa dela e encontrando a menor de 12 anos, de nome Maria Luíza, filha d’aquela, violentou-a e teve com Ella cópula carnal, como tudo se verifica no auto de corpo de delicto e dos depoimentos das testemunhas, principalmente da primeira que ainda o viu correr deixando a offendida”.

O inquérito foi instaurado no dia 16 de fevereiro com a indicação dos peritos para o exame de corpo de delito na menor, pelo crime de defloramento. Os peritos, respondendo aos quesitos solicitados afirmaram que “encontraram a entrada da vagina sanguinolenta, a membrana do hímem e as [ilegível] completamente defloradas.”, “fruto da introdução do pênis ter se dado de forma violenta.” Uma observação, já comum nos trabalhos sobre os crimes sexuais, é o constrangimento a que estavam submetidas meninas muitas vezes bastante

---

<sup>290</sup> CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1888. Estupro

jovens, que viam seus corpos tocados por homens sem a menor qualificação para tal. Neste caso os dois peritos eram lavradores.

Em seu depoimento a menor afirmou que ela e sua irmã estavam sozinhas em casa quando foram

procurar ovos de galinha e já tarde apareceu repentinamente Joaquim, escravo de Cyrino José Borges e carregando-lhe pelo braço conduziu-a para outro lado da casa e deu-lhe dois nick (?) de cem reis e dois vinténs em cobre, conseguindo forçosamente deflorá-la, e depois tomou-lhe o dinheiro que havia dado, ao que ela começou a gritar, tendo nessa hora ofendido José de Biazio, que com a ofensa deste o dito Joaquim largou dela.

A leitura parece indicar que não era tanto pela agressão que sofria a reação com gritos de Maria Luíza, se não o fato de Joaquim ter lhe tomado o dinheiro prometido. Filhas de uma liberta pobre, que vivia de auxílios que recebia, entre outros, de um tal de Polaco Canha. Talvez aqueles poucos minguados poderiam significar um valor significativo frente as reservas ou necessidades econômicas da família. Talvez possibilitassem apenas a compra de um bem supérfluo, mas de forma alguma era algo desprezível, pois se assim o fosse, talvez ela tivesse escondido a história do dinheiro, optando apenas por descrever o estupro.

Um dos depoimentos mais interessantes é o do escravo Theodoro, de João José Vilella, que estava na “taberna de João Biaggio bebendo junto com outros escravos” e viu quando “o escravo se aproximou da casa de Dona Gerturdes, mãe da ofendida”, aproveitando que as menores estavam sozinhas em casa, pois “Gerturdes havia ido colher ervas na chácara do Polaco Canha.” Foram duas tentativas: a primeira rebatida por José Biaggio que fora incumbido pela “mesma Gertrudes de dar uma olhada em sua casa”, e na segunda consumou o delito.

O escravo permaneceu preso até o dia 1º de março, mesma data em que foi instaurado o processo. Ainda na formação de culpa o delegado afirmava “ser triste a condição daquela menor” que “embora ao abrigo da lei” em nada poderia ser indenizada de sua honra “pela condição infeliz do seu

subjugador.” O delegado tinha razão. Caso fosse livre, quer pelo estupro, quer por sedução, Joaquim provavelmente seria obrigado a casar com Maria Luíza, mas não era o caso. Pelo menos ainda não.

O processo demorou exatamente 5 meses e seis dias, o que implicava no fato nada desprezível de que, no meio do caminho, em 13 de maio, declarou-se extinta a escravidão no Brasil. Sendo assim condição social do réu muda para ex-escravo, o que pode explicar o desfecho do caso. No dia 3 de agosto ambos recebem “as bênçãos nupciais” na Paróchia de Castro das mãos do Cônego Dias, tendo por testemunhas da união Cyrino José Borges e José de Biagio. Em 5 de agosto eles realizam o casamento no civil pois então Maria Luiza de Moraes já poder realizar o casamento pois passava a ter então “doze annos completos’, como mostra a certidão junta” e Joaquim entra com o pedido de “competente baixa na culpa”. No dia 6 de agosto é dada baixa na culpa do então nominado, Joaquim José Borges.

Neste caso talvez menos, pois a escravidão já era finda, mas a apropriação e o uso de sobrenomes de seus ex-senhores, era parte estratégica dos libertos, como forma de imprimir uma marca de respeitabilidade a sua pessoa. Indicava também, a vontade de invisibilizar o passado escravo, numa atitude claramente contraditória. Benedicta acresceu Maria da Conceição, numa referência a sua ex-senhora Messia Maria da Conceição, herdeira de uma das maiores fortunas da província. Joaquim adotou os nomes de seu ex-senhor, José Borges, e por esta composição passou a ter o mesmo nome de uma das pessoas mais influentes de Castro. Jamais seria confundido com ela, obviamente, mas a referência a tão importante família deveria ser considerada não só por Joaquim, mas a todos os outros que recorreram a este expediente.

Transitando entre a condição de livres de direito, mas ainda com restrições quanto ao fato, os libertos deixaram sua marca na história da longa experiência da escravidão no Brasil. Não sendo mais escravos, mas também não sendo em sua maioria esmagadora senhores de escravos ou homens de muitas posses, tiveram que construir um espaço entre a solidariedade com outros libertos, as experiências e expectativas em comum com escravos e uma aproximação igualmente interessada com homens de mais recursos. Os

libertos realizavam uma luta cotidiana para afastar-se de tudo aquilo que pudesse remeter ao escravismo, mas igualmente não podiam abrir mão do contato com os escravos por conta de negócios e interesses comuns. Nossa observação sobre este grupo de indivíduos foi feita a partir de um momento bastante tenso de suas vidas: a presença perante as autoridades legais. Ora era para ter garantido o direito de executar aquilo que a sociedade esperava deles: o direito ao trabalho, a honra do lar e da integridade física. Ora era para se haver por ter rompido com a lei, com a norma. Mas o interessante do último caso é revelar que ao mudar de condição, de escravo a livre pela lei Áurea, a forma de julgar e punir igualmente mudava. De um homem que não podia restituir e indenizar a vítima por ser escravo, Joaquim tornou-se seu marido para reparação de “tão grande mal.” Esta mudança de condição, e, portanto na forma de reparar a lei, valeu para Joaquim, mas teria valido para outros escravos criminosos nos últimos dias da escravidão e em processos que se arrastaram para depois da assinatura da lei? Não podemos afirmar categoricamente, mas acreditamos que sim, muito embora tenhamos encontrado quatro processos que faziam referência a ex-escravos no ano de 1894.

## 5.6 OS ESCRAVOS DO TENENTE FOGAÇA: ELES FICARAM LIVRES

Se anteriormente afirmamos que em alguns casos juízes e testemunhas atribuíam alguns predicados aos escravos a quem se referiam, concordamos como já fizemos, que a tendência era em sentido contrário. Muito embora, também, não tenhamos encontrado muitas impressões de caráter generalizante sobre o mau comportamento dos escravos e libertos julgados. Parece-nos que para bem ou para mal, as observações eram de cunho pessoal e, em raríssimos casos, estendiam-se para a população escrava e liberta em geral. Não estamos afirmando que o sentimento geral não pudesse, ou até mesmo fosse, de suspeição e desconfiança constante. Mas não parecia ser necessária sua demonstração através de palavras, ou pelo menos, não ficaram registradas com tanta freqüência quanto imaginávamos. Mas uma dessas

idéias era de que escravos podiam ser mais propensos ao furto e ao roubo.<sup>291</sup> Nesses crimes encontramos várias tentativas de atribuir aos escravos ou libertos a subtração de animais, dinheiro e objetos. Este último caso que analisaremos envolve uma situação desta natureza e diz respeito aos escravos da Fazenda Vilela, de propriedade do Tenente Antonio Fogaça de Souza.

Na verdade para chegar até os escravos desta fazenda podemos seguir várias pistas. Uma primeira, e com certeza a mais conhecida, é fornecida por Saint-Hilaire ao descrever sua viagem pela região dos Campos Gerais até atingir Castro. Num trecho já citado aqui neste texto, o naturalista francês dizia ter encontrado uma fazenda pertencente ao tenente Fogaça e que nela os escravos que o receberam passavam-se perfeitamente por homens livres, satisfeitos com seu senhor, ao qual fizeram muitos elogios. Não sendo o interesse de Saint-Hilaire<sup>292</sup> fazer descrições pormenorizadas das relações sociais travadas nestes espaços, sua descrição da Fazenda Vilela é rápida e apenas um ponto de passagem entre a Fazenda Caxambu e a Fazenda Fortaleza, de propriedade de José Félix da Silva. Na verdade, dentro de seu texto afirma que a primeira propriedade que encontrou depois de Caxambu foi a de José Felix da Silva, provavelmente num lapso em relação ao que tinha escrito apenas alguns parágrafos antes.

Mas, como dissemos, Saint-Hilaire não estava interessado em grandes descrições sobre a relação dos escravos e seus senhores, muito embora com observações pontuais e indicadoras da presença de escravos na região dos Campos Gerais. Sua descrição sobre os cortesões e bons anfitriões da fazenda no tenente Fogaça no ano de 1820, nos fornecem uma pista importante sobre o desenlace que ocorreu neste local entre os anos de 1852 e 1860. Mas, como dissemos, esta é uma das formas de encontrar os escravos da fazenda Vilela.

No ano de 1852 encontramos um processo que opõe o dono da fazenda e João Sutil do Rozário, por furto de alguns animais.<sup>293</sup> O processo se arrastou

---

<sup>291</sup> Depois de termos encontrado o processo movido pelo tenente Fogaça contra João Sutil do Rozário, analisamos aleatoriamente várias caixas com processos de furto e roubo sob a guarda da casa da Cultura Emilia Erichsen. Em quatorze casos a situação era esta. Mas em nenhum desses casos os escravos acusados foram julgados ou presos, e somente em 3 deles foram chamados para depoimento.

<sup>292</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina. Op. cit. p. 42

<sup>293</sup> CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1852. Furto

por quase 6 anos, só encontrando seu desfecho no ano de 1858, com a absolvição do acusado. A alegação de João Sutil para justificar sua inocência é de que se ocorriam furtos na fazenda de Fogaça isso deveria “ser por culpa dos escravos daquela mesma fazenda”, principalmente os pretos Euzébio e Francisco que eram “acostumados a tais atos” e que o “senhor sabia disso”. Apesar de citar dois nomes, indica igualmente que os escravos daquela fazenda eram “mal administrados” e “alguns se tinham por forros”. Sem dúvida a imagem dos escravos da Fazenda Vilela era bastante divergente daquela construída por Saint-Hilaire. Não cabe aqui discutir ou conjecturar qual das duas imagens se aproximava mais da realidade. Talvez a acusação fosse apenas uma estratégia de João Sutil do Rozário para desviar dele as suspeitas de furto fazendo-as recair sobre os escravos. Inclusive existem dois inquéritos envolvendo escravos da Fazenda Vilela, por acusação de furto. Mas ambos foram julgados improcedentes, com a posição do tenente Fogaça defendendo seus escravos.

Mas se a questão entre João Sutil e o tenente Fogaça sobre o furto irá se arrastar por anos, a possível “má administração dos escravos” por parte de Antônio Fogaça de Souza, não. Mas cabe indicar que possivelmente a tese de má administração, ou pelo menos sua incapacidade de bem administrar aquilo que possuía, possa ter sido construída a partir de algumas ações do tenente Fogaça alguns anos antes.

Antonio Fogaça de Souza, além de fazendeiro, foi eleito juiz de paz em 25 de janeiro de 1829. Já no dia seguinte “requeria exoneração do cargo de Juiz Ordinário deste por razões justas que alegou e que conhecida ser verdadeira foi decidida, ouve-o por dimitido.” No ano de 1836, novamente como juiz de paz, justifica ausência na sessão extraordinária da Câmara onde tomaria posse de seu cargo estava impossibilitado “por sua avançada idade que tem assim de setenta anos alegando molestias crônicas.” Entre os meses de fevereiro e agosto daquele ano entra com pedidos de isenção de suas funções “alegando enfermidades e que não tem vista para ler e escrever e que tem inaptidão e avançada idade para exercer tal emprego.”<sup>294</sup>

---

<sup>294</sup> Informações retiradas das Atas de Vereadores da Câmara de Castro referentes aos anos de 1829 e 1836. Estes documentos encontram-se on-line através do Projeto de Digitalização do

A leitura das atas sugere então que desde 1836 o Tenente Fogaça não se via em condições de exercer o cargo e alegava moléstias para tal, justamente uma das condições que podia justificar a recusa do cargo, conforme a lei de 15 de outubro de 1827. Se sua idade avançada em 1836 podia justificar o pedido, mais ainda seria em 1852, para justificar sua incapacidade de administrar seus escravos, conforme indicava João Sutil.

Se para conseguir sua dispensa do cargo de juiz, Antonio Fogaça teve que esperar alguns meses em 1836, diferente foi o tempo da resposta que seus adversários políticos tiveram para tentar torná-lo incapaz de administrar seus próprios bens e, portanto, interdita-lo judicialmente. Então nos deparamos novamente com seus escravos.

Num pedido enviado por Joaquim Anacleto da Fonseca ao juiz suplente Alberto Marques da Costa, datado de 24 de janeiro de 1856, a justificativa apresentada era, além das moléstias e da idade avançada do tenente Fogaça, a seguinte:

“não tinha [o tenente Fogaça] discernimento suficiente para reger sua pessoa e bens a tal ponto que se tem empregado há anos ao vil e péssimo regime de seus escravos, os quais têm escandalosamente dissipado uma grande parte dos seus bens em prejuízo talvez do tesouro público.”<sup>295</sup>

Os argumentos de Anacleto indicavam ainda que os escravos de Fogaça “se tem retirado de sua casa, uns como forros e outros, a título de o serem, fugindo de obedecerem-no, como era de dever.” Além disso, os escravos apropriavam-se de grande quantidade de bens daquela fazenda e, não bastasse isso, “apresentavam seu produto publicamente.”

---

Acervo da Câmara de Vereadores, que abrangerá os anos de 1789 e 1848. Atualmente encontra-se disponível a documentação até o ano de 1844. ATAS da Câmara de Vereadores de Castro. Disponível em <http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/anos.html#>

<sup>295</sup> As informações deste processo podem ser encontradas no arquivo da Casa da Cultura Emilia Erichsen no Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação e Responsabilidade. Este processo foi movido por Antonio Fogaça de Souza contra Joaquim Anacleto da Fonseca, onde existe anexada o de interdição enviado por Anacleto. Existem indicações ainda no Livro de Audiências e Correições de 1856. Para outras consultas: Borba, Oney Barbosa. **Povoadores dos Campos Gerais do Paraná**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1969; FERNANDES, Josué Corrêa. **Quando o tribunal caiu. Revista Novos Rumos**. Disponível em [http://www.fagundes Cunha.org.br/amapar/artigo\\_especiais.html](http://www.fagundes Cunha.org.br/amapar/artigo_especiais.html)



As testemunhas arroladas no processo pertenciam em sua esmagadora maioria à família Xavier da Silva, que será mais conhecida no Paraná por Francisco Xavier da Silva, juiz em Castro e Presidente licenciado do Paraná quando dá Revolução Federalista. Segundo indica Oney Borba todos os envolvidos estavam interessados nas terras da Fazenda Vilela. Boa indicação do tamanho desta fazenda foi dada por Horácio Gutierrez<sup>296</sup>, em artigo publicado em 2004. De acordo com Gutierrez em 1825 as terras totalizavam 26.136ha e constituíam a nona fazenda na região de Castro e Ponta Grossa. No ano de 1853 Fogaça vendeu parte de seus campos para Firmino José da Silva Xavier por vinte contos de réis, um valor considerável. Considerando os dados fornecidos por José Caetano da Silva na prestação de contas ao presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, toda a despesa da província era de pouco mais de 64 contos de réis e o receita da província era de pouco mais de 26 contos de réis.<sup>297</sup>

O comprador de parte das terras, Firmino José, disse em seu depoimento que “os escravos não guardavam respeito algum por seu senhor”, muitos já tinham abandonado a fazenda e vivem “em diversos lugares, em arranchamentos próprios.” Afirmava ainda que os escravos

“Além de terem esbanjado a grande criação de animais que possuía em sua fazenda, ainda avançam a tirar-lhe o metal que possui e gastam desordenadamente, apresentando-lhe qualquer deles sempre com muito dinheiro e muitos preparos, tendo até, segundo consta a ela testemunha, trocado notas de quinhentos mil réis por cinquenta, e de cem mil réis, por dez.”

A tese de escravos circulando com bastante dinheiro é sustentada também por outra testemunha, Camilo José de Matos:

<sup>296</sup> Gutierrez, Horácio. Fazendas de gado no Paraná escravista. In.: Revista **Topoi. Rio de Janeiro: 2004**. Julho-Dezembro de 2004 | Volume 05. O autor nomeia a fazenda de Monte Negro, mas tomamos aqui o nome da Fazenda Vilela como é apresentada no inventário de Antonio Fogaça de Souza, datado de 20 de junho de 1856.

<sup>297</sup> Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Zacarias de Góes e Vasconcelos) do ano de 1854, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/000118.html>. Zacarias diz que o déficit de mais de 37 contos de réis é extraordinário e desanimador para a Província nascente, mas que era fácil de desaparecer criando novos impostos, décima sobre o aluguel de prédios e novo posto de registro em Rio Negro, além de cortar despesas.

Os escravos do justificado apresentam-se bastante endinheirados, fazendo compras avultadas de alfaias e apresentando-se com caros aparelhos de prata e vestimentas ricas o que não pode ser senão pelo furto que fazem ao mesmo justificado, o qual sabe possuir ainda grande fortuna, não só porque tem sua fazenda, mas porque tendo há pouco tempo vendido uns campos, recebeu vinte contos de réis em moeda.

Não seria imprudente afirmar que se todos os discursos das testemunhas recaíssem apenas sobre a questão do furto dos escravos e suas demonstrações públicas com dinheiro, vestimentas e apetrechos de prata, a tese de preocupação com um senhor de quase noventa anos soaria pouco convincente. Então, ao lado disso, os depoimentos também insistiam nos maus-tratos e na triste condição em que se encontrava o tenente Fogaça. Em seu depoimento, o já citado Firmino, afirmou que

O justificado possui ainda parte de sua fortuna e vive em extrema miséria, porque os escravos não cuidam de sua pessoa a qual até parece repugnante pela imundicidade que mostra com as feridas produzidas pelos insetos da terra que encravaram-se-lhe pelas partes inferiores do corpo, supondo o mesmo que sofre fome, o que tudo sabe por ter presenciado, sendo seu vizinho há vinte e quatro anos, mais ou menos.”

Para David Antonio Xavier da Silva, tio de Firmino, Fogaça parecia sofrer de epilepsia e não reconhecia mais as pessoas.

No dia 28 de janeiro de 1856 o juiz Alberto Marques de Almeida marcou uma audiência e, já no dia seguinte foi feito o arrolamento dos bens de Fogaça, os quais, seguindo as informações das testemunhas deveriam estar bastante diminuídos. Convencido da incapacidade de Fogaça em administrar seus bens e escravos, decretou a interdição do mesmo e nomeou seu vizinho, Firmino Xavier da Silva, como curador. Oney Borba chamou a atenção para um trecho dos autos que afirmam a cobrança das custas do processo. Nele consta que Fogaça “bem ciente ficou” do valor de trezentos mil réis<sup>298</sup>, e que os mesmos foram pagos. Para alguém que estava em estado de saúde bastante deteriorado, vítima de epilepsia e esquecendo as pessoas, houve significativa melhora na hora de reconhecer uma dívida.

---

<sup>298</sup> Borba, Oney Barbosa. **Povoadores dos Campos Gerais do Paraná**. Op. cit. p. 52

O processo todo foi embaraçado por conta da ação de outro juiz, Bonifácio José Batista, que solicitou um exame de sanidade mental em Fogaça. Também destituiu Firmino da condição de curador, nomeando José Pereira Borba. Ao mesmo tempo Fogaça contrata um advogado, Joaquim Inácio Silveira da Mota<sup>299</sup> e consegue, em 1º de maio, anular o processo de interdição.

Apenas lembrando que a trajetória traçada até aqui partiu das observações de Saint-Hilaire sobre os escravos da fazenda, que pareciam homens livres, “satisfeitos e prontos a servir”, provando que os negros se chegavam “mesmo a se demonstrar desonestos e imprudentes, é porque eram maltratados”. Depois uma acusação de furto contra o lavrador João Sutil do Rozário, que acusou escravos da fazenda como responsáveis pelos mesmos, uma vez que eram administrados com excessiva displicência por seu senhor. Valendo-se desta situação e dos constantes pedidos de tenente Fogaça para ser dispensado do cargo de juiz de paz por conta de sua idade avançada e de suas moléstias crônicas, Joaquim Anacleto Fonseca pediu a interdição do mesmo, no que foi apoiado pela família Xavier da Silva. A reação final do tenente Fogaça trás os escravos de novo a cena. Em 20 de fevereiro de 1856, chamou o escrivão João Vicente Leite Sampaio, além de várias testemunhas, e ditou seu testamento. Declarando ter nascido e ser natural da Ilha de Graciosa do reino de Portugal, sendo filho legítimo de André Espindola da Veiga Cabral e de Dona Francisca Clara de Santo Antonio e que chegou ao Brasil em 1794. Depois de exercer vários cargos públicos e não tendo casado e nem filhos, deixava como prova de gratidão, todos os bens aos seus escravos, a partir de então, seus herdeiros universais. Os mesmo ficavam obrigados a mandar dizer todos os anos uma capela de missas pela sua alma.

Os bens da fazenda eram bastante significativos. Para além de trastes gerais, muitos objetos de prata, animais havia ainda a casa de morada da Fazenda Vilela e “todo campo, capões, terras lavradas e um cerrado no sertão”. O monte-mor foi avaliado em 41:665\$500, com dívidas somando 873\$368 portanto restava ainda 40:792\$132. Todos os 29 escravos foram

---

<sup>299</sup> Silveira da Motta foi acusado por Vicente Machado de fazer parte das “hordas de bandidos assalariados ao mando de um bandido-mor”, ou seja, os maragatos durante a Revolução Federalista. Conforme: FERNANDES, Josué Corrêa. **Quando o tribunal caiu**. Op. cit.

nomeados, mas como eram tomados por livres a partir de então, nenhum teve valor estipulado. Só para constar os pretos Euzébio e Francisco acusados por João Sutil do Rosário de serem “ladrões contumazes” estavam entre os herdeiros.<sup>300</sup>

---

<sup>300</sup> Inventário do Tenente Antonio Fogaça de Souza. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Cível. 1856.

## CONCLUSÃO

Concluir um texto sobre os crimes envolvendo escravos e libertos na região dos Campos Gerais do Paraná, em pleno século XIX, tendo por referência a Comarca de Castro e não fazer referência ao incidente a Fazenda do Capão Alto é, no mínimo, uma opção curiosa. Tentemos argumentar.

Em 28 de abril de 1864 o delegado de polícia de Castro informava ao presidente da província, André Augusto de Pádua Fleury, que os escravos da fazenda do Carmo, em número de trezentos, encontravam-se em estado de insurreição. A revolta daqueles escravos residia no fato de que seriam levados para São Paulo por conta de um contrato de arrendamento estabelecido entre a firma Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião. Segue o delegado informando que os escravos resistiam, pois se consideravam livres e que só obedeciam ordem de Sinhara, nome pelo qual os escravos da fazenda chamavam Nossa Senhora do Carmo. Como ela não havia determinado nada, eles não partiriam para lugar algum. Inicialmente foi deslocada uma força de 20 praças policiais para submeter os negros revoltosos; depois o próprio presidente dirigiu-se para Castro afim de resolver aquela pendência. De um lado negros escravos da fazenda do Carmo que, por conta de quase um século de liberdade (desde a década de 1770 até o ano em que foram arrendados, 1864), livre de qualquer ingerência, inclusive dos padres carmelitas, entendiam-se livres. De outro, os arrendatários, com um contrato que de fato existia, mas era passível de vários questionamentos acerca de sua legalidade, inclusive a falta de licença imperial, exigida em tais casos. Burlava-se ainda o pagamento da meia sisa – imposto que incidia sobre transações de compra e venda de escravos – ou o imposto aplicado sobre a saída de escravos de uma província para outra. Em torno das questões legais acerca dos impostos ou da lei fiscal travou-se uma disputa que ainda em 1873 não havia encontrado solução, obrigando, entre outras coisas, que a tesouraria da província do Paraná, altera-se a lei obrigando que toda a transação envolvendo escravos, quer fosse compra, venda ou demais

operações de alienação ou cessão, fossem igualmente submetidas ao pagamento dos impostos devidos.

Os escravos resistiram o quanto puderam. Firmino, identificado como o cabeça dos revoltosos, foi preso, o que ensejou a resistência de outros escravos, repelidos que foram com o emprego da força. Vasculhadas as senzalas foram encontradas facas, facões e espingardas carregadas. Os líderes foram enviados a cadeia de Castro e da capital. Os demais enviados para São Paulo, acompanhando o preposto da firma Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião. Na passagem deste por Curitiba, foram entregues também os escravos presos. Os escravos revelaram ainda não serem completamente ignorantes ao mundo das leis fiscais, uma vez que alegaram a ilegalidade da transação que os envolvia por conta do não pagamento dos impostos. Ou seja, é a leitura da lei de forma a retirar desta as possíveis benesses que dela podem advir. A ordem seduz pelas expectativas que gera.

Mas entre a liberdade e o “direito dos escravos” que experimentaram mais de um século de vida com boa dose de autonomia e o direito a propriedade, prevaleceu a segunda. No dizer do próprio presidente André Fleury, “bem ou mal os Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, mesmo perante os escravos eram tidos como arrendatários, cumpria-me, pois não tirar ao seu preposto a força moral necessária para com os escravos.” O caso, muito embora exemplar, pode ser encerrado ainda com as palavras do presidente “não houve, é certo, insurreição, mas a não terem tomado as medidas empregadas, fora de presumir-se alguma perturbação, passageira ao menos, da ordem pública no município de Castro.”

Não houve, é certo insurreição. A Fazenda do Carmo não foi palco da maior revolta de escravos que o Paraná poderia ter conhecido, mas os escravos de Castro, nascido à volta desta fazenda, e das outras localidades abrigadas sob aquela a Comarca de Castro, resistiram e lutaram para se fazerem notar. Demarcaram seus espaços de autonomia, ainda que limitados, disputaram recursos, muito embora poucos e minguados, traçaram estratégias produzidas muitas vezes em função do lugar onde se encontravam ou das expectativas geradas em torno deles.

Seus comportamentos, que nada lembravam passividade ou inércia, mostraram como escravos ou libertos foram capazes de atuar e interferir oportunamente no rumo de suas vidas. Disso não resulta afirmar que todo escravo era um Zumbi, mas também nem só de vítimas passíveis se fez a escravidão em Castro. Em alguns casos podemos mesmo duvidar de que houvesse uma estratégia escrava, como no caso da Fazenda Vilela, os escravos do tenente Fogaça e sua voz que não apareceu em processo algum. Mas não podemos duvidar dos resultados. Ainda que a decisão última pela doação de toda a fortuna fosse um atributo específico do proprietário, não seria prudente supor que ela se fez completamente a revelia das ações e comportamentos dos escravos.

Os processos analisados permitiram avançar um pouco sobre alguns fragmentos do cotidiano daqueles homens e mulheres, escravos ou libertos que negociavam, acomodavam ou simulavam, mas de forma alguma consentiam de forma submissa e irrefletida, pelo menos não em sua maioria. Por conta de nossa escolha do corpus documental, acabamos nos deparando com escravos e libertos num momento bastante específico, ou seja, quando iam por algum motivo, se defrontar com alguma autoridade. No caso dos escravos, mesmo que acompanhados nos tribunais por tutores que poderiam traçar as estratégias adotadas, estas não poderiam se fazer a margem da história vivida por aqueles, da mesma forma, nada nos permite negar que as histórias também pudessem ser inventadas por eles. O que nos parece seguro afirmar, no entanto, é que elas tendiam a considerar elementos pertinentes para produzir um determinado fim, seja para acusar ou absolver.

Escravos e libertos não desconheciam os limites impostos por sua condição e bem sabiam das sanções legais e sociais que lhes eram dirigidas, mas isso não implicou numa incapacidade de agir dentro das raias do aceitável e negociável, mesmo quando crimes eram por eles cometidos. Da mesma forma a sociedade analisada pareceu menos intolerante aos escravos e libertos, mesmo nos delitos por eles cometidos. Apontamos em várias passagens do texto menções positivas em relação aos escravos e libertos, ainda que estes se apresentassem na condição de réus. Não custa lembrar que já frisamos não residir aí nenhuma condescendência ou boa vontade

extrema de autoridades e da população em geral em relação aos escravos. Mas também não achamos correto pensar que toda a população da época primava apenas por enxergar e ressaltar defeitos, vícios e medos dos escravos e libertos.

Numa sociedade onde livres, libertos e escravos partilhavam espaços e experiências em comum, acreditamos que as experiências positivas de um lado e de outro também pudessem calar fundo. Isso não tornava aquela sociedade mais igualitária, fraterna ou justa. Na hora dos julgamentos ainda o peso de não pertencer aos estratos superiores da sociedade, quer econômica, quer racialmente, tinha seus impactos e decidia o futuro de muitos homens e mulheres. Mas, na mesma hora dos julgamentos, a pena do escrivo revelava as estratégias sutis dos escravos e libertos, explicitava suas divergências e atitudes de recusa ao cativeiro ou a exploração a qual estavam submetidos. Mais importante que isso, demonstraram como as estratégias adotadas por homens e mulheres que, escravos ou não, vivenciaram a escravidão de diversas formas ou intensidade, mas que jamais puderam ser indiferentes a ela. E não sendo indiferentes marcaram o cotidiano da escravidão com seus sonhos, suas aspirações, suas frustrações e seus crimes. Percorrendo caminhos por vezes bastante tortuosos, levado por fontes produzidas em momentos marcados pela tensão, pela tentativa de afirmação da ordem ou de valores sociais partilhados por uma sociedade que não mais existe, este trabalho avançou um pouco na direção da vida daqueles homens e mulheres que tiveram sua existência “destinada a não deixar rastros” e que por seus embates com o aparato jurídico, com esta instância de poder, puderam deixar um legado para que pudéssemos recordar de suas trajetórias fugazes. Embora desprovidas de qualquer característica ligadas a glória, nascimento, fortuna, santidade, heroísmo ou genialidade, ainda assim personagens atuantes, e não meros espectadores, da história do Paraná em meados do século XIX.



## **FONTES**

### **- ON-LINE**

BRASIL. Código Criminal do Império. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-p-15/Legimp-15.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

BRASIL. Código do Processo Criminal de 1ª Instância. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-p-15/Legimp-15.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

Relatório do Ministério da Justiça (Ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú) do ano de 1862, disponível na Internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1854/000004.html>.

Relatório dos Presidentes da Província de São Paulo (Presidente Rafael Tobias de Aguiar) do ano de 1845. Documento transcrito no Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1935.

Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches) do ano de 1875, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/637/000006.html>.

Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente José Francisco Cardoso) do ano de 1859, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u569/000003.html>.

Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos) do ano de 1854, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/000005.html>.

Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Vice-presidente Manoel Antonio Guimarães) do ano de 1873, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/635/000006.html>.

Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes) do ano de 1857, disponível na internet na página eletrônica do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do “Center

for Research Libraries e Latin American Microform Project”, em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/619/000018.html>.

- MANUSCRITAS

CCEE. Denuncia. s/n. Caixa/Ano: 1862. Lesões Corporais.

CCEE. Denuncia. s/n. Caixa/Ano: 1887. Tentativa de Homicídio.

CCEE. Inquérito. s/n. Caixa/Ano: 1876. Lesões corporais e invasão de propriedade.

CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1831.

CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1932.

CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1833.

CCEE. Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1834.

CCEE. Pasta: “Documentos diversos – decretos e processos 1828-1860”. Livro de Termos de Audiência e Correções da Prefeitura Municipal de Castro -1856.

CCEE. Pasta: “Documentos diversos – decretos e processos 1861-1880”. Livro de Termos de Audiência e Correções da Prefeitura Municipal de Castro -18.

CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1855. Redução de Homem Livre à escravidão.

CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1878. Furto.

CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1879. Homicídio.

CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1880. Homicídio e tentativa de homicídio.

CCEE. Processo s/n. Caixa/Ano: 1881. Homicídio.

CCEE. Processo s/n. Caixa: 1855. Reduzir a escravidão.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1855. Lesões Corporais.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1856. Homicídio.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1857. Tentativa de Homicídio e uso de armas proibidas.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1861. Abuso de autoridade, lesão corporal, lesão corporal afim de injuriar.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1861. Auto de Averiguação.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1875. Homicídio.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1875. Quebra do termo de bem viver / Dos crimes e dos criminosos.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1877. Perturbação da Ordem e Lesões Corporais.

CCEE. Processo s/nº. Caixa/Ano: 1878. Tentativa de Homicídio.

CCEE. Processo. Caixa Ano 1860. Data: 14/04/1860. Suicídio.

CCEE. Processo. Caixa Ano 1861. Data: 08/06/1861.

CCEE. Processo. Caixa Ano 1863. Data: 17/01/1865. Homicídio.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1856. Lesões corporais.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1856. Homicídio.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1876. Lesões corporais.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1877. Lesões corporais.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1879. Homicídio.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1880. Homicídio.

CCEE. Processo-crime. s/n. Caixa/Ano: 1884. Furto.

CCEE. Termo de bem viver s/nº. Caixa/Ano: 1860. Perturbação da Ordem.

CCEE. Translado de Processo s/n. Caixa:Ano: 1848. Homicídio.

COLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. 1881.

Coleção das Leis do Império do Brasil (1835- 1ª Parte). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

DEAP. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 09/08/1873.

Fórum Alcebíades de Almeida Farias. Vara do Crime. Livro Rol dos Culpados. 1856.

Jornal Dezenove de Dezembro. Data: 27 de maio de 1854. n. 9 p. 2.

LIVRO “Atos Diversos”. Prefeitura Municipal de Castro. Posturas de 20 de abril de 1847.

Livro de Atas da Câmara Municipal, ano de 1934.

Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Anna Luiza da Silva.

Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Maria Joaquim de Mello.

Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Melchior Ribeiro de Lima.

Preâmbulo da Lei de 10 de junho de 1833.

Proposta da lei de 10 de junho de 1833.

## REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da Princesa**: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISNOS, 2007.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição**: o Espírito Santo. (1850-1888). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência**: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, dissertação de mestrado, 1996.

AUFDERHEID, Patricia Ann. **Order and violence**: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840. Dissertation (Ph. D.). University of Minnesota, 1976.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.

BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, n. 3, jun. 1963, p. 28-52.

BALHANA. Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

BAPTISTA, Vera Maria Biscaia Vianna. **Curitibanos dos Campos Gerais**. Curitiba: Fundação Cultural, 2000. p. 58-62.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, Dec. 1988.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais**: direito e escravidão no Espírito Santo, século XIX. 2003. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão. 1977.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. **Lei branca e justiça negra: crimes de escravos na comarca do Rio das Mortes (Vilas Del-Rei, 1814-1852)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. As posturas e o espaço urbano comercial: ocupação e transgressão na São Luís oitocentista. In.: **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Justiça e cidadania**. Estudos Históricos. Nº 18. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Resistência escrava no Brasil: raízes e roteiros de algumas discussões recentes**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/carval.rtf>. Acessado em: 10 set. 2010

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. História, literatura e legados historiográficos: entrevista com Sidney Chalhoub. In: **Saeculum – Revista de História** [20]; João Pessoa, jan./ jun. 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

COGÔ, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. Tese de doutorado. São Paulo: USP / PPGHE, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DAUWE, Fabiano. Estratégias institucionais de liberdade: um estudo acerca do Fundo de Emancipação dos Escravos em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888. **Monografia de Graduação em História**. Florianópolis, UDESC, 2001.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davies. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In.: **Revista Projeto História**, São Paulo, vol. 17, Nov. de 1998.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro de Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)**. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, Edilson Souza. **Entre o fogo e o vento**: as práticas de batuques e o controle das emoções. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1964.

FERRARINI, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Curitiba: Lítero Técnica, 1971.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum**: Escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888). (Tese de doutorado). Franca: UNESP, 2006.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830)-1888). São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Rio de Janeiro: Cortes, 1989. O original é de 1830.

FLORY, Thomaz. **El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871**: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

FRAGOSO, Claudio Heleno. A Pena de morte. Congresso internacional sobre o centenário da abolição da pena de morte em Portugal. Coimbra: 1967. Disponível em: [http://www.fragoso.com.br/eng/arq\\_pdf/heleno\\_artigos/arquivo64.pdf](http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/heleno_artigos/arquivo64.pdf).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 25 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**: 1871-1888. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene. **A terra prometida. O mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GOENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1988.

GOULART, José Alípio. **Da palmatória ao patíbulo**. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1971.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria de Nunes. (orgs.) **Direitos e justiças no Brasil**: ensaios de história social. Campinas, São Paulo; Editora da UNICAMP, 2006.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Lina Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte: UFMG, n. 2, 1986.

GUIMARAES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século 19. São Paulo: FAPEB, AnnaBlume, 2006.

GUTIERREZ, Horácio. **Donos de terras e escravos no Paraná**: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*, Nova York, Vintage Books, 1976.

HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In.: **TOPOI**, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 143-191.

HAY, Douglas et. Alli. *Albion's Fatal three: crime and society in eighteenth-century England*. New York: Pantheon's Books, 1975.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 21

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scienca et Labour (UFPR), 1988.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora**: trabalho escravo nas Freguesias do Espírito Santo (1850-1871). Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2009.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **No sertão das Minas**: escravidão, violência e liberdade (1830-1888). São Paulo: Annablume, 2007.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert. **A oferta de muarees no Brasil Central**: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. Estudos Econômicos. São Paulo. Vol. 9, n. 2, maio-ago, 1989.



KOERNER, ANDREI. **Judiciário e cidadania na constituição da república brasileira**. São Paulo: Hucitech, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LAMB, Roberto Edgar. **Semeadores dissonantes**: imigrantes e policiais na província do Paraná - século XIX. In.: Revista de História Regional. Vol. 1. - nº 1 - Inverno 1996. p. 87-110.

LARA, Sílvia Hunold. A Herança dos “Annales”: O Princípio e seus Discípulos. In: GUAZZELLI, C. A. et al. (orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFGRS, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão no Brasil**: balanço historiográfico. LPH-Revista de História. Mariana, nº1, p.245-266,1992.

LIMA, Carlos. **Tráfico ilegal para a fronteira agrária**: Domingos Inácio de Araújo (Palmeira, 1830-1851). Anais 4 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**: lições introdutórias. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, n. 3, jun. 1963, p. 1-27.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e Escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAESTRI, Mario. A Reabilitação Historiográfica da Ordem Escravista: Determinação, Autonomia, Totalidade e Parcialidade na História. In: XXV **Simpósio Nacional de História** –História e Ética, 2009, Fortaleza, Ceará. Anais do Simpósio.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese em História. Recife: CFCH, UFRPE, 2001.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei**: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Imério do Brasil. Maringá: EDUEM, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do Corpo, Missionários da Mente**: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do progresso**: a Revolução praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINELLI, João Paulo Orsini. O elemento subjetivo no Código Criminal do Império. Disponível em: <http://www.novacriminologia.com.br/Artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=2419>. Acesso em: 12/12/2009.

MATOS, Mário. Fases de prosperidade e de declínio do tropeirismo. In: FRIOLI, Alfredo; BONADIO, Geraldo (orgs). **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras; Fundação Ubaldino do Amaral, 1984.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, Kátia Andréia Vieira. Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes. **Dissertação de Mestrado**. Curitiba: UFPR, 2004.

MERRICK, Thomas M.; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil em 1880 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOLINA, Sandra Rita. **A morte da tradição**: A Ordem do Carmo e os escravos da Santa contra o Império do Brasil (1850-1889). Tese de Doutorado. USP, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOTIM, Benilde Maria Lenzi. **Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro: 1850-1900**. Dissertação de mestrado. Curitiba, 1987.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume II. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial S.A., 1949, p. 351 -352.

NEEDEL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência a Conciliação, 1831-1857”. **Revista Almanack Brasiliense**, n. 10 , Nov. 2009, p. 5-22. Disponível em <http://www.almanack.usp.br/>.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência**: Império. Porto Alegre: Sulina, 1973, v. 1, p. 48-49.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume/FAFPESP, 2003.

PARDO, Terezinha Regina Buseti. **Das relações familiares dos escravos no Paraná do século XIX**. Curitiba: UFPR/CCPGH, Dissertação, 1993.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei da Curitiba Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PENA, Eduardo Spiller. Burlas à lei e revolta escrava. In.: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 171-172.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org). **Monumenta: segunda série**. Curitiba, vol. 1, n. 3, 1998. p. 145.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Algumas considerações sobre as posturas municipais. In: **Fazendeiros, industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1990.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando Iras Rumo ao Progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)**. São Paulo: Annablume, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, José Carlos. **Anos 1930: Gilberto Freyre**. O re-elogio da colonização portuguesa. Pós-História. Assis/SP, v.6, 33-65, 1998. p. 36

REIS, Liana Maria. **Crimes de escravos na Capitania de todos os negros (Minas Gerais 1720-1800)**. São Paulo: Hucitech, 2008

REIS, Liana Maria. Por ser público e notório: escravos urbanos e criminalidade na Capitania de Minas (1720-1800). 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Agenor. **Pena de morte no Brasil autônomo**. Tese (Livre-Docência). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974.

RIBEIRO, João Luiz. **No meio das galinhas as baratas não tem razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

ROCHA, Justiniano José da – “Ação Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. IN:MAGALHÃES JÚNIOR, R.- **Três Panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo, Ed. Nacional, 1956.

ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na Província de São Paulo, no final do Império**: a instituição, a prática cotidiana e a cultura. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1978.

SANTOS, Luciana de Lourdes dos. **Crime e liberdade**: o mundo que os escravos viviam. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SÃO VICENTE, José Antonio Pimenta Bueno, Marques de. **1803-1878/** organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamentos**: Vigiar, Controlar e Punir. In.: ANAIS IX Encontro Estadual de História: Vestígios do passado: a história e suas fontes. Disponível em [http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027\\_ARQUIVO\\_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf)

SCHWARTZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SILVA, César Múcio. **Escravidão e violência em Botucatu 1850-1888**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **O Negro na Rua**. A nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A crítica pelo riso: o olhar satírico de Ângelo Agostini para o encaminhamento legal da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Justiça & História** vol. 6 – n. 11, 2006.

SILVA, Wellington Barbosa. O juiz de paz e o serviço de policiamento nas ruas do Recife no século XIX (1830-1835). In.: MONTENEGRO, Antonio Torres; et. al. (org.). **História: cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: **Escravidão -Revista Brasileira de História**, vol. 16, São Paulo: Marco Zero ANPUH, 1988. p. 107-142.

SOUZA, Claudete de. **Formas de ações e resistência dos escravos na região de Itu**: século XIX. 1998. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**: teoria política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 53.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais. In.: CARVALHO, José Murilo de (Org.) **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduições da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX. São Paulo: EDUSC, 2004.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero, 1993.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afina, existiu ou não, regime escravo no Paraná. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 13, p. 25-63, 1997.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitech, 1998.

ZULIAN, Rosângela Woziack. A semente de uma grande cidade: uma leitura dos discursos construídos sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa (PR). Ponta Grossa: UEPG. **Revista de História Regional** n. 14 (2): 104-126. 2009.

## **1860 - INVENTARIADO: TENENTE ANTONIO FOGAÇA DE SOUZA**

### **Inventariado: Tenente Antonio Fogaça de Souza**

Inventariante: Joaquim Ferreira de Mello

O inventariado Tenente Antonio Fogaça de Souza deixou testamento datado de 20/02/1856 onde declara ser natural da Ilha de Graciosa do Reino de Portugal, e que pertencia a uma das principais famílias, sendo filho legítimo de André Espindola da Veiga Cabral e de sua mulher Dona Francisca Clara de Santo Antonio.

O mesmo veio para o Brasil no ano de 1794 e escreveu cargos públicos. Nunca se casou e não teve filhos. Assim sendo, ele como prova da sua gratidão declarou como seus herdeiros universais os mesmos mandassem dizer todos os anos uma Capela de Missas pela sua alma.

### ***Título de herdeiros***

- 01- Jenovena casada com Candido, com 60 anos
- 02- José de Cruz casado com Lidoína, com 35 anos
- 03- Maria, viúva, com 40 anos
- 04- Ana casada com Euzébio, com 38 anos
- 05- Ignacia solteira com 45 anos
- 06- Manoel casado com Prudência, com 40 anos
- 07- Francisco casado com Maria Rita, com 36 anos
- 08- Izabel solteira com 39 anos
- 09- Collecta casada com José, com 22 anos
- 10- Maria solteira com 13 anos
- 11- Anna casada com Joaquim de Almeida, com 28 anos
- 12- Joaquim solteiro com 14 anos
- 13- Maria casada com Salvador com 34 anos
- 14- Pacífico solteiro com 10 anos
- 15- Candido solteiro com 14 anos
- 16- Francisco solteiro com 8 anos
- 17- Manoel solteiro com 14 anos
- 18- Gaudencio com 8 anos
- 19- Euzebio casado com Ana com 44 anos
- 20- Pedro Gongo, solteiro com 55 anos
- 21- João Candumbo (?), casado com Izabel com 60 anos
- 22- Joaquim mulato, solteiro com 50 anos
- 23- Pedro mulato, solteiro com 50 anos
- 24- Catharina de nação, casada com Manoel, com 40 anos
- 25- Antonio solteiro com 8 anos
- 26- Sebastião solteiro com 60 anos
- 27- Francisco crioulo com 50 anos
- 28- João banguela, solteiro com 40 anos
- 29- José filho de Francisco e Maria Rita

Avaliador: Capitão Joaquim José Borges Junior.

***Avaliação dos bens***

Um par de canastras velhas avaliadas em 10#000  
Quatro garrafões avaliados em 8#000  
Uma canastra velha avaliada em 2#000  
Duas caixas velhas de madeira avaliadas em 1#280  
Quatro caixas velhas avaliadas em 2#560  
Um caixão grande avaliado em 1#280  
Um tacho grande avaliado em 10#000  
Uma chocolateira grande de cobre avaliada em #800  
Uma chaleira avaliada em #800  
Um ornamento com colher de prata avaliado em 100#000  
Um espadim velho avaliado em 1#000  
Quatorze garrafas avaliadas em 1#120  
Um almofariz avaliado em 1#000  
Um copo de vidro avaliado em #800  
Quatro cálices avaliados em #960  
Uma balança avaliada em 4#000  
Uma balança menor avaliada em 2#000  
Nove enxadas avaliadas em 7#200  
Uma chocolateira avaliada em #800  
Sete foices avaliadas em 17#500  
Uma panela de ferro grande avaliada em 1#000  
Dois ferros de marcar avaliados em 1#000  
Três pratos velhos avaliados em #300  
Um jarro avaliado em 1#000  
Uma bandeja velha avaliada em #500  
Um funil velho avaliado em #160  
Uma bandejinha avaliada em #160  
Quatro machados avaliados em 12#000  
Um machado velho avaliado em 1#000  
Um par de chinelas avaliadas em #800  
Três mesas velhas avaliadas em 6#000

Três garrafas brancas avaliadas em #480  
 Um vidro grande avaliado em #160  
 Três vidros pequenos avaliados em #300  
 Um copo de vidro avaliado em #640  
 Uma balança avaliada em 2#000  
 Dois frascos avaliados em #640  
 Seis caixetas avaliadas em #600  
 Um armário avaliado em 3#000  
 Duas mesas avaliadas em 4#000  
 Uma sela, manta e freio avaliados em 20#000  
 Dois castiçais de cobre avaliados em 1#000  
 Dois bancos avaliados em 1#000  
 Dois tamboretas avaliados em 1#000  
 Cinco catres avaliados em 10#000  
 Dois caldeirões de ferro avaliados em 4#000  
 Uma caçarola avaliada em 1#000  
 Um forno de ferro avaliado em 5#000  
 Um par de pedras de moinho avaliadas em 5#000  
 Um aparelho de ferros para carpinteiro avaliados em 12#000  
 Dois carros avaliados em 40#000  
 Um tacho velho avaliado em 1#000  
 Uma caçarola grande avaliada em 1#000

### **Prata**

Duas libras de prata em talheres avaliadas em 71#680  
 Um par de esporas de prata avaliadas em 19#040  
 Uma bandeja de prata avaliada em 25#760  
 Quatro castiçais de prata avaliados em 112#000  
 Um copo de prata avaliado em 20#160  
 Uma boceta de prata avaliada em 5#600  
 Dez bois carreiros, cada um avaliado em 15#000, somando 150#000  
 Dois touros, cada um avaliado em 10#000, somando 20#000  
 Seis bois de dois anos, cada um avaliado em 5#000, somando 30#000  
 Uma vaca com cria avaliada em 12#000  
 Quatro vacas com crias, cada uma avaliada em 14#000, somando 56#000



Três vacas soltas, cada uma avaliada em 10#000, somando 30#000  
Duas novilhas, cada uma avaliada em 6#000, somando 12#000  
Quatro cavalos velhos, cada um avaliado em 5#000, somando 20#000  
Cinco cavalos, cada um avaliado em 10#000, somando 50#000  
Noventa e oito éguas, cada uma avaliada em 4#000, somando 392#000  
Trinta éguas com crias, cada uma avaliada em 6#000, somando 180#000  
Três bestas mansas, cada uma avaliada em 40#000, somando 120#000  
Uma porca com cria avaliada em 6#000  
Uma morada de casas com todas as suas benfeitorias na Fazenda do Vilela avaliada em 500#000  
Todo campo, capões, terras lavradas e um cerrado no sertão, tudo avaliado em 39:500#000

Monte mor: 41:665#500

Dívidas do monte: 873#368

Monte menor: 40:792#132

Na hora da partilha coube a cada herdeiro a quantia de 874#117.

1861

Autos de contas de testamentaria

**Testador: Antônio Fogaça de Souza**

Testamenteiro: Major José Carneiro e Silva Lobo

O escrivão interino da \_\_\_\_\_

Translado dos testamentos do Tenente Antonio Fogassa de Sousa que se acham lançados no livro de nottas numero vinte e quatro as folhas des verço onse verço e as folhas cinqüenta e um verço the cincoenta e dois cujos he do theor e forma seguinte =

Testamento aberto que fas o Tenente Antonio Fogassa de Sousa. Saibam quantos este publico instrumento de testamento aberto virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cincoenta e seis aos vinte dias do mes de fevereiro do dito ano nesta fazenda do Vilella terceiro distrito da Vila de Castro terceira Comarca da Provincia do Paraná para aonde fui vindo eu tabelião ao diante nomeado achamado e ahi compareceu o Tenente Antonio Fogassa de Souza morador desta Fazenda e reconhecido de mim que dou fé e das testemunhas ao diante nomedas e assignadas de pé em seu perfeito juízo e entendimento segundo o meu parecer e das testemunhas e por elle foi ditto em presença das mesmas testemunhas que de sua livre e expontania vontade e sem constrangimento de pessoa alguma fas o seu testamento pela maneira seguinte = Declarou que hera catholico apostolico romano em cuja crença tem vivido e pretende morrer. Que he natural da Ilha da Graciosa do Reino de Portugal baptisado na Villa de Santa Cruz da mesma Comarca e pertencia a huma das principais famillias, filho legítimo de Andre Espindola da Veiga Cabral e de sua mulher Dona Francisca Clara de Santo Antonio os quaes já falecerão os quaes já falecerão e por isso nem hum outro acendente lhe resta. Que não esta certo de sua idade, mas supõem ter oitenta e seis anos mais ou menos. Que athe hoje se conservou solteiro. Que veio para o Brasil no ano de mil sete centos e noventa e quatro então dominio Portugues e depois Imperio independente a cuja independencia aderio e como tal exerceo cargos publicos. Que não tendo filhos ou outro algum decendente fica lhe livre as disposições de todos os seus bens e por isso em prova de gratidão e reconhecimento pelos bons servissos que tem recebido de todos os seus escravos e libertos que foram seus escravos e que vivem em sua companhia os instituia seus universaes herdeiros para que depois de sua morte gosem com igualdade de todos os seus bens como se os próprios, cujos herdeiros instituidos são os seguintes = Genoveva casada com Candido José Antonio, seu filho José da Cruz, filhas Maria, Ana, Ignacia seus nettos Manoel Francisco, Izabel, Coleta, Maria, Ana, Joaquim, Maria, Pacifico, Maria, Candido, digo Pacifico, Maria e Candido estes bisnetos, e bem assim Francisco, Manoel e Gaudencio tão bem netos e Euebio, todos estes já libertos em vida com as suas cartas de liberdades, bem como Bento crioulo, Caetano, Pedro, João Congo digo João Candunbo de nasção Bengala, Ignacia cabra,

estes libertos condicionalmente e mais os escravos que por minha morte tão bem ficarão livres ficarão livres como se livres nascerem e são os seguintes = João Bengala, João Congo, Manoel de nassão, Silvério crioulo, Joaquim mulato, Pedro Congo, Catharina de nassão e seus filhos Antonio e Manoel, Sebastião de nassão e Francisco crioulo. Os quaes repito serão todos meus legítimos herdeiros com o único encargo de faserem diser todos os anos meia capela de missa pela alma delle testador de seus pais e de seus parentes. Declaro e rogo a meu testamenteiro que fassa o meu enterro sem pompa e sepultar o meu corpo em volto no habito que possuo no Semiterio da Enxovia aonde se acha sepultado o irmão dele testador de nome Miguel fazendo diser missa de corpo presente na Igreja Matriz. Declarou que rogava em primeiro lugar ao senhor José Carneiro e Silva Lobo em segundo lugar o senhor José Olintho Mendes em terceiro lugar ao senhor Joaquim Ferreira de Mello que fisece a obra pia de serem seus testamenteiros e que cumpricem e fisecem cumprir todas as suas disposições testamentarias pelo que haveria a competente ventura. E de como assim o disse pedio-me que \_\_\_\_\_ a presente que sendo-lhe lido e por achar conforme assigna-se com as testemunhas presentes Francisco Borges Carneiro, Antonio José de Oliveira, Manoel Antonio Carneiro, Antonio José Ferreira do Vale e Fabricio Rodrigues Biscaia todos conhecidos de mim e pelos proprios de que dou fé, eu João Vicente Leite de Sampaio Tabelião Vitalicio que escrevy = Antonio Fogassa de Souza, Francisco Borges Carneiro, Antonio José de Oliveira, Manoel Antonio Cordeiro, Antonio José Ferreira do Vale, Fabricio Rodrigues Biscaia = Ratificação do testamento aberto que fas o Tenente Antonio Fogassa de Souza como abaixo se declara = Saibão quantos este publico instrumento de ratificação de testamento virem que endo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cinqüenta e sete aos deseceis dias do mês de maio nesta Fazenda do Vilella terceiro distrito da Cidade de Castro, terceira Comarca da Provincia do Paraná para aonde fui vindo eu Tabellião ao diante nomeado a seu chamado e ahy presente o mesmo Tenente Antonio Fogassa de Souza, de pé e em seu perfeito juiso e entendimento segundo o meu parecer e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas perante as quais por ele me foi dito em presença das mesmas testemunhas que de sua livre e expontania vontade e sem constrangimento de pessoa alguma fes o seu testamento a vinte de fevereiro do ano proximo passado e que se achha neste mesmo livro de nottas as folhas des verso te onse verso, cujo testamento sendo feito muito a seu contento por ser isso a sua vontade desde a sua infancia pelo presente ratifica em tudo as suas disposições acrecentando unicamente que depois de seu falecimento se repartirá duzentos mil réis pelos pobres, que cujos deixa de esmolla e rogava a nós testamenteiros e as justiças de Sua Magestade Imperial cumprão e guardem tão inteiramente como nele se contem e declara em firmesa de tudo lavrei a presente que achando-o conforme assina-se com as testemunhas a tudo presente João Baptista Estevão de Siqueira, Antonio Moreira Vianna, Felicio José de Anhaia, Luis Antonio de Sampaio e Joaquim José de Anhaia todos reconhecidos de mim João Vicente Leite de Sampaio Tabelião Vitalicio que o escrevy. Antonio Fogassa de Souza, João Baptista Estevão de Siqueira, Antonio Moreira Viana, Felicio José de Anhaia, Luis Antonio de Sampaio, Joaquim José de Anhaia = Esta conforme. Eu Thomaz Nunes Barboza Tabellião interino que sub Escrevy e assino em publico de que uso.

Thomaz Nunes Barboza